

Cláudia Assad Alvares

O discurso paradoxal
de Vieira no sermão
*Pelo bom sucesso das
armas de Portugal
contra as de Holanda*

2008



Copyright @ 2008 Cláudia Assad Alvares

Publicações Dialogarts

(<http://www.dialogarts.uerj.br>)

Coordenadora do volume:

Darcilia Simões – contato@darciliasimoes.pro.br

Co-coordenador do projeto:

Flavio García – flavgarc@uol.com.br

Coordenador de divulgação:

Cláudio Cezar Henriques: claudioc@bigghost.com.br

Diagramação e Revisão:

Darcilia Simões – darcilia@simo.es.com

Logotipo: Rogério Coutinho



**Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Formação de Professores – DELE
Instituto de Letras – LIPO**

**UERJ-DEPEXT – SR3 – Publicações Dialogarts
2008**

Catálogo na Fonte

D469.2

A469.2

O discurso paradoxal de Vieira no sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*. Coleção Monografias, Dissertações e Teses. Nº 6.

Alvares, Cláudia Assad.

Rio de Janeiro: Dialogarts, 2008. p. 346

Publicações Dialogarts

Bibliografia.

ISBN 978-85-86837-50-0

1. Língua Portuguesa. 2. Análise do Discurso. 3. Argumentação.

4. Paradoxo. 5. Semântica Estruturalista.

I. Alvares, Cláudia Assad. II - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. III - Departamento de Extensão. IV. Título

CDD 412



Correspondências para:

UERJ/IL - a/c Darcilia Simões

R. São Francisco Xavier, 524 sala 11.139-F

Maracanã - Rio de Janeiro: CEP 20 569-900

Contatos: publicações.dialogarts@gmail.com

contato@darciliasimoes.pro.br

flavgarc@gmail.com

URL: <http://www.dialogarts.uerj.br>

Dedico a:

Maria Jorge Eberienos Assad, minha avó, por ser o melhor e o mais forte ser humano que já conheci.

Nelly Assad Alvares, minha mãe, pelos exemplos de integridade e honradez com que sempre me brindou.

Ary Bull Alvares, meu pai, pelos intermináveis diálogos sobre o respeito humano e a importância da evolução moral.

Agradeço a:

Prof^a. Dr^a. Guiomar Fanganiello Calçada, pela orientação segura e pela presença constante durante o percurso.

Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Lino Pauliukonis, pelo apoio durante toda a minha vida acadêmica.

Tatiana Moraes de Souza, “porque nós queremos muito fazer esse doutorado”.

Leonardo Moraes de Souza, por ter compreendido.

Silvana Luzia Pereira, pelo apoio durante todo o percurso.

Ludmila Assad Gonçalves, pelo apoio fundamental na reta final do percurso.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1: ARGUMENTAÇÃO	16
1.1 AUDITÓRIO	17
1.2 ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO ARGUMENTATIVO	21
1.2.1 ARGUMENTOS VÁLIDOS	27
1.2.2 FALÁCIAS ARGUMENTATIVAS	32
1.2.3 FORMAS NOMINAIS E ARGUMENTATIVIDADE	41
1.3 PROCESSO ARGUMENTATIVO	72
1.4 NOTAS DO CAPÍTULO:	79
CAPÍTULO 2: PARADOXO	82
2.1 CONCEITO DE PARADOXO	82
2.2 TIPOS DE PARADOXOS	87
2.2.1 PARADOXOS PRAGMÁTICOS: INJUNÇÕES PARADOXAIS	88
2.2.2 TEORIA DAS MOLDURAS: ENQUADRES E ESQUEMAS	92
2.3 NOÇÃO DE ENQUADRE SEGUNDO TANNEN E WALLAT	95
2.4 <i>FOOTING</i> E ALINHAMENTOS	97
2.5 REENQUADRE	101
2.6 <i>KEYING</i> E FABRICAÇÕES	105
2.7 RODA ARGUMENTATIVA: CARACTERÍSTICAS	107
2.8 NOTAS DO CAPÍTULO:	116
CAPÍTULO 3: SEMÂNTICA.....	118
3.1 ADJETIVOS AVALIATIVOS PARA UM REFERENTE SINGULAR: DEUS ..	119
3.2 TRAÇOS SEMÂNTICOS	125
3.3 COMBINATÓRIA SÊMICA: MORFEMAS DE GERÚNDIO, PARTICÍPIO E INFINITIVO	133
3.4 NOTAS DO CAPÍTULO:	147
CAPÍTULO 4: ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>.....	150
4.1 DISCURSO E POSTURA DO HOMEM BARROCO.....	150
4.2 ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	153
4.2.2 PARTE II.....	167
4.2.3 PARTE III	209
4.2.4 PARTE IV	253
4.2.5 PARTE V	268
4.3 NOTAS DO CAPÍTULO:	291

CONCLUSÃO.....	294
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	305
BIBLIOGRAFIA GERAL	310
ANEXO A – SERMÃO PELO BOM SUCESSO DAS ARMAS DE PORTUGAL CONTRA AS DE HOLANDA	330
PARTE I.....	331
PARTE II	335
PARTE III.....	340
PARTE IV.....	343
PARTE V	349
ANEXO B – TRECHOS DO SERMÃO DA SEXAGÉSIMA	355

INTRODUÇÃO

No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus.

Ele estava no princípio com Deus.

Todas as coisas foram feitas por ele, e sem ele nada do que foi feito se fez.

Nele estava a vida, e a vida era a luz dos homens.

E a luz resplandece nas trevas, e as trevas não a compreenderam. [João 1:1]

Este trabalho consiste na releitura, à luz da época atual, do sermão do Padre Antônio Vieira, intitulado "Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda". Trata-se de um texto religioso redigido pelo sacerdote, com vistas à pregação que realizou no Brasil, no ano de 1640, na Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, na Bahia.

Pela leitura do sermão, observa-se que seu tema se relaciona com a época da turbulência social vivida pelo país, conforme atestada por Corel (s/d. apud RAYNAL, 1783):

Era em 1640; a Baía estava a ponto de cair sob o jugo holandês. Arrebatado por uma inspiração patriótica, Vieira quis reanimar os brios dos Brasileiros e fazer ao Céu uma santa violência. Num sublime transporte de génio compôs essa obra-prima, verdadeiramente única no seu género, repleta das sublimes audácias de Moisés e dos Profetas. (...) Seja qual for a idéia que façamos da pregação, é impossível não sentir a grandeza e a originalidade de tal eloquência. Só um génio era capaz de conceber e executar uma obra como aquela.

Nesse sentido, não se pode ignorar o relato de Boxer, em "O império marítimo português" (s/d.), a respeito do momento verdadeiramente prodigioso vivido pelos portugueses por

ocasião de suas grandes conquistas, para que se compreenda a postura assumida pelo pregador, no referido texto.

Para se ter uma pálida idéia do resultado das aventuras marítimas dos portugueses, falar em riqueza configura-se-nos pouco: ouro, marfim, escravos, especiarias, provenientes não apenas do Brasil mas também da África e da Ásia enquanto redutos de extorsão, depósitos de trocas e entrepostos.

Dessa forma, por mais paradoxal que pareça, a História nos sugere que o aspecto mais marcante do projeto expansionista lusitano foi o seu declínio, marcado pela dificuldade em gerir e manter as terras conquistadas pelo desbravamento dos mares.

Motivado pelo firme propósito de tentar impedir o jugo holandês, o Padre Antônio Vieira, doravante Vieira, constrói seu sermão e dirige-o ao povo que fomentou o projeto expansionista, povo católico, impregnado de religiosidade, fiéis dominados pelas virtudes da fé, em nome da qual ampliavam suas conquistas e, conseqüentemente, suas riquezas.

Convém observar que a pretensão de dominar o desconhecido vigorou em sua plenitude por ocasião das grandes navegações. O temor de navegar por mares "virgens" foi superado pela audácia dos portugueses. Corajosos, ambiciosos, arrostaram perigos e não hesitaram em pôr em risco suas vidas, conforme as próprias palavras de Vieira (1959, p. 309-310, grifos nossos):

Se esta havia de ser a paga e o fruto de nossos trabalhos, para que foi o trabalhar, para que foi o servir, para que foi o derramar tanto e tão ilustre sangue nestas conquistas? Para que abrimos os mares nunca dantes navegados? Para que descobrimos as regiões e os climas não conhecidos? Para que contrastámos os ventos e as tempestades com tanto arrojo (...).

Mas a primazia ora alcançada pelos desbravadores estava sob ameaça. À fartura suceder-se-ia, devido à falta da infraestrutura necessária para a manutenção do império conquistado, uma perda inominável: o Brasil se vê na iminência de passar à propriedade dos holandeses. Eis o motivo que propicia a alegação de Vieira de estar o Brasil passando para as mãos dos "hereges", ao redigir seu sermão.

Assim posicionado, o sacerdote prega o sermão argumentando com Deus e repreendendo-O, a fim de que Ele conceda aos portugueses a vitória que engrandecerá a glória divina:

(...) Pequei, que mais Vos posso fazer? E que fizestes vós, Job, a Deus em pecar? Não Lhe fiz pouco; porque Lhe dei ocasião a me perdoar, e perdoando-me, *ganhar muita glória*. Eu dever-Lhe-ei a Ele, como a causa, a graça que me fizer; e *Ele dever-me-á a mim*, como a ocasião, *a glória que alcançar*. (...) Em castigar, venci-nos a nós, que somos criaturas fracas; mas em perdoar, venci-Vos a Vós mesmo, que sois todo-poderoso e infinito. Só esta vitória é digna de Vós, porque só vossa justiça pode pelejar com armas iguais contra vossa misericórdia; e *sendo infinito o vencido, infinita fica a glória do vencedor*. (...) (VIEIRA, 1959, p. 322-323, grifos nossos)

Entretanto, não se pode perder de vista que esse sermão se destinava a "reanimar os brios dos brasileiros", entendidos aqui como os brasileiros nascidos no Brasil, os colonos portugueses e o corpo de milícias que defendia a Bahia de todos os Santos.

Estes são, pois, o auditório universal de Vieira. Contudo, havia um auditório "intermediário" composto por um único ser e interlocutor virtual: Deus, pois Vieira não fala diretamente aos fiéis; ao contrário, dirige-se a Deus, que é seu "interlocutor": "Não hei-de pregar hoje ao povo, não hei-de

falar com os homens, mais alto não-de sair as minhas palavras ou as minhas vozes: a vosso peito divino se há-de dirigir todo o sermão.” (VIEIRA, 1959, p. 301)

A cena se passa como se o pregador estivesse em um grande palco: ele dirige-se indiretamente à platéia – os brasileiros – e “contracena” com Deus – o “ator” imaterial. Após estruturar as bases da analogia entre o seu próprio discurso e o do Profeta Rei (cf. p. 317-321), o padre passa a apresentação dos argumentos propriamente ditos, construindo o sermão objeto de nosso estudo.

Lembradas as razões que motivaram o texto de Vieira, cabe-nos informar que nosso interesse pelo sermão Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda se deve ao fato de se tratar de um texto religioso que, por seu caráter literário, é passível de diferentes interpretações, sobretudo se considerarmos a época de sua produção em relação ao momento atual de sua recepção enquanto leitores do século XXI.

Dessa forma, instigados por essa possibilidade interpretativa, optamos por empreender uma análise do texto do sermão, em uma leitura à luz da época atual, com o objetivo de verificar se o discurso de Vieira se caracteriza, na verdade, como um discurso paradoxal que se mostra inconsistente com o que está registrado nas Sagradas Escrituras.

Com esse propósito, empreendemos a leitura do sermão em várias edições dos Sermões de Vieira e optamos pela versão de PÉCORA, A. (Org.), Sermões: Padre Antônio Vieira – Tomo I, 2001. Tal escolha se justifica pelo fato de a obra exibir todas as citações latinas devidamente traduzidas para o português, o que contribui para a melhor compreensão do texto.

Uma vez determinada a versão a ser adotada, procedemos a nossa leitura com vistas a analisar as características do discurso religioso presentes no texto, no que se refere à construção dos argumentos através de seus respectivos enunciados. Para tanto, realizamos um levantamento do léxico utilizado por Vieira, considerando as palavras tomadas de empréstimo às Sagradas Escrituras e seus respectivos significados textuais. Tal procedimento implicou a consulta ao texto bíblico, motivo pelo qual buscamos apoio na Bíblia de Jerusalém (2. ed. São Paulo: Paulus, 2003), versão católica traduzida dos originais por Pe. Estêvão Bettencourt O.S.B. et alii para a língua portuguesa, e também na Bíblia Sagrada († CASTRO, Frei João José Pedreira de e O. F. M. †. 18. ed. São Paulo: Ave Maria, 2002), versão católica traduzida dos originais mediante a versão dos Monges de Maredsous (Bélgica) pelo Centro Bíblico Católico.

Essa escolha justifica-se por dois motivos: em primeiro lugar, por Vieira ter sido um sacerdote católico e em segundo, pelo fato de a versão original do texto em hebraico ser de difícil acesso assim como sua tradução para o latim (Vulgata), usada pela Igreja Católica durante séculos e ainda hoje respeitada.

Para o estabelecimento dos diferentes sentidos das palavras, empreendemos a análise sêmica das unidades lexicais, a partir de suas respectivas definições extraídas do dicionário eletrônico HOUAISS (2001) e da teoria de LANGENDOEN (1971).

No que se refere à classe dos verbos, voltamos nossa atenção para o uso das formas nominais com ênfase nas formas do gerúndio e dos efeitos produzidos nos diferentes enunciados.

Em relação aos argumentos, procuramos analisá-los do ponto de vista da lógica de modo a verificar suas funções discursivas.

Ainda por considerarmos o fato de Vieira ter elaborado o "Sermão da Sexagésima" com o intuito de ensinar os pregadores a argumentar com eficiência e eficácia propondo então uma metodologia de trabalho, decidimos analisar esse texto, devido à analogia de intencionalidade que o aproxima do texto de nosso corpus. Como se verifica, no Sermão da Sexagésima, Vieira pretende ensinar aos colegas sacerdotes um meio eficaz de seduzir os fiéis e atraí-los para a seara do Cristo e no sermão Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda, Vieira pretende seduzir Deus e atraí-lo para a sua própria "seara", a dos portugueses.

Para essa aproximação, nos baseamos no fato de que Vieira se encontra na exigência de exemplificar o que ele próprio prega, uma vez que também é um sacerdote católico e, como tal, não pode eximir-se de ser o primeiro a dar o exemplo daquilo que prega.

Levantadas as palavras do vocabulário do sermão Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda e estabelecidos os seus respectivos significados, procedemos à análise dos argumentos utilizados no texto a partir de seus respectivos enunciados com base nas teorias de WATZLAWICK, BEAVIN e JACKSON (1967), BATESON (1972) e LANGENDOEN (1971), dentre outros autores.

A fim de facilitar a leitura no decorrer de nossa tese, optamos por transcrever as traduções dos trechos em latim (entre colchetes) ao lado das respectivas citações, em vez de fazê-lo ao pé de cada página, conforme consta do original utilizado; entretanto, alguns trechos não aparecem seguidos das

respectivas traduções; isto porque estas seguem as citações no corpo do próprio texto.

Tomamos a precaução de usar o negrito em vários trechos ao longo do texto e, conforme o procedimento do organizador, Alcir Pécora, utilizamos os colchetes (onde constam as traduções das citações em latim), que correspondem ao segmento traduzido. Acrescentamos o itálico (entre os colchetes) sempre que julgamos necessário à melhor compreensão das passagens analisadas.

Quanto à análise do corpus, apresentamo-la em blocos de parágrafos, de acordo com a subdivisão presente no próprio sermão. O primeiro, o segundo e o quinto blocos são constituídos por sete parágrafos cada um; o terceiro, por quatro e o quarto, por seis, o que perfaz um total de cinco blocos com trinta e um parágrafos.

Estruturamos, então, esta dissertação em quatro capítulos seguidos pelas respectivas notas, conforme segue:

1. Argumentação; 2. Paradoxo; 3. Semântica; 4. Análise do corpus.

No primeiro capítulo, apresenta-se a teoria da argumentação e analisam-se as partes do Sermão da Sexagésima que contêm um maior número de formas nominais do verbo porque Vieira usa essas formas enquanto recursos argumentativos para persuadir seu público-alvo. No que se refere ao gerúndio, tencionamos aproximar essa forma nominal do conceito de ato ilocucional; com isso, pretendemos verificar se esses mesmos usos das formas nominais ocorrem no sermão Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda. Em seguida, apresenta-se o discurso autoritário, formação que inclui, em seu bojo, o discurso religioso.

No segundo capítulo, apresenta-se o conceito de paradoxo, bem como a teoria das molduras, com enfoque em análise do discurso. Finaliza o capítulo a descrição do conceito de roda argumentativa, como um tipo especial de paradoxo pragmático.

No terceiro capítulo, abre-se espaço para a teoria dos semas, a classificação dos adjetivos e a análise dos morfemas de gerúndio, participípio e infinitivo.

No quarto capítulo, analisa-se o sermão Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda. Acrescentam-se, a seguir, a conclusão, as referências bibliográficas, as leituras complementares (bibliografia geral) e os anexos A e B, que contêm, respectivamente, o nosso corpus e os trechos do Sermão da Sexagésima enquanto pressupostos teóricos adotados.

CAPÍTULO 1: ARGUMENTAÇÃO

Penso, logo existo.

Descartes

Na produção textual, não se pode ignorar a importância do auditório e do contato intelectual a ser com ele estabelecido. Por estarmos trabalhando com um discurso argumentativo de natureza religiosa, julgamos procedente analisar, neste capítulo inicial, não apenas os conceitos de *auditório*, de *auditório universal* e de *contato intelectual* mas também aqueles pertinentes ao ato de convencer e de persuadir, relevantes para a elaboração do sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*.

Por considerarmos aspectos fundamentais para o desenvolvimento de nossa tese, dada a natureza argumentativa do texto a ser analisado, também julgamos procedente dedicar especial atenção à estrutura do sermão no que se refere aos conceitos de *argumentos válidos* e *falácias argumentativas*, tendo em vista os argumentos de Vieira para atingir seu objetivo de persuasão. Essa estrutura será observada a partir das idéias do próprio Vieira, sobre como argumentar com eficácia, reunidas no Sermão da Sexagésima. Ainda nesse sermão, as formas nominais do verbo serão analisadas enquanto recursos argumentativos indispensáveis aos propósitos discursivos de Vieira. Consideramos procedente essa análise porque o uso argumentativo dessas formas também será observado no sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*.

Nessa linha de raciocínio, não pudemos nos eximir de analisar o processo argumentativo, bem como os objetivos comunicativos do sujeito falante ou produtor do texto,

igualmente relevantes para os propósitos argumentativos do sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*.

1.1 Auditório

O auditório é um elemento indispensável para o argumentador alcançar seus objetivos.

Perelman (2000, p. 16), ao contrapor *argumentação* à *demonstração de uma proposição*, nos fala que:

(...) quando se trata de argumentar, de influenciar, por meio do discurso, a intensidade de adesão de um auditório a certas teses, já não é possível menosprezar completamente, considerando-as irrelevantes, as condições psíquicas e sociais sem as quais a argumentação ficaria sem objeto ou sem efeito. Pois *toda argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual*.

O *contato intelectual* de que fala o autor refere-se às condições mínimas para que a argumentação ocorra ou, por outras palavras, é preciso, no mínimo, uma *linguagem em comum*, uma *técnica que possibilite a comunicação* (2000, p. 17).

Mas, como enfatiza ele próprio, isso não basta. É necessário mais: o orador precisa estar *autorizado* a tomar a palavra. Muitas pessoas falam e escrevem, mas nem por isso são ouvidas ou lidas. Há determinados lugares sociais que só podem ser ocupados por determinadas pessoas; estas, por sua vez, não podem se arrogar um pedestal e nele permanecer *se de fato desejam ser ouvidas*: é necessário demonstrar interesse pelo seu *auditório* (PERELMAN, 2000), preocupar-se com sua adesão ao que está sendo dito. Portanto, é fundamental que o

orador se adapte ao auditório que o escuta, sobretudo se levar em consideração que ali existem pessoas cujas crenças e idiosincrasias são diferentes das suas próprias. Adaptar-se ao auditório é identificar-se com ele.

Contudo, não há, no sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*, uma identificação entre Vieira e seu auditório; parece-nos mesmo impossível encontrar na linguagem culta do sacerdote elementos que o aproximassem do auditório, uma vez que este era constituído de pessoas analfabetas e semi-analfabetas, que, como tais, dificilmente entenderiam a língua culta com suas rebuscadas citações em latim, que compareciam à farta no sermão. Assim, acreditamos que essa aproximação só pode ter sido possível por meio dos argumentos arrolados, considerando os valores religiosos da época, e do respeito que a figura do padre impunha a qualquer auditório que o ouvisse.

Na verdade, é o auditório, conforme salienta Perelman, quem dirige a argumentação do orador, já que este precisa adaptar-se àquele.

O auditório também é visto como uma *construção do orador* (PERELMAN, 2000, p. 22): “A argumentação efetiva tem de conceber o auditório presumido tão próximo quanto possível da realidade”. Ou seja, é preciso que o orador *conheça bem* o seu auditório, uma vez que pretende assegurar-se de sua fidelidade.

No sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*, as Sagradas Escrituras são o meio de prova dos argumentos arrolados por Vieira e também o veículo que aproxima o orador do seu auditório real para assegurar a fidelidade deste, pois a Bíblia, por representar a palavra de

Deus, consubstancia os anseios do orador e do seu auditório, naquele momento histórico.

Em princípio, todo homem adulto e racional é um auditório em potencial. Para Perelman, cada homem é o representante ideal do que ele denominou de auditório universal, isto é, a humanidade inteira, que qualquer orador deve levar em consideração se quiser falar à humanidade e eternizar-se em seus escritos. E Vieira eternizou-se. Lembremo-nos de que o padre é um digno representante da Igreja Católica, instituição milenar cuja autoridade não se pode negar, conforme nos atesta a História.

O auditório universal poder-se-á converter em um auditório particular para aquele que, apesar de seu mundo restrito, teça generalizações e creia que todos os que compõem seu universo particular pensem do mesmo modo que ele e cheguem às mesmas conclusões a que ele chegou. O mesmo poderá ocorrer no que se refere à moral e aos costumes, o que não deixa de ser um risco para a argumentação, pois, com frequência, o orador depara-se com auditórios heterogêneos, cujas crenças e valores diferem frontalmente dos seus, aspecto esse que não devia ocorrer no caso de Vieira, pois a ideologia dominante na época colonial impunha aos colonos as crenças e os valores da metrópole.

Em relação à ótica do receptor do discurso, lembramos que, quando alguém ouve ou lê uma comunicação qualquer, também o faz segundo uma determinada intenção, pois ninguém dá a palavra (ou lê os escritos de outrem) apenas e meramente por dar a palavra a um interlocutor qualquer. Seguramente, por detrás de toda e qualquer comunicação ouvida ou lida há uma intenção, seja ela consciente ou não. Além disso, toda intenção, por excelência, destina-se a ser consumada.

Acrescente-se que o sujeito que ouve (ou lê) se expõe a um discurso que, por seu turno, alia pistas lingüísticas e paralingüísticas, que são, naturalmente, definidoras de uma direção argumentativa. Por fim, some-se a isso o fato de que o objetivo de toda e qualquer comunicação consiste em uma tentativa, por parte dos sujeitos comunicantes, de consumir suas respectivas intenções iniciais.

O problema que se nos apresenta é que dificilmente se pode determinar quais sejam as reais intenções do comunicador, pois somos apenas capazes de inferi-las, a partir de marcas textuais, pelo rumo dado à conversa ou pela forma como o sujeito manipula as mensagens que recebe e se incluem na direção argumentativa definida no discurso do outro.

Entretanto, nada nos impede de enumerar alguns dos possíveis objetivos de um discurso. Em se tratando do discurso argumentativo, lembramos que ele pode ter por objetivos persuadir, manipular, influenciar ou controlar o outro. Em um simples diálogo, o locutor pode, por exemplo, chantagear, confundir, ludibriar ou humilhar o seu interlocutor.

E não podemos afirmar quando ou se o ouvinte ou leitor deseja – ou, até mesmo, precisa – ser persuadido, manipulado, influenciado, controlado, chantageado, confundido, ludibriado ou humilhado.

Estes e tantos outros propósitos e necessidades que desconhecemos podem figurar em qualquer discurso. De qualquer modo, sabemos que todos esses objetivos se destinam a consumir uma determinada intenção.

Para que essa consumação se faça, é preciso ter habilidade suficiente para manipular argumentos. E Vieira tem sobejamente. Isso inclui, dentre outras habilidades, a de redirecionar o diálogo – ou não fazê-lo, se assim for

conveniente; operar com múltiplos argumentos – ou se negar a fazê-lo, se desse modo for mais confortável; utilizar-se de atos ilocucionais – ou ignorá-los, caso se possa fazê-lo; introduzir pressupostos sub-repticiamente e saber, sobretudo, manipular as mensagens que se incluem em uma mesma direção argumentativa definida – ou negar tal possibilidade ao outro, se não se desejar compactuar com subterfúgios. Tudo isso, em conformidade com o objetivo e o auditório que se tenha.

Não há dúvida alguma de que todos esses fatores atestam o poder de qualquer discurso cujos argumentos estejam sendo habilmente manipulados, sobretudo, se o auditório em questão for mais passivo. O problema, talvez o maior e mais grave, está não só no grau de habilidade mas também no tipo de intenção que se tenha.

Não se pode ignorar a importância do auditório e da intencionalidade discursiva para Vieira, pois o auditório a que se dirige lhe é familiar: trata-se dos brasileiros nascidos no Brasil, dos colonos portugueses e do corpo de milícias que defendia a Bahia de todos os Santos a cuja mentalidade Vieira adapta seu discurso, pelos valores religiosos que evoca, na intencionalidade de convencer a fim de conseguir seu intento. Ou seja, é preciso persuadir esse auditório a se preparar para uma possível luta, uma vez que os holandeses poderiam invadir a Bahia novamente a qualquer momento e, sendo a Bahia sede do governo, perdê-la para os holandeses equivaleria a perder o Brasil. E Deus é testemunha desse empenho, uma vez que é o interlocutor espiritual de Vieira.

1.2 Estruturação do texto argumentativo

A fim de observar os princípios da estruturação argumentativa do texto do sermão *Pelo bom sucesso das armas*

de Portugal contra as de Holanda, partiremos do modelo elaborado pelo próprio Vieira, conforme descrito no Sermão da Sexagésima.

Como se pode observar, de um modo geral, a tese defendida pelo falante é exposta na introdução do seu discurso. Atente-se para o seguinte fragmento do Sermão da Sexagésima:

(...) Assim como Deus não é hoje menos Onipotente, assim a sua palavra não é hoje menos poderosa do que dantes era. Pois se a palavra de Deus é tão poderosa, se a palavra de Deus tem hoje tantos Pregadores, por que não vemos hoje nenhum fruto da palavra de Deus? *Esta tão grande e tão importante dúvida será a matéria do Sermão.* (...) (PÉCORA (Org.), 2001, p. 33, grifos nossos)

A afirmação *Esta tão grande e tão importante dúvida será a matéria do Sermão* mostra claramente que o produtor do texto concebeu o sermão justamente para dirimir a dúvida a que se refere.

A resposta à pergunta de Vieira é a tese que ele irá defender no decorrer do sermão: “(...) Sabeis, Cristãos, por que não faz fruto a palavra de Deus? *Por culpa dos Pregadores.* Sabeis, Pregadores, por que não faz fruto a palavra de Deus? *Por culpa nossa.*” (PÉCORA (Org.), 2001, p. 36, grifos nossos)

No que se refere ao sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*, encontramos a passagem:

(...) Não hei de pedir pedindo, senão protestando e argumentando; pois esta é a licença e liberdade que tem quem não pede favor senão justiça. Se a causa fora só nossa, e eu viera a rogar só por nosso remédio, pedira favor e misericórdia. Mas como a causa, Senhor, é mais vossa que nossa, e como venho a requerer por parte de

vossa honra e glória, e pelo crédito de vosso nome: *Propter nomen tuum*, razão é que peça só razão, justo é que peça só justiça. *Sobre este pressuposto vos hei de argüir, vos hei de argumentar; e confio tanto da vossa razão e da vossa benignidade, que também vos hei de convencer.* (...) (PÉCORA (Org.), 2001, p. 446, grifos nossos)

Como podemos observar, a tese a ser defendida por Vieira está explícita no próprio título do sermão; o sacerdote advoga que Deus retome a aliança com os portugueses para que estes possam derrotar os holandeses.

Na passagem transcrita, o sacerdote fornece uma justificativa para sua tese: trata-se de uma causa que interessa muito mais a Deus, uma vez que Sua honra, Sua glória e Seu nome estão sendo ultrajados pelos hereges holandeses.

No desenvolvimento do discurso, o locutor tem a oportunidade de arrolar argumentos e provas que ratifiquem a tese defendida. Devemos observar que, quando alguém afirma algo, a afirmação não pode ficar "solta" no texto, caso contrário, as palavras ditas sustentar-se-ão apenas em seu próprio eco, uma vez que não serão fornecidas evidências para comprová-las nem exemplos comprobatórios da realidade nem fatos, enfim, serão apenas uma informação sem qualquer substância.

No exemplo de Vieira, do Sermão da Sexagésima, vários argumentos poderiam ser arrolados. Dentre eles, teríamos:

(...) Antigamente convertia-se o mundo, hoje por que se não converte ninguém? *Porque hoje pregam-se palavras e pensamentos*, antigamente pregavam-se palavras e obras. *Palavras sem obras, são tiros sem bala*; atroam, mas não ferem. (...) (PÉCORA (Org.), 2001, p. 36, grifos nossos)

Para Vieira, a pregação é o veículo apropriado para fazer frutificar a palavra de Deus. Se isso não ocorre, é porque os pregadores pregam palavras, mas não agem de acordo com o que pregam, não exemplificam o que pregam por meio de seus próprios atos; por isso, as palavras divinas não dão frutos:

(...) O Filho de Deus enquanto Deus e Homem, é palavra de Deus e obra de Deus juntamente: (...). Na união da Palavra de Deus com a maior obra de Deus consistiu a eficácia da salvação do mundo. Verbo Divino é palavra Divina; mas importa pouco que as nossas palavras sejam divinas, se forem desacompanhadas de obras. A razão disto é porque as palavras ouvem-se, as obras vêem-se; as palavras entram pelos ouvidos, as obras entram pelos olhos, e a nossa alma rende-se muito mais pelos olhos que pelos ouvidos. (...) (PÉCORA (Org.), 2001, p. 37)

Jesus é simultaneamente palavra e obra e, portanto, foi ouvido e visto. Segundo Vieira, os fiéis são muito mais suscetíveis àquilo que podem ver para comprovar do que ao que apenas ouvem, sem que haja uma comprovação empírica; e, para que possam ver, é preciso que os pregadores edifiquem obras plenas de seus próprios testemunhos e atos.

Quanto ao sermão Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda, vários argumentos também poderiam ser arrolados, como, por exemplo:

A maior força dos meus argumentos não consistiu em outro fundamento até agora, que no crédito, na honra, e na glória de vosso santíssimo nome: (...). E que motivo posso eu oferecer mais glorioso ao mesmo nome, que serem muitos e grandes os nossos pecados? (...) (PÉCORA (Org.), 2001, p. 458, grifos nossos)

Nessa passagem, o sacerdote ratifica que seus argumentos têm por objetivo expurgar as máculas do nome divino. Paralelamente, pretende facultar a Deus a oportunidade de

engrandecer ainda mais Seu nome ao perdoar os “muitos e grandes” pecados cometidos pelos portugueses.

Atente-se ainda para esta outra passagem do mesmo sermão:

(...) Porque ainda que Deus, para castigar os pecados, tem a razão de sua justiça, para os perdoar, e desistir do castigo, tem outra razão maior, que é a da sua glória: (...). (PÉCORA (Org.), 2001, p. 459, grifos nossos)

Podemos observar a insistência do padre em relação ao perdão dos pecados cometidos pelos portugueses. Para o sacerdote, trata-se, sobretudo, da ocasião oportuna para reafirmar e recrudescer a honra e a glória divinas.

Convém ressaltar que, sob o perdão de Deus, Vieira dissimula sua real intenção, qual seja a de vencer os holandeses e retomar a posse das terras brasileiras.

Há outros argumentos que podem e devem ser arrolados (inclusive *os de autoridade*, a serem comentados no item 1.2.1). O importante é que o locutor argumente com lógica e segurança, fundamente suas afirmações, justifique-as e forneça provas que corroborem tudo o que está dizendo.

Na conclusão, é a hora de reafirmar, reassegurar o que foi dito ao longo do discurso. Enquanto desfecho, representa uma espécie de "arremate" do texto.

Observe-se o exemplo de conclusão extraído do Sermão da Sexagésima:

(...) Semeadores do Evangelho, eis aqui o que devemos pretender nos nossos sermões, não que os homens saiam contentes de nós, senão que saiam muito descontentes de si; não que lhes pareçam bem os nossos conceitos, mas que lhes pareçam mal os seus costumes, as suas vidas, os seus passatempos, as suas ambições, e enfim, todos os

seus pecados. Contanto que se descontentem de si, descontentem-se embora de nós. (...) (PÉCORA (Org.), 2001, p. 52)

É de se notar que o descontentamento dos fiéis consigo mesmos já é o germinar da palavra divina, uma vez que é preciso primeiro reconhecer os maus atos e os maus costumes para dar-lhes uma nova direção posteriormente. Há que se considerar ainda que, para Vieira, esse descontentamento aparecerá quando cada homem confrontar os próprios atos com os exemplos de vida dos pregadores, o que não acontecerá se estes se mantiverem pregando apenas com as palavras, em detrimento das obras e dos próprios exemplos:

(...) Estamos às portas da Quaresma, que é o tempo em que principalmente se semeia a palavra de Deus na Igreja, e em que ela se arma contra os vícios. Preguemos, e armemo-nos todos contra os pecados, contra as soberbas, contra os ódios, contra as ambições, contra as invejas, contra as cobiças, contra as sensualidades. (...) (PÉCORA (Org.), 2001, p. 52)

No que diz respeito ao sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*, apontamos o seguinte exemplo de conclusão:

Finalmente, benigníssimo Jesus, verdadeiro Josué e verdadeiro Sol, seja o epílogo e conclusão de todas as nossas razões, o vosso mesmo nome: *Propter nomen tuum*. (...) (PÉCORA (Org.), 2001, p. 461)

Novamente aqui a reafirmação de Vieira de que a maior, dentre todas as razões arroladas ao longo do sermão, é o engrandecimento do nome divino. Para o sacerdote, o próprio sermão tem por objetivo, sobretudo, glorificar Deus e fazer sobressair a supremacia de Seu nome a todos os homens. É o

argumento máximo de uma escala argumentativa construída durante todo o percurso textual.

Como se verifica, os princípios de estruturação expostos no Sermão da Sexagésima (introdução, desenvolvimento argumentativo e conclusão) se fazem presentes no sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*.

1.2.1 Argumentos válidos

Devido à importância dos argumentos para a ratificação da tese do orador, cabe considerá-los quanto à validade.

De acordo com esse critério, segundo Platão e Fiorin (1997), são considerados válidos os seguintes argumentos, quais sejam os:

- ✓ de autoridade;
- ✓ baseado no consenso;
- ✓ baseado em provas concretas;
- ✓ com base no raciocínio lógico; e
- ✓ da competência lingüística.

O argumento de autoridade representa a fala, o discurso de uma autoridade (que pode ser uma pessoa – como o próprio Vieira ou Aristóteles, ou uma instituição – como a Igreja ou a Escola). Verifique-se que o discurso de uma autoridade – desde que esteja vinculado à tese defendida pelo locutor – confere credibilidade ao texto e corrobora suas premissas iniciais. Além disso, demonstra o conhecimento do produtor do texto, a qualidade das leituras que faz e a sua preocupação em assegurar a fidelidade do auditório.

Exemplos desse tipo de argumentação podem ser encontrados tanto no Sermão da Sexagésima quanto no sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*. No seguinte exemplo, do Sermão da Sexagésima, o sacerdote não deixa dúvidas de que não há o que contestar, uma vez que se trata da fala de Jesus: “O trigo que semeou o Pregador Evangélico, diz Cristo, que é a palavra de Deus. (...)” (PÉCORA (Org.), 2001, p. 32, grifos nossos) No trecho transcrito, ocorrem dois argumentos de autoridade sobrepostos, pois, na verdade, não é apenas Cristo quem afirma. De fato, Ele o faz; contudo, sua palavra não é Sua, mas de Deus.

No sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*, Vieira assim se expressa por meio do seguinte argumento de autoridade:

(...) Mude a vitória as Insígnias, desafrontem-se as Cruzes Católicas, triunfem as vossas Chagas nas nossas bandeiras, e conheça humilhada e desenganada a perfídia, que só a Fé Romana, que professamos, é Fé, e só ela a verdadeira e a vossa. (PÉCORA (Org.), 2001, p. 449)

As Cruzes Católicas e a Fé Romana estão intrinsecamente relacionadas à Igreja Católica, instituição cujo nome, firmado ao longo dos séculos, é, em si mesmo, um argumento de autoridade e, como tal, confere legitimidade ao discurso do padre.

O argumento baseado no consenso fundamenta-se em proposições aceitas como verdadeiras, não por uma imposição, mas por sua própria evidência, o que faz que prescindam de demonstrações e provas, conforme ocorre no Sermão da Sexagésima em:

(...) Ora suposto que a conversão das almas por meio da pregação depende destes três concursos: de Deus, do pregador, e do ouvinte; por qual deles devemos entender

que falta? Por parte do ouvinte, ou por parte do pregador, ou por parte de Deus?

Primeiramente por parte de Deus não falta, nem pode faltar. *Esta proposição é de Fé, definida no Concílio Tridentino, e no nosso Evangelho a temos. (...)* (PÉCORA (Org.), 2001, p. 33, grifos nossos)

Convém ressaltar que uma proposição de fé não se comprova cientificamente, até porque é tão evidente que prescinde de provas que confirmem seu grau de veracidade. Se Deus é bom, justo e perfeito, não pode faltar aos Seus filhos muito amados, por piores que eles sejam.

No caso do sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*, o mesmo exemplo que ilustrou o argumento de autoridade pode ser representativo do argumento baseado no consenso, uma vez que não é possível contestar a menção do religioso às Chagas de Cristo. Pilares da fé, não necessitam de argumentos que legitimem sua autenticidade, visto que sua aceitação não é passível de questionamentos no universo católico.

Os argumentos baseados em provas concretas e no raciocínio lógico podem complementar-se mutuamente. Sabemos que raciocinar logicamente implica utilizar uma estrutura de implicação do tipo "se... então"; contudo, há necessidade de *provas concretas* que não deixem margem a dúvidas quanto àquilo que é afirmado, caso contrário, alguém pode contra-argumentar de modo a mostrar a fragilidade dos argumentos escolhidos.

Vieira, no Sermão da Sexagésima, também faz uso desses dois tipos de argumentos:

Sendo pois certo que a palavra divina não deixa de frutificar por parte de Deus; segue-se que ou é por falta do

pregador, ou por falta dos ouvintes. Por qual será? Os pregadores deitam a culpa aos ouvintes, mas não é assim. *Se* fora por parte dos ouvintes, não fizera a palavra de Deus muito grande fruto, mas não fazer nenhum fruto, e nenhum efeito, não é por parte dos ouvintes. *Provo*. Os ouvintes, ou são maus ou são bons: *se* são bons, faz neles fruto a palavra de Deus; *se* são maus, ainda que não faça neles fruto, faz efeito. *No Evangelho o temos*. (...) (PÉCORA (Org.), 2001, p. 34, grifos nossos)

No trecho selecionado, as implicações decorrem da maldade ou da bondade dos ouvintes, que, por seu turno, correspondem às provas fornecidas por Vieira para sustentar sua argumentação. Essas provas são a palavra do Evangelho, e o que está registrado ali, embora não escrito diretamente por Deus, mas pelos homens, constitui uma verdade incontestável. Nesse trecho, o próprio discurso do sacerdote é a prova concreta de sua habilidade de fazer sobressair simultaneamente diferentes tipos de argumentos, uma vez que o uso do Evangelho, “pano de fundo” dos sermões, é argumento de autoridade e prova concreta. Como a palavra de Deus não é passível de discussão, a aceitação do que está no Evangelho torna-se também consensual.

Observemos agora duas passagens do sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*:

Passagem 1:

(...) A Seita do Herege torpe e brutal, concorda mais com a brutalidade do bárbaro: a largueza e soltura da vida, que foi a origem e é o fomento da Heresia, casa-se mais com os costumes depravados e corrupção do Gentilismo: e que pagão haverá, que se converta à Fé que lhe pregamos, ou que novo Cristão já convertido, que se não perverta, entendendo e persuadindo-se uns e outros, que no Herege é premiada a sua Lei, e no Católico se castiga a nossa? (...) (PÉCORA (Org.), 2001, p. 449)

Passagem 2:

Entrarão os Hereges nesta Igreja e nas outras: arrebatarão essa Custódia, em que agora estais adorado dos Anjos: tomarão os Cálices e Vasos sagrados, e aplicá-los-ão a suas nefandas embriaguezes: derrubarão dos Altares os vultos e estátuas dos Santos, deformá-las-ão a cutiladas, e metê-las-ão no fogo: e não perdoarão as mãos furiosas e sacrílegas, nem às Imagens tremendas de Cristo crucificado, nem às da Virgem Maria. (...) (PÉCORA (Org.), 2001, p. 455-456)

Na passagem 1, está implícito o seguinte raciocínio lógico: *se* os hereges são premiados e os católicos, castigados, *então* os pagãos não se converterão e os já convertidos perverter-se-ão.

Já na passagem 2, Vieira apresenta provas de que, de fato, os holandeses são hereges, uma vez que os comportamentos descritos não deixam dúvidas quanto ao seu desrespeito para com as imagens e os objetos sagrados.

Convém observar, todavia, que as provas apresentadas se baseiam na suposição de que não só a Bahia mas também os demais estados do território brasileiro venham a cair nas mãos dos holandeses. Lembremo-nos de que a cidade de Recife já estava em poder dos holandeses desde 1634, quando a ocupação se fez mais intensa.

O argumento da competência lingüística refere-se ao uso do português culto e à sua importância em determinados contextos, tais como uma palestra, um discurso político, uma defesa de tese, uma dissertação para uma prova de vestibular ou de concurso público, dentre outros.

Observe-se que o uso da variante culta da nossa língua *confere credibilidade* ao texto (seja ele oral ou escrito), demonstra *domínio* desse registro e *conhecimento* por parte do

locutor, uma vez que tal variante, efetivamente, é a mais prestigiada nos ambientes sociais "cultos". Acrescente-se a isso o fato de representar o falar (ou escrever) "belo" e, sobretudo, "correto".

Atestam esse tipo de argumento os dois bons exemplos extraídos dos textos de Vieira: um do início da parte I do Sermão da Sexagésima e outro do início da parte I do sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*, respectivamente: *Semen est Verbum Dei*. Lc, 8[:11]. [Esta é, pois, a parábola: **a semente é a palavra de Deus.**] (PÉCORA (Org.), 2001, p. 29); *Exurge, quare obdormis, Domine? (...)* Sl, 43. [**Desperta! Por que dormes, Senhor? (...)**] (PÉCORA (Org.), 2001, p. 443)

Devemos observar que ambas as frases, bastante simples em português, se elevaram, por meio do uso do latim, a uma categoria muito mais elegante e prestigiosa, o que conferiu aos textos um valor apreciativo e culto, embora apropriado apenas para o público-alvo do Sermão da Sexagésima, no caso, os pregadores.

Pelos exemplos apresentados, verifica-se que todos os tipos de argumentos considerados válidos por Platão e Fiorin se encontram habilmente empregados por Vieira nos sermões estudados.

1.2.2 Falácias argumentativas

Contraopondo-se aos argumentos válidos, as falácias argumentativas são entendidas como argumentos que não se sustentam por sua fragilidade e falta de consistência: ou o locutor exibe um raciocínio deficiente, mesmo dispondo de

dados corretos, ou demonstra um raciocínio perfeito a partir de premissas falsas.

Cabe salientar que todos os exemplos a seguir, representativos dessas falácias, foram extraídos do sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*.

Carneiro (1997) aponta como falácias mais frequentes aquelas em que:

1. *O produtor do texto aceita uma premissa como verdadeira, sem evidências concretas (provas)*. Observemos que as provas, oferecidas por meio de exemplos, conferem sustentação aos argumentos expostos, como a seguir:

(...) Homem atrevido (diz S. Paulo), homem temerário, quem és tu, para que te ponhas a alterar com Deus? (...) Venera suas permissões, reverencia e adora seus ocultos juízos, encolhe os ombros com humildade a seus decretos soberanos, *e farás o que te ensina a Fé*, e o que deves à criatura. (...) Por mais que nós não saibamos entender vossas obras, por mais que não possamos alcançar vossos conselhos, *sempre sois Justo, sempre sois Santo, sempre sois infinita Bondade*; e ainda nos maiores rigores de vossa justiça, nunca chegais com a severidade do castigo aonde nossas culpas merecem. (...) (PÉCORA (Org.), 2001, p. 446-447, grifos nossos)

De fato, procuramos agir de acordo com o que a fé ensina. Mas o que a fé ensina? O que devemos à criatura? É certo que não conseguimos entender as obras de Deus. É igualmente correto que acreditamos na bondade infinita de Deus e na Sua incorruptível justiça. Entretanto, quando olhamos ao redor e buscamos as provas dessa justiça, não encontramos. Aliás, nem poderíamos encontrar, afinal, é muito difícil entender as obras de Deus e a Sua justiça quando vemos criancinhas nascerem mutiladas ou com deficiências graves ao lado de bebês rosados e saudáveis. É muito difícil entender por

que milhares de pessoas passam fome em todo o mundo, enquanto milhares de outras têm uma alimentação não só saudável mas também supérflua de acordo com os gostos de cada um. É mesmo muito difícil entender por que milhares de pessoas não têm um teto para repousar, enquanto outras descansam em confortáveis vivendas.

Por isso, só podemos acreditar, mesmo que não saibamos exatamente o que a fé ensina e o que devemos às criaturas, quando potências mundiais desenvolvem novas tecnologias para matar seres humanos em guerras que degradam e disseminam mais e mais miséria, fome, desespero, desamparo, destruição e morte.

Aceitamos, sim, as premissas da fé como verdadeiras. Acreditamos na justiça de Deus *porque precisamos acreditar em alguma coisa*. Também por isso, aceitamos que somos limitados demais para entender as obras e os juízos divinos. Aceitamos e acreditamos. Mas é só. Os exemplos oferecidos conferem, de fato, sustentação, mesmo que apenas às nossas incertezas.

2. A tese que está sendo defendida é abandonada por vários motivos, dentre eles, a falta de argumentos, fato que configura uma fuga do assunto de que se trata. Vale ressaltar que a falta de argumentos provém, na maioria dos casos, da falta de leitura e, por conseguinte, de conhecimento sobre o assunto. Naturalmente, não é o caso de Vieira, uma vez que lhe sobram conhecimentos, consoante se verifica em:

(...) Olhai, Senhor, que porão mácula os Egípcios em vosso ser, e quando menos em vossa verdade e bondade. Dirão que cautelosamente, e à falsa fé, nos trouxestes a este deserto, para aqui nos tirares a vida a todos, e nos sepultares. E com esta opinião divulgada e assentada entre eles, qual será o abatimento de vosso santo nome, que tão respeitado e exaltado deixastes no mesmo Egito, com

tantas e tão prodigiosas maravilhas do vosso poder? (...) (PÉCORÁ (Org.), 2001, p. 448, grifos nossos)

Não está em questão aqui a “auto-estima” de Deus para que Ele possa estar “preocupado” com o que os outros dirão a Seu respeito. Sob o confortável argumento de que o nome de Deus deixará de ser respeitado e exaltado, Vieira dissimula suas reais intenções, quais sejam a fragorosa derrota dos hereges holandeses e a vitória dos portugueses.

3. *O produtor do texto generaliza em excesso suas afirmações, o que produz conclusões indevidas e precipitadas por falta de sustentação.*

Nota-se, no exemplo a seguir, que Vieira se escuda em uma generalização indevida:

(...) *Já dizem os Hereges insolentes com os sucessos prósperos, que vós lhes dais ou permitis: já dizem que porque a sua, que eles chamam Religião é a verdadeira, por isso Deus os ajuda e vencem; e porque a nossa é errada e falsa, por isso nos desfavorece e somos vencidos.* (...) (PÉCORÁ (Org.), 2001, p. 448, grifos nossos)

Para o pregador, os holandeses são hereges. Como ele não os diferencia, podemos concluir que se refere a todos. Assim, serão hereges até mesmo os pacatos cidadãos holandeses que vivem em suas casas, não incomodam ninguém e sequer almejam as terras do Brasil.

4. *A argumentação se baseia em um estereótipo.* Convém lembrar que o estereótipo “marca” um determinado grupo a partir do comportamento de uns poucos membros, fato esse que torna a argumentação uma afirmativa estéril e vazia de sentido.

Ao rotular os holandeses de *hereges*, Vieira não só generaliza indevidamente suas conclusões mas também “marca” o povo holandês a partir do comportamento do grupo

que invadiu a Bahia, em 1624, e Recife, em 1634. Assim, os holandeses passam a ser vistos de acordo com o rótulo que lhes é atribuído.

5. *A relação de causa e efeito é defeituosa.* Nesse tipo de falácia, não há uma relação de implicação lógica entre causa e consequência. O que comumente se afirma como causa não o é, de modo que o efeito obtido provém, na verdade, de uma causa diferente da alegada.

A mesma passagem utilizada para exemplificar as duas falácias anteriores servir-nos-á também para esta. Segundo Vieira, os holandeses afirmam que vencem porque têm a fé verdadeira, e Deus se dispõe a ajudá-los por tal motivo e que os portugueses perdem porque têm uma fé falsa e que, por isso, Deus não os ajuda.

A consequência existe, é fato. Os holandeses estão vencendo os portugueses; contudo, a causa alegada por Vieira, que se apropria do discurso dos holandeses para “intimidar” Deus, não tem nenhum fundamento lógico. Primeiro, não sabemos o que é uma fé “verdadeira” e o que é uma “falsa”; também não podemos saber se Deus está “ajudando” os holandeses e “retirando sua ajuda” dos portugueses, o que, absolutamente, não condiz com as próprias afirmativas do sacerdote a respeito da bondade e da justiça divinas. Seria muito mais lógico afirmar que, se os holandeses vencem, então é porque dispõem de um arsenal bélico maior e mais potente que o dos portugueses. Entretanto, essa causa não obteria o mesmo efeito emocional sobre os reais receptores do discurso que a anterior, mesmo sem fundamento, obteria. Daí a adequação do argumento ao auditório de acordo com a intencionalidade do orador.

6. *Há simplificação exagerada.* Ao simplificarmos exageradamente uma afirmativa, estamos, na verdade, encobrindo nossa falta de argumentos.

Lê-se em Vieira:

(...) Não me admiro tanto Senhor de que hajais de consentir semelhantes agravos e afrontas nas vossas Imagens, pois já as permitistes em vosso sacratíssimo Corpo; *mas nas da Virgem Maria, nas de vossa Santíssima Mãe, não sei como isto pode estar com a piedade e amor de Filho.* (...) (PÉCORA (Org.), 2001, p. 456, grifos nossos)

Segundo o raciocínio do padre, se Jesus permite que a imagem da Virgem Maria sofra agravos, então é porque Ele não tem piedade da imagem da Mãe e também não A ama o bastante. Naturalmente que um tal raciocínio não se sustenta em nenhuma hipótese, pois, mesmo que aceitemos que Jesus “tenha permitido” injúrias à imagem da Mãe, se partimos do princípio de que Seus juízos são retos e justos (Ele é filho de Deus; convenhamos que um Pai perfeito e justo em seus juízos não pode conceber um filho imperfeito e injusto), não há que se questionar Sua “atitude”, pois Ele deve saber muito bem o que faz. Quando Vieira ajuíza sobre o amor filial de Jesus, não só torna simplistas Suas deliberações mas também desconsidera suas próprias palavras anteriores: “(...) Por mais que nós não saibamos entender vossas obras, por mais que não possamos alcançar vossos conselhos, sempre sois Justo, sempre sois Santo, sempre sois infinita Bondade (...)” (PÉCORA (Org.), 2001, p. 447)

7. *O argumento se baseia em uma analogia (comparação) falsa.* A analogia envolve observações cuidadosas e evidências para que seja considerada verdadeira.

Observe-se agora:

(...) Desta maneira arrazoou Moisés em favor do Povo; e ficou tão convencido Deus da força deste argumento, que no mesmo ponto revogou a sentença, e, conforme o Texto Hebreu não só se arrependeu da execução, senão ainda do pensamento: *Et paenituit Dominum mali, quod cogitaverat facere Populo suo.* [Ex 32:14 Arrependeu-se o Senhor do mal que pensara fazer ao seu povo. ex. text. Hebr.] E arrependeu-se o Senhor do pensamento e da imaginação que tivera de castigar o seu Povo.

Muita razão tenho eu logo, Deus meu, de esperar que haveis de sair deste Sermão arrependido; pois sois o mesmo que éreis, e não menos amigo agora, que nos tempos passados, de vosso nome: *Propter nomen tuum.* (...) (PÉCORA (Org.), 2001, p. 448)

Nessa passagem, o orador expõe a situação de Moisés com a qual ele próprio também se identifica. Convenhamos que uma tal comparação não se sustenta, uma vez que as personalidades envolvidas têm papéis históricos muito diferentes. Além disso, as situações também são outras e outros são os povos envolvidos, os objetivos das aventuras descritas, os tempos, os costumes, as mentalidades, as necessidades, enfim, tudo é muito diferente para que se possa fazer uma analogia considerada válida, mesmo que Deus, para Vieira, seja o mesmo que era no Antigo Testamento.

8. *Ocorrem deduções falsas.* De um modo geral, tais deduções violam as premissas iniciais de uma argumentação.

Leia-se o trecho:

(...) *Tactus dolore cordis intrinsecus* [Gn 6:6 Então, arrependeu-se o Senhor de haver feito o homem sobre a terra, e **pesou-lhe em seu coração.**] (...) Já que as execuções de vossa justiça custam arrependimento à vossa bondade; vede o que fazeis antes que o façais, não vos aconteça outra. (...) (PÉCORA (Org.), 2001, p. 455)

Vieira parte de duas premissas nessa passagem, uma explícita e outra implícita. A primeira reza que Deus se arrepende dos Seus próprios atos; essa premissa implica outra não tão evidente: só pode se arrepender quem reconhece que cometeu um erro; entretanto, como pode Deus errar se as próprias Escrituras afirmam que Ele é perfeito e Seus juízos são retos e justos? Admitir o arrependimento de Deus é o mesmo que admitir Sua imperfeição, o que é inconcebível. Apesar disso, Vieira insiste em “lembrar” a Deus que Ele se arrepende de Suas deliberações; como essa premissa não pode ser considerada verdadeira, caso contrário implicará o reconhecimento das imperfeições divinas, as deduções feitas a partir dela também não podem ser consideradas verdadeiras.

9. *Há estatísticas tendenciosas.* Como o próprio nome indica, não se sustentam por falta de dados, o que, naturalmente, encobre uma certa parcialidade por parte de quem as utiliza e retira a credibilidade do argumento usado, como em:

(...) Os velhos, as mulheres, os meninos, que não têm forças, nem armas com que se defender, morrem como ovelhas inocentes às mãos da crueldade herética, e os que podem escapar à morte, desterrando-se a terras estranhas, perdem a casa e a pátria: (...). (PÉCORÁ (Org.), 2001, p. 444)

Embora Vieira não faça uso de estatísticas no sermão, a expressão “morrer como ovelhas” indica que velhos, mulheres e crianças morrem com grande facilidade e em grande quantidade. Como a descrição dos fatos se dá a partir de sua própria ótica, é muito difícil ajuizar a respeito da confiabilidade dos dados arrolados.

10. *Ocorrem argumentos do tipo "círculo vicioso".* Trata-se de uma redundância inútil e sem fundamento, um "caminhar

em círculos", em que não há ponto de partida nem de chegada. A esse respeito, comparemos as seguintes passagens do sermão:

Passagem 1:

(...) Ouvimos (começa o Profeta) a nossos pais, lemos nas nossas histórias, e ainda os mais velhos viram, em parte, com seus olhos, as obras maravilhosas, as proezas, as vitórias, as conquistas, que por meio dos Portugueses obrou em tempos passados *vossa Onipotência, Senhor*: (...). (PÉCORA (Org.), 2001, p. 443-444, grifos nossos)

Passagem 2:

(...) Tão presumido venho da vossa misericórdia, Deus meu, que ainda que nós somos os pecadores, vós haveis de ser o arrependido. (...) (PÉCORA (Org.), 2001, p. 446)

O confronto entre ambas as passagens revela-nos o seguinte círculo vicioso: somente um ser perfeito pode ser onipotente. Deus é perfeito. Se Deus é perfeito, então não pode errar para arrepender-se depois. Contudo, Deus se arrepende. Então, Deus erra. Se Deus erra, então não é perfeito. Mas Deus é perfeito. Então, não pode arrepender-se porque não erra, afinal, é um ser perfeito. Mas Deus se arrepende. Então Deus erra. Se Deus erra, então não é perfeito... E assim infundavelmente. Não há saída. Nem começo nem fim.

11. *Há argumento autoritário (não de autoridade)*. Ocorre quando a autoridade é usada como pretexto para dissimular a falta de argumentos. Um bom exemplo é-nos fornecido por Vieira no final do sermão:

(...) Perdoai-nos, Senhor, pelos merecimentos da Virgem Santíssima. Perdoai-nos por seus rogos, ou perdoai-nos por seus impérios: que, se como criatura vos pede por nós o perdão, como Mãe vos pode mandar, e vos manda que nos perdoeis. (...) (PÉCORA (Org.), 2001, p. 462)

Agora Jesus é tratado como um ser humano dependente que deve obediência à Mãe, uma vez que Ela *manda* que Ele perdoe aos portugueses. Como o sacerdote carece de novos argumentos, termina o sermão, mas não sem antes deixar claro para Jesus que a Mãe tem autoridade sobre Ele.

É importante notar que esse argumento, apresentado no final do texto, é justamente um que não se sustenta por falta de uma implicação lógica que o valide.

Como se observa pelos exemplos arrolados, Vieira utilizou-se dos diferentes tipos de recursos falaciosos para argumentar em favor de seus propósitos de persuasão.

1.2.3 Formas nominais e argumentatividade

O Sermão da Sexagésima foi pregado em 1655, quinze anos, portanto, após Vieira ter pregado, no Brasil, o sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*. É certo que não podemos afirmar que Vieira teorizou naquele a partir da própria prática observada neste, afinal, não dispomos de tal informação. Contudo, observamos que Vieira, para atingir seus propósitos de comunicação e persuadir o público-alvo do Sermão da Sexagésima (os pregadores), se serve das formas nominais do verbo (gerúndio, infinitivo e particípio) como recursos argumentativos. No que se refere, particularmente, ao gerúndio, o padre também utiliza essa forma nominal como um ato ilocucional, conforme veremos ainda neste item. Como esses mesmos usos ocorrem no sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*, julgamos conveniente abordar aqui a face argumentativa dessas formas para retomá-la depois no capítulo 4, quando, então, analisaremos o *corpus* de nossa tese.

Examinemos, assim, o emprego feito por Vieira das formas nominais do verbo – infinitivo, particípio e gerúndio. Já no primeiro parágrafo selecionado (p. 342, l. 1), deparamo-nos com a seqüência *até o sair é semear*. É de se notar que o operador argumentativo *até* nos revela que, para Vieira, o simples ato de “sair” não é significativo, a menos que – e, nesse ponto, o operador *até* brinda o enunciado com um acréscimo de sentido – o sacerdote esteja saindo com Deus, esteja imbuído das palavras e dos atos celestes. Nesse caso, um simples ato – representado por um infinitivo substantivado – reveste-se de novos matizes sêmicos que podem, inclusive, suprir a ausência de morfemas de modo e tempo no infinitivo, pois, em qualquer tempo, “sair” passa a ter relevância desde que o sacerdote se faça acompanhar por Deus.

Destaca-se no segundo parágrafo (p. 342, l. 4-16) o uso reiterado do particípio dos verbos *mirrar*, *afogar*, *comer*, *pisar* e *perseguir*.

O uso recorrente do particípio motiva-nos a transcrever o que afirma Brandão (1963, p. 472) em:

270. Segundo o conceito da gramática tradicional, é particípio “a palavra que participa da natureza do adjetivo e do verbo”. Esta definição frisa a natureza mista do particípio. De feito, apresenta êle caráter adjetival, enquanto modificador de nome ou pronome, subordinado, assim, às normas de concordância; reveste caráter verbal, porque encerra em si as idéias de voz, de modo, de tempo, de aspecto e pode ter os mesmos complementos do verbo de que é cognato. Ora exprime ação presente ou pretérita, ora um estado resultante de um fato consumado e daí, por uma transição semasiológica natural, entra a significar uma simples qualidade.

O particípio perfeito (BRANDÃO; 1963, p. 475)

274. O particípio perfeito ou passado é um adjetivo verbal que exprime não sòmente o resultado de uma ação acabada, o estado a ela consegüente, mas também uma ação concluída ou uma simples qualidade.

(...)

Tornando nossas as palavras de Brandão, é lícito afirmar que todos os particípios utilizados por Vieira no segundo parágrafo exprimem ações já consumadas, concluídas no pretérito, *mas cujos efeitos permanecem*, pois todos os verdadeiros semeadores, segundo a concepção do padre, agiram no mais puro e genuíno amor por Deus, de modo que, mesmo tendo sido sacrificados, “perseguidos” e “pisados”, os seus feitos, assim como os louros conquistados, permaneceram para servir de exemplo aos novos pregadores e, ainda que assim não fosse, os efeitos dessas ações permaneceriam não mais pelo uso do particípio, mas pela repetição exaustiva de seus atos durante a sementeira.

Observa-se que o Sermão da Sexagésima traz seu conteúdo articulado sobre as três formas nominais do verbo, e esses usos têm um valor argumentativo, pois concorrem para que o público-alvo seja persuadido. No caso do particípio, não se trata tão-somente de mencionar ações que se perderam no passado, mas, sim, de resgatar aquelas que, mesmo concluídas, têm valor de referência para o público-alvo do sermão.

No terceiro parágrafo selecionado (p. 342, l. 19-22), Vieira fará uso do gerúndio de um modo incomum, qual seja, o de ato ilocucional; antes de dissertar sobre esse ponto, porém, convém salientar um uso do gerúndio considerado vicioso. Para tal fim, recuperaremos Carneiro (1997, p. 174): “(...) Para ter um emprego claro, o gerúndio deve estar o mais perto possível do sujeito ao qual se refere.” Em relação aos empregos

não recomendados do gerúndio, fala-nos o autor que se deve evitar usá-lo (1997, p. 175) “(...) quando as ações expressas pelos dois verbos – gerúndio e verbo principal – não puderem ser simultâneas: *Chegou sentando-se.*” (cf. nota 1).

Ao nos reportarmos às palavras do sacerdote, vamos considerar como hipótese que ele faz um uso estratégico do gerúndio; aparentemente modais, serão os gerúndios do padre verdadeiros atos ilocucionais (cf. nota 2).

No terceiro parágrafo do trecho selecionado do Sermão da Sexagésima (p. 342, l. 19-22), Vieira menciona três “concursos”, verbalizados por meio da seguinte estrutura sintagmática: SV + SN + Sprep + SVger, sendo Sprep = sintagma preposicionado e SVger = sintagma verbal no gerúndio. Entretanto, um sermão deve converter os fiéis; para tanto, é preciso que pregador, ouvinte e Deus tenham contribuições bem específicas:

1^a) *há de concorrer o pregador com a doutrina, persuadindo* = SV + SN + Sprep + SVger;

2^a) *há de concorrer o ouvinte com o entendimento, percebendo* = SV + SN + Sprep + SVger; e

3^a) *há de concorrer Deus com a graça, alumando* = SV + SN + Sprep + SVger.

Se simplificarmos um pouco mais os enunciados acima, teremos:

- o pregador concorre, persuadindo;
- o ouvinte concorre, percebendo; e
- Deus concorre, alumando.

Naturalmente, percebe-se que as três personagens principais do Sermão concorrem *de algum modo* para que ele seja bem-sucedido. Portanto, vamos trabalhar com essa

hipótese inicial, qual seja, os gerúndios *persuadindo*, *percebendo* e *alumiando* exprimem relações de modo. Todavia, não podemos assegurar que “modo” e “ação”, dependendo do contexto, sejam mutuamente exclusivos; nem todo modo exprime uma ação, mas há outros que podem fazê-lo. Atente-se, pois, para algumas das definições de *ação*:

ação

ato ou efeito de agir

Ex.: ações valem mais que palavras

1 evidência de uma força, de um agente etc.; o seu efeito

Ex.: a. da umidade, do tempo, de um medicamento etc.

2 capacidade, possibilidade de executar alguma coisa

3 disposição para agir; atividade, energia, movimento

Ex.: homem de a.

4 faculdade de agir, de se mover

Ex.: a notícia deixou-o sem a.

5 modo de proceder; comportamento

Ex.: praticar boas a.

6 efeito de alguém ou algo sobre outra pessoa ou coisa; influência

Ex.: <a. do meio ambiente> <a. benéfica do pai>

(...)

19 Rubrica: gramática, lingüística.

processo dinâmico em que há um agente que faz (algo) [Expressa-se pelo verbo de ação ou por certos substantivos, ger. derivados dos verbos de ação (p.ex., *correr*, *corrida*, *corredor*, *almoçar*, *almoço* etc.).]

(...)

A partir das definições acima, um possível semema para o verbete *ação* pode ser o seguinte:

ação – semema

[+ efeito]
[+ agente]
[+ capacidade para executar algo]
[+ possibilidade de executar algo]
[+ disposição]
[+ atividade]
[+ energia]
[+ movimento]
[+ modo de proceder]
[+ comportamento]
[+ influência]
[+ intenção]
[+ intervenção]
[+ mudança]
etc.

A acepção 19, *processo dinâmico em que há um agente que faz (algo)*, abarca, sozinha, todos os traços semânticos contidos no semema acima; no entanto, a acepção 5, *modo de proceder; comportamento*, nos faz pensar em uma possível sinonímia entre modo e ação, embora o exemplo dado não seja muito elucidativo (*praticar boas ações*). No caso desse exemplo, “praticar boas ações” seria um “comportamento”, um “modo de proceder”, não uma “circunstância” (*condição de tempo, lugar ou modo que cerca ou acompanha um fato ou uma situação e que lhes é essencial à natureza* – acepção 1 do verbete *circunstância*); ou seja, “praticar boas ações” seria o ato em si, não o modo – circunstância como esse ato é praticado (como, por exemplo, “praticar boas ações” *com bondade ou espontaneamente*).

Desse modo, não pode haver sinonímia entre modo e ação, ao menos no exemplo acima. Todavia, analisemos essa possibilidade no discurso de Vieira: dos três verbos mencionados (*persuadir, perceber e alumiar*), *perceber* não

apresenta a maioria dos traços que o caracterizariam como uma “ação”; um dos mais importantes, o traço [+ intenção], não está necessariamente presente no semema de *perceber*; alguém poderá afirmar, por exemplo, que no dia seguinte irá almoçar no restaurante da esquina, isto porque a pessoa *tem a intenção de ir, planeja fazê-lo*; agora, dificilmente alguém dirá que “amanhã *vou perceber* o comportamento de Fulano”. É claro que nada impede que este enunciado seja dito por uma pessoa, mas não é o mais comum; pretendemos deixar claro que, do mesmo modo que podemos perceber algo intencionalmente, também podemos fazê-lo casualmente, inocentemente.

O traço [+ intenção] é apenas um; há outros que também podem – ou não – figurar no semema de *perceber*; ainda assim, o traço [+ intenção] é bastante representativo para caracterizar um verbo dito “de ação”, já que, de um modo geral, não se pode conceber ação sem intenção.

O verbo *alumiar*, assim como *perceber*, também pode – ou não – conter em seu semema o traço [+ intenção]. Ao dizer que Deus “concorre alumiano”, consideramos lógico supor que, se Ele o faz, é porque deseja fazê-lo; se usarmos o mesmo verbo para referir-se a uma lâmpada, por exemplo, claro está que não podemos afirmar que “a lâmpada ‘desejou’ ou ‘teve a intenção de’ alumiar o ambiente”, até porque o traço [+ intenção] exige um agente dotado do traço [+ humano].

Dos três verbos utilizados por Vieira, respectivamente, *persuadir*, *perceber* e *alumiar*, o primeiro não deixa qualquer dúvida quanto à presença do traço [+ intenção] em seu semema; e aqui não há que se pensar em “possibilidade” (parece muito pouco provável imaginar que uma pessoa possa persuadir outra “sem querer”). O verbo *persuadir* contém o traço; não se pode persuadir ninguém se não houver um firme propósito de fazê-lo. Podemos afirmar, então, que o pregador

pratica uma ação quando “concorre persuadindo”, pois “persuadir” não é o *modo* como ele “concorre”, não é uma circunstância, mas uma ação que está sendo realizada à medida que o pregador prega para os fiéis, e o gerúndio – e aqui há a presença de um diferencial – é o responsável não pela ação realizar-se, mas *por estar realizando-se*, já que se trata de uma ação que demanda tempo (cf. nota 3).

Em relação aos verbos *perceber* e *alumiar*, não podemos conceber a eficácia do sermão se não aceitarmos também que esses verbos, no momento da pregação, não são *modos*, mas verdadeiros *atos de fala*, mesmo que não haja ninguém enunciando tais verbos no presente do indicativo, primeira pessoa do singular; trata-se, nesse caso, de ações *que estão sendo realizadas* por meio de um outro viés: o momento mesmo em que o sermão está sendo pronunciado.

Concorrem para essa interpretação o verbo *converter*, no *infinitivo*, a locução verbal *há de haver*, com o verbo principal também no *infinitivo*, e a proposta de *eficácia*, *não de eficiência*; o substantivo *eficácia* está entrelaçado semanticamente ao verbo *converter*, já que ambos contêm o traço [+ mudança], o que já não se dá com o substantivo *eficiência* (um sermão pode ser eficiente sem ser eficaz; para isto, basta que os fiéis aceitem as palavras do pregador, concordem com elas, mas continuem com os mesmos comportamentos, sem que haja qualquer mudança).

Sabemos que converter significa “mudar”, e a mudança é o produto da eficácia; acrescente-se que o fato de estar o verbo *converter* no *infinitivo* e, portanto, sem indicadores temporais, mostra-nos que, se não há limites temporais, a conversão pode se dar a qualquer tempo *desde que o sermão seja eficaz*. Da mesma forma, pelo mesmo viés da atemporalidade do *infinitivo*, a conversão é um fato, é real e definitiva, assim

como os “três concursos” de Vieira, precedidos de uma locução no infinitivo e *por causa dela*, pois, ao mesmo tempo em que são atemporais e definitivos, sofrem um recorte temporal que ocorre *durante* a pregação; a conversão não se dá *após* o sermão, *mas enquanto ele se realiza*.

Para isso, é preciso *ação*, mais precisamente, três ações simultâneas: persuadir, perceber e alumiar, sendo as duas últimas “ações” no contexto da eficácia do Sermão. Essas ações realizar-se-ão *durante o sermão*, que passa a ser um espaço único e bem delimitado no tempo para a realização dos três atos; isto porque, findo o sermão, só há duas possibilidades de resultado: os fiéis converteram-se, caso em que houve, efetivamente, a ação; e os fiéis não se converteram; neste segundo caso, não se poderá falar em “ação”, uma vez que ação e conversão são interdependentes.

Para Vieira, ação é verbo e estagnação é nome (p. 343, l. 32-45). Analisemos o conteúdo dos quadros abaixo, respectivamente, quatro substantivos que representam os que apenas “falam” e quatro orações adjetivas restritivas que traduzem os que, efetivamente, “agem”. Esses conteúdos retratam fielmente a diferença entre *nome* e *verbo*; para o sacerdote, “há muita diferença” entre:

nome	verbo
<p>o semeador o soldado o governador o pregador</p>	<p>o que semeia o que peleja o que governa o que prega</p>

Segundo Vieira, Jesus Cristo também comparou nome e verbo, o falar e o agir; o falar *sem* o agir é um mero pregar, enquanto o falar *com* o agir é semear. Para o jesuíta, os sermões não convertem porque os pregadores não são semeadores, ou seja, falam mas não agem.

Assim, o verbo *pregar* apresentar-se-nos-á com dois sememas (virtuais) distintos, quais sejam:

pregar = falar – “semema”: **pregar = semear – “semema”:**

[+ nome]
[+ boca]
[+ estagnação]
[+ semeador]
[+ soldado]
[+ governador]
[+ pregador]

[+ verbo]
[+ mão]
[- estagnação]
[+ o que semeia]
[+ o que peleja]
[+ o que governa]
[+ o que prega]

É preciso ser verbo para ter voz ativa entre os fiéis. Para o padre, o verbo *agir* está no mesmo campo semântico do verbo *ver*, ao passo que o verbo *falar* integra o mesmo campo semântico do verbo *ouvir*. Nesse caso, o particípio de *ver* e *ouvir* parece interferir menos que o morfema lexical desses verbos.

Interessa-nos explicitar o que significa “Deus visto” e “Deus ouvido” (p. 343, l. 47-53). O “Deus visto” está no céu e é amado por todos; o “Deus ouvido” está na terra e é muito mais ofendido que amado. Ocorre que Deus é o mesmo tanto na terra como no céu, assim, é possível justificar a “falta” de amor na terra pelo fato de que o “Deus visto” é o próprio exemplo, é o resultado de uma obra, é uma ação realizada. O

“Deus ouvido” é “ouvido” tão-somente por um intermediário – no caso, o padre – e este, que deveria exemplificar o discurso proferido não o faz, ao contrário, dirige-se aos fiéis com palavras vazias, palavras que só podem ser *ouvidas*, mas não *escutadas*.

Desse modo, o “Deus visto” é o verbo, é o “pregar = semear”, enquanto o “Deus ouvido” é o nome, é o “pregar = falar”. Para que o sermão produza os efeitos desejados, é preciso que os ouvintes *vejam* os pregadores, ou seja, é preciso que estes “transformem” nome em verbo, isto é, *transformem a si mesmos*. Há que se observar não só a não-interferência do particípio *visto* mas também uma “distribuição” dos traços semânticos [+ durativo] e [+ pontual], conforme estejamos nos referindo, respectivamente, a um particípio nominal com valor de *infinitivo* ou um particípio verbal, que, de um modo geral, designa o resultado de uma ação.

Assim, o particípio não tem o mesmo emprego em “Deus visto” e “Ele foi visto ontem.” Assim também o particípio *ouvido* em “Deus ouvido” e “Ele foi ouvido por milhares de pessoas.” No caso de *visto* e *ouvido* com função adjetiva (note-se que não há aqui a elipse do verbo *ser* – Deus (foi) visto e Deus (foi) ouvido, pois a interpretação já não seria a mesma), temos dois particípios-adjetivos com valor de *infinitivo*, uma vez que ambos são *atemporais*.

É de se notar que o “Deus visto” e o “Deus ouvido” não o foram uma única vez, como ocorre nas frases “Ele foi visto ontem.” e “Ele foi ouvido por milhares de pessoas.” O “Deus visto” é o exemplo *sempre* presente, a ação que se realiza; o “Deus ouvido” é o não-exemplo *sempre* presente ou o exemplo *sempre* ausente, as palavras *sempre* vazias. No caso das frases (“Ele *foi* visto *ontem*.” e “Ele *foi* ouvido por milhares de pessoas.”), o valor pontual de “visto” é reforçado pelo advérbio

de tempo e pelo auxiliar no pretérito perfeito do indicativo; já o valor pontual de “ouvido” é reforçado pelo mesmo auxiliar, que está no mesmo tempo verbal.

Temos então que o particípio nominal (presente nos sintagmas “Deus visto” e “Deus ouvido”) apresenta o traço [+durativo] devido, sobretudo, ao valor atemporal, característico do infinitivo, e ao co-texto, que nos indica o que “efetivamente” ocorre no céu e na terra. Já o particípio verbal (presente nas frases “Ele foi visto ontem.” e “Ele foi ouvido por milhares de pessoas.”) apresenta o traço [+pontual] devido ao valor semântico característico dessa forma, que designa o *resultado de uma ação*, e esse resultado é algo que já está *pronto e acabado*, daí o valor pontual.

Nos sintagmas verbais que seguem (p. 344, l. 63-65), destaca-se o valor modal do particípio, uma vez que este funciona como um verdadeiro advérbio de modo:

	(...)
	acarretados;
(uns... outros) vêm	arrastados;
	estirados;
	torcidos;
	despedaçados;
	só atados não vêm!
	(...)

Esses particípios expressam o modo como os fiéis vão “ao martírio”; ao final do parágrafo, dois infinitivos substantivados (*o levantar*, *o cair*) revelam-nos que as “ações” designadas pelos morfemas desses infinitivos são neutras, atemporais, pois assim o diz o morfema -r, e, portanto, serão válidas em qualquer época, desde a mais remota até a mais incerta.

No parágrafo seguinte (p. 344, l. 69-71), para falar do estilo ideal de pregação, Vieira compara as palavras às estrelas; entretanto, contrariamente a estas, que são “muito distintas e muito claras”, o discurso do padre é repetitivo e obscuro em muitos trechos, embora ele assim não o considere, pois se se julga habilitado a ensinar como pregar é porque, naturalmente, pode dar o exemplo do que seja o estilo ideal de pregação.

No parágrafo subsequente (p. 344, l. 75), Vieira afirmamos (PÉCORA (Org.), 2001, p. 41) que “O Sermão *há de ter* um só assunto e uma só matéria.” Esse trecho, no que se refere à locução verbal *há de + infinitivo*, é idêntico ao que o segue. Observemos, então, a estrutura desses parágrafos:

Parágrafo 8:

O Sermão...

-  há de + ter + um só assunto
-  há de + ter + uma só matéria

Parágrafo 9:

Trecho 1:

“(...) O sermão *há de ser* duma só cor, *há de ter* um só objeto, um só assunto, uma só matéria.”

O Sermão...

-  há de + ser + duma só cor
-  há de + ter + um só objeto
-  há de + ter + um só assunto
-  há de + ter + uma só matéria

Trecho 2:

“*Há de tomar* o Pregador uma só matéria, *há de defini-la* para que se conheça, *há de dividi-la* para que se distinga, (...)”

O Pregador...

- ✚ há de + tomar + uma só matéria
- ✚ há de + defini-la + para que se conheça
- ✚ há de + dividi-la + para que se distinga

Trecho 3:

“(...) *há de prová-la* com a Escritura, *há de declará-la* com a razão, *há de confirmá-la* com o exemplo, *há de amplificá-la* com as causas, com os efeitos, com as circunstâncias, com as conveniências que se não de seguir, com os inconvenientes que se devem evitar, (...)”

O Pregador...

- ✚ há de + prová-la + com a Escritura
- ✚ há de + declará-la + com a razão
- ✚ há de + confirmá-la + com o exemplo
- ✚ há de + amplificá-la + ...
 - ✓ ...com as causas
 - ✓ ...com os efeitos
 - ✓ ...com as circunstâncias
 - ✓ ...com as conveniências + que se não de seguir

- ✓ ...com os inconvenientes + que se devem evitar

Trecho 4:

“(...) *há de responder* às dúvidas, *há de satisfazer* às dificuldades, (...)”

O Pregador...

- ✚ há de + responder + às dúvidas
- ✚ há de + satisfazer + às dificuldades

Trecho 5:

“(...) *há de impugnar e refutar* com toda a força da eloquência os argumentos contrários, (...)”

O Pregador...

- ✚ há de + impugnar e refutar + com toda a força da eloquência + os argumentos contrários

...e depois disto...

Trecho 6:

“(...) *há de colher*, *há de apertar*, *há de concluir*, *há de persuadir*, *há de acabar*.”

O Pregador...

- ✚ há de + colher
- ✚ há de + apertar
- ✚ há de + concluir
- ✚ há de + persuadir
- ✚ há de + acabar

“Isto é sermão, *isto é pregar*, e o que não é isto, é falar de mais alto.” (PÉCORA (Org.), 2001, p. 42, grifos nossos)

Primeiramente, vamos observar que o parágrafo 8 e o trecho 1 do parágrafo 9 referem-se ao *Sermão*, enquanto os demais trechos do parágrafo 9 (trechos de 2 a 6) referem-se ao *Pregador*. Para caracterizar apropriadamente (consoante o seu ponto de vista) o Sermão, Vieira faz uso de duas estruturas relativamente simples: “há de ter + SN” e “há de ser + Sprep”. O verbo *haver*, na posição de auxiliar, é um quase-sinônimo de *ter*. Note-se também que a locução verbal tem sujeito em ambos os parágrafos – e em todos os trechos; “Sermão” é o sujeito do parágrafo 8 e do trecho 1 do parágrafo 9, e “Pregador” é o sujeito dos demais trechos do parágrafo 9.

No parágrafo 8 e em todos os trechos do parágrafo 9, essas estruturas retratam o autoritarismo do padre, uma vez que podemos atribuir às locuções verbais o traço “obrigatoriedade” (...há de = **tem** de; assim, o Sermão **tem** de ser..., **tem** de ter...), ou seja, a pregação só dará bons frutos *se estiver* a serviço da clareza e, para isto, não pode versar sobre assuntos diversos, caso contrário não atingirá seus objetivos.

A partir do trecho 2 do parágrafo 9, o Sermão deixa de ser figura: o discurso do padre, agora, centra-se no Pregador; este **deve** tomar uma só matéria, **tem de** tomá-la, defini-la e dividi-la em partes para que o ouvinte possa saber exatamente do que se fala. Trata-se de uma estratégia inicial para captar a atenção do público-alvo, já que dificilmente prestamos atenção a algo que não entendemos. Ou seja, trata-se do exórdio do discurso.

Uma seqüência impressionante de adjuntos adverbiais de meio [há de prová-la *com a Escritura*, há de declará-la *com a razão*, há de confirmá-la *com o exemplo*, há de amplificá-la

com as causas, com os efeitos, com as circunstâncias, com as conveniências (...), com os inconvenientes (...)] ancora o desenvolvimento (narração) do discurso de Vieira no trecho 3 do parágrafo 9. Para cada infinitivo verbal, segue o meio de realizar o respectivo morfema lexical. Convém ressaltar que o meio de prova do sacerdote são as próprias Escrituras Sagradas – prova teoricamente indiscutível e irrefutável, já que se trata da palavra de Deus. A razão disto é a parcialidade de Vieira e o exemplo, o que o agrada e serve aos seus propósitos, conforme poderemos constatar na análise do sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*. Entretanto, há que se ter em mente que *é preciso* “amplificar” a matéria, isto é, mostrar suas causas e efeitos, as circunstâncias que a acompanham e – o mais importante – os ganhos obtidos em agir de determinado modo ou seguir um caminho previamente orientado e as perdas sofridas por não agir **daquele** modo ou não seguir **aquele** caminho.

No trecho 4 do parágrafo 9, o Pregador **tem** de “responder às dúvidas” dos fiéis e “satisfazer às suas dificuldades”, isto é, nada pode escapar à compreensão do ouvinte, senão não haverá como persuadi-lo.

Mas não é só. O trecho 5 do parágrafo 9 revela-nos que urge impugnar, refutar e coibir quaisquer argumentos contrários à tese que está sendo defendida “com toda a força da eloqüência”.

Finalmente, depois de tudo isto, o Pregador concluirá o Sermão, isto é, terá sua derradeira oportunidade para assegurar a fidelidade do ouvinte e persuadi-lo a agir **daquele** modo ou a seguir **aquele** caminho (peroração). Para que isto ocorra, o Pregador **precisa, deve, tem de** “colher – apertar – concluir – persuadir – acabar”.

Para Vieira, “isto é sermão, isto é pregar” e o que não é isto, na verdade, não é nada, são somente palavras vazias.

Simplificando um pouco mais as locuções verbais contidas nos parágrafos 8 e 9 e retirando-lhes os complementos e os adjuntos, teremos o seguinte resultado:

O Sermão... há de

**ter
ser**

O Pregador... há de

**tomar
definir
dividir
provar
declarar
confirmar
amplificar
responder
satisfazer
impugnar + refutar**

...e depois disto...

...há de

**colher
apertar
concluir
persuadir
acabar**

...isto é...

pregar

Conclui-se que o esquema argumentativo do sacerdote, então, alicerçar-se-á tão-somente no sintagma verbal “há de + infinitivo”.

Cabe nesta seqüência analisar o esquema simplificado acima. Antes, porém, convém observar os ensinamentos de alguns autores a respeito do infinitivo.

Iniciamos pelas palavras de Mattoso Câmara (1977, p. 146):

INFINITIVO – Forma verbo-nominal que corresponde à apresentação do processo em si mesmo em vez de sê-lo em função de um dado momento da sua realização, como nas formas verbais propriamente ditas. (...)

Nas Palavras de Brandão (1963, p. 422):

O infinitivo

239. O infinitivo é um nome verbal abstrato e por isso uma das formas nominais do verbo. As mais das vêzes, exprime a ação, o fenômeno, o processo, o estado, a relação significados pelo verbo, mas de modo geral e indeterminado, sobretudo quanto ao momento em que se realizam e quanto à pessoa gramatical do sujeito: “*Antes QUEBRAR que TORCER*” (Provérbio). (...)

Para Luiz Carlos Travaglia (1981, p. 172-173, grifos nossos):

Normalmente se diz que o infinitivo é uma forma aspectualmente neutra por se referir apenas à situação em si. O gerúndio apresentaria a situação como inacabada e cursiva e, segundo alguns, como durativa. (...) O particípio marcaria o aspecto acabado, apresentando a situação como concluída (...).

Estes valores, embora inerentemente válidos, nem sempre são perfeitamente claros, quando temos estas formas,

pois, por vezes, a significação da frase nos dá valores diferentes destes e até mesmo opostos. (...)

7.8.1 – Infinitivo

O infinitivo é aspectualmente neutro. Apresentando a situação em potência, a situação em si, não atualiza qualquer noção aspectual, quer na forma não flexionada, quer na forma flexionada. (...)

Particularmente em relação ao verbo *haver*, Mário Barreto (1980, p. 217, à exceção das perífrases verbais, grifos nossos) fala-nos que:

(...) Ainda mesmo como auxiliar, o verbo *haver* foi sendo progressivamente eliminado por *ter* e hoje são muito mais frequentes na linguagem usual as perífrases verbais com *ter* do que com *haver*: *tinha escrito, tenho amado, tenho chegado*. Cumpre exceptuar-se o caso de frases como *hei-de sair esta tarde, hei-de partir, havemos de andar, há-de desdizer-te, em que se exprime um futuro intencional, e se emprega o auxiliar *haver*.*

O infinitivo é, portanto, o nome do verbo. Quando dizemos que ele representa uma situação em si mesma, queremos significar que ele não potencializa a situação, mas a mantém em estado de latência. Contudo, isto só ocorre nos dicionários, lugares em que as formações de infinitivo estão completamente isoladas de um contexto. Assim, todos os verbos empregados por Vieira, em nosso esquema simplificado, têm os mesmos sentidos-base que os mesmos verbos em estado de dicionário, mas, ao mesmo tempo, não os têm.

Para entendermos esse aspecto, basta que pensemos em uma frase como “a porta está aberta”; podemos repetir essa frase, digamos, quatro vezes e em todas elas teremos, literalmente, um único sentido-base, qual seja o de que “a porta

não está fechada”; entretanto, fatores extralingüísticos, como o tom de voz com que a frase é pronunciada em cada uma das quatro vezes – assim como a expressão facial do locutor –, revelam-nos que o sentido-base se diferencia, se especializa em quatro novos sentidos, como uma simples constatação, um pedido para que o interlocutor feche a porta, uma ordem para retirar-se do recinto e uma demonstração de susto perante o inesperado do fato – como se alguém tivesse entrado na casa sem ser convidado, um ladrão, por exemplo.

Portanto, não podemos considerar os infinitivos usados por Vieira como formas neutras, até porque, estão inscritos em uma peça oratória que é uma teoria sobre como argumentar de modo eficiente e eficaz, com o objetivo maior que é persuadir o público-alvo do orador. Trata-se de uma teoria da argumentatividade, um texto meta-argumentativo e, como tal, está muito longe de empregar formações neutras, sobretudo, porque as formas de infinitivo integram uma perífrase verbal com o verbo *haver* + a preposição *de*, o que configura uma situação de obrigatoriedade a ser realizada pelo interlocutor.

Helena Brandão (1998, p. 59), ao analisar propagandas da Petrobrás, afirma, em relação à imagem do locutor, que:

A imagem que esse locutor projeta de si é a de uma figura que oscila entre:

um sujeito a movimentar-se em direção a um interlocutor, buscando seu envolvimento e sua persuasão (...);

e um sujeito “contido” nos limites da verdade – característico do discurso técnico-científico – (manifesto nas asserções e verbos obrigativos: “A Petrobrás *tem de...*”, “precisa”) que, por contingências situacionais, “deve” despojar-se de qualquer traço de subjetividade para que seu Fazer ou Dizer se invista do estatuto de uma fala “competente”, legitimada pela instituição. (...)

Vieira ensina como deve ser o sermão e como deve agir o pregador para persuadir seu público-alvo, os fiéis. Se aplicarmos as idéias desse excerto ao esquema de verbos no infinitivo, teremos um sujeito argumentador – no caso, *um pregador*, que pode ser o padre, o pastor ou qualquer outro que esteja revestido de uma função religiosa; mas não é só: teremos *o pregador*, por excelência, que é o próprio Vieira, e todos se movimentarão “em direção a um interlocutor” para envolvê-lo e persuadi-lo.

Já o sujeito “contido” irá sacramentar uma “fala competente”, legitimada pela instituição *Igreja*, o que, convenhamos, inscreve no discurso um locutor virtual, que é Deus, já que padres e pastores são os representantes de Deus na Terra e, como tais, precisam persuadir os fiéis a agirem de acordo com a orientação divina, ou seja, do próprio Pai.

Convém observar que a Instituição Igreja, seja católica, evangélica, presbiteriana ou outra, é a mais poderosa, uma vez que nenhuma palavra pode ser mais persuasiva que a de Deus, conforme já vimos.

No caso das formas infinitivas, podemos considerá-las legítimas formas argumentativas. Essa afirmação é corroborada pelas palavras de Mário Barreto, quando afirma que a perífrase verbal com *haver*, nos mesmos moldes usados por Vieira, exprime um “futuro intencional” e, convenhamos, a intenção é a base de todo e qualquer argumento. Assim, mesmo que o padre não possa fazer do futuro um tempo previsível, ele pode fazê-lo com o “dever ser”, já que não há outra forma para realizar o infinitivo, que não a obrigatoriedade de realizá-lo – no caso, a instrução de sentido contida no lexema verbal do infinitivo – *daquele modo e com aquela intenção*.

Para efeito de uma teoria da argumentação, o esquema simplificado de perífrases verbais divide-se em tema (o sermão ou o texto do discurso) e em como trabalhar esse mesmo tema (o que deve fazer o pregador ou locutor). A própria quantidade de verbos que caracterizam o tema e o “fazer esse tema” revela-nos a importância de cada item. Note-se que o esquema para o sermão (tema) é bastante simples, pois contém apenas duas perífrases, sendo que uma o obriga a ser e a outra o obriga a ter. Assim, qualquer tema religioso é válido, desde que ele *seja e tenha*, pois esta é a receita de Vieira.

A maior complexidade do esquema argumentativo está no *como fazer*; prerrogativa do pregador, no tecer mesmo uma “teia textual”, uma “rede” em que se possa aprisionar o interlocutor *em qualquer tempo* futuro, seja próximo ou longínquo, não importa, a presença do infinitivo assegura a atemporalidade futura, no que se refere ao “prazo de validade” do discurso, sem, no entanto, desdenhar o recorte temporal do *aqui e agora* da pregação.

Vieira configura um esquema de verbos em seqüência que podemos dividir em dois grandes blocos, sendo o primeiro separado do segundo pela expressão “...e depois disto...”:

Bloco 1:

O Pregador... há de

**tomar
definir
dividir
provar
declarar
confirmar
amplificar
responder
satisfazer
impugnar + refutar**

...e depois disto...

Bloco 2:

O Pregador... há de

**colher
apertar
concluir
persuadir
acabar**

O primeiro bloco (verbos *tomar, definir, dividir, provar, declarar, confirmar, amplificar, responder, satisfazer e impugnar + refutar*) contém verbos que funcionam como verdadeiros comandos para o pregador, isto é, passo a passo, fornecem instruções sobre como introduzir e como desenvolver o sermão de modo a refutar qualquer tipo de réplica. Trata-se de um monólogo disfarçado, uma vez que pressupõe a existência da réplica, mas, *a priori*, não admite que ela possa ter valor de verdade. A proposta de argumentação do padre é autoritária porque toma as Sagradas Escrituras como meio de prova. Dogmas da fé católica e aceitas pelos fiéis sem discussão, as Sagradas Escrituras não admitem refutação, pois, refutá-las, é o mesmo que ir de encontro às palavras divinas, o que não é admissível.

O segundo bloco de verbos (*colher, apertar, concluir, persuadir, acabar*) configura uma seqüência vertiginosa, tanto que as perífrases, encadeadas, dispensam complementos ou adjuntos: há tão-somente uma idéia de “enforcamento” do outro, de gradação, até atingir um clímax, em que esse outro se vê inerte, sem “fôlego” e sem chance de qualquer reação que

não seja a esperada ou, melhor dizendo, a “exigida” pelo pregador.

Finalmente, Vieira arremata o discurso com um demonstrativo (*Isto é..., isto é...*) cuja função é condensar tudo o que foi dito antes. É de se notar que o pronome *isto*, comumente intitulado “neutro”, deixa de sê-lo para concentrar em si mesmo toda a essência de um discurso autoritário que ensina passo a passo como minar as resistências do outro e vencê-lo em um duelo de um só.

Mas não é tudo. Para reforçar sua verdade, que é única, o padre afirmará que “...e o que não é isto, é falar de mais alto” (PÉCORA (Org.), 2001, p. 42), ou seja, “o que não é isto” é tão-só uma fala vazia, literalmente neutra.

Para Vieira, o futuro não é incerto, ao contrário, basta que o pregador siga as suas instruções para um sermão bem-sucedido para que os resultados apareçam; assim (PÉCORA (Org.), 2001, p. 42):

...há de haver...

**frutos
flores
varas
folhas
ramos**

...mas tudo...

**nascido e
fundado**

...em um só tronco

Particularmente neste momento, convém observar que Vieira usará a imagem da árvore para compor a metáfora do

sermão “perfeito”, isto é, aquele em que o “interlocutor” passa a agir exatamente do jeito que queremos (ou que o padre quer). Por que justamente a árvore? Parece claro, pois a árvore deita suas grossas raízes no solo e ali faz a sua história através de anos e anos, às vezes, até mais de um século. As árvores duram e não podem ser arrancadas do solo que as abriga com facilidade. Da mesma forma, o sermão bem-sucedido “deitará suas raízes” no (novo) comportamento do “interlocutor”, que passa a agir como o pregador deseja, ou melhor, “exige”.

Nota-se em Vieira uma interessante oposição entre infinitivo e particípio, ao asseverar que “há de haver frutos, flores, varas, folhas, ramos, mas tudo nascido e fundado em um só tronco” (p. 345, l. 93-96); ou seja, o sermão bem-sucedido frutifica, mas a partir de uma única matéria; a perífrase verbal “há de haver” não deixa dúvidas de que se trata de uma *certeza* o resultado da pregação. Aqui não se admitem incertezas, pois o tema do sermão está assentado em bases sólidas – as palavras de Deus são irrefutáveis e, por isso mesmo, constituem o meio de prova mais eficaz da argumentação.

Observa-se, ainda, que Vieira reitera que o “tronco” não está “levantado no ar”, mas “fundado nas raízes do Evangelho” (p. 345, l. 97-99); ou seja, o fundamento da argumentação são as Sagradas Escrituras e nada há que possa contra elas; prova disso é o emprego do verbo *ser* como verbo intransitivo para referir-se a Deus, pois não precisamos de predicados para fazê-lo, basta afirmar que *Deus é* e pôr um ponto final na frase.

Prosseguindo, Vieira opõe “expor” a “pregar” e “ensinar” a “persuadir” e afirma que falará “desta última”, pois é a que dá frutos (p. 345, l. 101-103); no parágrafo 13 (p. 345, l. 105-109), nos dirá que as razões não virão “de fora” – “não hão de ser enxertadas” –, mas “de dentro” – “hão de ser nascidas”. Para Vieira, “o pregar não é recitar” e essa postura justifica-se pelo

fato de que, de um modo geral, recitamos textos alheios, daí o uso do verbo *enxertar*. É preciso persuadir o outro pelo entendimento, não pela memória, pois esta representa o que é alheio, ao passo que aquele faz nascerem as razões próprias.

A questão aqui é: entendimento a partir de que bases? Razões próprias de quem? Claro está que as bases estão em Deus e as razões próprias são as de Deus. E o próprio tronco são as Sagradas Escrituras. No discurso de Vieira, não há lugar para o livre-arbítrio, até porque, este implica uma escolha, palavra esta alijada do vocabulário do jesuíta.

Segue a definição de *livre-arbítrio* e sua relação com a “teoria” da argumentação proposta por Vieira sob o oportuno disfarce de um sermão:

livre-arbítrio

substantivo masculino

Rubrica: filosofia.

possibilidade de decidir, escolher em função da própria vontade, isenta de qualquer condicionamento, motivo ou causa determinante.

De fato, “as razões próprias nascem do entendimento” (PÉCORA (Org.), 2001, p. 44); todavia, também é verdade que o entendimento de algo só é possível a partir do raciocínio, e quem é capaz de raciocinar sobre alguma coisa está apto a fazer escolhas e a exercitar o próprio livre-arbítrio, o que, naturalmente, não interessa a Vieira, uma vez que basta um pequeno esforço de raciocínio para perceber que as fundações de seu discurso são, no mínimo, movediças.

O “entendimento”, na verdade, parte de um raciocínio guiado, cujo objetivo é calar a voz do interlocutor, não o interlocutor-pregador, mas o interlocutor-fiel, que ouvirá sermões já orientados pela voz de Vieira, para quem os homens

só se convencem pelo que ele chama de “entendimento”, mas, convenhamos, o único “entendimento” real é o que o padre *quer* que o outro “entenda” e não poderia ser de outro modo, já que seu discurso não mostra nenhuma predisposição para considerar uma contra-argumentação como válida.

É interessante observar como Vieira usará o gerúndio no parágrafo 14 (p. 345, l. 111-112): como um verdadeiro ato ilocucional, que, além de realizar uma ação, exprime, coincidentemente, o modo de realizá-la: “Antigamente **pregavam bradando**, hoje **pregam conversando**.” (PÉCORA (Org.), 2001, p. 45); *bradando* e *conversando* são dois modos diferentes de pregar, entretanto, há também uma ação sendo realizada no momento em que o locutor está bradando ou conversando, qual seja a de pregar. E, repare-se, não estamos falando de verbos performativos, pois dizer, no presente do indicativo, primeira pessoa, “eu prego” não realiza a ação de pregar, mas tão-somente informa uma atividade do locutor.

No púlpito, no momento mesmo em que está pregando, esse locutor está bradando (ou conversando). Há que se notar um deslocamento no eixo temporal, uma vez que o ato se realiza não no instante (momento presente, como em “eu prometo”) em que o orador fala, mas em qualquer outro ponto da linha do tempo, que não o presente. *Para nós, estamos diante de uma nova classe de atos ilocucionais cujo fundamento está na propriedade de atribuição do traço “simultaneidade” à articulação entre o verbo no gerúndio e o lexema do verbo que o antecede.* Observe-se que, em “pregavam bradando” (ou “pregam conversando”), na verdade, há dois atos de fala ocorrendo juntos, simultaneamente. Convém observar que as ações de *bradar* e *conversar* ocorrem no momento da pregação; não se trata aqui, ressalte-se, de “eu brado” ou “eu converso”, mas, sim, de, no momento *mesmo* de

pregar, *enquanto está pregando*, o locutor *também – simultaneamente – está bradando ou conversando* com o interlocutor. Temos, portanto, um enquadre temporal que não se obriga ao presente do indicativo, primeira pessoa singular, embora não o exclua, pois, em qualquer momento temporal, inclusive o “aqui e agora”, basta que o pregador comece a pregar para realizar duas ações por meio da fala: *o pregar e o modo como prega*, no caso do trecho em questão.

Prosseguindo, no parágrafo 15 (p. 346, l. 117-130), Deus, Jesus Cristo e o Diabo entram em cena como protagonistas de uma dicotomia: defesa x tentação. Vieira descrever-nos-á a cena do seguinte modo: estranhamente, a Bíblia é instrumento de defesa para Jesus e de tentação para o Diabo, mesmo sendo “todas as Escrituras palavras de Deus”. O jesuíta, entretanto, se antecipa a essa “aparente” contradição e explica que Cristo “toma as palavras da Escritura em seu verdadeiro sentido” e o Diabo, “em sentido alheio e torcido” (PÉCORA (Org.), 2001, p. 47).

Verifica-se, porém, que algumas perguntas permanecem sem resposta, mesmo com os pretensos “esclarecimentos” do padre. A primeira pergunta que se nos apresenta é: por que Jesus Cristo precisa defender-se do Diabo? Certamente, poder-se-á argumentar que Jesus precisou defender-se da tentação, uma vez que o Diabo tentou Cristo. Trata-se de uma resposta aceitável, afinal, o fato de Jesus defender-se não o torna vulnerável ao Diabo. Entretanto, o instrumento usado na defesa, as Sagradas Escrituras, pôde ser usado somente porque Jesus tomava suas palavras (das Escrituras) em seu “verdadeiro sentido”, ao passo que o Diabo as tomava em “sentido alheio e torcido”.

A questão agora é: qual é o “verdadeiro sentido” das palavras das Sagradas Escrituras? Note-se que esse ponto não é

esclarecido por Vieira, que acrescenta ainda que as mesmas palavras, quando tomadas em “verdadeiro sentido”, são “palavras de Deus”; contudo, se tomadas em “sentido alheio”, são “armas do Diabo”. Mas como saber o “verdadeiro sentido” se tais palavras foram escritas por homens, e não por anjos ou demônios? Quanto a “torcer o sentido” das palavras, será que Vieira, de fato, pode arvorar-se de autoridade em relação a esse ponto? Mas não é só. Faltam referentes nesse contexto. “Verdadeiro sentido” para quem? De que ponto de vista? Como se pode afirmar que o sentido de uma palavra foi “torcido” em relação ao seu “verdadeiro sentido” se este não é perfeitamente conhecido? Tanto que há um sem-número de religiões que, praticamente, falam “línguas” diferentes a partir de um só fundamento, que são as Sagradas Escrituras...

Portanto, o sentido de que trata Vieira, ou seja, o “verdadeiro” é aquele que lhe convém, que servirá aos seus propósitos argumentativos e estabelecerá os pilares de sua argumentação. Da mesma forma, podemos afirmar que o sentido “torcido”, “alheio” é justamente aquele que vai de encontro aos seus propósitos de persuadir o ouvinte. Vieira, inclusive, afirma que as mesmas palavras serão defesa ou tentação se, respectivamente, “Deus as disse” ou “Deus as não disse”; deve-se ressaltar, todavia, que, até hoje, só “ouvimos” a voz de Deus nos filmes.

Convém notar que Vieira reprova nos outros o que ele próprio faz; suas críticas acerbas dardejaram os pregadores e somente estes, já que ele, Vieira, se serve de “dois pesos e duas medidas”, ou seja, “faça apenas o que eu digo, mas não o que eu faço”. Curiosamente, a exemplificação, que seria a maior prova testemunhal de seu discurso, não passa de um nome, “uma palavra vazia”, uma vez que o padre parece não se incluir, mesmo sendo um pregador, no rol dos pregadores, ao

menos, no rol daqueles que deveriam orientar-se por suas palavras.

Cabe observar que Vieira, ao fazer uma série de perguntas retóricas aos pregadores (p. 346, l. 131-139), ainda sobre o mesmo assunto do parágrafo anterior, põe Deus e os padres da Igreja no mesmo patamar hierárquico e confirma estes como legítimos representantes dAquele: “(...) é esse o sentido em que Deus os disse? É esse o sentido em que os entendem os Padres da Igreja? (...)” (PÉCORA (Org.), 2001, p. 48) É de se notar que o sentido conferido por Deus às próprias palavras é o mesmo que os padres da Igreja atribuem; isto é o mesmo que dizer que qualquer outro sentido imputado às palavras divinas, que não os atribuídos pelos padres da Igreja, não é verdadeiro, ao menos, não em relação ao que Deus *quis dizer*.

Finalmente, a atemporalidade do infinitivo brinda-nos com o paralelismo entre “frutificar” e “padecer”, já que este e aquele se afinam (p. 346, l. 141-142); o mesmo não se dá entre “frutificar” e “gostar”, mas, de fato, até as sementes plantadas frutificarem, muitos sacrifícios e padecimentos terão sido experimentados pelos pregadores. O sentido não é de prazer, daí não se tratar de um “gostar”, mas de urgência, pois é preciso pregar, sobretudo, com obras, o que, se for levado a efeito com sinceridade, exige renúncias e sacrifícios.

Conforme inicialmente afirmado, esse discurso é uma peça oratória, uma “teoria” de argumentação. Contemplou-nos não somente com os ensinamentos pertinentes à estruturação de um sermão e dos recursos argumentativos no desenvolvimento das idéias de sustentação de uma tese (cf. item 1.2) mas também no que respeita à utilização dos recursos lingüísticos: o emprego das formas nominais do verbo como recurso argumentativo. Esse papel argumentativo das formas nominais

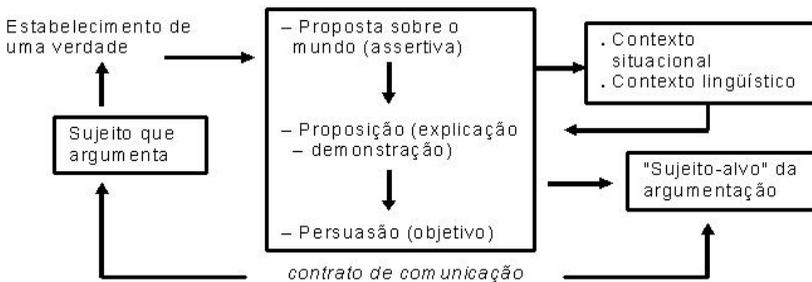
do verbo será retomado na análise do *sermão Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*.

1.3 Processo argumentativo

Argumentar é fazer uma afirmação sobre o mundo e prová-la. Parece simples e, de fato, o será se argumentarmos a partir do viés do raciocínio lógico.

Para que possamos perceber com mais clareza como funciona o processo argumentativo, apresentaremos a seguir o esquema que contém os principais elementos de uma argumentação (Charaudeau, 1992):

Processo argumentativo:



Como se verifica, no desenrolar de um processo argumentativo, em uma situação interlocutiva, temos um sujeito que argumenta e um "sujeito-alvo"; ambos os interlocutores estão vinculados por um contrato de comunicação que rege o modo de organização do discurso por eles escolhido.

Segundo Charaudeau (1992, p. 803), "toda asserção pode ser argumentativa, a partir do momento em que ela esteja

inscrita em um dispositivo argumentativo". Nesse dispositivo, um sujeito argumentador tem influência sobre um sujeito interpretante por meio de um "contrato argumentativo". Para que tal ocorra, o sujeito que argumenta faz uma "proposta sobre o mundo" e essa proposta contém o "estabelecimento de uma verdade".

O sujeito faz uma assertiva qualquer sobre o mundo a partir de seus *esquemas de conhecimento* (TANNEN; WALLAT, 1987). Quando Vieira se apropria das palavras de São Paulo, que diz ao homem “farás o que te ensina a Fé, e o que deves à criatura” (PÉCORA (Org.), 2001, p. 447), no momento em que [Vieira] fala, estabelece uma verdade *na qual ele próprio acredita*. Portanto, quando analisamos essa passagem do sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*, pressupomos que Vieira realmente crê que o homem deve agir com as criaturas de acordo com o que ensina a fé. Todavia, a assertiva de São Paulo por si só não constitui um argumento. Para que assim seja, ela necessita de uma explicação que *demonstre a sua veracidade*: “farás o que te ensina a Fé, e o que deves à criatura *pelos motivos expostos*”.

Todo esse processo de demonstração lógica de um raciocínio converge para um objetivo, que é o de *persuadir o outro* para que ele também creia na verdade da assertiva inicial. É de se notar que o próprio ato de persuasão já está inscrito na explicação das provas que validam o argumento inicial do sujeito.

Em contrapartida, se, por hipótese, o "sujeito-alvo", após ouvir seu interlocutor, ou seja, ouvir Vieira, afirmar que os argumentos dele são válidos, mas que não comunga da mesma opinião, pois, para ele, sujeito-alvo, "o homem deve agir com as criaturas de acordo com o seu livre-arbítrio", temos, então, uma nova assertiva. Por esse motivo, todo o processo

recomeça, só que em sentido inverso: o "sujeito-alvo" (agora o sujeito que argumenta) irá desenvolver todo um ato de persuasão que consiste em *refutar* os argumentos de seu interlocutor para provar que a tese proposta por este não é verdadeira, mas falsa, fato que configura uma contra-argumentação.

Podemos então depreender a relação existente entre argumentação e pressuposição, pois o sujeito que argumenta o faz por meio de pressupostos (cf. nota 4). No presente exemplo, temos que ambos os interlocutores *não compartilham dos mesmos pressupostos*, motivo por que se origina a divergência de opiniões: enquanto o primeiro sujeito parte do pressuposto de que o homem deve aceitar os dogmas da fé sem questionar, seu interlocutor parte do pressuposto de que o homem não deve aceitar esses dogmas sem questionar o seu valor.

Para Charaudeau (1992, p. 803):

A lógica argumentativa não constitui o todo da argumentação. (...) à demonstração deve-se conjugar a persuasão. Isto depende do sujeito que argumenta e da situação na qual ele se encontra frente a frente com seu interlocutor (ou destinatário), ao qual está unido por um certo contrato de comunicação. (...)

No arcabouço do contrato de comunicação estabelecido entre os comunicantes, Charaudeau cita quatro objetivos comunicativos do sujeito que fala: o factitivo, o informativo, o persuasivo e o sedutor.

Com base na conceituação desse estudioso, conforme reproduzidos abaixo, verificaremos em que medida esses objetivos se fazem presentes no sermão Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda. Charaudeau (1996, p. 30-33) assim se manifesta quanto aos dois primeiros:

Factitivo, este objetivo corresponde a uma finalidade de *manipulação do outro* para o fazer agir num sentido que seja favorável ao sujeito falante. Ele consiste, para o sujeito falante, em *fazer fazer* ou em *fazer dizer* qualquer coisa a um outro, seja ordenando, se ele tem uma posição de poder, seja sugerindo, se ele não a possui. (...)

Informativo, o objetivo corresponde a uma finalidade de *transmissão de saber*, que consiste, para o sujeito falante, em *fazer saber* alguma coisa ao outro. Este objetivo repousa sobre um princípio de novidade, como ideal de saber fazer: o fato de transmitir ao outro um fragmento de saber que este parece ignorar. (...)

Observemos agora a passagem do sermão:

(...) Entrarão os Hereges nesta Igreja e nas outras: arrebatarão essa Custódia, em que agora estais adorado dos Anjos: tomarão os Cálices e Vasos sagrados, e aplicá-los-ão a suas nefandas embriaguezes: derrubarão dos Altares os vultos e estátuas dos Santos, deformá-las-ão a cutiladas, e metê-las-ão no fogo: e não perdoarão as mãos furiosas e sacrílegas, nem às Imagens tremendas de Cristo crucificado, nem às da Virgem Maria. (...) (PÉCORA (Org.), 2001, p. 455-456)

Nela estão presentes os dois objetivos supramencionados. Primeiramente, Vieira chama a si a responsabilidade de “informar” a Deus que os objetos sagrados serão destruídos pelos hereges holandeses. Nesse ponto, o sacerdote finge ignorar que Deus é onisciente e, portanto, deve saber o que acontecerá. A intenção clara aqui é “informar” para, em seguida, manipular, uma vez que o que Vieira realmente almeja é a derrota dos holandeses. Assim, ao perceber que os portugueses estão em franca desvantagem em relação ao inimigo, o orador recorre a Deus, afinal, trata-se de uma causa de “interesse” do Pai.

E quanto aos dois últimos:

Persuasivo, o objetivo corresponde à finalidade de controle do outro pelo viés da racionalidade, que consiste para o sujeito falante em *fazer crer* alguma coisa ao outro. Este objetivo repousa sobre um princípio de não-contradição, de rigor lógico, de verossimilhança de propósito, como ideal de saber fazer, que permite fazer o outro aderir a seu próprio universo de discurso (verdades e crenças). (...)

Sedutor, o objetivo corresponde à finalidade de controle do outro, mas neste caso pelo viés de *agradar*. Ele consiste, para o sujeito falante, em *fazer prazer* ao outro. O princípio que define essa atividade consiste em acionar o outro, a fazê-lo “sentir” estados emocionais positivos, como ideal de saber fazer. Este objetivo produzirá comportamentos discursivos de não-racionalidade, de não-verossimilhança (ou de uma verossimilhança ficcional), todas essas coisas que tendem a construir imaginários (mais ou menos míticos) nos quais o outro pode projetar-se e com os quais pode identificar-se. (...)

Examinemos a seguinte passagem do sermão de Vieira:

(...) E que fizestes vós, Jó, a Deus em pecar? Não lhe fiz pouco; porque lhe dei ocasião a me perdoar, e perdoando-me, ganhar muita glória. Eu dever-lhe-ei a ele, como a causa, a graça que me fizer; e ele dever-me-á a mim, como ocasião, a glória que alcançar. (...) (PÉCORA (Org.), 2001, p. 459-460)

Segundo a lógica do padre, quanto maior o pecado maior a glória em perdoar; por isso, o exemplo de Jó lhe é bastante conveniente. Também é a partir desse raciocínio que o sacerdote se mostra persuasivo, já que desloca o objetivo da argumentação ao priorizar a glória que Deus alcançará se perdoar os muitos e grandes pecados dos portugueses. Portanto, Vieira pretende satisfazer o “ego” divino para que Deus adira à

sua própria causa e, assim, aja de acordo com os seus interesses.

Se conjugarmos os objetivos comunicativos anteriormente transcritos (nas páginas 71 e 72) à estrutura argumentativa do discurso autoritário, no qual Citelli inclui o discurso religioso, teremos, na verdade, um *contrato comunicativo* que é um *não-contrato*.

Para esse autor (1986, p. 39-40), as principais características do discurso autoritário (e aqui se inclui o discurso religioso) consistem em:

- tratar-se de uma formação discursiva por excelência persuasiva;
- ser o lugar onde se instalam todas as condições para o exercício de dominação pela palavra;
- transformar-se o "tu" em mero receptor;
- não ter o "tu" nenhuma possibilidade de interferir ou modificar o que está sendo dito;
- tratar-se de um discurso exclusivista: não haver espaço para mediações ou ponderações;
- serem seus signos fechados e o discurso fixar-se num jogo parafrásico (repete-se uma fala já sacramentada pela instituição);
- ser o lugar do monólogo, em detrimento do diálogo.

Ainda a respeito do discurso religioso declara Orlandi (1983, p. 218-219):

(...) Partindo, então, da caracterização do discurso religioso como aquele em que fala a voz de Deus, começaria por dizer que, no discurso religioso, há um desnivelamento fundamental na relação entre locutor e ouvinte: o locutor é do *plano espiritual* (o Sujeito, Deus) e o ouvinte é do *plano temporal* (os sujeitos, os homens).

Isto é, locutor e ouvinte pertencem a duas ordens de mundo totalmente diferentes e afetadas por um valor hierárquico, por uma desigualdade em sua relação: o mundo espiritual *domina* o temporal. O locutor é Deus, de acordo com a crença, imortal, eterno, infalível, infinito e todo-poderoso; os ouvintes são humanos, logo, mortais, efêmeros, frágeis, finitos, dotados de poder relativo. Na desigualdade, Deus domina os homens.

E acrescenta:

(...)

A assimetria, que assim se constitui, caracteriza a tendência para a não-reversibilidade: os homens não podem ocupar o lugar do Locutor porque este é o lugar de Deus. Portanto, essa relação de interlocução, que constitui o discurso religioso, é dada e fixada, segundo a assimetria.

De acordo com o texto, primeiramente, é preciso notar que, para que os objetivos comunicativos se realizem no discurso, há que se ter um *outro*, já que o foco discursivo-persuasivo converge para ele. Todavia, no discurso autoritário-religioso, esse outro é uma mera “figura decorativa”, um simples receptor do qual foi retirado qualquer direito de contra-argumentar ou interferir na fala do locutor.

Também cabe ressaltar que, no caso de nosso *corpus*, há uma inversão de papéis, no que tange aos interlocutores do discurso, pois, no sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*, não obstante a tentativa de despertar o espírito de luta da população, o locutor é do *plano temporal* (Vieira) e o interlocutor, do *plano espiritual* (Deus).

Nesse sermão, não é o mundo espiritual que domina o temporal, mas o contrário, pois Vieira usa toda a sua capacidade de sedução para “manipular” Deus e, em

consequência, reverter a situação calamitosa da nação portuguesa em face da holandesa.

A assimetria existente é fruto da estratégia argumentativa do padre, que, em vez de representar a voz de Deus, falar *por* este, fala **para** este. Em um tal “diálogo”, os objetivos comunicativos passam a carecer de uma real função, pois não se pode pretender manipular um ser todo-poderoso nem tampouco informar situações e fatos novos, uma vez que Ele é onisciente e onipresente e, portanto, sabe tudo e está presente em todos os lugares e em todas as situações.

Considerando a natureza diversificada dos argumentos usados por Vieira em seu sermão, cabe verificar como o pregador constrói logicamente a verossimilhança textual a partir de caminhos, em princípio, aparentemente lógicos. É o que veremos no próximo capítulo.

1.4 Notas do capítulo:

Nota 1:

No que se refere ao “gerúndio modal”, há um fator que não pode ser desconsiderado: a simultaneidade de ações que não podem ser simultâneas; este seria o maior equívoco no uso indiscriminado que se faz do gerúndio. Note-se que o problema da simultaneidade, na verdade, depende menos do gerúndio do que dos morfemas lexicais dos verbos considerados. A esse respeito, consulte-se Carneiro em *Redação em construção: a escritura do texto*, 1997.

Nota 2:

A respeito do gerúndio, Brandão (1963, p. 479) afirma que:

280. O gerúndio português procede do ablativo do gerúndio latino, que terminava em **-ndo**. Originariamente era um simples instrumental, funcionando como complemento circunstancial de meio (**DOCENDO discimus = ENSINANDO aprendemos**) e eqüivale a um advérbio. Do sentido originário passou êle a exprimir outras idéias, sobretudo a de estado ou modo de ser, em geral transitórios, atribuídos quer ao sujeito, quer ao complemento objetivo de um verbo principal: (...). Daqui, por uma transição natural, devida à analogia, adquire o gerúndio valor atributivo para denotar um estado, uma atividade, um modo de ser pertencentes a um substantivo ou pronome. (...) Em resumo, o gerúndio, sôbre guardar o seu papel de complemento circunstancial, substituiu em muitos casos o particípio presente, de sorte que, não raro, se pode converter num adjetivo ou numa oração relativa adjetiva. (...)

Para maiores detalhes sobre o uso do gerúndio, consultem-se Brandão em *Sintaxe Clássica Portuguesa* (1963) e Campos em *O gerúndio no português: estudo histórico-descritivo* (1980).

A respeito da teoria dos atos de fala, consultem-se Austin em *Quand dire c'est faire* (1970) e Searle em *Speech Acts* (1969).

Nota 3:

O uso de um verbo no presente do indicativo, primeira pessoa, torna o ato pontual, ao passo que o seu uso no gerúndio torna o ato durativo. Mas tal constatação não exclui o gerúndio do grupo dos atos ilocucionais, até porque o ato de realizar uma

ação por meio da fala não é prerrogativa do presente do indicativo, primeira pessoa do singular. O lexema (morfema lexical) do verbo interfere na definição de ato de fala – se alguém diz “eu prometo”, está realmente prometendo algo no momento da fala, está realizando a ação de prometer; todavia, se alguém diz “eu corro”, não está necessariamente correndo, aliás, o normal é que não esteja, pois, dificilmente, uma pessoa que está correndo diz “eu corro” enquanto corre.

Nota 4:

A respeito da teoria da presuposição, consultem-se Ducrot em *O dizer e o dito* (1987); G. Frege em *Lógica e Filosofia da Linguagem* (1978); e Ilari e Geraldi em *Semântica* (1990).

CAPÍTULO 2: PARADOXO

Não importa o que tenhamos a dizer, existe apenas uma palavra para exprimi-lo, um único verbo para animá-lo e um único adjetivo para qualificá-lo.

Guy de Maupassant (1850 – 1893)

Tendo em vista o valor argumentativo das comunicações paradoxais, consideramos procedente dedicar especial atenção ao estudo do paradoxo. Para fazê-lo, baseamo-nos em Watzlawick, Beavin e Jackson (1967), cujas considerações se apóiam no conceito de *duplo vínculo*, descrito pelo antropólogo Gregory Bateson (1972). Na mesma linha de análise, seguem os conceitos de *enquadre* (BATESON, 1972); *esquemas de conhecimento* (TANNEN; WALLAT, 1987); *footing* e *alinhamentos* (GOFFMAN, 1981); *reenquadre* (TANNEN, 1987); *keying* e *fabricação* (GOFFMAN, 1974). Todos esses conceitos articulam-se para formar o arcabouço teórico em que se baseia a análise do sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*.

Ainda neste capítulo, será proposto e caracterizado um novo tipo de paradoxo pragmático: a *roda argumentativa*.

2.1 Conceito de paradoxo

Segundo Watzlawick, Beavin e Jackson (1967, p. 169), o paradoxo pode ser definido como uma “contradição que resulta de uma dedução correta a partir de premissas coerentes”.

Para a compreensão dessa definição, tomaremos por base o paradoxo de Russell sobre “a classe de todas as classes que

não são membros de si mesmas” (WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 1967, p. 171), por ser o mais conhecido dentre aqueles do chamado grupo lógico-matemático.

Esse paradoxo tem por base a seguinte premissa: *uma classe comporta a totalidade dos objetos que possuem uma determinada propriedade*; assim, todos os gatos existentes no universo formam a classe dos gatos. Estabelecida essa classe, é lógico afirmar que todos os outros objetos que integram esse mesmo universo constituem a classe dos não-gatos e têm uma propriedade em comum: a de *não serem gatos*. Por conseguinte, qualquer enunciado que afirme que um determinado elemento pertence às duas classes institui uma contradição (ou seja, uma *injunção contraditória*, segundo os três autores), por infringir uma lei básica da lógica, pois uma coisa não pode ser e não ser algo, como nesse caso, gato e não-gato, ao mesmo tempo.

Se passarmos a um nível lógico mais elevado, iremos considerar as classes propriamente ditas e não seus elementos. Nesse segundo nível, observamos que uma determinada classe pode ou não ser um membro de si mesma. Assim, a classe de todos os conceitos é, em si mesma, um conceito, entendendo-se “conceito” como *uma definição de algo*.

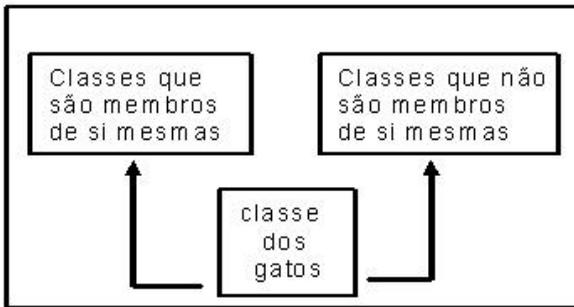
Consideremos uma definição do verbo *conceituar*:

verbo
transitivo direto
1 criar, desenvolver e/ou enunciar conceito acerca de; definir, conceitualizar, conceptualizar
Ex.: Demócrito conceituou o atomismo (...)

Ao falarmos em “classe de todos os conceitos”, precisamos fornecer-lhe uma *definição*. Ao fazermos isso, a própria “classe de todos os conceitos” passa a ser um conceito e, portanto, um membro de si mesma. Dessa forma, a classe

dos gatos não é, em si mesma, um gato, mas, ao contrário, um *conceito*, já que, ao apresentá-la, devemos, igualmente, fornecer-lhe uma *definição*.

O universo, então, volta a se dividir em duas classes: as que são membros de si mesmas e as que não são membros de si mesmas. Desse modo, qualquer enunciado que diga que uma dessas classes *é e não é* um membro de si mesma institui, uma vez mais, uma injunção contraditória, conforme representada a seguir:



Quadro 1 – Exemplo de injunção contraditória

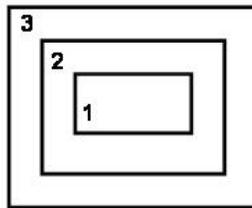
Conforme se depreende desse quadro, dizer que a classe dos gatos pertence às classes que são membros de si mesmas e às que não são membros de si mesmas é o mesmo que dizer que a classe dos gatos é um membro de si mesma *e, ao mesmo tempo*, não é um membro de si mesma, o que configura uma injunção contraditória, pois, segundo a lógica, a classe dos gatos é um membro de si mesma *ou* não é um membro de si mesma. Ou seja, essa classe não pode pertencer aos dois tipos de classes *ao mesmo tempo*, já que ambos se opõem e são mutuamente exclusivos.

Não restam dúvidas de que essa contradição pode ser quebrada sem grandes problemas, bastando para isto definir se

a classe dos gatos pertence a uma *ou* (exclusivo) outra das duas classes.

O paradoxo de Russell ocorrerá no momento em que repetirmos uma operação análoga à anterior, todavia, em um nível lógico superior. O procedimento a ser feito consiste em unir todas as classes que são membros de si mesmas em uma única classe, a qual será chamada “a classe das classes que são membros de si mesmas” ou, simplesmente, “M”. Por outro lado, todas as classes que não são membros de si mesmas também serão unificadas em uma só, que será chamada “N” ou “a classe das classes que não são membros de si mesmas”. Claro está que as classes “M” e “N” são de um nível lógico superior ao de seus elementos, embora estes sejam também classes.

Essa hierarquia de níveis lógicos vê-se representada no quadro:



Quadro 2 – A hierarquia de níveis lógicos

Onde:

1 = classe dos gatos

2 = classes que não são membros de si mesmas

3 = classe das classes que não são membros de si mesmas

No entanto, temos de considerar que a divisão do universo em classes que se incluem a si mesmas e classes que não se incluem a si mesmas deve ser exaustiva, pois, se o

universo encontra-se subdividido em dois tipos de classes, nenhuma classe poderá ficar de fora. Por conseguinte, as classes “M” e “N” deverão ser igualmente classificadas como sendo membros de si mesmas ou não sendo membros de si mesmas.

Tomemos a classe “N” para a demonstração do paradoxo de Russell, cujo raciocínio se repete para a Classe “M”. Se a classe “N” é um membro de si mesma então *não é* um membro de si mesma, visto que “N” é a classe das classes que *não são* membros de si mesmas. Se “N” não é um membro de si mesma, então satisfaz a condição de ser membro de si mesma, pois a propriedade em comum das classes pertencentes à classe “N” é justamente a de não serem membros de si mesmas. Logo, chega-se à conclusão de que a classe “N” é um membro de si mesma precisamente porque *não é* um membro de si mesma e não é um membro de si mesma justamente *por ser* um membro de si mesma. Agora já não se trata de uma injunção contraditória pura e simples, mas de um paradoxo lógico, pois, para se chegar a ele, foi necessária uma dedução lógica e não uma violação de alguma lei da lógica.

Não obstante essa dedução, o próprio Russell evidenciou uma falácia nesse paradoxo, por meio de sua teoria dos tipos lógicos. De acordo com o que atestam Watzlawick, Beavin e Jackson (1967, p. 173):

(...) sucintamente, essa teoria postula o princípio fundamental de que, como disse Russell (...), tudo o que envolva a totalidade de um conjunto não deve ser parte do conjunto. Por outras palavras: o paradoxo de Russell deve-se a uma confusão de tipos ou níveis lógicos. Uma classe é de um tipo superior à dos seus membros; para postulá-la, tivemos de subir um nível na hierarquia de tipos.

De acordo com esse postulado de Russell, a falácia está em aplicar a divisão do universo às classes “M” e “N”, uma vez que estas, na hierarquia dos tipos lógicos, estão acima de seus membros e, como envolvem a totalidade de um conjunto, ou seja, seus próprios membros, não podem, por conseguinte, fazer parte desse conjunto. Caso o façam, o paradoxo estará sendo gerado pela confusão ou mistura de níveis lógicos, qual seja a de uma classe de nível superior com seus membros de nível inferior.

Conforme pudemos observar, o paradoxo lógico-matemático, fruto de uma rigorosa dedução lógica, partiu de uma inocente premissa, a saber, *uma classe comporta a totalidade dos objetos que possuem uma determinada propriedade*. Não se pode pôr em dúvida a coerência dessa premissa – que foi mantida ao longo de toda a dedução –, uma vez que ela apenas afirma aquilo que de fato é, afinal, uma classe reúne *mesmo* objetos que apresentam propriedades comuns.

2.2 Tipos de paradoxos

Costuma-se considerar três tipos de paradoxos: os paradoxos lógico-matemáticos, também chamados de antinomias, dentre os quais destacamos o de Russell, as definições paradoxais – ou antinomias semânticas – e os paradoxos pragmáticos ou comunicativos, que se subdividem em injunções paradoxais e predições paradoxais.

Desses três tipos, os paradoxos pragmáticos ou comunicativos, particularmente as injunções paradoxais, são os que nos interessam por serem os mais importantes para a compreensão dos efeitos provocados pela roda argumentativa de Vieira.

2.2.1 Paradoxos pragmáticos: injunções paradoxais

As injunções paradoxais ocorrem no campo da pragmática, surgem nas interações em desenvolvimento entre as pessoas e determinam o comportamento.

Distinguem-se das injunções contraditórias (cf. item 2.1) em um aspecto fundamental: a possibilidade de escolha. Enquanto nas injunções contraditórias a escolha é logicamente possível (por exemplo, um motorista que se depare na estrada com duas placas, uma ao lado da outra, com as seguintes mensagens, respectivamente impressas: “PARE” e “NÃO PARE”, pode optar por parar ou não sem maiores prejuízos), nas injunções paradoxais, o que se presencia é a **falência** da própria escolha.

Observem-se os enunciados abaixo, sintática e semanticamente corretos (WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 1967):

- (1) Chicago é uma cidade populosa.
- (2) “Chicago” é um trissílabo.

O enunciado (1) está em linguagem objetal; refere-se a um objeto (no caso, uma cidade); já o enunciado (2) é um meta-enunciado; refere-se à palavra *chicago* e está, portanto, em metalinguagem. Os dois enunciados estão em níveis claramente distintos e as aspas sinalizam tal distinção.

Conforme anteriormente demonstrado (cf. item 2.1), a mistura de níveis gera o paradoxo. No caso desse exemplo, se condensássemos (1) e (2), teríamos em (3) um enunciado incorreto, de conteúdo paradoxal, qual seja:

- (3) Chicago é uma cidade populosa e um trissílabo.

Nesse tipo de paradoxo, ocorre uma espécie de “trama” psicológica subjacente que responde por uma proibição mais ou menos implícita de as pessoas perceberem que há uma diferença entre o que elas realmente vêem e o que o outro *quer* que elas vejam. Essa proibição implica um bloqueio das metacomunicações do sujeito, o que reforça, de algum modo, a “paralisia” mental gerada pelo contexto do paradoxo. Teceremos comentários sobre esse bloqueio no capítulo 4.

Essas considerações se apóiam na teoria da dupla vinculação descrita pelo antropólogo Gregory Bateson (1972), que, ao estudar o fenômeno do paradoxo no âmbito da comunicação esquizofrênica, introduziu em seu artigo *Toward a theory of schizophrenia*, publicado em 1956, o conceito de *duplo vínculo* ou *dupla injunção* (WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 1967, p. 191).

Em sua versão tradicional, a dupla injunção contém duas comunicações mutuamente exclusivas, sendo que a segunda, de um modo geral implícita no discurso, é uma metamensagem. Além disso, o sujeito é impedido de escapar à situação paradoxal.

Estreitamente vinculado ao conceito de “dupla injunção” está o de “transcontextualidade”, definido por Bateson (1969 apud QUENTAL, 1995). Para esse autor, um enunciado ou uma ação não podem ocorrer isolados: há que se ter um contexto para que se possa interpretá-los. Esse fato é a base do significado transcontextual. No caso da dupla injunção, ocorre, segundo o autor, um entrelaçamento de contextos e, conseqüentemente, as metamensagens associadas a esses contextos também se entrelaçam, fato este que irá gerar o paradoxo. Ressalte-se que esses contextos são simultâneos e mutuamente exclusivos e, por esse motivo mesmo, realizam juntos o paradoxo presente na dupla injunção.

A situação que será descrita a seguir, ocorrida no ano de 1938 entre Sigmund Freud e os nazistas (WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 1967), pode exemplificar o conceito de *dupla injunção* (injunção paradoxal):

Freud estava em situação de cativo e havia obtido uma promessa, por parte dos nazistas, de receber um visto para deixar a Áustria. Tal promessa, no entanto, estava condicionada à assinatura de Freud em uma declaração que incluía a afirmação de ter sido “tratado pelas autoridades alemãs e particularmente pela Gestapo com todo o respeito e consideração devidos à minha reputação científica” (WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 1967, p. 187).

Desse modo, a Gestapo tinha interesse em que Freud a assinasse, ao passo que este enfrentava uma injunção contraditória (em psicologia experimental, o conflito vivido por Freud seria do tipo evitação-evitação): ou assinava, fato este que ajudaria os nazistas às custas de sua integridade moral, ou se recusava a assinar e teria de enfrentar as consequências de tal gesto.

Todavia, Freud conseguiu inverter a situação e colher os nazistas em seu próprio jogo. Quando o oficial lhe apresentou o documento para assinatura, Freud perguntou-lhe se era possível acrescentar apenas mais uma frase, ao que o oficial concordou, pois, além de estar seguro quanto a sua posição de superioridade, era óbvio que, na posição delicada em que se encontrava, Freud não poderia escrever nada que “desonrasse” a Gestapo. Freud, então, escreveu “de seu próprio punho”: “Posso recomendar a Gestapo a qualquer pessoa, com toda a sinceridade.” (WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 1967, p. 188)

Segundo o arcabouço teórico proposto por Gregory Bateson:

(1) Há uma situação tal que existe um elevado grau de valor de sobrevivência física para uma das pessoas envolvidas: Freud, que estava em situação de cativo.

(2) O primeiro contexto é o que Freud vivencia, na situação de cativo, no momento em que o oficial lhe entrega o documento para assinatura. O documento em questão *afirma algo*. Há nele uma *mensagem* impressa. No exato instante em que Freud *assina*, ele inscreve a primeira metamensagem nesse contexto, a saber, “Concordo com tudo o que está escrito aqui; é verdadeiro o conteúdo deste documento.”

(3) Freud reenquadra o primeiro contexto, tornando-o irônico; para fazer isso, ele modifica a primeira mensagem, acrescentando-lhe uma parte que a torna irônica:

Mensagem 1 – Freud declara ter sido bem tratado pela Gestapo.

Mensagem 2 – Freud declara ter sido *tão* bem tratado pela Gestapo, que *até* recomenda o tratamento para qualquer pessoa.

A ironia vem através do exagero e do ato de fala de *recomendar*, que invoca um outro contexto, oposto ao vivenciado em um cativo, podendo-se falar, então, de transcontextualidade.

(4) Finalmente, a Gestapo está impedida de escapar à situação paradoxal imposta por Freud, pois, ao forçá-lo a elogiá-la, *não podia se recusar a receber novos elogios*.

Esse entrelaçamento de contextos e metamensagens, que caracteriza a dupla injunção, será retomado no item 2.7 deste capítulo para caracterizarmos a roda argumentativa de Vieira.

2.2.2 Teoria das molduras: enquadres e esquemas

Sabemos que as metacomunicações se passam em nível diferente ao da linguagem objetal. Bateson (1972) observa que elas *enquadram* as mensagens ou enunciados no discurso. Entretanto, permanecem implícitas nas mensagens.

Nas palavras do autor:

O primeiro passo ao definirmos um enquadre psicológico seria o de dizermos que é (ou delimita) uma classe ou conjunto de mensagens (ou de ações significativas). As atividades lúdicas de dois indivíduos, em uma dada ocasião, seriam então definidas como o conjunto de todas as mensagens trocadas por eles, em um espaço delimitado de tempo (...). Bateson (1972, p. 186)

Prosseguiremos com outras características do enquadre psicológico; para Bateson:

(...) Em termos da analogia derivada da teoria dos conjuntos, as mensagens encerradas dentro da linha imaginária são definidas como membros de uma classe, em virtude de *compartilharem premissas comuns* ou de serem mutuamente relevantes. O próprio enquadre torna-se, então, *parte do sistema de premissas*. Quer, como no caso do enquadre de brincadeira, ele próprio está envolvido na avaliação das mensagens que contém (ou que define), quer o enquadre é apenas uma ajuda ao trabalho cognitivo de entender as mensagens aí contidas, servindo de lembrete ao pensador de que estas mensagens são mutuamente relevantes e que as mensagens do lado de fora do enquadre podem ser ignoradas.

O autor ainda afirma:

(D) No sentido do parágrafo anterior, um enquadre é *metacomunicativo*. Qualquer mensagem que explícita ou implicitamente defina um enquadre, *ipso facto*, fornece

instruções ou ajuda ao receptor em sua tentativa de entender as mensagens incluídas no quadro.

E acrescenta:

(E) O converso de (D) também é verdadeiro. Toda mensagem metacomunicativa define, explícita ou implicitamente, o conjunto de mensagens *sobre o qual* está comunicando, isto é, *toda mensagem metacomunicativa constitui ou define* um enquadre psicológico (...). (BATESON, 1972, p. 188, grifos nossos)

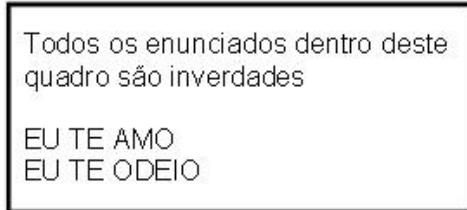
Em outro trecho, declara que “a grande maioria das mensagens, tanto metalingüísticas como metacomunicativas, permanece implícita; (...)”. (BATESON, 1972, p. 178)

Uma cena presenciada por Bateson em janeiro de 1952, no zoológico de Fleishacker, em São Francisco, foi o primeiro passo em direção à formulação de sua hipótese de pesquisa. A cena era bastante simples: dois macacos brincando, envolvidos em uma seqüência interativa que simulava um combate. Segundo o autor, para um observador humano, era claro que aquela seqüência, no todo, não era um combate. Do mesmo modo, era evidente, para esse mesmo observador, que, também para os macacos, aquilo era “não-combate”. Bateson então conclui que esse fenômeno, o da brincadeira, só seria possível se os participantes envolvidos na interação, no caso os macacos, fossem capazes de algum grau de metacomunicação, se, de algum modo, pudessem transmitir uns aos outros a mensagem “isto é uma brincadeira”.

Após sua análise do fenômeno da brincadeira, Bateson conclui que:

(...) devemos encarar, então, duas peculiaridades próprias da brincadeira: (A) as mensagens ou sinais trocados durante a brincadeira são de algum modo não-verdadeiros, ou não-intencionados; e (B) aquilo que é denotado por esses sinais é não-existente. (BATESON, 1972, p. 187)

Bateson usa suas análises e conclusões sobre a brincadeira como um exemplo introdutório na discussão de enquadres e contextos. Sua hipótese é a de que a mensagem “isto é brincadeira” define um enquadre paradoxal comparável ao paradoxo de Epimênides (cf. nota 1). O autor diagrama esse enquadre do seguinte modo:



Quadro 3 – O enquadre paradoxal de Bateson

E explica que:

A primeira proposição neste quadro contradiz a si mesma. Se o primeiro enunciado for verdadeiro, então deve ser falso. Se for falso, deve ser verdadeiro. Mas a primeira proposição inclui todas as outras que estão dentro do enquadre. Assim, se a primeira proposição for falsa, todas as outras devem ser verdadeiras; e vice-versa, se for verdadeira, todas as outras devem ser falsas. (BATESON, 1972, p. 184)

Nota-se, inicialmente, que a primeira proposição (“todos os enunciados dentro deste quadro são inverdades”) contradiz a si mesma por estar *dentro* do quadro e, portanto, *ela própria* é uma inverdade. De acordo com essa proposição, se o primeiro enunciado (“eu te amo”) for verdadeiro, então deve ser falso, pois está dentro do quadro e é, portanto, uma inverdade. Aplicando-se o mesmo raciocínio, chega-se à conclusão de que, se for falso, então deve ser verdadeiro. Por outro lado, a primeira proposição inclui as outras (“*todos* os enunciados...”)

e, por conseguinte, se ela for falsa os enunciados dentro do quadro (“eu te amo” e “eu te odeio”) devem ser verdadeiros; chega-se ao inverso por meio de raciocínio idêntico: se a primeira proposição for verdadeira, então os enunciados devem ser falsos (inverdades).

Este quadro, representativo do enquadre paradoxal de Bateson, será retomado no capítulo 4, *análise do corpus*, para analisarmos o “paradoxo do perdão”, do seguinte modo: a proposição inicial (“todos os enunciados dentro deste quadro são inverdades”) será mantida, uma vez que, por estar *dentro* do quadro, ela própria se contradiz, o que irá gerar o paradoxo; já os outros dois enunciados, que também estão dentro do quadro, serão substituídos para que possamos estruturar “o paradoxo do perdão”.

2.3 Noção de enquadre segundo Tannen e Wallat

Sobre os enquadres, Tannen e Wallat (1987, p. 4-5) afirmam que:

A noção interativa de quadro se refere à definição do que está acontecendo em uma interação, sem o que nenhum enunciado (ou movimento ou gesto) poderia ser interpretado. Para usarmos o clássico exemplo de Bateson, um macaco precisa saber se um empurrão de um outro macaco deve ser entendido dentro do quadro de brincadeira ou de luta. As pessoas constantemente se deparam com esta mesma tarefa interpretativa. Para compreender um enunciado, um ouvinte (e um falante) deve saber dentro de qual quadro ele foi composto: por exemplo, é uma piada? É uma discussão? Algo produzido para ser uma piada mas interpretado como um insulto (certamente poderia significar ambos) pode originar uma briga.

E acrescentam que (grifos nossos):

(...) A noção interativa de quadro, então, refere-se à noção de *qual atividade está sendo encenada*, de qual sentido os falantes dão ao que dizem. (...) Como este sentido é decorrente da maneira como os participantes interagem, os quadros emergem de interações verbais e não-verbais e são por elas constituídos.

Um conceito fundamental que é relacionado ao processo interativo é o de “esquemas de conhecimento”, uma noção cognitiva descrita por essas autoras com admirável clareza (1987, p. 5) (cf. nota 2):

Usamos o termo “esquema de conhecimento” para nos referirmos às expectativas dos participantes acerca das pessoas, objetos, eventos e cenários no mundo, (...). Ademais, a única maneira de alguém compreender qualquer discurso é através do preenchimento de informações não proferidas, decorrente do conhecimento de experiências anteriores no mundo. (cf. nota 3)

Na interação face a face, as diferenças nos esquemas de conhecimento dos interlocutores interferem diretamente no desenrolar de um quadro interativo.

Na escrita, enquanto leitores, temos acesso aos esquemas de conhecimento do autor por meio dos diferentes quadros que emergem do texto. Naturalmente, se houver diferenças entre os esquemas do autor e os dos leitores, estas não serão imediatamente perceptíveis, já que leitores e autor interagem tão-somente por meio do texto que se interpõe entre eles.

Comparemos os seguintes excertos do sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*:

Excerto 1:

Não sois vós enquanto justo, aquele justo Juiz, de quem canta o vosso Profeta: *Deus Judex justus, fortis et patiens, nunquid irascitur per singulos dies?* [SI 7:12 **Deus é um Juiz justo, e um Deus que ameaça todos os dias.**] Pois

se a vossa ira, ainda como de justo Juiz, não é de todos os dias nem de muitos; por que se não dará por satisfeita com rigores de anos e tantos anos? (PÉCORA (Org.), 2001, p. 460, grifos nossos)

Excerto 2:

(...) como é possível que os rigores de vossa ira se não abrandem em tantos anos, e que se ponha e torne a nascer o Sol tantas e tantas vezes, vendo sempre desembainhada e correndo sangue, **a espada de vossa vingança?** (...) (PÉCORA (Org.), 2001, p. 461, grifos nossos)

Do excerto 1, emergem os seguintes quadros, que se superpõem segundo os esquemas de conhecimento de Vieira: Deus é um juiz justo, mas ameaçador; além disso, Sua ira não se abranda com facilidade, o que nos revela esquemas conflitantes, pois, segundo as leis divinas, essa mesma ira não deve ultrapassar o ocaso.

Do excerto 2, emergem ainda mais intensos os conflitos entre os esquemas de conhecimento do padre, pois ele não entende o porquê de uma ira tão implacável. Apesar da dúvida, Deus revela-se como um ser vingativo, um ser que manda perdoar, quando Ele próprio não o faz.

Assim, os esquemas de conhecimento dos participantes de uma interação realizar-se-ão mesmo à revelia do tipo de texto que lhes sirva de veículo, pois é certo que Vieira pregou o sermão – e a pregação dá-se pela via do discurso oral, mas também é certo que o sermão, antes de ser pregado, *foi escrito*.

2.4 *Footing* e alinhamentos

Quando alguém comunica algo, o faz segundo uma determinada intenção, pois ninguém comunica apenas por comunicar. O sujeito comunicante utiliza-se de um discurso

verbal que alia pistas lingüísticas, paralingüísticas e não-verbais, naturalmente definidoras de enquadres (GUMPERZ, 1982). Some-se a isto o fato de que o objetivo de toda e qualquer comunicação consiste em uma tentativa, por parte do sujeito, de consumir sua intenção primeira.

O problema que se apresenta é que não é fácil determinar qual seja essa intenção; no entanto, geralmente, podemos inferi-la pelo rumo dado à conversa, pela forma como os participantes se posicionam no decurso da interação uns em relação aos outros ou pelo modo como cada sujeito administra (ou manipula) as mensagens que se incluem no enquadre definido no discurso em andamento.

Enfim, em uma interação cooperativa, os participantes devem ter habilidade suficiente para “ir e vir” no discurso. Essa “habilidade de um falante competente de ir e vir, mantendo em ação diferentes círculos” é descrita por Goffman como “a habilidade de mudar o *footing* dentro de uma interação”. (TANNEN; WALLAT, 1987, p. 1)

Essa habilidade de mudar o *footing* pode ser comprovada, na escrita, por meio do excerto abaixo, do sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*:

(...) Até aqui a relação ou memória das felicidades passadas, com que passa o Profeta aos tempos e desgraças presentes. (...)

Com tanta propriedade como isto descreve Davi neste Salmo nossas desgraças, contrapondo o que somos hoje ao que fomos enquanto Deus queria, para que na experiência presente cresça a dor por oposição com a memória do passado. (PÉCORÁ (Org.), 2001, p. 444-445)

Nota-se que o movimento de “ir e vir” realiza-se com a ida ao passado e a volta ao presente. No excerto, Vieira apropria-se das palavras de Davi para oferecer-nos um quadro

comparativo entre os sucessos do passado e as agruras do presente, experimentadas pelos portugueses em face da violência dos holandeses. O padre movimenta-se hábil e ininterruptamente entre o desejo de resgatar o ontem e reabilitar o hoje.

Erving Goffman, introdutor do termo *footing*, descreve resumidamente as características do conceito em seu artigo, *Footing* (1981); dentre elas, o conceito de *alinhamento* interessa-nos mais de perto, pois o autor ilustra o conceito de *footing* através das mudanças de alinhamento ocorridas entre falantes e ouvintes durante a interação.

Fala-nos o autor: “Ilustrei o que chamarei de *footing* através dessas mudanças. Em forma de esboço resumido: 1. O alinhamento do participante, ou porte, ou posicionamento, ou postura, ou projeção pessoal, está de alguma forma em questão. (...)”; mais adiante, o autor define o conceito de *footing* e afirma que:

(...) uma mudança de *footing* implica uma mudança no alinhamento que assumimos para nós mesmos e para os outros presentes e que é expressa na forma em que conduzimos a produção ou a recepção de um enunciado. Uma mudança em nosso *footing* é uma outra forma de falar de uma mudança em nosso enquadre dos eventos. (GOFFMAN, 1981, p.128)

O termo *footing* é um quase-sinônimo de “moldura” ou “enquadre”; entretanto, o termo dá uma ênfase maior à relação entre os participantes na conversação face a face. Durante a interação, os participantes do discurso exibem uma série de alinhamentos comunicativos; a expressão “estrutura de participação” é, normalmente, usada para se referir a esse fenômeno.

Sobre a “estrutura de participação”, nos fala Quental (1991, p. 93):

Seguindo a tradição de Philips, Erickson e Schultz (1977; 1982) elaboram o conceito (que chamam de “participation structure”) e associam-no ao de papel discursivo e de identidade desempenhada, definindo-o como o conjunto de direitos e deveres comunicativos associados aos papéis dos interagentes e ao desempenho de uma identidade social. Tanto a identidade social desempenhada pelos participantes como seus papéis comunicativos estão em constante mudança na interação face a face e são sinalizados por mudanças de footing ou alinhamento, que reenquadram as novas identidades e papéis, redefinindo o contexto.

Na escrita, a identidade social do autor alicerça seu papel discursivo junto aos leitores, uma vez que esse papel será tanto mais respeitado quanto mais respeitável for a sua identidade social.

Legítimo representante de Deus na Terra e membro da Igreja Católica, instituição credora da confiança e da submissão dos fiéis, Vieira encontra-se na confortável posição da autoridade cujos dogmas, alicerçados na fé, outorgam-lhe a envergadura moral necessária ao acatamento de seu discurso.

Ainda segundo Quental (1991, p. 108):

(...) A análise dos **footings** e alinhamentos dos participantes, que definem os contextos da interação, não apenas põem em evidência as posições dos interagentes e suas conseqüências para a estrutura de participação, mas permitem determinar de maneira mais segura “o que está se passando aqui e agora na conversa”.

No excerto abaixo, do sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*, a posição de Vieira, em sua interlocução com Deus, é clara:

(...) Pois é possível, Senhor, que não de ser vossas permissões argumentos contra vossa Fé? É possível, que se não de ocasionar de nossos castigos blasfêmias contra

vosso nome? Que diga o Herege (o que treme de o pronunciar a língua), que diga o Herege, que Deus está Holandês? (PÉCORA (Org.), 2001, p. 448-449, grifos nossos)

Observa-se que não temos o padre submisso à vontade divina, conforme rezam os dogmas da fé católica; temos, sim, a autoridade eclesiástica indignada pelo esbulho das terras do Brasil, propriedade legítima da Coroa Portuguesa, pois assim cria o sacerdote.

Portanto, a análise do texto escrito por Vieira evidencia a sua posição – perante ouvintes e leitores – de autoridade legitimada pela fé professada e pela reputação de que é credor devido ao vínculo perene estabelecido com a Igreja Católica. O movimento discursivo de “ir e vir” e as constantes mudanças de *footing* realinham os diferentes papéis discursivos que o sacerdote representa no texto do sermão, ora como vítima da ira divina, ora como inquisidor das pretensas atitudes de Deus.

2.5 Reenquadre

Deborah Tannen (1987) trabalha, dentre outros, com os conceitos de *enquadre*, *reenquadre* e *footing*. O capítulo intitulado “Enquadre e reenquadre” fornece inicialmente uma visão geral da operacionalidade de todos esses conceitos para depois tratá-los separadamente. Ressalte-se, contudo, que tal separação é didática, já que, na prática, eles operam juntos e não podem ser isolados.

Nas palavras da autora (1987, p. 74-75): “(...) Enquadrar é um modo de mostrar como nós queremos dizer o que dizemos ou fazemos e imaginar como os outros querem dizer o que dizem ou fazem (...).”; como, de que maneira, por que

razão dizemos ou fazemos algo, qual é a intenção, qual o *significado* do que é dito (por nós e pelos outros).

Mais à frente a autora nos fala que (1987, p. 75):

(...) esquemas (...) servem para enquadrar nosso modo de falar, através de metamensagens, sobre o que pensamos que está acontecendo, o que estamos fazendo quando dizemos algo e nossas atitudes em relação ao que falamos e frente às pessoas para as quais falamos. (...) Sinais sutis como (...) tom de voz, entonação e expressão facial trabalham junto com as palavras que dizemos, para enquadrar cada modo de falar como sério, de brincadeira, caçador, aborrecido, polido, rude, irônico e assim por diante. Essas pequenas e passageiras molduras refletem e criam a moldura maior que identifica as atividades que estão acontecendo. (...)

E acrescenta que “(...) Tudo sobre o modo como dizemos algo contribui para o estabelecimento do *footing* que enquadra nossos relacionamentos uns com os outros (...)”

Em todo esse contexto, falar de enquadres é falar sobretudo de significados, de sentidos e de contextos. A essa altura, já podemos nos perguntar o que significa “reenquadrar”. Quando reenquadramos alguém ou uma situação, o que estamos fazendo é ressignificar o que o outro diz ou faz ou toda a situação. Um exemplo bastante evidente de reenquadre são os mal-entendidos, pois o que é dito ou feito é ressignificado de acordo com a má-interpretação dada.

Um terreno fértil para reenquadres, em função das possíveis más-interpretações, é a escrita. Nos fala Tannen, a esse respeito, que:

(...) há situações nas quais as pessoas têm problemas para identificar os quadros. Uma tal situação está na escrita. Na escrita, não podemos usar sinais conversacionais, de modo que temos de rotular ou, de algum modo, sinalizar nossas mudanças de enquadre –

com cabeçalhos, (...) e palavras introdutórias como “sumário” ou “para começar” (...). (1987, p. 78)

Na escrita, temos somente os sinais de pontuação, que auxiliam na definição dos enquadres, e as pistas fornecidas pelo autor do texto na descrição dos eventos ou situações.

O “diálogo” abaixo, do sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*, elucida a definição dos enquadres na escrita:

Excerto 1:

(...) [Sl 43 [:23 – 24] Desperta! Por que dormes, Senhor? Acorda! Não nos rejeites para sempre! Por que escondes a face e te esqueces da nossa miséria e da nossa opressão?; Sl 43 [:26] Levanta-te em nosso auxílio e resgata-nos por amor das tuas misericórdias.]

Com estas palavras piedosamente resolutas, mais protestando que orando, **dá fim o Profeta Rei ao Salmo quarenta e três**, (...). (PÉCORA (Org.), 2001, p. 443, grifos nossos)

Excerto 2:

Finalmente, benigníssimo Jesus, verdadeiro Josué e verdadeiro Sol, seja **o epílogo e conclusão de todas as nossas razões**, o vosso mesmo nome: *Propter nomen tuum*. (...) (PÉCORA (Org.), 2001, p. 461, grifos nossos)

No primeiro parágrafo do excerto 1, Vieira alterna interrogações e exclamações que definem enquadres que podemos denominar, respectivamente, de “perguntas retóricas” e “invocação”. As perguntas do padre não esperam resposta, mas, antes, visam à censura; as invocações têm por objetivo “despertar” Deus e chamar a Sua atenção para os problemas vivenciados pelos portugueses.

No início do parágrafo 2 do mesmo excerto, o padre retoma todo o conteúdo do primeiro parágrafo por meio do sintagma preposicionado “com estas palavras”; em seguida, ao escrever “dá fim”, Vieira deixa explícito que o parágrafo anterior finaliza o Salmo quarenta e três.

No excerto 2, o sacerdote anuncia o fim do sermão por meio das palavras *finalmente*, *epílogo* e *conclusão*. Trata-se, portanto, da última oportunidade para persuadir o interlocutor a atender o seu pleito, que é a vitória dos portugueses em detrimento dos holandeses.

À medida que tomamos conhecimento dos estudos sobre interação face a face, ao mesmo tempo em que se alarga nossa compreensão sobre o que acontece quando as pessoas estão umas em presença das outras, também aumenta nossa percepção no que tange às limitações da escrita. Por mais que os recursos à disposição da escrita possam ser aprimorados pelo autor de um texto, há certas nuances que escapam, por sua própria natureza, ao discurso escrito.

Apesar disso, os quadros emergem das diferentes interações, aconteçam estas na presença do interlocutor ou na sua ausência, uma vez que esses quadros são definidos a partir dos esquemas de conhecimento do falante – ou do escritor. Como esses esquemas são aprendidos no dia-a-dia das experiências vivenciadas pelos sujeitos do discurso, definirão enquadres e produzirão seus efeitos de acordo com as intenções comunicativas daquele que fala – ou escreve.

2.6 *Keying* e fabricações

Keyings ou transformações estão intimamente ligadas a *fabricações*. Segundo Goffman, o conceito de *keying* é central na análise das molduras; o autor fornece-nos a seguinte definição do conceito (1974, p. 43-44):

(...) Eu me refiro aqui a um conjunto de convenções por meio das quais uma atividade significativa em termos de uma moldura é transformada em algo modelado sobre essa atividade, mas visto como outra coisa.

Goffman descreve, por meio desse conceito, um fenômeno que acontece no cotidiano das pessoas; *keying* (de *clave*) significa a transformação de uma atividade em outra e, subjacente a esse processo, está um modelo. Pode-se visualizar o fenômeno por meio da música, por exemplo; uma mesma melodia (o modelo) normalmente é ouvida na voz de vários cantores com arranjos diferentes. Do mesmo modo, os macacos do exemplo de Bateson têm no combate real o modelo para sua brincadeira de luta.

Interessa-nos particularmente aqui um tipo de *keying* ao qual Goffman chamou de *fabricação*. Para o autor, uma *fabricação* é (1974, p. 83): “(...) o esforço intencional de um ou mais indivíduos para conduzir uma atividade de modo a que uma ou mais pessoas sejam induzidas a ter uma falsa crença a respeito do que está acontecendo (...)”.

Mais adiante, o autor afirma que (1974, p. 107) há “duas partes essenciais” em uma “fabricação”: “um fabricante que faz a manipulação e um ingênuo cujo mundo é fabricado e, em consequência, é desencaminhado (...)”. (Ressalte-se que a pessoa considerada ingênuo ou crédula é que é “desencaminhada”.)

Observe-se que, do mesmo modo que *keying*, uma *fabricação* significa a transformação de uma atividade em outra; no entanto, há uma diferença importante entre ambos os processos: em *keying*, os participantes envolvidos têm uma mesma visão do que está acontecendo, há uma visão conjunta do fenômeno em questão; assim, quando os macacos estão brincando de luta, os observadores que presenciam o combate percebem *do mesmo modo* que aquilo não é combate, mas brincadeira.

Na “fabricação”, a visão do que está acontecendo não é conjunta, pois, normalmente, há um terceiro excluído que é a “vítima” da “fabricação”. A própria palavra já traz em si uma carga negativa, uma vez que os “fabricadores” formam uma espécie de “conluio” contra a “vítima”, que encontra diante de si uma parte do mundo falsificada.

Na fabricação “negativa” (cf. nota 4), há um esquema maldoso envolvido, uma espécie de falácia ou plano traiçoeiro que pode lançar o descrédito sobre o comportamento da “vítima” ou levá-la a crer que o seu próprio modo de se comportar é desonroso e suscetível ao descrédito por parte dos outros. Temos exemplos clássicos de fabricações “negativas” na difamação e na calúnia, em que a “vítima” muitas vezes ignora sua condição de vítima de tais baixezas.

No excerto abaixo, do sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*, observamos uma fabricação “negativa”:

Oh não permitais tal, Deus meu, não permitais tal, por quem sois. Não o digo por nós, que pouco ia em que nos castigásseis: não o digo pelo Brasil, que pouco ia em que o destruísseis; **por vós o digo e pela honra de vosso Santíssimo Nome**, que tão imprudentemente se vê blasfemado: **Propter nomen tuum**. (...) (PÉCORA (Org.), 2001, p. 449, grifos nossos)

Habilmente, Vieira reenquadra toda a sua argumentação quando a aponta para Deus e focaliza em Seu nome e Sua glória o motivo “real” do sermão; contudo, a intenção é bem outra, conforme veremos no capítulo 4, já que Deus não precisa que ninguém “proteja” Sua honra, Seu nome e Sua glória.

Concluímos que, sendo os esquemas de conhecimento a fonte primária dos diferentes quadros que criamos para interagir com o outro, o veículo desses esquemas é o texto, seja ele falado ou escrito. Da mesma forma, as fabricações “negativas”, seja por meio de calúnias no texto oral, seja por meio de um jogo discursivo no texto escrito, emergirão a partir da (e na) interlocução com o outro, já que não podemos prescindir desse outro para consumir nossas intenções comunicativas.

2.7 Roda argumentativa: características

Segundo Watzlawick, Beavin e Jackson (1967, p. 191):

Numa definição algo modificada e ampliada, os ingredientes de uma dupla vinculação podem ser descritos da seguinte maneira:

(1) Duas ou mais pessoas estão envolvidas numa relação intensa que possui um elevado grau de valor de sobrevivência física e (ou) psicológica para uma, várias ou todas elas. As situações em que existem, tipicamente, tais relações intensas abrangem mas não se limitam à vida familiar (especialmente a interação mãe-filho); enfermidade; dependência material; cativo; amizade; amor; fidelidade a um credo, causa ou ideologia; contextos influenciados por normas ou tradições sociais; e a situação psicoterapêutica. (...)

Depreendemos dessa primeira condição que é preciso haver *confiança* entre os participantes da interação, pois, se

estamos falando de sobrevivência física e/ou psicológica, há que se confiar no outro para que essa sobrevivência se verifique.

Entretanto, não é nada fácil confiar no outro, sobretudo, se nossa sobrevivência está em jogo. No caso de Vieira, a situação é ainda mais complexa, pois há no mínimo duas “sobrevivências” envolvidas: a primeira e mais notória é a sobrevivência física, conforme nos testemunha o próprio Sermão – *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda* –, em que Vieira intenta acicatar os ânimos dos brasileiros para que estes, caso seja necessário, venham a enfrentar os “terríveis” holandeses.

Mas não é só. Lembremo-nos de que os holandeses não eram tão-somente inimigos do Rei: eles eram hereges e, como tais, ameaçavam as “coisas de Deus”, destruíam-nas e impunham as suas próprias crenças heréticas; portanto, temos aqui uma situação de sobrevivência “espiritual”, que está diretamente vinculada à sobrevivência psicológica daquele grupo social, uma vez que o catolicismo sempre foi uma presença muito forte para os brasileiros e os portugueses, de modo que não se pode desdenhar de uma sensação de abandono da parte do povo caso suas crenças sofressem uma derrocada.

(...) (2) Num tal contexto, é dada uma mensagem estruturada de tal modo que (a) afirma algo, (b) afirma algo sobre a sua própria afirmação e (c) essas duas afirmações excluem-se mutuamente. Assim, se a mensagem é uma intimidação, deve ser desobedecida para ser obedecida; se é uma definição do eu ou de outro, a pessoa assim definida só é essa espécie de pessoa se não o for, e não é se o for. Portanto, o significado da mensagem é indeterminável (...). (WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 1967, p. 191-192)

Para descrever o conceito de *roda argumentativa*, propomos a seguinte alteração neste segundo passo, a partir do conceito de *transcontextualidade*, descrito por Bateson (1969 apud QUENTAL, 1995):

(a1) **Contexto 1 – Mensagem 1** – Deus é justo e perfeito – *Justus es, Domine, et rectum judicium tuum.* [Sl 118:136 *Justo és, ó Senhor, e retos são os teus juízos.*]

(b1) **Metamensagem 1** – Deus não é parcial; Deus não erra.

(a2) **Contexto 2 – Mensagem 2** – *Como é possível que se ponha Vossa Majestade irada contra estes fidelíssimos servos e favoreça a parte dos infieis, dos excomungados, dos ímpios?*

(b2) **Metamensagem 2** – Deus é parcial; Deus erra.

No caso da dupla injunção, temos um entrelaçamento de contextos; por conseguinte, as metamensagens associadas a esses contextos também se entrelaçam, fato que realiza o paradoxo, uma vez que as metamensagens são mutuamente exclusivas.

Atentemos para o esquema abaixo, que vai diferenciar a roda argumentativa de qualquer outro paradoxo pragmático:

CONTEXTO 1 = MENSAGEM 1 = MENSAGEM FIXA = Deus é justo e perfeito – *Justus es, Domine, et rectum judicium tuum.* [Sl 118:136 *Justo és, ó Senhor, e retos são os teus juízos.*]

METAMENSAGEM 1 = METAMENSAGEM FIXA = Deus não é parcial; Deus não erra.

CONTEXTO 2 = MENSAGEM 2 = MENSAGEM VARIÁVEL = ?

METAMENSAGEM 2 = METAMENSAGEM FIXA = Deus é parcial; Deus erra.

Cabe ressaltar que, sendo a metamensagem 2 fixa, não é qualquer mensagem que se pode enquadrar sob o rótulo *mensagem 2, variável*, mas tão-só as mensagens cuja metamensagem 2 se possa delas depreender, conforme comprovam os exemplos que seguem:

EXEMPLO 1:

CONTEXTO 1 = MENSAGEM 1 = MENSAGEM FIXA = Deus é justo e perfeito – *Justus es, Domine, et rectum judicium tuum.* [Sl 118:136 *Justo és, ó Senhor, e retos são os teus juízos.*]

METAMENSAGEM 1 = METAMENSAGEM FIXA = Deus não é parcial; Deus não erra.

CONTEXTO 2 = MENSAGEM 2 = MENSAGEM VARIÁVEL
= ? = Ex 32:12 Por que hão de falar os egípcios, dizendo: Para mal os tirou, para matá-los nos montes e para destruí-los da face da terra? **Torna-te da ira do teu furor e arrepende-te deste mal contra o teu povo.** (O negrito é nosso.)

METAMENSAGEM 2 = METAMENSAGEM FIXA = Deus é parcial; Deus erra.

A mensagem 1 é o pilar central das Sagradas Escrituras; portanto, todo e qualquer discurso religioso – católico ou não – parte dessa mensagem, que, ao longo dos séculos, vem se mantendo incólume nas mentes e nos corações das diferentes sociedades. A metamensagem 1 é uma mensagem implícita e, como tal, pode ser depreendida da mensagem 1, até porque é lógico afirmar que, se Deus é pai amoroso, perfeito e justo, então Ele não pode ser parcial nem cometer um só erro.

A mensagem 2, extraída do sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*, é surrealista pelos implícitos (metamensagem 2) que contém, senão vejamos:

Implícito 1 – Existe um povo que é de Deus; se existe um povo que é de Deus, então é porque existe um (ou mais) povo que não é de Deus; ou seja, Deus é pai de uns, mas não de outros, o que deixa claro que Deus não é imparcial.

Implícito 2 – Deus deve se arrepender dos males infligidos por Ele próprio ao seu povo! Não precisaríamos nem mesmo considerar a impropriedade do arrependimento – por ser demais óbvio que o simples ato de arrepender-se vai de encontro à idéia de um Deus cujos juízos são retos; basta considerarmos que, se Deus deve arrepender-se, é porque cometeu erros graves que atingiram seu povo – o que prova que Deus erra.

Convém observar o enorme perigo que a mensagem 2 pode representar para olhos e ouvidos incautos por criar a falsa ilusão de que Deus “faz diferença” entre Seus filhos e que uns são melhores que outros. É de se notar que esse tipo de ilusão resulta da conveniência e dos interesses de quem escreve – ou professa – tais idéias.

EXEMPLO 2:

CONTEXTO 1 = MENSAGEM 1 = MENSAGEM FIXA = Deus é justo e perfeito – *Justus es, Domine, et rectum judicium tuum.* [Sl 118:136 *Justo és, ó Senhor, e retos são os teus juízos.*]

METAMENSAGEM 1 = METAMENSAGEM FIXA = Deus não é parcial; Deus não erra.

CONTEXTO 2 = MENSAGEM 2 = MENSAGEM VARIÁVEL = ? =
Parece-vos bem que sejam eles os prosperados e assistidos de vossa Providência, e nós os deixados de vossa mão; nós os esquecidos de vossa memória; nós o exemplo de vossos rigores; nós o despojo de vossa ira?

METAMENSAGEM 2 = METAMENSAGEM FIXA = Deus é parcial; Deus erra.

A mensagem 1, reafirmamos, constitui-se no pilar de toda e qualquer religião, afinal, não se pode conceber Deus de outra maneira, senão Ele não seria Deus nem seria diferente de nós, os mortais, criados à Sua imagem e semelhança.

Tanto a mensagem 1 como a metamensagem 1 só podem ser fixas; a primeira, porque está presente na Bíblia e, como já afirmamos anteriormente, é a sua própria essência; a segunda porque decorre diretamente da primeira. É de se notar, contudo, que ambas, mensagem 1 e metamensagem 1, desafiam a coerência e a lógica: basta que olhemos à nossa volta para perguntar onde está a justiça de Deus que permite que criancinhas nasçam mutiladas e comprometidas geneticamente; onde está essa justiça que traz riquezas para uns e misérias para outros; que distribui saúde entre uns e doenças entre outros; que permite a orfandade de uns e dá um lar saudável a outros. Há muitas perguntas sem resposta. De qualquer modo, *precisamos* desesperadamente crer nessa justiça, mesmo que não consigamos entendê-la.

Para ilustrar a mensagem 2, selecionamos a seguinte fala de Vieira, também extraída do sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*:

Parece-vos bem que sejam eles os prosperados e assistidos de vossa Providência, e nós os deixados de vossa mão; nós os esquecidos de vossa memória; nós o exemplo de vossos rigores; nós o despojo de vossa ira?

Não é preciso um grande esforço de raciocínio para perceber que, se há privilégios dados a uns em detrimento de outros, Deus está sendo parcial e injusto, afinal, por que favorecer determinados filhos e prejudicar outros negando-lhes o Seu paternal amparo?

É de se notar que praticamente qualquer trecho do discurso de Vieira que seja considerado aqui, enquanto

mensagem 2, será tendencioso, uma vez que o próprio título do sermão – *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda* – já nos revela que ele irá advogar em causa própria, até porque, se há sucesso para uns, quando estes estão em guerra, fatalmente haverá insucesso para outros.

Vieira reivindica nada menos do que a vitória dos portugueses e o esmagamento dos holandeses, pois, segundo ele, aqueles são muito mais merecedores do que estes; entretanto, o juízo de Vieira é parcial, até porque, lembremos, o padre é português e deseja amealhar as riquezas brasileiras para a coroa portuguesa; sendo parcial, ele não pode propor a Deus que Este seja imparcial; assim é que, mesmo sem abandonar a bandeira da imparcialidade – [Sl 118:136 *Justo és, ó Senhor, e retos são os teus juízos.*] –, Vieira prossegue exigindo que Deus faça uma escolha e, portanto, seja parcial.

Ao exigir do Pai que Este favoreça os portugueses, Vieira inscreve o próprio discurso no enquadre paradoxal *roda argumentativa*; é como intimar Deus a abjurar justamente o que O torna superior aos homens e O diferencia destes: a justiça e a retidão de Seus juízos *em nome dessa mesma justiça e dessa mesma retidão de juízos! É como dizer: em nome de Tua imparcialidade, eu exijo que sejas parcial!* Vieira consegue subverter a lógica e desafiar os raciocínios mais lúcidos com sua *roda argumentativa*.

Assim, a metamensagem 2, implícita na mensagem 2, é justamente *Deus é parcial; Deus erra*. Para Vieira, Deus só pode ser justo se for injusto e vice-versa: será injusto se for justo:

Deus justo = favorece os portugueses em detrimento dos holandeses; mas, ao favorecer os portugueses em prejuízo dos holandeses, estará sendo injusto.

Deus injusto = favorece os portugueses em detrimento dos holandeses; mas, ao favorecer os portugueses em prejuízo dos holandeses, estará sendo justo.

(...) (3) Finalmente, o receptor da mensagem é impedido de sair do quadro de referência estabelecido por essa mensagem, quer pela metacomunicação (comentário) sobre ela, quer retraindo-se. Portanto, muito embora a mensagem seja destituída de significação lógica, ela constitui uma realidade pragmática; ele não pode *não* reagir-lhe mas tampouco pode reagir-lhe apropriadamente (não-paradoxalmente), porquanto a própria mensagem é paradoxal.

Para finalizar, os autores ainda acrescentam que:

Esta situação é, freqüentemente, determinada pela proibição mais ou menos explícita de se manifestar qualquer conhecimento da contradição ou do problema real envolvido. Uma pessoa numa situação de dupla vinculação é passível, portanto de se ver punida (ou, pelo menos, de ser levada a sentir-se culpada) pelas suas percepções corretas e definida como “má” ou “louca” se insinuar sequer que existe uma discrepância entre o que vê, de fato, e o que “devia” ver.

Esta é a essência do duplo vínculo. (WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 1967, p. 192)

Convém ressaltar que o discurso religioso é o discurso autoritário por excelência, afinal, não podemos argumentar com Deus e tampouco com seus “intermediários”, os padres católicos, pastores evangélicos ou quaisquer outros que se arroguem o direito de intermediar o divino Pastor.

Precisamente no caso da proibição a que se referem Watzlawick, Beavin e Jackson (1967), há que se considerar o jogo de interesses que impede, um sem-número de vezes, que o sujeito se manifeste. Nesse caso, temos não um silêncio impregnado de conflitos, mas, ao contrário, o silêncio que

compactua com a voz intermediária, afinal, é bastante cômodo sentir-se o “escolhido” por Deus, em detrimento dos “demais filhos” ou, se preferirmos, dos “não-filhos”.

Esta é a essência da roda argumentativa.

Para dar continuidade ao arcabouço teórico que fundamenta a análise do sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*, segue o capítulo 3, no qual analisaremos os adjetivos avaliativos *bom*, *perfeito* e *justo*, por seu inegável valor argumentativo no texto religioso quando se referem a Deus, bem como alguns aspectos da teoria dos semas aplicada à depreensão de traços dos morfemas gramaticais das “formas nominais do verbo” quando articulados aos respectivos lexemas.

2.8 Notas do capítulo:

Nota 1:

Este paradoxo também é conhecido como “O paradoxo do mentiroso” (WATZLAWICK, BEAVIN e JACKSON, 1967). Para maiores detalhes, consultem-se Quine em *The ways of paradox and other essays* (1976) e Ceia em *Dicionário de Termos Literários* (2002).

Nota 2:

Ressalte-se que a noção de “esquemas de conhecimento” descrita pelas autoras é mais abrangente do que a noção de “esquemas” referida por KOCH e TRAVAGLIA no livro *A coerência textual* (1991), de modo que as duas noções não devem ser tomadas como sinônimas.

Nota 3:

No que respeita às *inferências* e ao *conhecimento de mundo*, vejam-se KOCH e TRAVAGLIA em *A coerência textual*, 1991.

Nota 4:

Destacamos que Goffman descreve ainda um tipo de “fabricação” que ele denomina “benigna”. Nesse tipo, o autor nos fala que, se a “fabricação” não é feita em benefício da pessoa atingida, ao menos não lhe traz danos ou prejuízos morais. Um exemplo clássico dessa espécie de “colúio benevolente” são as mentiras ditas “construtivas” que contamos a uma outra pessoa. Geralmente inofensivas, tais mentiras, se não fizerem bem à pessoa, mal também não fazem

embora possam suscitar no outro uma certa desconfiança a respeito do que lhe é dito.

CAPÍTULO 3: SEMÂNTICA

Jesus respondeu, e disse-lhe: Na verdade, na verdade te digo que aquele que não nascer de novo, não pode ver o reino de Deus.

Disse-lhe Nicodemos: Como pode um homem nascer, sendo velho? Pode, porventura, tornar a entrar no ventre de sua mãe, e nascer?

Jesus respondeu: Na verdade, na verdade te digo que aquele que não nascer da água e do Espírito, não pode entrar no reino de Deus.

O que é nascido da carne é carne, e o que é nascido do Espírito é espírito.

Não te maravilhes de te ter dito: Necessário vos é nascer de novo. João 3:3

Desde tempos imemoriais, o ser humano apropria-se do sentido das palavras para adornar os seus discursos. E nesse jogo de construção do sentido a manipulação da orientação argumentativa dos enunciados produzidos é prioritária para persuadir ouvintes e leitores. A epígrafe que introduz este capítulo atesta que um mesmo enunciado pode ter interpretações muito diferentes – inclusive opostas, de acordo com a intenção comunicativa daquele que, em uma situação determinada, é o dono do discurso.

Para dar continuidade ao estabelecimento das fundações teóricas que embasarão a análise do sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*, neste capítulo, trabalharemos com os adjetivos avaliativos (KERBRAT-ORECCHIONI, 1997), os traços semânticos e a *combinatória sêmica* (LANGENDOEN, 1971) possível entre os morfemas

gramaticais de gerúndio, participípio e infinitivo e os lexemas verbais com os quais esses morfemas se articulam.

3.1 Adjetivos avaliativos para um referente singular: Deus

Partimos do princípio de que qualquer discurso que faça referência ao nome de Deus não poderá partir de nenhuma outra premissa que não seja a de que Deus é Pai *bom*, *perfeito* e *justo*, afinal, são as Sagradas Escrituras que assim afirmam; além disso, para uma sociedade que creia em Deus, não é concebível referir-se a Ele sem que haja espaço para esses predicados, que O diferenciam dos homens.

Cabe destacar que, embora o adjetivo *bom* não tenha sido mencionado para caracterizar a roda argumentativa, é pertinente retratá-lo junto com os adjetivos *perfeito* e *justo*, pois, na acepção 1.1 do verbete *bom*, Houaiss (2001) afirma que ser bom é ser “moralmente correto em suas atitudes, de acordo com quem julga”. Naturalmente que, se os juízos de Deus são *retos* e *justos*, então é porque Deus é “moralmente correto” em Suas “atitudes”; ou seja, ser reto e justo implica ser igualmente bom.

Os adjetivos *bom*, *perfeito* e *justo*, avaliativos, segundo Kerbrat-Orecchioni (1997), são atribuídos a um referente com matizes sêmicos por acréscimo de subjetividade de quem avalia. Assim, consideramos oportuno um estudo mais acurado desses adjetivos pelo valor argumentativo intrínseco que apresentam em um discurso, já que, em um texto argumentativo, nenhuma escolha lexical pode ser considerada inocente.

Atente-se para as frases abaixo:

(...) Las oraciones siguientes tienen el mismo significado:

(37) That man is not well. ‘Ese hombre no está sano.’

(38) That man is ill. ‘Ese hombre está enfermo.’

Pero estas oraciones no son equivalentes:

(39) That man is not tall. ‘Ese hombre no es alto.’

(40) That man is short. ‘Ese hombre es bajo.’

Hay un estrecho e indeterminado ámbito de valores entre aquellos que son claramente altos y los que son claramente bajos. (LANGENDOEN, 1971, p. 84)

Naturalmente que, se tomarmos “são” no sentido de “sadio”, “saudável”, havemos de concordar que, de fato, as orações (37) e (38) têm o mesmo significado, já que “não estar sadio”, teoricamente, é o mesmo que “estar doente”. Isto ocorre porque podemos atribuir o traço [+ saúde] à palavra “são” em oposição à ausência desse traço, no caso, [- saúde], em “doente”.

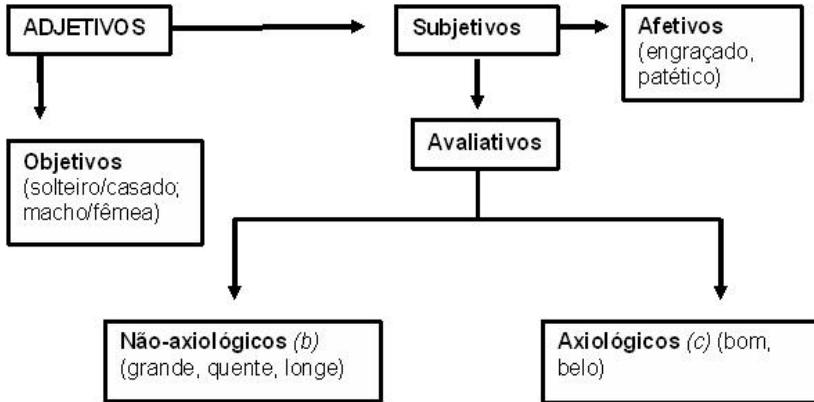
Há que se observar, contudo, que a atribuição de traços não é tão simples como possa parecer, já que não podemos isolar as palavras e *destacá-las* de seus contextos, pois, caso isto aconteça, teremos de admitir que “dias úteis” e “dias inúteis” são expressões antônimas (uma vez que “útil” opõe-se a “inútil”). Entretanto, tal consideração pode não ser verdadeira, uma vez que a expressão idiomática “dias úteis” significa os dias compreendidos entre segunda e sexta-feira, das 9:00 às 18:00, ao passo que a expressão “dias inúteis”, que não é idiomática, pode se referir a quaisquer dias, inclusive os

“úteis”, desde que estes sejam considerados, por algum motivo, *improdutivos*.

No caso das orações (39) e (40), a situação é ainda mais complexa, pois é preciso levar em conta não só o contexto de cada oração mas também a experiência do falante. O fato de afirmar que um homem não é alto não significa *necessariamente* que ele seja baixo, pois esses adjetivos são atribuídos por comparação. Dessa forma, um homem de um metro e oitenta pode não ser suficientemente alto para integrar, como jogador, uma equipe de vôlei, tendo em vista a altura da rede, mas será considerado bastante alto em relação a pessoas mais baixas.

Assim, não podemos afirmar que as orações (39) e (40) sejam, de fato, equivalentes, pois, ao dizermos que o homem não é alto, é preciso especificar os parâmetros de altura utilizados para compor a frase, assim como o contexto em que ela está inserida. Não se trata aqui de uma mera substituição de “alto” por “baixo” no paradigma dos adjetivos (cf. nota 1).

A respeito dos adjetivos, Kerbrat-Orecchioni (1997) apresenta-nos um capítulo que nos interessa sobretudo. Nele a autora subdivide os adjetivos em objetivos e subjetivos; estes, por seu turno, se subdividem em afetivos e avaliativos; finalmente, estes últimos vão subdividir-se em não-axiológicos e axiológicos, conforme o esquema (1997, p. 110):



A partir dessa divisão, limitaremos nossa atenção aos itens (b) e (c). Em relação aos adjetivos avaliativos não-axiológicos (b), a autora (1997, p. 112) declara:

Para poner en evidencia la especificidad de esta clase de adjetivos se pueden invocar algunos criterios como, por ejemplo, su carácter gradual (“el camino es demasiado largo, bastante largo”, “es muy largo”, “es más largo que el outro”). (...)

Quanto aos avaliativos axiológicos (c), comenta (1997, p. 119-120):

Pero, además, y también diferencia de los adjetivos precedentes [entenda-se “não-axiológicos”], los evaluativos axiológicos aplican al objeto denotado por el sustantivo que determinan un juicio de valor, positivo o negativo. Son, por consiguiente, doblemente subjetivos: (...).

E em suas Observaciones finales sobre la categoría general de los evaluativos (clases (b) y (c)), a autora pondera que (1997, p. 123-124):

(...) Todos los adjetivos evaluativos son subjetivos en la medida en que reflejan algunas particularidades de la competencia cultural e ideológica del sujeto hablante, pero lo son en grado variable: en primer lugar porque los axiológicos están, en conjunto, más marcados subjetivamente que los otros; luego, porque encontramos diferencias de funcionamiento en el interior mismo de las dos clases (*b*) y (*c*), por estar más o menos estabilizada en el seno de una comunidad dada la norma de evaluación en la que se basa el empleo de tal o cual término en tal o cual contexto.

Acrescenta ainda que:

(...). Es posible, por ejemplo, admitir que la oración “este auto consume mucho” es más debilmente subjetiva que “Pedro trabaja mucho”, ya que la dosis de nafta que um auto consume “normalmente” está mejor definida por el consenso social que la dosis media de trabajo que um individuo debe rendir normalmente. (...)

É fato que os adjetivos objetivos comportam-se como unidades discretas, afinal, não existe, por exemplo, meio-termo entre *macho* e *fêmea*; já em relação aos adjetivos subjetivos, não é possível afirmar o mesmo. Quando usamos o adjetivo “quente”, sabemos se algo está quente ou não; entretanto, algumas pessoas consideram quente o que para outras é considerado morno. Da mesma forma, algumas pessoas são mais “calorentas” (ou “friorentas”) que outras. De qualquer modo, o grau de variação de uma temperatura é muito menos variável que os conceitos de *bom*, *belo*, *justo* e *perfeito*, por exemplo. E, mesmo para estes, sabemos que uns são mais subjetivos que outros; o conceito de *belo*, por exemplo, desmente a própria beleza em certas situações (sobretudo se usarmos o adjetivo em relação aos objetos). Da mesma forma, os demais exibem comportamento parecido.

Lembramos que há um sem-número de situações do dia-a-dia em que identificamos, no comportamento lingüístico das pessoas, a extensão da subjetividade de certos adjetivos, sobretudo dos avaliativos axiológicos. Tais adjetivos, portanto, não podem ser considerados variáveis discretas.

Entretanto, há que se ter muita prudência quando usamos determinados adjetivos para nos referirmos a Deus, a começar pelo fato de que Deus não é um objeto nem uma pessoa; tampouco podemos dizer que se trata de um ser, já que nem mesmo a gramática consegue definir uma tal palavra; também não podemos chamá-lo de “coisa”; uma “inteligência”, talvez, ou o “princípio” de tudo. Mesmo que tais substantivos possam nos dar uma pálida “idéia” do que seja Deus, nossas dificuldades para atribuir-Lhe adjetivos começam pelo simples fato de não sabermos exatamente que tipo de substantivo escolheremos para ser o termo determinado. O uso do verbo “ser” em relação a Deus só faz reforçar a dificuldade, já que Deus é o único “ser” que pode tornar intransitivo o verbo *ser*: Deus *é*. Não é preciso dizer mais nada, até porque, não cabe aqui nenhum predicativo, o que já não ocorre quando nos referimos a Jesus; é de se notar que não dizemos “Jesus é”, dizemos, sim, “Jesus + é + predicativo”, que pode ser “filho de Deus”, “o divino pastor” etc.

Se considerarmos, em relação a Deus, adjetivos como *bom*, *perfeito* e *justo* e ainda supormos que tais adjetivos, enquanto subjetivos que são, haverão de ter outro tratamento se tiverem Deus como termo determinado, então, é possível afirmar que tais adjetivos figuram no grau superlativo, sem meio-termo, até porque, admitir o meio-termo implicaria admitir igualmente um certo juízo de valor em relação a Deus, o que é inconcebível, já que não nos é dado o direito de

apreciar os Seus desígnios nem pela Bíblia nem pelo chamado “senso comum”.

Admitir meio-termo para Deus é o mesmo que julgá-Lo, pois, quando dizemos, a respeito de uma pessoa, que ela poderia “ter sido mais justa”, estamos julgando seu procedimento e, além de julgar, estamos fazendo isso de forma negativa, pois, se a pessoa poderia “ter sido mais justa”, é porque, em nossa concepção, não foi tão justa quanto poderia (ou deveria) ter sido. Convenhamos que afirmar algo parecido em relação a Deus é um contra-senso.

Se não podemos apreciar os desígnios divinos, uma vez que apreciação implica juízo de valor, consideramos que os adjetivos usados para determinar Deus só podem assumir um único comportamento: o de variáveis discretas.

Desse modo, os adjetivos avaliativos *bom*, *justo* e *perfeito*, quando usados para se referir a Deus, não são suscetíveis de nenhum tipo de gradação, pois gradação implica avaliação de um outro segundo as crenças, as experiências e os esquemas de conhecimento que marcam a sua trajetória dentro de uma comunidade lingüística e são realimentados por essa mesma comunidade. Deus é bom, justo e perfeito *por excelência*. A Bíblia afirma. Os fiéis aceitam. Trata-se de um argumento baseado no consenso (PLATÃO e FIORIN, 1997) e, como tal, não necessita de provas ou demonstrações.

3.2 Traços semânticos

Os traços semânticos, ao serem atribuídos, a partir do dicionário, a uma palavra da língua, destinam-se a fornecer-lhe uma caracterização exata, a descrevê-la e as suas propriedades combinatórias. É o conjunto desses traços – ou semema – que

define um vocábulo, torna-o compatível com outros vocábulos, para figurarem juntos em uma sentença, ou incompatível, pela impossibilidade de combiná-lo com palavras cuja combinação torne a sentença agramatical ou, no mínimo, provoque um estranhamento no leitor.

O levantamento dos traços semânticos de um vocábulo apresenta grande complexidade, pois, mesmo que as palavras nasçam “neutras”, em “estado de dicionário” (CITELLI, 1986), *vivemos mediados por elas, que, ao se contextualizarem, passam a expressar valores e idéias; transitam ideologias para cumprir amplo espectro de funções persuasivas* (CITELLI, 1986, p. 30) (cf. nota 2), fato que atua como um verdadeiro complicador na atribuição de traços a uma determinada palavra.

De um modo geral, trabalhamos com traços binários, como, por exemplo, [+ animado] *versus* [- animado]. Convém observar ainda que o que designamos por “traço binário” é um único traço com duas especificações que se opõem; assim, temos o traço “animado”, que estará presente [+] em *cão* e ausente [-] em *lápiz*. O binarismo, portanto, refere-se às duas especificações possíveis.

Entretanto, nem sempre é possível fazer especificações desse tipo. Em *criança*, temos um traço não-especificado para o sexo; desse modo, em relação ao traço “macho”, a atribuição será feita sem qualquer sinal, assim: [macho]. Em outras situações, temos palavras que não se encaixam no esquema binário – como as que designam os três estados da matéria (LANGENDOEN, 1971): sólido, líquido e gasoso –, conforme a representação esquemática a seguir:

Traço “penetrável” para designar os *graus de penetrabilidade da matéria* (LANGENDOEN, 1971):

[1P] = gasoso; por exemplo: nitrogênio;

[2P] = líquido; por exemplo: refrigerante;

[3P] = sólido; por exemplo: madeira;

[P] = traço não-especificado; por exemplo: “Havia uma *substância* escura no ambiente”.

Há que se notar ainda casos como o da palavra *coisa*, que, teoricamente, pode ter qualquer traço, inclusive os que se opõem entre si; assim, do mesmo modo que podemos dizer que *a beleza é uma coisa cobiçada*, também podemos afirmar que, *para alguns países, o petróleo é uma coisa rara*. Como se pode observar, a palavra *coisa* tem ausência do traço “concreto”, [-concreto], na primeira frase e presença desse traço, [+concreto], na segunda; contudo, isto só ocorre porque a palavra *coisa* está associada, respectivamente, a um substantivo abstrato (*beleza*) e a um substantivo concreto (*petróleo*).

Essa gradação de traços também pode ser vista nas cores; segundo Langendoen (1971, p. 75), “Otro rasgo que tiene una multiplicidad de valores es el de Color: (...)”; de fato, não há que se falar em traços binários quando nos referimos às cores; basta pensarmos nos diferentes tons de azul, como: azul-marinho, azul-piscina, azul-pombinho, azul-turquesa, azul-seda, azul-violeta etc.

Entretanto, discordamos do autor quando afirma (1971, p. 75) “Por lo tanto, nunca concebimos un adjetivo de color como el antónimo de otro, aunque sí hay antónimos de adjetivos que contienen uno o más rasgos binarios em su representación semántica, (...), e incluso *black* ‘negro’ frente a *White* ‘blanco’.” Mesmo na condição de “exceções”, o branco e o preto opõem-se, na maioria das situações, sobretudo nas festas de fim de ano, quando praticamente todos querem vestir-se de branco e quase ninguém deseja vestir-se de preto, pois se trata

de cores que, em nossa cultura, simbolizam, respectivamente, o bem e o mal.

De fato, à exceção dessas duas cores, é muito difícil imaginar uma oposição entre quaisquer outras, mas não é impossível, sobretudo, se considerarmos o contexto. Imaginemos duas cores como o vermelho e o verde. Aparentemente, não há nenhuma possibilidade de existir antonímia entre elas. Apesar disso, uma situação em que a *única* possibilidade de relacionamento entre essas duas cores realiza-se justamente por meio da antonímia é vivenciada por nós diariamente quando saímos de casa: para atravessarmos a rua, esperamos que o sinal de trânsito fique vermelho para os carros e verde para nós; ao contrário, não podemos atravessar quando o sinal está vermelho para nós, pois isto implica que está verde para os carros; assim, dependendo do referente (nós ou os carros), *vermelho* pode significar “pare” e *verde*, “siga”, o que configura a oposição entre essas duas cores.

A atribuição de traços semânticos não se reduz ao uso de princípios lógicos (cf. nota 3) nem prescinde da cultura dos sujeitos que integram uma determinada comunidade lingüística (cf. nota 4).

Assim, é muito mais lógico reconhecer e admitir que o signo lingüístico, enquanto unidade básica de nossos discursos, não é imutável no que se refere à face do significado. A análise da palavra *dia* pode ilustrar a mutabilidade do significado, uma vez que há um enorme hiato entre o sentido dicionarizado e o que depreendemos a partir da leitura do primeiro livro da Bíblia.

De um modo geral, quando lemos um texto qualquer e nos deparamos com uma palavra que desconhecemos, temos três opções: tentar entender o seu significado por meio do

contexto frasal – ou co-texto, perguntar para alguém ou recorrer ao dicionário; entretanto, usualmente, não temos problemas para entender a maioria das palavras do texto, sobretudo aquelas que integram o nosso cotidiano, como é o caso da palavra *dia*. Aparentemente, o trecho abaixo não nos causa nenhum problema de interpretação:

O Primeiro Livro de Moisés Chamado

GÊNESIS

CAPÍTULO 1

1 No princípio criou Deus os céus e a terra.

(...)

5 E Deus chamou à luz DIA; e às trevas NOITE. Sobreveio a tarde e depois a manhã: foi o primeiro dia.

(...)

8 E assim se fez. Deus chamou ao firmamento CÉUS. Sobreveio a tarde e depois a manhã: foi o segundo dia.

(...)

13 Sobreveio a tarde e depois a manhã: foi o terceiro dia.

(...)

19 Sobreveio a tarde e depois a manhã: foi o quarto dia.

(...)

23 Sobreveio a tarde e depois a manhã: foi o quinto dia.

(...)

31 Deus contemplou toda a sua obra, e viu que tudo era muito bom. Sobreveio a tarde e depois a manhã: foi o sexto dia.

CAPÍTULO 2

(...) 2 Tendo Deus terminado no sétimo dia a obra que tinha feito, descansou do seu trabalho.

(...)

3 Ele abençoou o sétimo dia e o consagrou, porque nesse dia repousara de toda a obra da Criação.

4 Tal é a história da criação dos céus e da terra.

(...)

(† CASTRO, 2002, p. 49-50)

Como se observa, Deus criou os céus e a terra em seis dias, tendo descansado no sétimo; todavia, quando pensamos nas descobertas da geologia, da astronomia e da física, parecemos surrealista que a criação dos céus e da terra tenha, de fato, se dado em apenas seis dias, sobretudo, quando é tão natural para nós pensarmos na palavra *dia* como o espaço de 24 horas.

Verifique-se a definição da palavra *dia*:

- substantivo masculino
- 1** tempo que transcorre, em determinada região da Terra, entre o instante do nascer do Sol e o do seu ocaso
- 2** claridade com que o Sol ilumina a Terra
- 3** Rubrica: cronologia.
duração de uma rotação completa da Terra sobre si mesma; espaço de tempo, equivalente a 24 horas, compreendido entre duas meias-noites consecutivas; dia civil
- 4** Rubrica: cronologia.
esse mesmo intervalo, tomado como unidade de tempo [símb.: *d*]
- 5** temperatura que faz durante o dia; tempo
- 6** número de horas de trabalho cotidiano determinado pelo uso ou pela lei
- 7** circunstância favorável; momento oportuno
- 8** tempo presente; atualidade, momento
- 9** Regionalismo: Amazônia.
m.q. *manso* ('trecho de rio')
- dias
- substantivo masculino plural
- 10. o decurso da existência; tempo de vida
Ex.: trabalhou até o fim de seus d.

É de se notar que, em nossa cultura, um dia tem 24 horas. Todas as acepções do verbete *dia*, à exceção das acepções de 7 a 10, tomam como parâmetro o intervalo de tempo de 24 horas, o que permite afirmar que o traço “24 horas” está presente em cada uma das acepções de 1 a 6: [+ 24 horas]. Em relação às acepções de 7 a 10, não cabe falarmos em “presença” ou “ausência” desse traço porque ele não é pertinente, uma vez que a palavra “dia” não está sendo usada em seu sentido literal; entretanto, ainda assim, convém salientar que, em nenhum momento, há qualquer pista lingüística que nos autorize a interpretar a palavra *dia* a partir de outro parâmetro, que não o de 24 horas; então, para ilustrar, a acepção 10, ao mencionar o tempo de vida de alguém, trabalha com a idéia de “anos” (“até o fim de seus dias” implica, ao menos, alguns anos), que, para nós, brasileiros, equivale a 365 *dias* vezes o número de anos

que o sujeito viveu e, como já sabemos, cada dia tem exatas 24 horas.

Como sabemos, os originais do Velho Testamento estão em hebraico e, nessa língua, a palavra *dia* não tem o mesmo sentido que atribuímos a ela, conforme atesta o verbete acima. Consideremos o fragmento que segue (SEMBLANO, 2000, p. 37):

Compreendendo melhor os “longos” Dias

1º) Provas científicas: A terra passou por transformações, em sua estrutura geológica, de milhões de anos. Somente de mudança de pólos foram 400. Foram encontrados milhares de fósseis muito anteriores aos 5761 anos da interpretação literal, inclusive de espécies extintas.

2º) Yom: A palavra “dias” a que se refere a Criação, no original hebraico é *yom* (...), palavra esta que tem um sentido muito mais amplo que um período de 24 horas, podendo significar *períodos de tempo*, o que faz com que, por exemplo, as datações dos fósseis não sejam contraditórias ao período da Criação. (...)

Se, como afirma o autor, a palavra *yom* tem um sentido muito mais amplo do que o de nossa palavra *dia*, as implicações semânticas são evidentes, uma vez que a atribuição de traços não poderá ser a mesma, aliás, o traço “24 horas” sequer poderá estar contido nesse sentido “muito mais amplo”, afinal, não se trata aqui de uma relação entre hipônimos e hiperônimo, uma vez que os parâmetros considerados na contagem do tempo envolvem milhões, bilhões de anos, conforme atesta a geologia (SEMBLANO, 2000), o que faz que meras 24 horas sejam engolidas pelo enorme vácuo temporal.

Portanto, a tradução de uma língua para outra também não pode prescindir dos valores de que se recobrem os vocábulos de acordo com a cultura do lugar de onde derivam, a menos que a distorção seja conveniente aos propósitos argumentativos do enunciador, o que verificaremos na análise do sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*, a partir do jogo de traços habilmente usado por Vieira para se referir à palavra *dia*, no epílogo de sua argumentação.

Lembre-mos, finalmente, de que o Velho Testamento, fonte de onde provêm os dados sobre a criação do mundo, e o Novo são a maior arma argumentativa de que dispõe Vieira, de modo que pode importar menos o valor semântico das palavras do que a adequação desses mesmos valores aos propósitos argumentativos do padre.

3.3 Combinatória sêmica: morfemas de gerúndio, particípio e infinitivo

Conforme visto, a combinatória sêmica sobrepõe-se aos traços semânticos de uma só palavra, uma vez que esta se combina com outras unidades menores para formar unidades cada vez maiores, como estruturas frasais e textuais.

Assim, temos que a palavra *manga* em “manga azeda” e “manga descosturada” recebe traços diferentes dos adjetivos determinantes, o que torna possível a interpretação de que, no primeiro sintagma, referimo-nos à fruta e no segundo, a uma peça de roupa.

Contudo, uma pessoa que desconheça a presença do hífen em “manga-rosa” pode escrever “manga rosa” e, a não ser pelo

contexto, não saberemos se se trata da fruta (porque a manga rosa é uma fruta) ou da peça de roupa (de uma blusa rosa).

A respeito da combinatória sêmica, nos fala Langendoen (1971, p. 78) que:

(...) Del mismo modo se puede establecer rasgos de selección para todos los verbos y adjetivos del léxico, y, (...), también para cada sustantivo.

Se puede representar también en términos de rasgos la distinción entre verbos transitivos e intransitivos.

Há que se observar, todavia, que a combinação de traços semânticos não se dá apenas entre palavras lexicais. Observe-se que o sintagma nominal “manga descosturada” se opõe ao sintagma “manga costurada” tão-somente pela presença do prefixo des- no primeiro sintagma, uma vez que esse prefixo projeta no adjetivo ao qual está conectado o traço semântico [+negação]. Portanto, além da combinatória entre o substantivo e o adjetivo, podemos afirmar que o traço distintivo que opõe ambos os sintagmas é projetado a partir do prefixo de negação.

Convém salientar que, por mais que um determinado morfema tenha um valor “fixo” dado pela gramática (como -inh(o), que é sufixo “diminutivo”), esse valor, que podemos considerar um “valor-base”, pode variar (e, com frequência, varia) em função do contexto (lembremo-nos de que “patricinha” não é o diminutivo de “Patrícia”), seja este extralingüístico ou não (um texto, uma frase ou, até mesmo, um outro morfema).

A partir dessa constatação, podemos, então, analisar três morfemas que nos interessam mais de perto: **-ndo**, **-d(o)** e **-r**, respectivamente, morfemas de gerúndio, participípio e infinitivo, as chamadas “formas nominais do verbo”. Sabemos que os traços predominantes nessas formas são [+ processo em

andamento], para o gerúndio; [+ resultado de uma ação], para o particípio; [+ neutralidade], para o infinitivo.

No caso específico do gerúndio em língua portuguesa, iremos explorar a presença do traço “simultaneidade” no semema dessa “forma nominal”; convém observar que esse traço também se acha presente no caso da língua francesa:

(...) 7. Une grande femme commune s’approche en se moquant (a) de nous. [Uma mulherona aproximou-se escarnecendo de nós.] (...)

Advertência gramatical

(a) O particípio presente, precedido da preposição *en*, toma o nome de *gerúndio* (gérondif), exprimindo sempre uma idéia de *modo*, de *tempo* ou de *causa*, e indicando que **são simultâneas a ação do particípio e a do verbo que o acompanha**, ex.: *Je m’amuse en lisant*; Divirto-me lendo. (BENSABAT, s./d., p. 107, grifos nossos)

Antes de discorrermos sobre o fragmento transcrito, convém lembrar Perrez, Peacock e Citron (2000, p. 130) sobre o mesmo assunto:

I. Particípios

1. Le participe présent (o particípio presente)

(...)

PARTICÍPIO PRESENTE

ayant (tendo)

étant (sendo/estando)

savant (sabendo)

(...)

c) Empregue como verbo

i) en + particípio presente (*gérondif*)

Quando o sujeito do particípio presente é o mesmo do do verbo principal, esta estrutura (*gérondif*) é muitas vezes utilizada para exprimir simultaneidade (de acções) e modo (como se faz). Pode traduzir-se por uma oração subordinativa temporal ou pela estrutura *a + infinitivo* (construção equivalente ao gerúndio).

Os autores ainda nos fornecem exemplos de acções simultâneas entre o verbo no gerúndio e o que o antecede (2000, p. 130-131):

* acções simultâneas

quando é utilizada para designar acções simultâneas, esta estrutura traduz-se para português por uma oração subordinada temporal

il est tombe en descendant l'escalier

ele caiu, quando descia as escadas

en le voyant, j'ai éclaté de rire

quando (assim que) o vi, desatei a rir

elle lisait le journal en attendant le bus

enquanto esperava o autocarro, ela lia o jornal

Nota: muito frequentemente utiliza-se o advérbio **tout**, antes de **en**, para dar ênfase à simultaneidade das duas acções, especialmente quando há um elemento de contradição:

elle écoutait la radio tout en faisant ses devoirs

enquanto fazia os trabalhos de casa, ela ouvia rádio

* como

quando exprime o modo como a acção é feita, o **gérondif** traduz-se por “a” + infinitivo:

il gagne sa vie en vendant des voitures

ganha a vida a vender (vendendo) carros

il est sorti du magazin en courant

saiu da loja a correr (...)

É de se notar que não é preciso haver *necessariamente* uma coincidência entre a simultaneidade de ações e o modo como é realizada a ação expressa pelo verbo no gerúndio; isto se dá porque nem todo verbo no gerúndio exprime modo, isto é, o gerúndio pode expressar tão-somente simultaneidade de ações em relação ao verbo que o antecede.

O primeiro exemplo (BENSABAT, s./d.), “Uma mulherona aproximou-se escarnecendo de nós.”, exprime simultaneidade de ações, mas não o modo. Observe-se que nada impede que a mulher se aproxime escarnecendo de alguém. Trata-se de duas ações perfeitamente compatíveis para o traço “simultaneidade”, uma vez que “aproximar-se” envolve movimento das pernas e dos pés, ao passo que “escarnecer” envolve movimentos faciais; portanto, nada há que impeça a simultaneidade dessas ações; entretanto, não se pode afirmar que “escarnecer” é o modo como alguém se aproxima de outra (s) pessoa (s).

De um modo geral, nosso conhecimento de mundo fornece-nos um leque de opções compatíveis entre si, com base na associação de idéias semanticamente inter-relacionadas. Assim, o verbo “aproximar-se”, em se tratando do modo, faz-nos pensar em modificadores (determinantes) que integrem um mesmo campo semântico, como, por exemplo, “depressa”, “devagar”, “cuidadosamente” (“pé ante pé”), “ruidosamente” (“estabanadamente”) e outros cujos sememas contenham o traço “movimento de pernas e pés” e, até mesmo, “movimento de braços e mãos”, mas não “movimentos faciais” *porque “escarnecer” é uma ação, e não o modo como se realiza uma ação.* Há que se notar que o modo é apenas uma parte da ação; trata-se de uma parte importante, mas é tão-somente uma parte.

A segunda oração (BENSABAT, s./d.), “Divirto-me lendo.”, parece exibir as duas características, quais sejam simultaneidade e modo. É perfeitamente viável que uma pessoa se divirta ao ler algo (*enquanto lê* algo), porque, nesse caso, a leitura é o próprio divertimento e também o modo como o sujeito se diverte, embora, de um modo geral, nosso conceito de “diversão” costume ser, digamos, mais “dinâmico” do que o ato de ler; entretanto, como se trata de um conceito subjetivo (o de diversão), cada um escolhe a melhor maneira de se divertir.

Analisemos agora os exemplos dados por Perrez, Peacock e Citron (2000); segundo esses autores, as quatro primeiras frases exprimem concomitância de ações e as duas últimas, o modo:

Simultaneidade:

1. Ele caiu **quando descia** as escadas.
2. **Quando (assim que) o vi**, desatei a rir.
3. **Enquanto esperava** o autocarro, ela lia o jornal.
4. **Enquanto fazia** os trabalhos de casa, ela ouvia rádio.

Modo:

5. Ganha a vida **a vender** carros.
6. Saiu da loja **a correr**.

Os trechos em negrito serão substituídos por uma forma gerundial; assim:

1. Ele caiu **descendo** as escadas.
2. **Vendo-o**, desatei a rir.
3. **Esperando** o ônibus (autocarro), ela lia o jornal.
4. **Fazendo** os trabalhos de casa, ela ouvia rádio.
5. Ganha a vida **vendendo** carros.
6. Saiu da loja **correndo**.

Não se intenciona formar um quadro sêmico para cada um desses verbos, a não ser que seja preciso fazê-lo para demonstrar que *simultaneidade* não implica necessariamente *modo*. Assim, no caso da frase 1, temos que ele caiu *enquanto* (ao mesmo tempo em que) descia (estava descendo) as escadas; há que se ressaltar, porém, que a simultaneidade aqui é pontual, pois ocorre tão-somente no momento em que a pessoa *tropeça ao descer um degrau*; a partir daí, ela “desce” as escadas caindo, ou seja, a partir do “tropeço”, “caindo” passa a ser o “modo” (naturalmente desagradável) de descer a escada.

Não há que se falar em modo na frase 2; o que há, de fato, é uma compatibilidade de traços semânticos entre os verbos “ver” e “rir” para o traço “simultaneidade” que torna possível a concomitância de “ações”, ou, por outras palavras, o sujeito desatou a rir ao ver (no momento em que viu) alguém.

As frases 3 e 4 também exprimem simultaneidade de ações. No caso da frase 3, temos a atitude de espera e o ato de ler; de fato, podemos ler algo enquanto esperamos uma condução. É de se notar que a simultaneidade aqui não é pontual como na frase 1, mas durativa, pois tanto *leitura* como

espera contêm esse traço em seus sememas. Em relação à frase 4, “ouvir rádio” e “fazer os trabalhos de casa” podem ser ações simultâneas, pois é perfeitamente possível fazer algo enquanto (ao mesmo tempo em que) se ouve música. Aqui também não há que se falar em “modo”.

Já as frases 5 e 6 exprimem modo, mas não necessariamente simultaneidade; assim, temos que “vender carros” é o modo como o sujeito “ganha” a vida e “correndo” é o modo como alguém sai de uma loja, embora tenhamos de admitir que as ações de “correr” e “sair” também são simultâneas; no caso dessa frase, modo e simultaneidade confundem-se.

A combinatória sêmica entre os morfemas de gerúndio, infinitivo e particípio e os radicais dos verbos aos quais esses morfemas se agregam pode demonstrar a relação destes com aqueles. As frases a seguir podem ilustrar essa relação, fato que motivou sua escolha:

1. João chegou *deitando*.
2. João chegou *deitado*.
3. Você deve *semear* hoje para *colher* amanhã.

Conforme podemos observar, em cada uma delas está presente uma forma nominal que passaremos a analisar. Em 1, temos uma impropriedade oriunda de uma incompatibilidade de traços semânticos entre o gerúndio do verbo “deitar” e o verbo “chegar”; isto se dá porque não é possível uma pessoa chegar “deitando”: a pessoa chega *e, em seguida*, deita-se, uma vez que se trata de ações seqüenciais.

Parece claro que a incompatibilidade de traços se deve à falta de simultaneidade entre as ações designadas pelos verbos “deitar” (no gerúndio) e “chegar”. Entretanto, não se trata de

uma limitação que se possa atribuir exclusivamente à presença do gerúndio, afinal, o traço “simultaneidade” integra o semema dessa forma nominal; ocorre que, se substituirmos o morfema radical “deit-“ por um outro, como se observa em “chor-“, não haverá nenhuma incompatibilidade de traços, já que nada impede que alguém chegue chorando a um determinado lugar; assim, o traço “simultaneidade” não pode ser reduzido ao morfema gerundial *-ndo*.

Segue um semema possível para o verbo *chorar*:

verbo *chorar*

[tristeza]
[ruído]
[+ lágrimas]
[dor física]
[agente fisiológico]
[lamentação]
etc.

Nota-se que o traço [movimento] não integra o mesmo campo semântico do verbo *chorar*. Não estamos considerando os “movimentos faciais” que uma pessoa costuma fazer quando chora; o traço [movimento] está sendo considerado tão-somente em relação aos membros inferiores, já que estes são essenciais para que os verbos *chegar* e *deitar* se realizem.

A análise dos exemplos sugere que a compatibilidade (ou a falta dela) resulta da *conexão entre os morfemas radical e gerundial*, de um lado, e o lexema do verbo que antecede o [verbo no] gerúndio, de outro.

Segundo Koch e Vilela (2001, p. 65):

(...) A semântica do lexema verbal determina o modo de ser ou acontecer, e simultaneamente constitui a base para o decurso (= aspecto) do processo e para a valência do semema verbal. A chave para a compreensão do verbo na frase resulta tanto da semântica do lexema verbal como das categorias constituídas pelos morfemas gramaticais.
(...)

Tentaremos, a seguir, estabelecer um quadro sêmico para o traço [+ movimento], presente nos verbos *chegar* e *deitar*, escolhidos para complementar as análises das frases “João chegou deitando.” e “João chegou deitado.”, para que possamos analisar a (in)compatibilidade entre morfemas radicais e morfemas de gerúndio e particípio:

-  verbo “chegar” – traço característico = [+ movimento]
-  verbo “deitar” – traço característico = [+ movimento]
-  verbo “chegar” – traço [+ movimento]

<p>[+ movimento]: [+ contínuo] [+ para frente] [+ horizontal] [rápido] [+ interrupção após certo tempo] [+ durativo]</p>

 verbo “deitar” – traço [+ movimento]

[+ movimento]:

[- contínuo]

[+ para baixo]

[horizontal]

[rápido]

[+ interrupção]

[+ pontual]

A presença do traço [+ para frente] no verbo “chegar” inviabiliza a ocorrência simultânea desse verbo com o gerúndio do verbo “deitar”, uma vez que o semema desse verbo contém o traço [+ para baixo] e, convenhamos, ninguém pode mover-se para frente e para baixo ao mesmo tempo, a menos que esteja pulando, o que não é o caso.

Já a frase 2 (João chegou *deitado*.) se realiza como o resultado de um processo em um contexto bem específico (cf. p. 137); isto prova que os morfemas de gerúndio e participio, *articulados aos respectivos lexemas verbais*, participam do processo. Para facilitar, vamos decompor o traço [movimento] nos sememas de “deitando” e “deitado”:

✚ verbo “deitar” + -ndo = “deitando” – traço [+ movimento]

[+ movimento]:
[+ processo em curso]
[- contínuo]
[+ para baixo]
[horizontal]
[rápido]
[+ interrupção]
[+ durativo]

Observamos, inicialmente, que, no caso do verbo no gerúndio, temos, além dos traços já arrolados, o traço mais importante, ou o principal, já que revela a presença do morfema “-ndo”: [+ processo em curso], pois é esta a função do gerúndio.

Apreciemos, agora, o quadro sêmico do mesmo verbo, sendo que, desta vez, no particípio:

✚ verbo “deitar” + -d(o) = “deitado” – traço [- movimento]

[- movimento]:
[+ resultado de um processo]
[- contínuo]
[+ horizontal]
[+ interrupção]
[+ pontual]

Note-se que, por acrescentar a idéia de *resultado de um processo*, o particípio de *deitar* só pode compatibilizar-se com o verbo “chegar” em um contexto muito específico, pois não é

absolutamente normal que uma pessoa chegue (a qualquer lugar) deitada, a menos que esteja passando mal, esteja muito doente ou tenha se acidentado.

Mesmo em uma situação de doença, é preciso cuidado para não incorrer em uma redundância. Em uma frase como “O homem chegou ao hospital *deitado na maca*.”, dificilmente pensaríamos que ele poderia estar na maca em outra situação, “sentado” ou “em pé”, pois, de acordo com nosso conhecimento de mundo, sabemos que a maca é justamente indicada nos casos em que uma pessoa não pode se manter de pé e precisa permanecer deitada. Desse modo, bastaria dizer “O homem chegou ao hospital *na maca*.” e saberíamos que ele *chegou deitado*.

A frase 3 (Você deve *semear* hoje para *colher* amanhã.) mostra-nos que o morfema “-r”, de infinitivo, responde pela *neutralidade* da construção; é preciso, no entanto, que o significado da palavra “neutralidade” esteja bastante claro no contexto do infinitivo. Seguem algumas das definições dos verbetes *infinitivo*, *neutralidade* e *neutro*:

Infinitivo

(...) Rubrica: gramática, lingüística.

2 forma nominal do verbo que nomeia uma ação ou estado, mas que é neutra quanto às suas categorias gramaticais tradicionais, ou seja, *tempo*, *modo*, *aspecto*, *número*, *pessoa* [É a forma que representa o verbo e em que este figura nas entradas de verbetes, nos dicionários de português.]

Obs.: ver *gram* a seguir

neutralidade

- substantivo feminino
- 1 condição daquele que permanece neutro
- 2 imparcialidade, objetividade
- (...)

Neutro

- (...)
- adjetivo
- (...) 8 sem marcação ou clareza; impreciso, indefinido, vago
- (...)

Conforme podemos constatar, o infinitivo é uma forma neutra para as categorias gramaticais de tempo, modo, aspecto, número e pessoa, fato que torna o seu uso, dependendo da intenção comunicativa do produtor do texto, bastante conveniente, afinal, é atemporal e não-marcado para as demais categorias; não há, portanto, um “agente” que possa “praticar” a “ação” (que não é) “designada” pelo verbo no infinitivo.

Em relação ao verbete “neutro”, interessa-nos a acepção 8, pois algo que não é marcado nem claro é impreciso, indefinido, vago e pode ser “transformado” em qualquer coisa e, de fato, o infinitivo apresenta essa característica, que é a de ser apropriado para qualquer tempo, a qualquer hora, em qualquer lugar, inclusive, do discurso. Assim, a frase 3, além de contar com as dimensões temporais vagas dos advérbios “hoje” e “amanhã”, que representam, respectivamente, o presente e o futuro, conta ainda com o morfema de infinitivo nos verbos *semear* e *colher*, o que nos indica que ambos são atemporais e, portanto, podem ser usados em qualquer época, pois sempre teremos presente, passado e futuro.

Assim, podemos *semear e colher* quando quisermos ou quando assim o desejarem os propósitos de nosso interlocutor.

Portanto, a combinação entre os traços semânticos das formas de gerúndio e particípio e os lexemas verbais aos quais esses morfemas gramaticais se agregam, de fato, responde pela (in)compatibilidade entre estes e aqueles (cf. nota 5) para a expressão da intenção comunicativa do produtor do texto.

No caso do infinitivo, não se trata de (in)compatibilidade entre a articulação do morfema -r e o lexema verbal, já que, por ser o nome do verbo, sua função é descrever o processo verbal em estado de latência e, como tal, pode agregar-se a qualquer lexema verbal, embora, naturalmente, a escolha do lexema verbal seja determinante para que possamos, no contexto, avaliar o aspecto durativo do infinitivo, conforme veremos no capítulo 4.

Cabe-nos, finalmente, verificar se o uso das formas nominais também pode influenciar a orientação argumentativa dos enunciados do sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*. É o que faremos no próximo capítulo.

3.4 Notas do capítulo:

Nota 1:

No que se refere às *relações paradigmáticas*, consulte-se CARONE, F. de Barros em *Morfossintaxe*, 1991.

Nota 2:

A comunicação propriamente dita está mediada pelo signo e "o modo de articulá-lo, organizá-lo, poderá determinar

as direções que o discurso irá tomar, inclusive de seu maior ou menor grau de persuasão" (CITELLI, 1986, p. 26).

O autor ainda acrescenta que (1986, p. 32-33):

O discurso persuasivo dota-se de signos marcados pela superposição. São signos que, impostos como expressões de “uma verdade”, querem fazer-se passar por sinônimos de “toda a verdade”. Nessa medida, não é difícil depreender que o discurso persuasivo se dota de recursos retóricos objetivando o fim último de convencer ou alterar atitudes e comportamentos já estabelecidos.

Isso nos leva a deduzir que o discurso persuasivo é sempre expressão de um discurso institucional.

(...)

Os discursos que enunciamos em nosso cotidiano individual, conquanto possam estar dotados de recursos composicionais, estilísticos, até muito originais, não deixam de trazer a natureza sociabilizada do signo. Daí que os signos enunciados por nós revelam as marcas das instituições de onde derivam.

Nota 3:

A esse respeito, consulte-se MIOTO, Carlos et alii em *Manual de sintaxe*, 2000.

Nota 4:

Sabemos que o sistema lingüístico de uma determinada comunidade de falantes é suscetível às mudanças e às transformações provocadas por diferentes usos e formas diversas de ver o mundo e a realidade circundante.

Nota 5:

Cabe destacar que o lexema verbal que antecede os verbos no gerúndio e no particípio só será relevante para a análise no caso de não estarmos considerando a locução verbal tradicional, constituída de verbo auxiliar (*ser* ou *estar*) + forma nominal

CAPÍTULO 4: ANÁLISE DO *CORPUS*

A verdade não pode existir em coisas que divergem.
São Jerônimo

4.1 Discurso e postura do homem barroco

Sabemos que Vieira, enquanto escritor barroco, permite-nos entrever em seu discurso as marcas de seu tempo. Naturalmente, o sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda* não constitui exceção. Afirma-nos Cidade (v. 10, 1954, p. 43-44) que:

(...) Ao fim da quinzena de preces e penitência em todos os templos, Vieira, com a imprevista audácia do espírito habituado à dialéctica barroca e a veemência da sua fé providencialista, que lhe inspirava em Deus uma familiar confiança de filho injustamente tratado, resolve pregar penitência ao próprio Deus. O discurso proferido considerou-o o Padre Raynal “o mais veemente e extraordinário que se tem ouvido em púlpito cristão”. *Extraordinário* em tudo, mas principalmente na atitude que assume perante Deus, quase de acusador que mais lhe pede contas do que lhe implora socorro. O patriota junta suas queixas e dolorosas estranhezas ao católico, e a crença sem restrições em um Deus atento aos destinos do seu segundo *povo eleito*, que se sente incompreensivelmente preterido a favor do herege holandês, encontra nos profetas bíblicos, cuja fé o jesuíta recebia intacta na substância como na letra, a plena justificação de quanto diz. O texto aqui não é torcido, senão tomado à letra. E o que no sermão há de estranho resulta mais do conceito contemporâneo da Providência e da Divindade, do que da atitude literária da época barroca.

O soneto abaixo, de Gregório de Matos (AMADO (Org.), 1968), traduz bem esse mesmo espírito do Barroco:

Discreta e formosíssima Maria,
(...)
goza, goza da flor da mocidade,
que o tempo trata a toda ligeireza,
e imprime em toda a flor sua pisada.

Ó não aguardes, que a madura idade,
te converta essa flor, essa beleza,
em terra, em cinza, em pó, em sombra, em nada.

O tipo de tratamento que o autor dá ao poema é direto, objetivo, ou seja, sem preâmbulos ou rodeios de quaisquer espécies. A mensagem é muito clara: a mocidade e a beleza não são perenes, afinal, tudo caminha inexoravelmente para um fim; deve-se, pois, aproveitar a vida ao máximo.

É certo que existe uma tensão constante no poema entre a vida e a morte; identifica-se precisamente nesse ponto a dualidade, o contraste. Não restam dúvidas também quanto ao requinte dado à forma e à sonoridade do poema. Observa-se a presença de signos monossêmicos (apesar de o autor não fazer uso de uma linguagem denotativa), característicos do discurso autoritário (embora o autor se mostre submisso e fatalista), e, de fato, Gregório fala com a "autoridade" de quem não crê em nada além do "pó" em que se transformará no futuro.

O processo empregado na construção do poema é o tema da passagem do tempo, tema esse recorrente e atemorizante para o escritor barroco. Convém observar o exagero presente no tratamento desse assunto, o que pode ser exemplificado pelo uso das palavras *cinza*, *pó*, *sombra* e *nada*. A angústia existencial do poeta reflete-se na ânsia de perceber que a marcha inexorável do tempo corrompe e arrebatava o que se tem de mais caro. Há que se notar ainda a fragilidade do homem em relação ao desconhecido. É algo mais ou menos como se ele estivesse apenas de passagem pela vida, pois, mais além, a

cova o espera. A presença da dramaticidade é inconteste, como se pode observar no apelo feito à Maria.

Note-se ainda que a morte é mais "generosa" do que o tempo, já que este degrada, corrompe e provoca um efeito devastador nas coisas terrenas, ao passo que aquela representa apenas o fim, o nada. Então o tempo pára.

Pode-se afirmar que a dicotomia vida *versus* morte, presente neste poema, faz um jogo de palavras em que o elemento religioso está implícito, afinal, Deus é o Senhor de todas as coisas, inclusive do tempo, esse implacável inimigo do escritor barroco. Ainda segundo tal concepção, antíteses e hipérbolos revelam um eu lírico angustiado, torturado por aquilo que foge ao seu controle.

Sobre o espírito do homem barroco também paira a dicotomia céu *versus* terra. Encarcerado pelo sentimento de impotência e por sua pequenez diante do poder da Igreja, o que fazer, senão curvar-se, submeter-se e depositar suas esperanças no Crucificado? Mas esperanças de quê? De virar pó? Afinal, que Deus é este?

É evidente a alienação do homem barroco (detentor de expressiva inteligência, conforme comprovam os textos da época) frente ao discurso autoritário da Igreja.

O cunho fatalista do poema, o tom do irremediável, revela uma flagrante contradição com a crença quase obsessiva em Deus, enquanto Salvador e disposto a perdoar todos os pecados.

Convenhamos que, se o Crucificado é a esperança de salvação do homem barroco, então por que uma angústia tão desmedida? Isto denota ausência inequívoca de fé; nem em uma análise lingüística *angústia* e *fé* comungam dos mesmos sememas. Assim, é preciso "barganhar" com Deus. É o que

Vieira fará a partir de agora no sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*.

4.2 Análise do *corpus*

4.2.1 Parte I

Segundo Saraiva (s./d., p. 92):

O extraordinário deste discurso é que o pregador não se dirige aos fiéis, mas, novo Moisés [ele, Vieira], ao próprio Deus, em nome do povo. Tomando como tema um texto do Salmo 43, em que o Rei Davi diz: “Acordai, Senhor, por que dormis?”, Vieira declara, logo de início, que não é seu propósito converter os pecadores que o ouvem, mas ao próprio Deus. Faz, pois, exatamente o oposto do que era costume em tais circunstâncias: não quer levar o povo ao arrependimento como já o haviam tentado os pregadores que o antecederam, nem purificar a cidade com penitências, para atrair a misericórdia de Deus. Quer exigir de Deus a proteção, a que, segundo ele, o povo tem direito, apesar dos pecados, ou antes por causa desses mesmos pecados.

Vieira inicia o sermão reproduzindo as palavras do Rei Davi quando este se dirigiu a Deus e afirma que “com estas palavras piedosamente resolutas, *mais protestando que orando*, dá fim o Profeta Rei ao Salmo quarenta e três, (...)” (PÉCORA (Org.), 2001, p. 443, grifos nossos); convém salientar o modo peculiar como o padre faz uso do gerúndio nesta introdução e também no último parágrafo da primeira parte do sermão:

(...) Não hei-de pedir *pedindo*, senão *protestando e argumentando*; pois esta é a licença e liberdade que tem quem não pede favor senão justiça. Se a causa fora só nossa, e eu viera a rogar só por nosso remédio, pedira favor e misericórdia. *Mas como a causa, Senhor, é mais vossa que nossa, e como venho a requerer por*

parte de vossa honra e glória, e pelo crédito de vosso nome: Propter nomen tuum, razão é que peça só razão, justo é que peça só justiça. Sobre este pressuposto Vos hei-de arguir, Vos hei-de argumentar; e confio tanto da vossa razão e da vossa benignidade, que também Vos hei-de convencer. Se chegar a me queixar de Vós, e a acusar as dilações de vossa justiça, ou as desatenções de vossa misericórdia: Quare obdormis: quare oblivisceris, não será esta a primeira vez em que sofrestes semelhantes excessos a quem advoga por vossa causa [referindo-se a David]. (...) (PÉCORA (Org.), 2001, p. 446, grifos nossos, à exceção dos trechos em latim)

Sabemos que a estrutura sintática do verbo "pedir" é formada pelo objeto do pedido (implícito), pois sem ele não há pedido, e o "modo"; Vieira, entretanto, substitui o objeto pelo modo como se deve pedir, segundo o pressuposto que constitui o arcabouço de toda a sua argumentação, ou seja, quem pede alguma coisa, pede favor e Vieira não pede favor, mas justiça.

Há que se considerar, contudo, que, de qualquer forma, ele está pedindo algo. No entanto, o pressuposto de Vieira é o de que o favor acontece entre favorecido e desfavorecido, melhor dizendo, entre um superior todo-poderoso e um inferior. *Pedir pedindo* significa “estar um degrau abaixo em relação a quem se pede”. Mas o padre assim não se considera: ele fala com Deus de igual para igual, até porque, já houve outros (Job, o Rei Davi) que se dirigiram a Deus do mesmo modo.

Ao usar o gerúndio – ele não pede *pedindo*, mas *protestando* e *argumentando*, Vieira introduz um outro pressuposto no discurso, decorrente do primeiro: não é qualquer um que pode pedir justiça, mas tão-somente quem tem “licença e liberdade”. Do mesmo modo, ao referir-se à fala do Rei Davi, o padre afirma que aquele defende sua causa

“mais protestando que orando”, ou seja, parte do mesmo pressuposto que Vieira usaria para si próprio, já que para “protestar” é preciso sentir-se no direito de fazê-lo.

É de se notar que Vieira não pede favor porque a causa é não só “pela honra e pela glória” de Deus mas também pelo “crédito” do Seu nome. Ocorre que, se Deus é onisciente, então *devia* saber que o Seu nome sofria o risco de cair no descrédito.

Mesmo supondo que Deus "não soubesse" de tal risco, há que se observar que as escolhas lexicais de Vieira fizeram que houvesse uma *inversão* no processo argumentativo, ou seja, *você deve me beneficiar não porque será bom para mim, mas, sim, porque será bom, sobretudo, para você.*

Esse mesmo discurso será visto em Gregório de Matos (apud FILHO, 1995, p. 168, grifos nossos):

Pequei, Senhor: mas não porque hei pecado,
Da vossa Alta Piedade me despido:
Antes, quanto mais tenho delinqüido,
Vos tenho a perdoar mais empenhado.

Se basta a vos irar tanto pecado,
A abrandar-vos sobeja um só gemido:
Que a mesma culpa que vos há ofendido,
Vos tem para o perdão lisonjeado.

Se u'a Ovelha perdida, já cobrada,
Glória tal e prazer tão repentino
Vos deu, como afirmais na Sacra História:

Eu sou, Senhor, Ovelha desgarrada;
Cobrai-a; e não queirais, Pastor Divino,
Perder na vossa Ovelha a vossa glória.

Mas Vieira desloca as bases do esquema argumentativo: o binômio “sujeito que argumenta” e “sujeito-alvo da argumentação” transforma-se em um duplo monólogo.

Sabemos que a natureza do discurso autoritário não é dialógica, já que o *tu* é um “mero receptor” (CITELLI, 1986). Além disso, o padre manipula seus argumentos com tanta habilidade que “dá” a Deus a “tarefa” de “argumentar com Ele próprio” para que possa então “decidir” se Lhe convém “correr o risco” de “ver” Seu nome maculado entre os fiéis (da mesma forma que Gregório não deseja que o Senhor “perca” a Sua glória).

Aquele que erra permanece incólume, pois não terá de assumir as conseqüências de seus erros: está isento de culpa; além disso, os “pecados” cometidos por Suas “ovelhas” permitem que Deus ofereça aos fiéis demonstrações de Sua bondade, perdoando. Precisamente nesse ponto, o discurso se fecha e instaura a roda argumentativa; ali tudo é permitido: erros e atrocidades podem ser cometidos à vontade – e quanto mais e maiores, melhor, pois, assim, Deus pode assegurar cada vez mais a Sua própria glória, conforme o esquema:

CONTEXTO 1 = MENSAGEM 1 = MENSAGEM FIXA =
 Deus é justo e perfeito – *Justus es, Domine, et rectum
 iudicium tuum.* [Sl 118:136 *Justo és, ó Senhor, e retos são os
 teus juízos.*]

METAMENSAGEM 1 = METAMENSAGEM FIXA =
 Deus não é parcial; Deus não erra.

**CONTEXTO 2 = MENSAGEM 2 = MENSAGEM
 VARIÁVEL = ? =** *Mas como a causa, Senhor, é mais vossa
 que nossa, e como venho a requerer por parte de vossa honra
 e glória, e pelo crédito de vosso nome: Propter nomen tuum,
 razão é que peça só razão, justo é que peça só justiça.*

METAMENSAGEM 2 = METAMENSAGEM FIXA =
 Deus é parcial; Deus erra.

Os implícitos que se podem depreender da mensagem 2 inscrevem a figura de Deus nas águas escuras do erro, uma vez que se trata de um Deus cuja moral se assenta em bases movediças, afinal, empunham a bandeira da impunidade. No discurso de Vieira, não se cogita em aprender com os próprios enganos, mas, sim, em valorizá-los ao máximo para, pretensamente, recrudescer a glória divina.

Deus, então, se vê revestido de características humanas, já que “necessita” “pôr à prova” Sua “capacidade de perdoar” os grandes pecados cometidos pelos fiéis. Um Deus assim não pode ser perfeito. Se não pode ser perfeito, não pode igualmente ser imparcial. E o erro gravita no mesmo campo semântico da parcialidade.

A causa é de Deus, não dos portugueses propriamente. Um tal discurso fundamenta-se no pressuposto de que Deus valoriza (e aprecia) toda e qualquer atitude da parte dos fiéis que concorra para Sua honra e Sua glória. O preço a ser pago não importa nada; importa, sim, o engrandecimento de Deus como se Ele necessitasse dos pecados dos fiéis como uma espécie de *alimento*. Esse Deus é o mesmo que Vieira afirma ser justo e reto em Seus juízos.

Um tal discurso põe o mundo em um grande palco, uma espécie de teatro em que, ao apagarem-se as luzes, surge um Deus todo-poderoso a manipular os fiéis, que, sem vontade própria, não podem – e nem precisam – aprender nada, pois seus erros serão sempre acobertados pelo perdão divino, fartamente distribuído com o nobre objetivo de recrudescer a glória do Criador.

A seqüência de gerúndios encadeada por Vieira constitui uma série de atos ilocucionais (AUSTIN, 1970). Do mesmo modo que uma pessoa só pode *prometer prometendo*, também

só pode *pedir pedindo*, mas esta ação Vieira não deseja realizar; ao contrário, ao pedir, ele realiza duas outras ações: a de protestar e a de argumentar, ou seja, o pedido de Vieira não é um pedido, mas um protesto e um argumento, assim como a oração do Rei Davi, segundo o padre, também não é uma oração, mas um protesto.

Esse uso incomum do gerúndio irá estruturar o viés do discurso autoritário de Vieira, pois dissimula o protesto – sob a forma de pedido – e a prepotência do padre, já que protestar contra o Criador é posicionar-se acima dele e questionar os Seus atos, o que acaba por negar a perfeição divina. Se Deus não é perfeito também não tem autoridade moral para manipular os fiéis, e quem não tem autoridade moral também não pode perdoar, pois o perdão pressupõe uma superioridade moral da parte de quem perdoa. Fecha-se assim mais uma roda:

CONTEXTO 1 = MENSAGEM 1 = MENSAGEM FIXA =
Deus é justo e perfeito – *Justus es, Domine, et rectum judicium tuum.* [Sl 118:136 *Justo és, ó Senhor, e retos são os teus juízos.*]

METAMENSAGEM 1 = METAMENSAGEM FIXA =
Deus não é parcial; Deus não erra.

CONTEXTO 2 = MENSAGEM 2 = MENSAGEM VARIÁVEL = ? = (...) *Não hei-de pedir pedindo, senão protestando e argumentando; pois esta é a licença e liberdade que tem quem não pede favor senão justiça.*

METAMENSAGEM 2 = METAMENSAGEM FIXA =
Deus é parcial; Deus erra.

Sabemos que Vieira usa o gerúndio como um ato ilocucional (cf. cap. 1, item 1.2.3), que, além de realizar uma ação, exprime, simultaneamente, o modo de realizá-la: “Não

hei de *pedir pedindo, senão protestando e argumentando*; pois esta é a licença e liberdade que tem quem não pede favor senão justiça.” (PÉCORA (Org.), 2001, p. 446, grifos nossos); *pedindo, protestando e argumentando* são modos diferentes de *pedir*, entretanto há também uma ação sendo realizada no momento em que o locutor está *pedindo ou protestando e argumentando*, que é a de *pedir*.

No púlpito, no momento mesmo em que realiza o ato de *pedir*, Vieira está *protestando e argumentando*. É certo que o ato se realiza não no exato momento em que Vieira fala, mas em qualquer outro ponto da linha do tempo, que não o presente. Conforme afirmamos anteriormente (cf. cap. 1, item 1.2.3), trata-se de uma classe de atos ilocucionais que se fundamenta na propriedade de atribuição do traço [+simultaneidade] à articulação entre, de um lado, o lexema do verbo e o morfema de gerúndio e, de outro lado, o verbo que antecede a forma verbal no gerúndio. Em “*pedir protestando e argumentando*”, na verdade, há dois atos de fala ocorrendo simultaneamente ao pedido: o protesto e os argumentos. Cabe ressaltar que as ações de *protestar* e *argumentar* ocorrem no momento *mesmo* de *pedir*; *enquanto está pedindo*, Vieira *também está argumentando* com Deus e *protestando* contra a situação atual de Portugal.

O uso do gerúndio enquanto ato ilocucional municia a argumentação de Vieira para a consecução de seu maior objetivo, que é o de “persuadir” Deus a mudar o rumo dos acontecimentos, a invertê-los favoravelmente a Portugal em detrimento da Holanda. Para verificarmos a verdade dessa afirmação, consideremos os seguintes fatos:

- Vieira pede algo a Deus, mas não reconhece que o faz;
- para o padre, pedir algo é o mesmo que relegar-se a uma posição de inferioridade;
- segundo a acepção 1 do verbete *favor* (HOUAISS, 2001), um favor é “algo que se faz para alguém de graça, sem se ter essa obrigação; obséquio”;
- para Vieira, Deus tem “obrigação” de favorecer os portugueses, uma vez que se trata do povo “eleito”;
- o pedido de Vieira é um protesto;
- um protesto é justo, e aquele que protesta tem liberdade para fazê-lo;
- aliados ao protesto, os argumentos de Vieira estão a serviço da consecução de seu objetivo maior (expulsar os holandeses das terras brasileiras);
- pedir protestando e argumentando é uma coisa; pedir e protestar ou pedir e argumentar é outra bem diferente, uma vez que os recortes temporais envolvidos nesses atos de fala não são os mesmos.

Quando analisamos os fatos arrolados, percebemos que – segundo a mentalidade de Vieira, que podemos depreender de suas palavras [“Não hei de *pedir pedindo, senão protestando e argumentando*; pois esta é a licença e liberdade que tem quem não pede favor senão justiça.” (PÉCORA (Org.), 2001, p. 446, grifos nossos)] – pedir primeiro para protestar e argumentar depois põe aquele que pede em situação de desvalia perante o interlocutor, o que implica uma atitude de espera pelos préstimos do outro. Mas não é só. Aquele que pede não é necessariamente merecedor dos obséquios alheios, afinal, nada obriga o interlocutor, em se tratando de um favor, a atender às reivindicações do pedinte.

Por outro lado, o ato de pedir protestando e argumentando anula o pedido em si e transforma-o em protesto e argumentos. É justamente a presença do traço [+simultaneidade], presente na articulação do verbo no gerúndio ao lexema do verbo que o antecede, que torna o pedido um protesto e, como tal, justo por implicar não só o merecimento do locutor mas também a obrigação do interlocutor, agora transformado em devedor, de atender ao protesto e aos argumentos e, convenhamos, *o protesto e os argumentos são nada menos que o próprio sermão*, o que torna o trecho do discurso de Vieira transcrito na página 152 a base, a âncora maior que alicerça todo o sermão. Não é senão por outro motivo que esse trecho encerra a parte I, que, por sua vez (e isto também não se dá à-toa), inicia com a invocação das palavras do Profeta Rei atestadas no Salmo 43 do Velho Testamento. Após invocá-las, Vieira afirma que “com estas palavras piedosamente resolutas, *mais protestando que orando*, dá fim o Profeta Rei ao Salmo quarenta e três, (...)” (PÉCORA (Org.), 2001, p. 443, grifos nossos); note-se que início e fim da parte I fazem uso idêntico do gerúndio e, ressalte-se, não se trata de um uso inocente, mas deliberado para tornar o locutor credor do “beneplácito” divino, que é “justo” e “merecido”. No final, Deus não faz mais do que Sua “obrigação”, pois o maior “beneficiado” será Ele próprio, já que a honra e a glória de Seu nome estão em jogo, o que justifica plenamente o protesto de Vieira.

Naturalmente, o protesto, para ser eficaz e atingir o alvo, necessita de um “algo a mais”: é preciso formar uma espécie de “cerco” para “aprimonar” Deus e “intimá-Lo” a agir. Esta é a função da roda argumentativa.

Para entendermos melhor a roda argumentativa de Vieira, apreciemos um fragmento do Sermão da Sexagésima (PÉCORA (Org.), 2001, p. 42, grifos nossos):

(...) **Há de tomar** o Pregador uma só matéria, **há de defini-la** para que se conheça, **há de dividi-la** para que se distinga, **há de prová-la** com a Escritura, **há de declará-la** com a razão, **há de confirmá-la** com o exemplo, **há de amplificá-la** com as causas, com os efeitos, com as circunstâncias, com as conveniências que se hão de seguir, com os inconvenientes que se devem evitar, **há de responder** às dúvidas, **há de satisfazer** às dificuldades, **há de impugnar e refutar** com toda a força da eloquência os argumentos contrários, **e depois disto há de colher, há de apertar, há de concluir, há de persuadir, há de acabar**. Isto é sermão, isto é pregar, e o que não é isto, é falar de mais alto.

Interessa-nos mais de perto a seqüência “(...), e depois disto há de colher, há de apertar, há de concluir, há de persuadir, há de acabar. (...)”, pois, comparada a esta outra (PÉCORA (Org.), 2001, p. 446) –

(...) Sobre este pressuposto *Vos hei-de arguir, Vos hei-de argumentar*; e confio tanto da vossa razão e da vossa benignidade, que também *Vos hei-de convencer*. (...) As custas de toda a demanda também vós, Senhor, as haveis de pagar, porque me há de dar a vossa mesma Graça as razões com que *vos hei de argüir*, a eficácia com que *vos hei de apertar*, e todas as armas com que *vos hei de render*. (...),

mostra-nos não só que o mesmo “cerco” sugerido sobre o oponente, no Sermão da Sexagésima, é posto em prática com Deus, no sermão que estamos analisando, por meio do sintagma verbal “há (hei) de + infinitivo”, mas também que as bases do discurso de Vieira são paradoxais, conforme atesta o esquema:

(Eu, Vieira) [Vos]:

- ✚ hei-de + argüir
- ✚ hei-de + argumentar
- ✚ hei-de + convencer
- ✚ hei-de + argüir
- ✚ hei-de + apertar
- ✚ hei-de + render

O sintagma verbal “hei-de + infinitivo”, a partir das escolhas lexicais do padre, revela o “como fazer” argumentativo de um discurso concebido para, ao final, “render” o Pai. Esse esquema argumentativo não admite hipóteses, mas abriga tão-só a obrigatoriedade de convencer, persuadir, enfim, fazer esse Outro capitular.

Ocorre que *a mesma Graça de Deus fornece as razões para que Este venha a se render aos desejos – que são exigências – de Vieira*. Cabe, portanto, verificarmos as definições contidas no verbete *graça*, sob a rubrica da teologia:

graça

(...)

3 Rubrica: teologia.

no catolicismo, favor ou auxílio gratuito outorgado por Deus a determinados homens que a ele, por si sós, não teriam nenhum direito pessoal, e que os eleva a uma destinação sobrenatural

Ex.: que a g. do Senhor esteja convosco

4 Rubrica: teologia.

favor ou benefício concedido por Deus a um fiel, com ou sem a interferência de um santo

Ex.: pedir uma g. ao santo de sua devoção

5 Rubrica: teologia.

auxílio sobrenatural que Deus concede aos homens e que os torna capazes de cumprir a vontade divina e alcançar a salvação; bênção, inspiração

Ex.: <o pecador foi tocado pela g. divina> <ave, Maria, cheia de g.>

6 Rubrica: teologia.

estado de quem não tem pecado; pureza

Ex.: estado de g.

7 Rubrica: teologia.

a bondade divina, que concede favores aos Homens; bênção

Ex.: com a g. de Deus

8 Rubrica: teologia.

a vontade de Deus

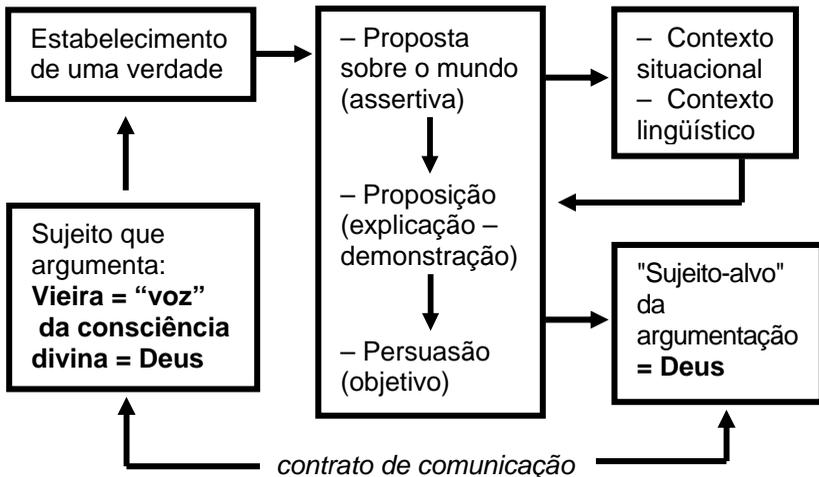
Ex.: nasceu, pela g. de Deus, no ano de 1854

9 boa vontade para com (alguém); benevolência, estima (...)

As acepções arroladas não deixam dúvidas quanto à superioridade de Deus em relação aos homens. Naturalmente que somente um ser puro e “sem pecado” (cf. acepção 6) pode conceder favores aos homens; ainda assim, Vieira questiona as atitudes divinas e vai além: afirma que essa graça que torna Deus um ser superior aos homens, por sua pureza, é a mesma graça que deixa brechas para que os homens, em nome de seus interesses pessoais – espúrios ou não –, desafiem esse ser e se sintam no direito de convencê-Lo *a reconhecer os próprios erros e se render!*

Trata-se, portanto, de argumentar com um ser perfeito e tentar convencê-lo de que está errado; para isto, Vieira fundamenta-se na autoridade da Bíblia Sagrada, que retrata a perfeição divina; ocorre que, justamente por ser questionada, tal perfeição revela-se imperfeita, ou seja, Vieira põe em xeque as imperfeições de um ser perfeito. Configura-se, pois, um paradoxo, uma trama muito bem urdida pelo padre para confrontar Deus com Ele mesmo. Nesse enredo, o padre seria mais ou menos como a “voz” da consciência divina, ou seja, Vieira está em uma posição privilegiada em relação a Deus, mas, paradoxalmente, não tem o poder de perdoar: somente Deus pode. E se somente Deus pode, é porque está acima de Vieira; logo, pode-se concluir que o padre está ao mesmo tempo acima e abaixo de Deus, o que revela outro paradoxo.

Segue um esboço inicial da argumentação de Vieira (CHARAUDEAU, 1992):



Ou seja:



Ocorre que Deus, ao menos, teoricamente, não deveria ater-se a deliberações íntimas, uma vez que um ser perfeito já concebe seus atos com a mesma perfeição divina de que é dotado.

Não é de hoje que a crença em um ser superior, criador da vida, anima a humanidade. Trata-se de uma necessidade intrínseca ao coração humano, que não pode prescindir da sensação de sentir-se “olhado”, “protegido” por um outro que esteja acima dele. Ocorre que uma tal sensação nem sempre é prazerosa, já que esse outro é alguém ou algo inatingível; desse modo, é preciso “humanizá-lo” um pouco, é preciso torná-lo “alcançável”; contudo, um tal procedimento implica uma adulteração da essência deste ser.

Ao argumentar com Deus, Vieira instaura uma espécie de “nova” justiça divina, já que, à semelhança dos deuses gregos, arbitra preferências entre os “eleitos” do Criador. Desconsiderando o respeito aos direitos humanos, o sacerdote ignora as crueldades perpetradas pelos portugueses (ao menos, no presente sermão) e superestima a maldade dos “hereges” holandeses para exigir a vitória daqueles em detrimento destes. Não são todos filhos de Deus? De modo algum. O povo português é o “escolhido” dentre os outros povos para o sagrado governo da Terra. A empáfia disfarçada de humildade, em Vieira, e o seu autoritarismo são comparáveis aos sentimentos de Creonte em relação ao poder (cf. nota 1): é preciso ser mais que o próprio Deus para dispor os fatos não segundo o julgamento da providência divina, mas conforme o seu próprio, afinal, Vieira “sabe” o que é melhor para o Brasil, para Portugal e, sobretudo, para defender os “interesses” de Deus, como se Este precisasse de alguma defesa.

Do mesmo modo que Medéia (cf. nota 2), o padre exige a satisfação imediata dos seus desejos e antropomorfiza Deus atribuindo-Lhe sentimentos muito humanos e, ressalte-se, condenáveis perante a sociedade, já que sobrepõe à figura do Criador uma pretensa e insaciável vaidade que se preocupa tão-somente com Sua honra e Sua glória.

4.2.2 Parte II

Convém atentar para o que nos fala o texto “Vocação de um profeta”, em que o profeta “anuncia que recebeu de Deus uma mensagem de consolação (...)” (grifos nossos):

O espírito do Senhor Iahweh está sobre mim, porque Iahweh me ungiu; enviou-me a anunciar a boa nova aos pobres, a curar os quebrantados de coração e proclamar a liberdade aos cativos, a libertação aos que estão presos, a proclamar um ano aceitável a Iahweh e *um dia de vingança do nosso Deus*, a fim de consolar todos os enlutados (...), a fim de dar-lhes um diadema em lugar de cinza e óleo de alegria em lugar de luto, veste festiva em lugar de espírito abatido. Chamar-lhes-ão terebintos de justiça, plantação de Iahweh para a sua glória. Eles reedificarão as ruínas antigas, recuperarão as regiões despovoadas de outrora; repartirão as cidades devastadas, as regiões que ficaram despovoadas por muitas gerações. (...) (Isaías, cap. 61, v. 1-4) (BÍBLIA de Jerusalém, 2003, p. 1352)

Parece-nos que a idéia de um Deus vingativo consola os aflitos e tem o poder de expurgar os males que assolam as cidades e seus habitantes. Ocorre que tais escritos são seletivos e visam aos próprios interesses de seus autores, já que os “inimigos” de Deus também são Seus filhos e, como todos os demais, merecem uma chance para progredir moralmente.

O próprio sentimento de vingança jamais foi estimulado por Jesus, que pregava incessantemente a caridade para com todos. É estranho admitir sentimentos tão humanos – como a vingança – no Pai e não vê-los no Filho. Presume-se que o Filho veio a Terra para edificar o reino de seu Pai. Deveríamos, portanto, supor que os sentimentos de ambos, Pai e Filho, sejam harmônicos entre si, uma vez que não faz sentido um Filho humilde e caridoso tentar edificar o reino de um Pai temido e vingativo.

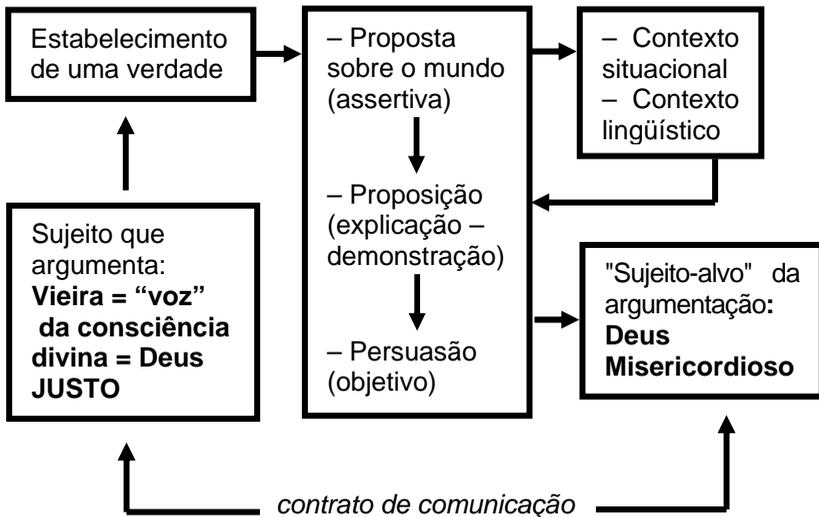
Vieira revela com suas palavras a mesma contradição implícita no texto “Vocação de um profeta”. Ao iniciar esta segunda parte do Sermão, brinda-nos, uma vez mais, com sua roda argumentativa. Antes de “reprender” Deus, “censura-se” asperamente, como se houvesse um “outro” ali para chamá-lo à realidade, já que seus atos são condenáveis. Realmente, é muita pretensão dirigir-se a Deus de forma tão autoritária. Trata-se aqui de um jogo hábil, da parte do padre, pois, ao admoestar-se, revela que está consciente de seus atos e, com isto, torna-se incólume à censura alheia.

É mesmo muito “louvável” reconhecer seu “atrevimento” (p. 322, l. 188), afinal, “quem é Vieira” (p. 321, l. 186) para arrogar-se o direito de argumentar com Deus, repreendê-Lo, julgar Seus atos, atirar-Lhe no rosto os “erros” perpetrados contra os portugueses e intimá-Lo a redirecionar o rumo dos acontecimentos em favor da nação lusitana? Ocorre que Vieira não está sozinho: outros, como Jó e Moisés, também dirigiram seus discursos autoritários a Deus e obtiveram sucesso; o padre, portanto, não é o primeiro a fazê-lo. E é por isso que ele se sente no direito de “pedir contas” a Deus de Seus atos.

Justus es, Domine, et rectum iudicium tuum. [Justo és, ó Senhor, e retos são os teus juízos.] Pode-se notar aqui, uma vez mais, a contradição explícita existente entre as citações bíblicas

a que Vieira recorre e os argumentos que estrutura com base nelas. Ele mesmo “reconhece” as liberdades indevidas a que se arroga ao “dialogar” com Deus; mesmo assim, ele o faz, fundamenta seus argumentos e dá razão a si próprio ao ajuizar as atitudes de Deus. Mas não são “retos” os juízos do Pai? Não são “sempre justos” os Seus desígnios, ainda que não possamos “entender Suas obras”? Todavia, porque sabia disso, o Profeta Daniel não “lançava suas súplicas” contra a face justa de Deus, mas contra a face misericordiosa: “*Argumentamos, sim, mas de vós para vós: apelamos, mas de Deus para Deus: de Deus justo para Deus misericordioso.*” (PÉCORA (Org.), 2001, p. 447, grifos nossos)

Segue um novo esboço da argumentação de Vieira, agora, com base no discurso do Profeta Daniel:



Ou seja:



Desse modo, pode-se presumir que, se as posições dos interlocutores fossem trocadas, ou seja, se o “Deus misericordioso” fosse o sujeito que argumenta e o “Deus justo”, o sujeito-alvo da argumentação (CHARAUDEAU, 1992), dificilmente este seria persuadido, uma vez que, por Sua justiça, trataria todos os Seus filhos de maneira equânime, em vez de privilegiar uns em detrimento de outros.

Segundo o discurso que antagoniza o “Deus justo” e o “Deus misericordioso”, observamos que os adjetivos utilizados no contexto são considerados antônimos; cabe apreciarmos algumas das definições de “justo” e “misericordioso”:

justo

- adjetivo
- 1** que é conforme à justiça, à equidade, à razão
Ex.: decisão j.
- 2** que julga e procede segundo a equidade; probo, reto, íntegro
Ex.: árbitro j.
(...)
- 6** conforme à verdade, razoável; que tem o caráter da justeza e da razão
Ex.: uma apreciação j. dos fatos
(...)
- substantivo masculino
- 13** Rubrica: teologia.
aquele que se encontra em estado de graça perante Deus
Ex.: o j. paga pelo pecador
- 14** aquele que pauta sua vida pelas normas da justiça e da moral
Ex.: dormir o sono dos j. (...)

misericordioso

- adjetivo e substantivo masculino

1 que ou aquele que tem ou revela misericórdia; bondoso, piedoso, caridoso

Ex.: <os m. serão perdoados> <pedir auxílio às almas m.>

2 que ou aquele que perdoa os pecados, crimes ou ofensas; clemente, indulgente, magnânimo

Ex.: monarca m.

As definições supramencionadas levam a crer que a misericórdia deve ser exercida *apesar da* justiça. De início, ressaltamos que os adjetivos em questão fazem parte de diferentes campos semânticos; podemos, inclusive, considerar o adjetivo “justo” um hipônimo do adjetivo “racional” e o adjetivo “misericordioso”, do adjetivo “emocional”; desse modo, teríamos, na verdade, uma oposição entre “razão” e “emoção” ou, por outras palavras, o Deus *racional* se opoñdo ao Deus *emocional*. O único senão aqui é que o Deus *emocional*, como já está dizendo o próprio nome, *não pensa*, age em nome da emoção, da clemência e esta, como também não é racional, pode ser induzida, de acordo com os interesses do argumentador; a prova disso é que os pecados dos portugueses devem ser perdoados, mas não os dos holandeses.

Nesse ponto, não podemos desconsiderar as palavras registradas em Aristóteles (s./d., p. 83):

Mostrar-se eqüitativo é ser indulgente com as fraquezas humanas; é também ter menos consideração pela lei do que pelo legislador; ter em conta não a letra da lei, mas a intenção do legislador, não a ação em si, mas a intenção premeditada.

Note-se que o verbo “ser”, em “mostrar-se eqüitativo é ser indulgente...”, no presente do indicativo, fornece-nos uma definição bastante concisa e objetiva do que seja “mostrar-se

equitativo”, além de estabelecer uma *identidade* entre os adjetivos “equitativo” e “indulgente”; por outras palavras, o verbo “ser” *equipara* ambos os adjetivos e instaura uma relação de *equivalência* entre eles do seguinte modo: “equitativo” = “indulgente”.

Uma tal relação retira o caráter de oposição existente entre “justo” e “misericordioso” e os torna *sinônimos*.

Nesse ponto, devemos ressaltar que o Deus “justo” e o Deus “misericordioso” são uma só “pessoa”, mas com duas “faces” ou dois “lados”, o da justiça e o da misericórdia. Entretanto, se essas “faces” não mais se opõem, ao contrário, se equiparam, então a justiça não é mais justiça, mas misericórdia. Se a intenção prevalece sobre a ação, então injustiças podem ser cometidas em nome da “boa intenção”.

Se nos aprofundarmos ainda mais, veremos que, na verdade, não há equiparação entre justiça e misericórdia, mas que esta prevalece sobre aquela. Sendo assim, surge em cena novamente a roda argumentativa de Vieira, já que *a justiça só pode ser exercida se não for justiça*, senão vejamos: a justiça proposta aqui não integra o mesmo campo semântico de “razão”, pois esse campo não contém o traço [indulgência]; sendo assim, “justo” deixa de ser hipônimo de “racional” e passa a sê-lo de “emocional” em um processo de descaracterização do campo associativo criado à sua volta.

O Deus “justo” argumenta com o Deus “misericordioso”, mas essa argumentação já tem um “vencedor” preestabelecido por Vieira (trata-se de um autêntico raciocínio dialético): a misericórdia divina deve sobrepor-se à sua justiça, mas Deus continuará sendo justo porque a Sua justiça é a Sua misericórdia e para ser misericordioso não é preciso ser justo, basta ser indulgente, emocional. Desse modo, temos que justiça

é indulgência, mas indulgência não implica justiça; então, o indulgente pode ser injusto desde que tenha misericórdia, pois sendo injusto estará sendo justo, uma vez que “justiça” equivale a “misericórdia”.

Apresentemos a roda argumentativa de Vieira esquematicamente, segundo as definições propostas para *justo* e *misericordioso* (vejam-se os quadros das definições na página 162):

<p>“Justo” – traços semânticos:</p> <p>[+ conforme à justiça] [+ conforme à equidade] [+ conforme à razão] [+ probo] [+ reto] [+ íntegro] [+ conforme à verdade] etc.</p>	<p>“Misericordioso” – traços semânticos:</p> <p>[+ revela misericórdia] [+ bondoso]; [+ piedoso]; [+ caridoso] [+ perdoa os pecados] [+ perdoa os crimes] [+ perdoa as ofensas] [+ clemente] [+ indulgente] [+ magnânimo] etc.</p>
--	---

Observemos a seguir as definições de *racional* e *emocional*:

racional

- adjetivo de dois gêneros

1 relativo à razão

Ex.: faculdades r.

2 que procede da razão, ou que se baseia num arrazoado

Ex.: hipótese r.

3 que tem por objeto a razão, sua forma e seus procedimentos

Ex.: filosofia r.

4 aceitável pela razão; razoável

Ex.: considerou r. a concepção do projeto

5 em que há coerência, lógica; inteligente

Ex.: explicação r.

6 que tem a possibilidade do uso da razão

Ex.: o homem é r.

7 que demonstra bom senso ou juízo ponderado; sensato

Ex.: atitude r.

(...)

- substantivo masculino

10 ser pensante

11 aquilo que é racional, segundo a razão

(...)

emocional

- adjetivo de dois gêneros

1 em que há transtorno afetivo, forte abalo sentimental

Ex.: comportamento e.

2 que provoca comoção; que desperta sentimentos intensos

Ex.: discurso e.

Basta uma simples comparação entre a acepção 7 de “racional” e a acepção 1 de “emocional” para percebermos que esses adjetivos são incompatíveis entre si para compor o mesmo campo semântico, pois é muito difícil, diríamos até mesmo impossível, que alguém dito “sensato” possa agir sob um “forte abalo sentimental” ou transtornado, pois, caso isto

aconteça, o sujeito estará sendo emocional, mas não racional, afinal, sensatez implica equilíbrio, que é justamente o que falta em alguém com “transtorno afetivo”.

É de se notar que, se “justo” equivale a “misericordioso”, então teremos um novo campo semântico para o adjetivo “justo”, assim como seus traços também serão outros:

“Justo” – novos traços semânticos:

[+ revela misericórdia]

[+ bondoso]; [+ piedoso]; [+ caridoso]

[+ perdoa os pecados]

[+ perdoa os crimes]

[+ perdoa as ofensas]

[+ clemente]

[+ indulgente]

[+ magnânimo] etc.

Para Vieira, o Deus “justo” deve:

Para os portugueses:	Para os holandeses:
<ul style="list-style-type: none"> ● Revelar misericórdia ● Ser bondoso ● Ser piedoso ● Ser caridoso ● Perdoar os pecados ● Perdoar os crimes ● Perdoar as ofensas ● Ser clemente ● Ser indulgente ● Ser magnânimo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Não revelar misericórdia ▪ Não ser bondoso ▪ Não ser piedoso ▪ Não ser caridoso ▪ Não perdoar os pecados ▪ Não perdoar os crimes ▪ Não perdoar as ofensas ▪ Não ser clemente ▪ Não ser indulgente ▪ Não ser magnânimo

Diante de tais quadros, pode-se afirmar que “ser justo” é “não ser justo”, uma vez que, se a “justiça” é parcial, afetiva e emocional, então não é justiça, mas injustiça. Se sairmos do terreno da hipótese, tornar-se-á evidente que, para Vieira, “ser justo” é ser parcial, é ser afetivo, é ser emocional; logo, para que Deus seja justo, *necessariamente* precisa ser injusto.

Na verdade, o “Deus justo” de Vieira é uma mentira que integra o campo semântico das verdades em que o padre acredita. Sendo assim, a verdade só é se não for e não é se for. O “Deus justo” é uma *mentira verdadeira*, pois, se é parcial, não pode ser justo, mas Vieira, em seu conceito tendencioso de “justiça”, crê na verdade de uma “justiça parcial”; sendo assim, a “verdade” (ou seja, a “justiça” de Deus) *só é se não for* (já que essa “justiça” é parcial e, portanto, é, na verdade, uma injustiça – conquanto o padre assim não creia); também podemos afirmar que a verdade *não é se for*, já que *se for*, será imparcial a justiça divina; todavia, sendo imparcial, não atenderá aos propósitos argumentativos de Vieira, pois os holandeses serão julgados por Deus com mais imparcialidade, assim como os portugueses, e isto não é o que o padre pretende.

Desse modo, a verdade, se for *mesmo* verdade, deixará de integrar o campo semântico das mentiras em que Vieira crê e defende como “ponto de honra” em sua argumentação com (ou contra?) Deus.

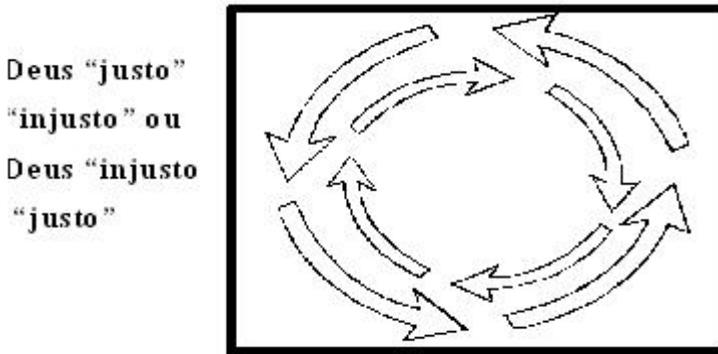
Como todo círculo, sabemos que a roda não tem princípio nem fim.

Apreciemos os esquemas abaixo:

Esquema 1: Semântico – temporal



Esquema 2: Semântico – atemporal



Não restam dúvidas de que o esquema 2 contraria a ordem temporal, que é verdadeira no mundo tal como o conhecemos. Ocorre que a própria argumentação de Vieira não se dá no mundo tal como o definimos e que as suas regras temporais não se aplicam a esse mundo. O esquema 2, na verdade, não é mais extenso do que o esquema 1, o qual representa o esquema de todos nós; o esquema 2, representativo da argumentação do padre, é atemporal, não cronológico. Nele não há direcionalidade, tudo é simultâneo e isto ocorre porque seu esquema é paradoxal e no paradoxo não

há temporalidade, já que a qualquer momento em que Deus esteja sendo “justo” estará ao mesmo tempo sendo “injusto”.

Por esse motivo, o esquema 2, de Vieira, exibe um padrão de circularidade; repare-se que no círculo não há começo nem fim e, sendo assim, qualquer ponto que se tome é elegível para representar o começo dos acontecimentos. Desse modo, podemos ter duas diferentes seqüências argumentativas, dependendo do adjetivo (“justo” ou “injusto”) eleito para representar o início. Qualquer atitude que Deus “venha a tomar” com relação aos portugueses ou aos holandeses, espera-se que seja “justa – injusta” ou o contrário.

Já sabemos que o esquema 2 é o esquema representativo da argumentação do padre e é, portanto, marcado pela simultaneidade. Por outro lado, quando olhamos para o esquema 1, percebemos que ele é bidirecional ou, por outras palavras, comporta duas ordens semânticas distintas em uma mesma ordem temporal: uma delas se move “para frente” (trata-se do movimento argumentativo), ao passo que a outra move-se em sentido oposto, “para trás” (trata-se do movimento contra-argumentativo); ambos os movimentos realizam-se em um único plano temporal. É de se notar ainda que, nesse esquema, “justo” e “injusto” são adjetivos mutuamente excludentes – o que ocorre em qualquer processo argumentativo “normal” (que não seja paradoxal, circular).

Uma análise do esquema 2 revela-nos que, na roda argumentativa, qualquer enunciado pode ser início e também fim, dependendo do referencial eleito. Se isto ocorre, então é porque qualquer enunciado que se utilize na argumentação não está sujeito a nenhuma ordem temporal. Sendo assim, tanto faz apelar para a “justiça” ou para a “misericórdia” divina, pois, na argumentação de Vieira, como já vimos, “justiça” e “misericórdia” se equivalem. Qualquer outra ordem de

enunciados que ele utilizasse serviria ao propósito de representar lingüisticamente o esquema paradoxal, já que este é atemporal.

Por outras palavras, Vieira faz uso do esquema 1 para representar o esquema 2, pois argumenta com Deus, simula um “diálogo” em que Deus “contra-argumenta” com ele, apela para os “bons sentimentos” divinos, para Sua “subjetividade” e impõe um “conflito existencial” a Deus quando “pede” que este se fracione em duas metades para que uma “argumente” com a outra.

Todo esse esquema argumentativo é armado para enquadrar Deus em uma roda, pois, se a roda não tem início nem fim, fácil é manipular o interlocutor já que não se pode romper um esquema paradoxal sem que haja um esquema metacomunicativo por parte da “vítima”. Ocorre que, sendo um “ouvinte” do plano espiritual, dificilmente Deus irá metacomunicar para “sair” do enquadre paradoxal no qual está “enredado”. Cabe ressaltar que, mesmo que considerássemos os receptores *reais* (lembremo-nos de que estes são do plano temporal), a eficácia do discurso paradoxal é diretamente proporcional à “paralisia mental” a que é submetido o interlocutor, uma vez que o seu esquema metacomunicativo está bloqueado pelo esquema paradoxal.

Acrescente-se ainda que o paradoxo resultante da simultaneidade dos adjetivos mutuamente excludentes pode representar o esquema 2 a partir do momento em que não importa a ordem de ocorrência, no tempo, dessas qualificações, pois, já que são simultâneas, estão ambas presentes na roda argumentativa de Vieira.

Observe-se que, para o padre, é *certo* que o Deus “misericordioso” *vencerá* o embate com o Deus “justo”, já que

em sua argumentação não há ordem cronológica, e sim simultaneidade. Note-se também que a lógica argumentativa de Vieira não é a mesma do “contrato argumentativo” descrito em Charaudeau (1992), pois este pressupõe um interlocutor efetivamente atuante, ou seja, alguém a quem seja dada uma voz; todavia, no discurso autoritário, o outro não tem voz, mesmo que esse “outro” seja Deus.

Não vemos aqui como negar a genialidade do discurso de Vieira, pois, segundo o nosso conhecimento de mundo, a parcialidade em um julgamento não é uma coisa boa, um ato leal; ao contrário, é algo essencialmente destrutivo; a própria palavra carrega semas com grande carga negativa, de modo que é sempre muito melhor não ser parcial. Mas Deus o será de qualquer modo, pois Sua justiça é também injustiça. E Sua injustiça será, em qualquer tempo, justiça.

Para Vieira, não há tolerância para com os holandeses; assim, a atitude divina esperada, qualquer que seja ela, efetivamente *realizará* (está realizando/realizou/realiza) a “justiça” que o padre espera e da qual julga merecedor o povo português (cf. nota 3).

A argumentação é: “O Deus *justo – que não é justo* agirá com misericórdia em relação aos portugueses, mas não em relação aos holandeses.”

O que Vieira pretende, na verdade, é “levar” Deus a “andar em círculos”, pois, mesmo que “aceite” a “posição” de Deus para argumentar com Ele dentro do esquema lógico, exhibe um discurso tal que pode ser resumido como “a arte de nada dizer, dizendo alguma coisa” (WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 1967, p. 71). O padre só diz coisas óbvias para Deus (não nos esqueçamos de que Deus é onisciente), de modo que Este, não tendo sobre o que

“argumentar” (até porque, trata-se de um ser do plano espiritual), “anda em círculos” e se “perde” no esquema paradoxal imposto por Vieira.

Note-se que o padre, ao mudar o alinhamento, ora aceitando a posição de superioridade de Deus, ora exigindo uma atitude para argumentar com Ele, exhibe grande habilidade em “ir e vir” no discurso, o que, muito provavelmente, justifica o labirinto criado para enquadrar (ou aprisionar) Deus.

Por *carecer* dessa mesma habilidade (afinal, não é viável considerarmos que Deus “responderá” ao padre), espera-se que o Senhor se “deixe enredar” pelo discurso de Vieira, o que reforça não só a perícia deste em administrar (manipular) os enunciados inscritos em sua roda argumentativa mas também o bloqueio das metacomunicações do interlocutor devido ao aprisionamento psicológico em que o discurso paradoxal o mantém.

Como não se pode prever o futuro e a “resposta” divina virá *depois*, por meio dos *fatos*, Vieira não pode, segundo o seu esquema, esperar *de fato* a vitória dos portugueses sobre os holandeses, pois não sabe se Deus cometerá ou não uma injustiça – que é justiça. Portanto, os dois adjetivos (“justo” e “injusto”, embora este último não figure no discurso do padre) são admissíveis, possíveis e nenhum deles detém o *status* de verdade absoluta.

Mesmo assim, o esquema dominante é o de Vieira. Além disso, foi ele quem estabeleceu um contrato argumentativo paradoxal; acrescenta-se que tanto faz a ordem cronológica no esquema 2 (de Vieira); tudo ali é simultâneo. Não há a hipótese de Deus não agir com justiça, já que em seu esquema (de Vieira) há o justo e o injusto. A hipótese de exclusão mútua entre os adjetivos só existe no esquema de Deus, logo não

importa se a justiça será feita ou não (pois, mesmo que ela não seja feita, será feita); importa, sim, que, pelo enquadre paradoxal definido pelo sacerdote, a justiça está presente, assim como a injustiça, mesmo que, para Deus, Sua justiça seja sempre perfeita.

Retomemos o ato de fala que definiu a roda argumentativa:

(...) Argumentamos, sim, mas de vós para vós: apelamos, mas de Deus para Deus: de Deus justo, para Deus misericordioso.

A conclusão a que se chega é que o próprio esquema argumentativo de Vieira é paradoxal; logo, tudo aquilo que derivar desse esquema também o será.

Para finalizar esta parte, algumas palavras sobre a coerência (cf. nota 4) nos serão bastante úteis.

Durante o fragmento de “diálogo” que estamos analisando, Deus e Vieira se mantiveram em *footings* diferentes, em alinhamentos opostos, e, se considerarmos os fatos pela lógica impecável da justiça divina, regida pelo esquema argumentativo 1, acabaremos por qualificar o discurso do sacerdote de incoerente e ilógico, por ser paradoxal e, em consequência, exigir uma justiça que não é justiça, mas injustiça.

Segundo Saraiva (1979, p. 553-555), o discurso de Vieira:

(...) tem às vezes a aparência da mais rigorosa dedução, mas na realidade segue os caminhos arbitrários e múltiplos de uma fantasia prodigiosa, que em certos casos atinge uma densidade poética. Cada texto, cada palavra pode dar lugar a múltiplas associações – *tão inesperadas como as de um texto surrealista*. Só que essas associações

se ligam por pontos que aparentam toda a solidez de uma engenharia infalível. O que não é arbitrário nem fantasista é o objectivo prático que o orador tem em vista: para convencer o ouvinte, recorre a todos os meios de pressão e de enredo, dando-lhes a aparência dos caminhos certos de uma verdade demonstrada. (...)

O autor comenta também que:

(...) o que parece suceder é que os oradores por ele [Vieira] censurados buscam efeitos puramente estéticos, e não funcionais. Esquecidos da função prática do sermão, movem-se no mundo do espectáculo gratuito. Ora esta função nunca Vieira a esqueceu, e daí resulta que todas as suas *subtilezas pseudológicas*, bem como a construção fantasista dos seus sermões, nunca nos parecem de todo gratuitas. Pelo contrário, sentimo-las cheias de intenção, de força aplicada, que nos comunicam e que arrancam a nossa adesão ou a nossa reprovação, *apesar da sua evidente falta de racionalidade*. Este efeito, que era certamente muito maior junto dos contemporâneos, resulta porventura da convicção que Vieira põe nas suas palavras, da solicitude sedutora com que persegue o leitor para lhe impor a verdade da ocasião. (...)

E ainda acrescenta:

(...) E, com efeito, para lá do seu encadeamento falacioso, encontramos nestes sermões verdades que de algum modo nos tocam, como o que diz sobre a alienação humana através da miragem do ouro no sermão sobre as Verdadeiras e as Falsas Riquezas, ou sobre a condição dos escravos em vários sermões. (...) (grifos nossos, à exceção do nome do sermão)

É de se notar que no “diálogo” com Deus não parece haver nenhum “contrato comunicativo” (se há, é de uma outra ordem) e tampouco parece se considerar “o outro” no processo discursivo da narrativa, que, por ser ignorado, é desconstruído

no texto pelo discurso autoritário e paradoxal de Vieira e pela indigência intelectual dos receptores reais do discurso, já que esse “outro” são eles próprios, os brasileiros nascidos no Brasil, os colonos portugueses e o corpo de milícias que defendia a Bahia de todos os Santos, conforme vimos no capítulo 1. Como podemos observar, trata-se de um auditório que, embora heterogêneo, comunga das mesmas crenças e valores de Vieira, uma vez que a ideologia dominante na época colonial impunha a esse auditório a fé católica e os rigorosos valores religiosos da metrópole.

Os diálogos (se é que se pode chamá-los assim) não parecem ter progressão – só aparente, já que são repetitivos – nem coerência, pois, como já sabemos, os argumentos utilizados por Vieira são pseudológicos (SARAIVA, 1979). As “respostas” de Deus são pressupostas e redimensionadas pelo sacerdote, em função de seus interesses argumentativos e, embora pareçam manter um mínimo de coerência (de continuidade de sentidos) em relação às suas perguntas, trata-se, nesse caso, de uma pseudo-relação estabelecida não entre “dado” e “novo” (KOCH, 1991), mas entre “dado” e “dado” (se considerarmos o binômio Vieira – Deus), o que torna o “diálogo” previsível, e entre “novo” e “novo” (se considerarmos o trinômio Vieira – Deus – receptores reais), o que torna o “diálogo” inesperado. Em ambas as situações, o “diálogo” baseia-se em falácias argumentativas.

No entanto, a fala de Vieira, ainda que diferente da nossa lógica “normal” e completamente fora dos padrões aceitáveis de comunicação, é rigorosamente lógica dentro do quadro maior em que está inscrita: argumentar com Deus e “pleitear” (na verdade, “exigir”) a vitória dos portugueses sobre os hereges holandeses.

A própria definição de paradoxo como “uma contradição que resulta de uma dedução correta a partir de premissas *coerentes*” (WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 1967, p. 169, grifo nosso) indica-nos que há uma lógica subjacente ao paradoxo, caso contrário a palavra *coerência* não figuraria em sua definição, pois bem sabemos que “lógica” e “coerência” andam geralmente juntas.

Por tudo isso, é bastante lógico asseverarmos que o discurso de Vieira, longe de ser ilógico, possui uma lógica diferente da do discurso “divino” (se é que se pode falar assim) ou, ao menos, do que se “espera” do “discurso” de Deus, mas não menos impecável. Autor erudito e bastante complexo, pela densidade de seu discurso, Vieira, longe de ser “ingênuo”, era um verdadeiro gênio com as palavras. Para ele, elas não possuíam qualquer mistério ou, se possuíam, ele os desvendava (os mistérios) e manejava os jogos argumentativos como um verdadeiro especialista, o que, de fato, ele era.

Para corroborar seus argumentos e coroar a “vitória” do “Deus misericordioso” sobre o “Deus justo”, Vieira relembra toda a história do “bezerro de ouro”, *perdição* do povo de Israel: a impaciência do “povo de Deus” perante a demora de Moisés, bem como o descrédito, que minava a resistência de todos, fizeram que as ovelhas do Senhor se desviassem do caminho reto. Havia uma necessidade premente de comando, mas não havia comandante; o navio estava a naufragar, o leme estava solto, até que revoltosos sugeriram a infeliz idéia de fabricar um bezerro para ser adorado, já que Moisés os havia “abandonado”.

Diante dos fatos incontestes, a ira de Deus abateu-se como um raio sobre os infiéis, devido à traição consumada. Castigos e um sem-número de outros tormentos estavam na iminência de atingir o povo de Deus quando Moisés resolve

interceder por eles. Todavia, seus argumentos, mais uma vez, revelam-nos uma divindade antropomorfizada, já que a chave mestra de sua argumentação “impõe” a Deus um “conflito interno” ou, por outras palavras, “presenteia” Deus com um ego (cf. nota 5) desmedido e fustiga-lhe o “amor-próprio”; segundo Saraiva (s./d., p. 95):

(...) Como bom advogado, Vieira salienta os argumentos psicológicos e desenvolve uma tática que leva em conta os sentimentos, e até mesmo, se é que se pode dizer assim, as fraquezas do Juiz, procurando atingi-lo no reduto de sua subjetividade.

Realça, de início, o amor-próprio de Deus. O pregador retoma o argumento do “que vão dizer”, empregado com grande sucesso por Moisés no Sinai. (...)

Reproduziremos uma vez mais as palavras do próprio Vieira:

(...) Moisés disse-vos: *Ne quaeso dicant*: Olhai, Senhor, que dirão: E eu digo e devo dizer: Olhai, Senhor, que já dizem. Já dizem os Hereges insolentes com os sucessos prósperos, que vós lhes dais ou permitis: já dizem que porque a sua, que eles chamam Religião é a verdadeira, por isso Deus os ajuda e vencem; e porque a nossa é errada e falsa, por isso nos desfavorece e somos vencidos. Assim o dizem, assim o pregam, e ainda mal porque não faltará quem os creia. Pois é possível, Senhor, que hão de ser vossas permissões argumentos contra vossa Fé? É possível, que se hão de ocasionar de nossos castigos blasfêmias contra vosso nome? (...)

Sabemos pelos nossos esquemas de conhecimento que o “amor-próprio” é um sentimento muito humano. É fato que, quando nos relacionamos com as pessoas, procuramos mostrar a nossa melhor face para que sejamos aceitos e amados. Não se trata de “insegurança”, mas, sim, de uma necessidade

intrínseca do ser humano: ser *confirmado* pelo outro (WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 1967).

Transcrevemos a esse respeito, as palavras de Martin Buber (32, p. 101-102 apud WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 1967, p. 78):

Na sociedade humana, em todos os seus níveis, as pessoas confirmam-se entre si de um modo prático, nesta ou naquela medida, em suas qualidades e capacidades pessoais, e uma sociedade pode ser considerada humana na medida em que os seus membros se confirmam reciprocamente (...).

A base da vida do homem com o homem é dupla e é una: o desejo de todos os homens de serem confirmados pelo que são, mesmo pelo que podem vir a ser, pelos demais homens; e a capacidade inata do homem de confirmar os seus semelhantes dessa maneira. Que essa capacidade está tão incomensuravelmente postergada constitui a verdadeira fraqueza e discutibilidade da raça humana; a humanidade real só existe onde essa capacidade se revela.

Há que se ter em mente, antes de mais nada, que o ser humano *não existe sem o outro*. Não restam dúvidas de que todos nós queremos passar para o outro nossa melhor imagem, que, em geral, corresponde ao modo como vemos a nós próprios. Normalmente, esse desejo que cada pessoa tem de transmitir a sua melhor imagem transparece através do discurso, a partir da necessidade intrínseca que cada ser humano possui de se comunicar com o seu semelhante. É por meio do discurso que cada um expressa suas posições, sentimentos, emoções e desejos (cf. nota 6).

Contudo, há um limite para a necessidade que cada ser humano possui de ser “confirmado” pelo outro. A insegurança e a falta de “amor-próprio” podem romper esse limite e recrudescer de forma pouco saudável o desejo de ser aceito;

desse modo, está armada a situação para que a ansiedade se instale e passemos a depender da opinião alheia para guiar nossos passos.

Essa dependência reflete-se em nossos comportamentos e nossa postura diante da vida, dos fatos do dia-a-dia e, sobretudo, diante do outro, que, em muitas ocasiões, não hesitará em nos *manipular* mediante a percepção de uma evidente fragilidade.

Todas essas situações, *muito humanas*, fazem parte do dia-a-dia de cada um, *mas não do “cotidiano” divino*. Na ausência de argumentos consistentes, a roda argumentativa de Vieira tenta manipular Deus ao impor-Lhe uma estarrecedora preocupação: o que dirá a opinião alheia? O que *já diz* a opinião alheia?

Sabe-se que no decurso de uma conversação muitos enquadres são definidos: “(...) Essas pequenas (passageiras) molduras refletem e criam a moldura maior que identifica as atividades que estão acontecendo. (...)” (TANNEN, 1987, p. 75); as atividades que acontecem no fragmento de “diálogo” abaixo serão identificadas pela moldura maior, que intitularemos “Interrogando Deus” e, como haverá de se notar, o discurso de Vieira tentará “desestabilizar” Deus, que se verá “enredado” nas malhas do paradoxo.

Observem-se as perguntas sucessivas que Vieira dirige a Deus:

(...) Pois é possível, Senhor, que não de ser vossas permissões argumentos contra vossa Fé? (...) Olhai, Senhor, que vivemos entre Gentios, uns que o são, outros que o foram ontem; e estes que dirão? Que dirá o Tapuia bárbaro sem conhecimento de Deus? Que dirá o Índio inconstante, a quem falta a pia afeição da nossa Fé? Que dirá o Etíope boçal, que apenas foi molhado com a água

do Batismo sem mais doutrina? (...); por que vos esqueceis de tão religiosas misérias, de tão Católicas tribulações? Como é possível que se ponha Vossa Majestade irada contra estes fidelíssimos servos e favoreça a parte dos infiéis, dos excomungados, dos ímpios? (PÉCORA (Org.), 2001, p. 448-450, grifos nossos)

As admoestações e as perguntas prosseguem ininterruptamente:

(...) Parece-vos bem, Senhor, parece-vos bem isto? Que a mim, que sou vosso servo, me oprimais e aflijais; e aos ímpios, aos inimigos vossos os favoreçais e ajudeis? Parece-vos bem que sejam eles os prosperados e assistidos de vossa Providência, e nós os deixados de vossa mão; nós os esquecidos de vossa memória; nós o exemplo de vossos rigores; nós o despojo de vossa ira? Tão pouco é desterrar-nos por vós, e deixar tudo? Tão pouco é padecer trabalhos, pobrezas, e os desprezos que elas trazem consigo, por vosso amor? Já a Fé não tem merecimento? Já a Piedade não tem valor? Já a perseverança não vos agrada? Pois se há tanta diferença entre nós, ainda que maus, e aqueles pérfidos, por que os ajudais a eles e nos desfavoreceis a nós? *Nunquid bonum tibi videtur*: A vós, que sois a mesma bondade, parece-vos bem isto? (PÉCORA (Org.), 2001, p. 450, grifos nossos)

Organizando-se as perguntas, temos:

- (1) Pois é possível, Senhor, que hão de ser vossas permissões argumentos contra vossa fé?
- (2) Olhai, Senhor, que vivemos entre Gentios, uns que o são, outros que o foram ontem; e estes que dirão?
- (3) Que dirá o Tapuia bárbaro sem conhecimento de Deus?

- (4) Que dirá o Índio inconstante, a quem falta a pia afeição da nossa Fé?
- (5) Que dirá o Etíope boçal, que apenas foi molhado com a água do Batismo sem mais doutrina?
- (6) Por que vos esqueceis de tão religiosas misérias, de tão Católicas tribulações?
- (7) Como é possível que se ponha Vossa Majestade irada contra estes fidelíssimos servos e favoreça a parte dos infiéis, dos excomungados, dos ímpios?
- (8) Parece-vos bem, Senhor, parece-vos bem isto?
- (9) Que a mim, que sou vosso servo, me oprimais e aflijais; e aos ímpios, aos inimigos vossos os favoreçais e ajudeis?
- (10) Parece-vos bem que sejam eles os prosperados e assistidos de vossa Providência, e nós os deixados de vossa mão; nós os esquecidos de vossa memória; nós o exemplo de vossos rigores; nós o despojo de vossa ira?
- (11) Tão pouco é desterrar-nos por vós, e deixar tudo?
- (12) Tão pouco é padecer trabalhos, pobrezas, e os desprezos que elas trazem consigo, por vosso amor?
- (13) Já a Fé não tem merecimento?
- (14) Já a Piedade não tem valor?
- (15) Já a perseverança não vos agrada?

- (16) Pois se há tanta diferença entre nós, ainda que maus, e aqueles pérfidos, por que os ajudais a eles e nos desfavoreceis a nós?
- (17) A vós, que sois a mesma bondade, parece-vos bem isto?

São 17 perguntas que jorram desenfreadas sobre Deus, que se vê “colhido” em um autêntico dilema paradoxal: ao mesmo tempo em que é “obrigado” a responder, pois assim institui o ato ilocucional da pergunta, é “impedido” de fazê-lo, por meio de perguntas encadeadas (cf. nota 7), que “interrompem” bruscamente o fio de Seu raciocínio. Esse labirinto sem saída, imposto por Vieira, permite-nos entrever a “possível” “confusão” e o “embaralhamento” divinos.

Deve-se ressaltar, além da audácia de Vieira, o ineditismo das perguntas feitas, uma vez que podemos pressupor a existência de uma enorme discrepância entre os esquemas de Deus e os do sacerdote, fato que irá gerar um *pretense* curto “embate” entre os dois personagens e um *suposto* estado de “confusão” em Deus.

Neste trecho do “diálogo”, o processo de “lavagem cerebral”, que configura um exemplo de interação patológica, está bastante explícito, tendo como seu principal elemento o ato ilocucional da pergunta.

Segundo as palavras de Ducrot (1977, p. 103, grifos nossos), a pergunta “não se contenta em oferecer o diálogo, mas o impõe: (...), cumpre pôr em evidência o fato de que ela *obriga o ouvinte a falar* por sua vez (...)”. Repare-se que isto se dá porque a pergunta é a primeira parte de um par adjacente: pergunta (A) + resposta (B), em que a presença de (A) obriga a presença de (B).

Sabe-se que a pergunta se define enquanto ato ilocucional à medida que institui no outro uma obrigatoriedade, qual seja a de *dar uma resposta*; sabe-se igualmente que, se alguém pergunta algo a uma outra pessoa, pressupõe-se que, se o fez, é porque *deseja saber alguma coisa*. Todavia, para Vieira, não acontece nem uma coisa nem outra; ele não só não quer que Deus responda coisa alguma (até porque, Ele é do plano espiritual e não vai “falar” com Vieira como um contendor – interlocutor do mesmo plano deste, que é material – o faria, por exemplo) mas também não deseja saber nada. A única coisa que Vieira deseja é manipular Deus, “chamá-Lo à razão”, segundo os seus próprios esquemas de conhecimento (cabe destacar, neste ponto, que Vieira pretendia despertar o espírito de luta dos receptores reais de seu discurso, afinal, uma possível luta armada seria a melhor “resposta” para suas “perguntas”).

Para a consecução de seu objetivo, o pregador utiliza-se do ato ilocucional veiculado pela pergunta. Desse modo, as perguntas consecutivas sem uma perspectiva de resposta são uma violação do sistema de turnos da conversação, à medida que tal procedimento “impede” Deus de dar qualquer resposta.

Pode-se observar que na transição ininterrupta de uma pergunta para outra está implícito o pressuposto de que Deus efetivamente conhece as respostas e não Lhe é dado sequer o direito de “refutar” esse pressuposto, uma vez que a primeira “pergunta” intercepta-lhe a voz. Não obstante, a voz que é interceptada *é a que teria o direito e o dever de dar uma resposta*. Portanto, há aqui uma voz que deveria falar mas se cala; contudo, há uma outra voz e esta não está impedida de se manifestar, aliás, é para essa outra voz que Vieira dirige seus apelos: a voz da consciência divina. Essa voz não se pode

calar; ao contrário, *precisa* manifestar-se para que seja revertida a situação dos portugueses.

A voz da consciência divina não é outra senão o próprio padre:

- (1) Pois é possível, Senhor, que hão de ser vossas permissões argumentos contra vossa fé?

Ou seja, que Deus é esse que contradiz a si próprio? Então é preciso rever com a máxima urgência a fé divina já que as leis que permitem violação são as instituídas por Ele. Nesse ponto, a roda argumentativa de Vieira vai atuar mais uma vez: é certo que há “brechas” na lei; se há “lacunas”, então é porque tais leis não são perfeitas; todavia, o próprio Vieira afirma que Deus é perfeito. Está configurada a roda: um Deus perfeito não pode elaborar leis imperfeitas; contudo, as leis são imperfeitas, então Deus também o é; logo, Vieira seria um herege? Afinal, está atentando contra o próprio Criador ao dirigir-Lhe a pergunta supramencionada.

É de se notar que Vieira *afirma sem afirmar*; o nível explícito (a pergunta em si) não afirma nada sobre a “imperfeição divina”, mas o nível implícito afirma; por conseguinte, está configurado o paradoxo, uma vez que este não pode ocorrer sem que haja mistura de níveis no discurso.

As perguntas de (2) a (5) consagram o argumento “do que vão dizer”. É flagrante a tentativa de manipular Deus através da preocupação com a opinião alheia; mas não é só: as personagens arroladas (índios, bárbaros, etíopes boçais) carecem dos conhecimentos mais rudimentares a respeito da fé cristã e de seus dogmas. Note-se, contudo, que só se pode ajuizar sobre alguma coisa com conhecimento de causa, justamente o que falta às personagens elencadas nas perguntas. O mais lógico, então, seria supor que tais personagens não

dirão nada, pois não têm o que dizer, já que desconhecem as leis divinas. Nesse caso, por que haveria Deus de se “preocupar” com a opinião delas?

Pode-se supor que Vieira pretende inculpar Deus e usa para isto a sua roda argumentativa, já que índios, bárbaros e etíopes não podem ter opinião própria a respeito do que desconhecem. Acrescente-se que Deus, implicitamente, permite que filhos Seus careçam do pão do conhecimento sobre as leis divinas, fato que revela não estar Deus cumprindo com suas responsabilidades de Pai. Se Deus não cumpre com suas responsabilidades, então Deus é irresponsável? Afinal, o não-cumprimento de suas responsabilidades vai de encontro ao que se espera de um pai, sobretudo, se esse pai é perfeito, bondoso e justo.

Mais uma vez Vieira afirma algo sem afirmar.

A pergunta (6) não exige Deus de suas obrigações. O “esquecimento” divino é imperdoável; desse modo, a “memória” divina equipara-se à memória de um mortal: falível e imperfeita. Há outro fato a considerar: se a “falha” divina não for um problema de memória, então se trata de descaso para com a fé católica. Ocorre que só se tem descaso com o que não é importante; então a fé católica não é relevante, mas desprezível? Ou, pelo menos, merecedora de pouca atenção? Mas se o próprio Deus (segundo Vieira) instituiu essa fé, então ela *tem de ser* importante, afinal, é razoável supor que o Pai não se ocuparia com matérias de somenos importância.

A pergunta (7) pressupõe a existência, para Deus, de dois pesos e duas medidas:

- (7) Como é possível que se ponha Vossa Majestade irada contra estes fidelíssimos servos e favoreça

a parte dos infiéis, dos excomungados, dos ímpios?

Vieira parece “esquecer” que os “fidelíssimos servos” portugueses aprisionaram, torturaram e mataram em nome da fé. Se os holandeses fizeram o mesmo, então qual é a diferença entre ambos os povos? Os portugueses são filhos de Deus e os holandeses não? E os milhares de pessoas assassinadas, torturadas e escravizadas pelos portugueses? Não eram filhos de Deus também?

Acresce que, se Deus favorece uns (mesmo “infiéis”) em detrimento de outros (pretensamente “fiéis”), não estará sendo superlativamente injusto? Quantas leis do Velho Testamento foram violadas pelos portugueses? “Não matarás” é uma das mais conspurcadas; para os portugueses há perdão, mas não para os holandeses? O que está em jogo é a fé ou os interesses comerciais e financeiros?

Mas a conduta de Deus não “vê” as mazelas dos portugueses, pois assim o deseja Vieira, mas tão-somente as dos holandeses.

A perfeição de Deus, para Vieira, é imperfeita.

(8) Parece-vos bem, Senhor, parece-vos bem isto?

Ou seja: Vossa Majestade não se sente culpado? Suas atitudes são as mais acertadas? Vieira assim exige, em nome de uma pretensa “justiça”, que Deus seja injusto, mesmo afirmando que Ele é justo. É de se notar que o léxico escolhido por Vieira revela uma extrema habilidade em lidar com as palavras. O demonstrativo neutro permite tal conclusão, pois o seu uso exime o sacerdote da responsabilidade de acusar Deus diretamente por Seus atos e Suas escolhas, afinal, o referente textual de “isto” comporta opções que escamoteiam afirmações explícitas, o que se daria se Vieira, em lugar do demonstrativo

neutro, tivesse se servido de uma oração subordinada substantiva, como “Parece-vos bem, Senhor, parece-vos bem *que cometais tamanha injustiça?*”.

A pergunta (9) configura aquilo que coloquialmente chamamos de “chantagem emocional”. Vieira é servo de Deus, é verdade, mas sua trajetória (LISBOA, 1964) revela-nos sem reboços que um sem-número de vezes ele esteve ao lado dos poderosos contra os oprimidos, além de preparar laboriosamente discursos cujo objetivo primeiro era satisfazer a sua vaidade pessoal, o que é incompatível com a postura que se espera de um ministro de Deus. A esse respeito, são palavras de Lisboa (1964, p. 271):

(...) Requer a verdade se diga também que o orador abusava não raro do seu sagrado ministério para fazer invectivas, e dirigir alusões pungentes e injuriosas aos seus inimigos e invejosos, servindo assim a religião em geral, e os textos sagrados que violentava e acomodava a seus intentos, à satisfação de paixões particulares, que ordinariamente andavam eivadas de impurezas.

Acrescente-se a isto que os “inimigos vossos” (os holandeses) eram inimigos, sim, mas dos portugueses. Essa transferência de “alvo” é uma estratégia habilmente veiculada por Vieira para dirigir o foco do ataque holandês para Deus. Cabe uma pergunta: estavam os holandeses preocupados com Deus ou com amealhar a maior quantidade possível de vantagens comerciais e financeiras? Some-se a isto o fato de que os “ímpios” desprezam a religião e a fé; por conseguinte, é lícito que ajam de acordo com o seu livre-arbítrio sem se preocuparem com “questões divinas”. Se assim é, pergunta-se: preocuparam-se os portugueses com essas mesmas “questões divinas” quando assassinaram covardemente, torturaram e escravizaram homens que também eram filhos de Deus? Que

moral é essa que Vieira possui para cobrar atitudes do Pai? Por acaso sua conduta foi sempre impoluta? Não há quaisquer máculas em seus atos e em seus pensamentos? Somente a tortuosidade paradoxal de uma imaginação vigorosa poderia conceber um discurso que *pretende ser mas não é*: o implícito desmente o explícito e a roda argumentativa permanece funcionando com uma lógica aparentemente impecável.

Na pergunta (10), destaca-se o emprego habilidoso do particípio dos verbos *prosperar*, *assistir*, *deixar* e *esquecer*. Conforme sabemos, o particípio (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 472, grifo nosso) “apresenta o *resultado* do processo verbal”. Se se trata do resultado de um processo, é porque este já ocorreu e o resultado é algo dado como *um fato*; note-se que o resultado é uma *conseqüência*, *o efeito de uma ação*; isto é o mesmo que dizer que, segundo Vieira, a prosperidade dos holandeses, bem como a assistência recebida de Deus é um fato – real (como todo fato) – e já aconteceu, ou seja, Deus preocupou-se com os holandeses em detrimento dos portugueses, já que estes foram “deixados” pela mão de Deus e “esquecidos” por Ele.

Note-se que o valor argumentativo do uso do particípio – articulado a lexemas verbais cuidadosamente escolhidos – revela-se no desejo de confrontar Deus com a sua própria negligência em relação ao “povo eleito”, afinal, trata-se de um fato consumado: os portugueses foram “deixados de lado” pelo Pai e estão “desassistidos” de sua misericórdia, ao passo que os holandeses recolhem os louros [imerecidos] da bondade de Deus, uma vez que estão devidamente “assistidos” e “prosperados”. É preciso, portanto, reverter uma tal situação com a máxima urgência – e somente Deus pode fazê-lo.

Acrescente-se a isto que os portugueses, ainda segundo Vieira, exemplificam o rigor divino, representam o “resto”

(despojos) da ira de Deus. Entretanto, se pensarmos com justiça, veremos que os “esquecidos” de Deus conquistaram um império marítimo que nenhum outro povo depois dos romanos logrou obter.

Configura-se, portanto, nesse uso do participípio, mais um eixo do esquema argumentativo de Vieira, uma vez que o resgate de fatos relativamente recentes assume proporções graves no “aqui e agora” discursivo: para o sacerdote, Deus, efetivamente, favorece os holandeses e, ao fazê-lo, lesa os portugueses em suas mais caras pretensões. E, convenhamos, se o desenrolar dos fatos houvesse privilegiado os portugueses, o sermão simplesmente não existiria, pois cessado estaria o fato gerador que motivou a sua elaboração.

Então, é preciso confrontar Deus, sem subterfúgios ou dissimulações, com Seus próprios atos. Afinal, que Pai extremo permitiria a bancarrota de Seus filhos muito amados mesmo tendo nas mãos as rédeas dos acontecimentos da História? Não, esse Pai tem a obrigação de zelar pelo “patrimônio” de Seus filhos [e também a *prerrogativa* de fazê-lo, uma vez que o Seu sagrado nome está em jogo]. Assim exige Vieira.

Particularmente neste ponto, vale ressaltar que os portugueses não tinham infra-estrutura para administrar suas conquistas. Suas colônias eram de exploração; não houve preocupação por parte deles de desenvolver suas conquistas e torná-las prósperas; não houve o cuidado de instruir adequadamente a população colonizada, mas tão-somente de explorar, extrair o maior número de riquezas possível. Diante de um tal quadro, como culpar Deus pelo livre-arbítrio mal-empregado de seus tutelados? Se os holandeses souberam se organizar melhor do que os portugueses, que culpa cabe a Deus? Até porque, se atribuirmos a responsabilidade de tudo o

que nos acontece a Deus, estaremos negando o livre-arbítrio concedido por Ele e adentrando em um fatalismo injustificável; contudo, é preferível culpar Deus de nossos fracassos do que assumi-los.

As perguntas de 11 a 15 cobram, exigem de Deus um “reconhecimento” da “abnegação” dos portugueses, afinal, “desprendidos” e “altruístas”, “deixaram” tudo, “desterraram-se” para “agradar” a Deus. Curiosamente, o “desterro” dos portugueses coloriu-se com o sangue dos povos colonizados, o que vai de encontro às palavras de Jesus, filho de Deus: “ama o próximo como a ti mesmo”. Que amor é esse que mata, tortura, sangra, domina e extermina? Certamente, não é o amor preconizado por Jesus.

Não bastasse isso, os “trabalhos padecidos”, as “pobrezas” e os “desprezos” atenderam aos interesses de quem? De Deus? Certamente que não. Deus jamais precisou de ouro para se fazer presente nem tampouco determinou que se escravizassem os povos em honra de Sua glória.

(13) Já a Fé não tem merecimento?

(14) Já a Piedade não tem valor?

(15) Já a perseverança não vos agrada?

A quem Vieira pretendia ludibriar com suas palavras? A “Fé” e a “Piedade” têm dois pesos e duas medidas? À “perseverança” de quem ele se refere? Convenhamos, será que foi em nome da “Fé” e da “Piedade” que a Inquisição se firmou em Portugal e matou milhares de pessoas? Em que momento da História, Deus ordenou que seus vassalos se tornassem assassinos para defender a “Fé”?

Em que o povo português é melhor do que os demais para ser o “eleito”, se todas as atrocidades que outros povos

infligiram aos seus “tutelados” os portugueses também o fizeram com requintes de crueldade?

Note-se ainda que, se formos falar em “perseverança”, não é lícito dizer que os holandeses também perseveraram em defesa de seus interesses?

Se Deus não usa a mesma “balança” para julgar os fiéis, então a justiça de Deus não é justa? Ao contrário, é injusta? E, sendo assim, o próprio Vieira é um herege que se insurge contra as leis de Deus para amoldá-las de acordo com os interesses do povo português?

- (16) Pois se há tanta diferença entre nós, ainda que maus, e aqueles pérfidos, por que os ajudais a eles e nos desfavoreceis a nós?

Atente-se para as definições de *mau* e *pérfido*:

mau

- adjetivo
- 1** que se distingue pelo caráter ruim, moralmente condenável
Ex.: má conduta, m. antecedentes
- 2** dado a fazer maldades; que se compraz com o mal praticado
Ex.: <era um homem m.> <m. como a peste>
- 3** que se mostra desagradável para com os outros; irritadiço, indelicado, grosseiro
Ex.: m. gênio, m. humor
- 4** não prestimoso, pouco disposto; injusto, ingrato
Ex.: m. amigo, não socorreu a companheira no infortúnio que prejudica, que causa mal aos outros ou a si próprio
Ex.: m. conselho, m. exemplo
(...)
- 7** que traduz malevolência ou maldade
Ex.: olhar m., expressão má
(...)
- 10** que contradiz a justiça, o dever
Ex.: m. costumes
(...)
- 15** de conseqüências nocivas, funestas; desastroso
Ex.: <um m. efeito sobre o organismo> <cair de m. jeito>
(...)
- 17** contrário à lógica, às regras; impróprio, incorreto, indevido; desfavorável, impropício, impróprio
Ex.: má formulação, má interpretação
(...)
- 20** condenável pela moral católica; pecaminoso
Ex.: os insistentes m. pensamentos levaram-no ao confessionário substantivo masculino
- 21** aquilo ou aquele que é mau
Ex.: <o m. foi termos acreditado nele> <nem sempre os m. levam a pior>
(...)

pérfido

- adjetivo
- 1 que falta à fé jurada; desleal, traidor
- 2 que envolve perfídia; enganador, traçoeiro
- Ex.: manobras p.

Se observarmos os verbetes *mau* e *pérfido*, veremos que as diferenças entre eles merecem uma análise mais acurada; porém, antes de procedermos à análise, convém observarmos ainda o verbo *fé*:

fé

- substantivo feminino
- 1 no catolicismo, a primeira das três virtudes teológicas
- 2 confiança absoluta (em alguém ou em algo); crédito
- Ex.: um homem digno de fé
- (...)
- 5 Rubrica: filosofia.
na escolástica, crença religiosa sem fundamento em argumentos racionais, embora eventualmente alcançando verdades compatíveis com aquelas obtidas por meio da razão

Primeiramente, é lógico afirmar que, se temos “confiança absoluta” (acepção 2 do verbo *fé*) em Deus, é porque não só não receamos a Sua justiça mas também esperamos por ela. Ainda com base nesse verbo, temos que, na rubrica “filosofia”, apesar de a fé não ser fundada em argumentos racionais, eventualmente alcança “verdades compatíveis com aquelas obtidas por meio da razão”.

A fé cega não raciocina. Não pensa. Não questiona. Em um tal contexto, é lógico afirmar que, se essa mesma fé não se submete ao crivo do raciocínio e se somos seres dotados de razão, então essa fé se pauta pela emoção e esta, na maioria das

vezes, não é lógica, mas visa tão-só aos próprios interesses de quem a sente, sejam eles espúrios ou não. Se assim não for, seremos forçados a admitir que fomos dotados de razão, mas não podemos usufruir desse privilégio em relação aos animais em todas as ocasiões que se nos apresentam à análise. Se não podemos fazê-lo, torna-se muito difícil aquilatarmos as diferenças existentes entre nós e os seres desprovidos de razão. Isto é o mesmo que igualar o homem a um ser irracional diante dos acontecimentos.

Este é o primeiro ponto; os portugueses têm fé, mas os holandeses não a têm. Contudo, se podemos relacionar “fé” e “raciocínio”, forçosamente temos de considerar que os holandeses raciocinavam – eram homens dotados de inteligência – e seu raciocínio os levou a trilhar caminhos diferentes daqueles trilhados pelos portugueses. Sendo assim, não se pode afirmar que o povo holandês carecia de “fé”. Uma vez mais aqui temos dois pesos e duas medidas, pois se a “fé” dos portugueses era a verdadeira, a dos holandeses era a falsa; contudo, quais as bases científicas de que Vieira se imbuíu para afirmar isto? Terá sido com base no raciocínio ou em sua animosidade em relação aos holandeses?

O segundo ponto refere-se às sutis diferenças existentes entre “mau” e “pérfido”. É certo que a perfídia reveste-se de um “impacto” semântico maior do que a maldade (COLLINSON apud ULLMANN, 1964); não obstante e a julgar pelas definições fornecidas pelo Houaiss, seremos obrigados a assumir que as diferenças não são tão pronunciadas assim; será o sujeito “traidor” (acepção 1 do verbete *pérfido*) inferior àqueles cujos atos são considerados “moralmente condenáveis” (acepção 1 do verbete *mau*)?

E, ressalte-se, Vieira, muito sub-repticiamente, utiliza-se da locução conjuntiva “ainda que” para referir-se aos

portugueses, o que, devemos convir, escamoteia suas próprias iniquidades sob a máscara de uma idéia concessiva. Há que se ter em mente que, quando fazemos uso das conjunções ou locuções concessivas, a idéia que predomina é, justamente, aquela contida nas orações que *não são* introduzidas por tais conectivos. Desse modo, se dizemos, por exemplo, “*ainda que maus* não conspiramos a fé divina”, a idéia predominante é “*não conspiramos a fé divina*”, o que mostra que o fato de sermos “*maus*” não passa de um mero pormenor relegado a um segundo plano, ou seja, trata-se de admitir que, de fato, “*fomos maus*”, mas isto não é tão relevante quanto o fato introduzido pela oração seguinte; este, sim, deve ser levado em consideração.

Por que Vieira usou o “*ainda que*” em lugar do “*mas*”? Parece claro que, se usasse esse conectivo, estaria indo contra as “*boas intenções*” dos portugueses, já que, ao usarmos o “*mas*”, teremos a oração introduzida por ele como a dominante, ou seja, “*não conspiramos a fé divina, mas fomos maus*” – o que revela uma importância maior à maldade do que ao ato de conspirar a fé divina, e isto, naturalmente, não interessava a Vieira expor.

Segundo o “*raciocínio*” de Vieira, Deus *devia* ser condescendente em relação aos portugueses, afinal, *ainda que fossem maus*, não conspiraram a fé divina; os holandeses, por outro lado, além de “*pérfidos*”, “*tripudiar*” sobre essa mesma fé, escarneceram dela e, mesmo que assim não houvesse sido, talvez não houvessem tido atos tão condenáveis... *mas* conspiraram a fé e os ensinamentos de Deus.

- (17) A vós, que sois a mesma bondade, parece-vos bem isto?

É preciso “censurar” Deus, repreendê-Lo e “provocar” Nele um “complexo de culpa” sem precedentes. Apesar disso, Vieira parece “ter esquecido” que a bondade divina não é seletiva; se todos somos irmãos perante o Pai, é lógico afirmar que o Seu amor deve contemplar a todos sem distinções; entretanto, o sacerdote pretende e, até mesmo, impõe que esse amor seja diferenciado. E aqui “caímos” de novo na velha roda argumentativa: se Deus faz diferença entre os filhos, então não é um Pai justo e, se não é justo, então é injusto. E é nas entrelinhas do discurso do padre que percebemos que ele se assemelha aos hereges que deseja condenar.

E se considerarmos Vieira um herege, de que direitos se investe ele para julgar-se, perante Deus, superior aos seus irmãos? Lembremo-nos de que o povo “escolhido” por Deus, segundo as Sagradas Escrituras, também errou e obteve o perdão divino. Por que perdoar a uns e condenar a outros? Se esse Deus é tão temido e capaz de infligir os mais terríveis castigos, onde está Sua bondade e Sua justiça? As Escrituras, não nos esqueçamos, foram escritas e interpretadas por homens, que são falíveis e estão sujeitos aos seus próprios interesses interpretativos.

Afinal, Deus disse o que disse ou os homens o disseram por Ele? O fato é que Vieira não estava interessado nessas questões filosóficas, pois tais indagações iam de encontro aos seus propósitos: “persuadir” Deus e “mostrar-Lhe” que Ele “errara” em relação aos portugueses.

Convenhamos que, se Deus é onisciente, pode prever tudo o que se passa com Seus filhos e, se Sua vontade é soberana, não cabe a ninguém, nem mesmo a Vieira, questioná-la.

Mesmo assim, Vieira o faz e não tem a menor intenção de obter respostas, pois, se Deus “pudesse” dizer algo, seria prontamente impedido, já que o padre tem como prática abandonar a pergunta anterior para fazer uma nova, a exemplo dos enunciados transcritos nas páginas 181 e 182.

A cada nova pergunta, pode-se reparar que Deus se vê “obrigado” a responder e, ao mesmo tempo, “impedido” de fazê-lo, o que configura uma situação paradoxal. Deus está a todo momento (em função das perguntas) sendo “reenquadrado” dentro de um enquadre paradoxal, cuja característica primeira é a de “impedi-Lo” de sair dele.

Quental (1995), ao analisar o fenômeno da transcontextualidade, observado por Bateson (1969 apud QUENTAL, 1995), afirma que:

(...) a transcontextualidade envolve a presença simultânea e contraditória de dois contextos que, juntos, realizam o paradoxo presente no padrão comunicativo que chamamos duplo vínculo. Um desses contextos é o contexto concreto do aqui e agora (...). O outro contexto torna-se presente ao ser invocado por “mensagens que propõem contextos”, sejam elas não-verbais ou verbais. (...) (QUENTAL, 1995, p. 5)

No que se relaciona ao comportamento de Vieira, pode-se afirmar que os dois contextos são propostos pelo ato ilocucional da pergunta, do seguinte modo: o contexto “concreto do aqui e agora” é proposto pela obrigatoriedade de resposta, instituída pelas perguntas objetivas (reais) feitas pelo sacerdote; o outro contexto está entrelaçado ao primeiro e é invocado pelas mesmas perguntas ou, mais precisamente, pelo modo como são feitas, ou seja, encadeadas em uma seqüência rápida e de efeito perlocucional “atordoante” para Deus, que se vê, ao mesmo tempo, “obrigado” (pelo primeiro contexto) a

responder às perguntas e “impedido” (pelo outro contexto) de fazê-lo. Note-se que, se Deus pudesse “responder” a uma pergunta, Vieira não permitiria, pois, reafirmamos, “interrompe” a fala divina e encadeia outra pergunta. É justamente por meio dessas interrupções freqüentes, com novas perguntas, que se configura o outro contexto.

Se tomarmos por base o fragmento de Ducrot (1977) transcrito na página 183, seremos obrigados a delimitar o seu alcance, o que significa dizer que, para que essa característica da pergunta (a que obriga o ouvinte a falar) seja validada, o contexto no qual é feita deve estar muito bem especificado. Observe-se que o universo discursivo habilmente tecido por Vieira não abriga, em absoluto, tal característica, já que suas perguntas se, por um lado, “obrigam” Deus a responder, por outro, “impedem-No” de fazê-lo.

Sabe-se que o que define o ato ilocucional é o fato de sua enunciação realizar uma ação por meio da fala e, nesse sentido, sua enunciação cria uma situação nova para o interlocutor; além disso, também se sabe que, se essa enunciação veicula pressupostos, o locutor não só direciona o diálogo mas também delimita as possibilidades de fala do outro. Por conseguinte, pode-se concluir que os pressupostos veiculados pelo ato ilocucional fornecem “âncoras” ou “pontos de apoio” para o discurso subsequente do interlocutor.

Contudo, o que se nos revela na análise do discurso de Vieira é justamente o oposto, pois os pressupostos veiculados pelas suas perguntas, aliados ao enquadre paradoxal que “aprisiona” Deus, “reenquadram-No” a todo instante em *lugar nenhum*. Note-se que o que Vieira intenta fazer com Deus, através de suas perguntas, é tirar-Lhe as “âncoras”, os “pontos de apoio”, a direção da “conversa”.

O que ele faz não é “limitar” as possibilidades de fala de Deus, mas “vedar-Lhe” quaisquer possibilidades, “impedi-Lo” não só de contra-argumentar mas também e, sobretudo, de “*metacomunicar*”; enfim, “fechar” os canais de expressão (na maior parte do texto do “diálogo”) dos esquemas de conhecimento de seu interlocutor. E, ressalte-se mais uma vez, faz tudo isso por meio do ato ilocucional que predomina em todo o “diálogo”: a pergunta, cuja característica principal aqui é “retirar” de Deus a *moldura externa* (o enquadre maior) na qual está inscrito (o fato incontestado de ser onisciente e onipresente).

Para Goffman (1974, p. 83), uma “fabricação” é “(...) o esforço intencional de um ou mais indivíduos para conduzir uma atividade de modo a que uma ou mais pessoas sejam induzidas a ter uma falsa crença a respeito do que está acontecendo (...)”; o autor também nos afirma (1974, p. 107) que há “duas partes essenciais” em uma “fabricação”: “um fabricante que faz a manipulação e um ingênuo cujo mundo é fabricado e, em consequência, é desencaminhado (...)”.

Nas perguntas encadeadas expostas acima, temos Vieira como agente das “fabricações” criadas para “desencaminhar” Deus, ou seja, o sacerdote católico é o “fabricador”, ao passo que Deus é sua “vítima” (ou, se quisermos, a “pessoa” “ingênua” cujo “mundo” é “fabricado”).

Note-se que para que haja uma *fabricação* é preciso uma “vítima” e, de fato, Deus é a “vítima” dessa estrutura de participação, a partir do momento em que “não comunga” (e nem poderia) dos pressupostos implícitos no discurso de Vieira. Acrescente-se que tal situação responde pela forte relação complementar que há nesse estranho dueto: de um lado, em posição nitidamente “inferior”, está Deus; de outro, o sacerdote com seu discurso paradoxal a enquadrá-Lo em

situações “insustentáveis”, “bloquear” Suas “metacomunicações” e “impedi-Lo” de eximir-se incólume de tais situações.

Sobre o modelo de discurso de Schiffrin, Quental (1991, p. 96) afirma que:

(...) além de se relacionarem uns com os outros, os participantes se relacionam com o que é dito ou feito – com seus enunciados, proposições, atos de fala e turnos, que penso vêm a ser extensões de si mesmos. Ou seja, na interação face a face estamos sempre nos orientando ou alinhando em relação aos interlocutores e ao discurso.

Observa-se, nas perguntas transcritas nas páginas 181 e 182, que Vieira se mostra perfeitamente alinhado com cada enunciado que dirige a Deus, pois cada um deles está sempre voltado para o mesmo objetivo, qual seja o de “desorientar” Deus “em relação aos interlocutores e ao discurso”.

4.2.3 Parte III

Não restam dúvidas de que o léxico que utilizamos e as escolhas que fazemos respondem, em grande parte, pela direção argumentativa que damos à conversa e também ao texto escrito. Na verdade, podemos afirmar que o léxico é um dos recursos que vai *marcando, pontuando*, fornecendo pistas ao nosso interlocutor [ou leitor] para que ele possa perceber o rumo a ser seguido pelo diálogo que então se desenrola.

Eis as definições de *arrepender-se, arrependido e arrependimento*:

arrepender

- verbo

intransitivo e pronominal

1 lamentar o mal cometido; sofrer pela falta praticada

Ex.: <ele arrependeu e encontrou a paz> <arrepedia-se de ter roubado>

pronominal

2 retroceder com relação a atitude(s) ou compromisso(s) tomados

Ex.: arrependeu-se de ter votado no candidato populista

pronominal

3 lamentar ato ou procedimento do passado

Ex.: casou muito cedo e se arrependeu

arrependido

- adjetivo e substantivo masculino

que ou aquele que se arrependeu; compungido, penitente

arrependimento

- substantivo masculino

ato ou efeito de arrepender-se

1 pesar ou lamentação pelo mal cometido; compunção, contrição

Ex.: foi grande o a. do assassino

2 negação ou desistência de algo feito ou pensado em tempos passados

Ex.: o a. de ter estudado medicina

(...)

3 Rubrica: religião.

no judaísmo e no cristianismo, ato central da virtude religiosa que consiste em um sentimento de rejeição sincera, por parte do pecador, ao seu comportamento pregresso, e que resulta na intenção de um retorno contrito à lei moral

Essas definições, de um modo geral, revelam um traço comum, qual seja: para que alguém se arrependa, é preciso que haja uma falta, um erro cometido e o conseqüente lamento sincero pelo mau proceder.

Interessa-nos, particularmente, a acepção 3 do verbete *arrependimento*, uma vez que, sob a rubrica da religião, inscreve no mesmo campo semântico *arrependimento* e *pecador*, o que justifica as definições dos verbetes *pecado* e *pecador*:

pecado

- substantivo masculino
- 1** violação de um preceito religioso
- 2** Derivação: por extensão de sentido.
desobediência a qualquer norma ou preceito; falta, erro
Ex.: <p. juvenis> <trabalhar muito não é p.>
- 3** ação má; crueldade, perversidade
Ex.: é um p. acordá-lo tão cedo
- 4** o que merece ser lastimado; pena, tristeza
Ex.: é um p. que você não possa ficar para o jantar
- 5** estado em que se encontra alguém que cometeu um pecado (acp.1)
Ex.: aquela mulher vive em p.

pecador

- adjetivo e substantivo masculino
- 1** que ou o que comete pecado(s); pecante
- 2** que ou o que possui defeitos, vícios; pecante
- 3** que ou o que confessa os pecados; penitente que ou aquele que atentou contra a castidade

São Paulo, mencionado por Vieira, afirma-nos que Deus não se arrepende do que dá aos Seus filhos. Convenhamos que nem poderia, já que o arrependimento pressupõe erros perpetrados contra alguém e, como já sabemos, Deus não erra.

Mesmo assim, para o sacerdote, o Pai é um pecador e, como tal, comete “pecados”; se comete “pecados”, então se

afasta dos preceitos religiosos, segundo a acepção 1 do verbete *pecado*; contudo, tais preceitos foram criados por Deus; temos, portanto, que Ele viola os próprios princípios.

Há muitos desdobramentos a partir desse ponto. Se Deus viola Suas próprias leis, isto significa que essas leis têm lacunas; se elas têm lacunas, então não são perfeitas. Como um ser perfeito não pode elaborar leis morais imperfeitas, pois isto fere a lógica, então esse ser está longe de ser perfeito; e se não alcançou ainda a perfeição, então se iguala ao homem, ser imperfeito por natureza. Ao igualar-se ao homem, fica mais próximo deste e o processo de identificação cria laços mais fortes.

Note-se que, ao aproximar Deus do homem, Vieira utiliza uma estratégia de persuasão muito mais baseada na emoção do que na razão. Afinal, um ser perfeito e, portanto, inatingível está demasiadamente distante dos simples mortais; é preciso, então, que haja uma identificação positiva – estabelecimento de semelhanças – entre os interlocutores para que um possa persuadir o outro.

Nesse caso, é preciso ter uma certa cautela. Um ser imperfeito não tem autoridade moral nem credibilidade, mesmo que tenha legitimidade para participar do jogo discursivo. Então é preciso que haja perfeição, ou seja, é necessário que a virtude se revele em grau máximo. Todavia, Deus é um pecador que se arrepende, mesmo que tardiamente, o que é ainda pior, pois a demora em arrepender-se revela inferioridade moral.

Acrescente-se, ainda consoante as definições dadas acima, que Deus, assim como qualquer mortal, erra devido aos vícios e defeitos que impregnam sua individualidade. Desse

modo, chegamos à conclusão de que até mesmo Deus é um *herege*.

Observemos as definições abaixo:

heresia

- substantivo feminino

1 interpretação, doutrina ou sistema teológico rejeitado como falso pela Igreja
2 teoria, idéia, prática etc. que nega ou contraria a doutrina estabelecida (por um grupo)
3 ação, dito ou atitude que desrespeita a religião
4 Derivação: por extensão de sentido, sentido figurado.
contra-senso, opinião absurda; disparate, despautério, tolice
Ex.: uma h. científica

herege

- adjetivo e substantivo de dois gêneros

1 que ou quem professa uma heresia; que ou quem professa doutrina contrária ao que foi estabelecido pela Igreja como dogma
1.1 diz-se de ou cristão católico que, de forma tenaz, nega ou põe em dúvida verdades da fé católica
2 Derivação: por extensão de sentido.
que ou quem adota ou sustenta idéias, opiniões, doutrinas etc. contrárias às admitidas (por um grupo)
3 Derivação: por extensão de sentido.
que ou aquele que não tem fé religiosa ou não tem respeito ou deferência para com as crenças religiosas alheias; ímpio, ateu, incrédulo

Apesar de termos chegado a uma conclusão impensável e inadmissível, a análise dos verbetes *heresia* e *herege* revelamos que as informações pressupostas contidas no discurso de Vieira conduzem a esse absurdo lógico, pois urge que os portugueses lavem as mãos no sangue dos holandeses sob o aval divino!

Como sabemos, “amar o próximo como a si mesmo” é uma das leis morais do Cristo, filho de Deus. Segundo essa lei, portugueses, holandeses, brasileiros, franceses, ingleses, enfim, todas as outras nações que povoam a Terra representam a pessoa do próximo e, note-se, esse “próximo” é um anônimo. A lei não diz que devemos “amar os *portugueses* como a nós mesmos”; desse modo, os holandeses devem ser tão credores do nosso amor quanto os portugueses.

Ao exigir de Deus a derrocada dos rivais holandeses para favorecer o “povo eleito”, Vieira exige que Ele viole uma das leis morais que Seu divino filho nos legou e, portanto, exige que Deus seja um herege; contudo, pela lógica, o Pai deveria então proteger os holandeses, já que estes também são “hereges”.

Na verdade, se a invasão holandesa tinge de sangue a nação brasileira e desonra o nome de Deus, o discurso de Vieira traz embutidos os mesmos erros do inimigo. Mas não é só. O seu discurso pretende que Deus seja, ao mesmo tempo, perfeito e imperfeito.

Perfeito porque, se assim não for, não terá autoridade moral para estimular a reação brasileira; imperfeito porque, desse modo, aproxima-se do auditório real e facilita o processo de identificação, que precede o ato da persuasão. Todavia, sabemos que todo esse discurso são palavras vãs. Lembremos de que a fonte primária, a origem da roda argumentativa é Deus, um “ser” perfeito e imaterial, a que Vieira atribui, implicitamente, graves imperfeições humanas que compõem sua estratégia argumentativa.

O discurso dominante é a palavra de Deus. Um Deus rancoroso, vingativo, enfurecido e dissimulado, ou seja, um “ser” cujas torpezas se evidenciam por meio de Seus atos, um

“ser” que se compraz da desolação que envia àqueles que Lhe desobedecem.

Esse ser assustador impõe-se pelo temor, pela dor que pode provocar em qualquer lugar e a qualquer tempo, desde que contrariado. É a esse Deus que Vieira se dirige para, através dele, concitar brasileiros e portugueses a se prepararem para uma possível luta contra os holandeses e para beneficiar os exploradores portugueses.

Segundo Aristóteles (1356a apud AUCHLIN, 2001, p. 5):

Nós persuadimos pelo caráter (ethos), quando o discurso consegue tornar o orador digno de fé, porque as pessoas honestas nos inspiram maior e instantânea confiança sobre todas as questões em geral, e inteira confiança sobre estas que não comportam nenhuma certeza, e dão lugar à dúvida. Mas é preciso que essa confiança seja o efeito do discurso, não de uma idéia preconcebida sobre o caráter do orador.

Os inúmeros predicados de Vieira autorizavam-no a tomar a palavra para fascinar os ouvintes e inspirar-lhes a confiança necessária em seu discurso. Certamente que um homem que ousava enfrentar a fúria divina *devia* ter autoridade moral suficiente para se fazer ouvir pelo auditório.

Envolvente e carismático, Vieira pregava com fins utilitários muito bem definidos. No seu famoso discurso, os argumentos autoritários pseudológicos passavam despercebidos, eram dissimulados, tanto que usava o nome de Deus para impor o respeito através do medo em vez de fazê-lo por meio do amor. No contexto do sermão, Deus era muito mais temido que amado, afinal, como podemos amar aquilo que nos atemoriza?

A prudência aponta um único caminho: estar ao lado dos portugueses, afinal, trata-se do povo eleito de Deus. Todavia,

os argumentos de Vieira não resistiriam a uma análise mais acurada; é possível, por exemplo, considerar Deus um ser superior quando suas ignomínias são tão evidentes? Claro está que as “ignomínias” não são do Criador, mas de Vieira.

Lemos em Abreu (2004, p. 71-72, grifos nossos):

Vimos, há pouco, que persuadir é conseguir que as pessoas façam alguma coisa que queremos. Vimos, também, que isso só se torna possível, quando conseguimos gerenciar de maneira positiva nosso relacionamento com o outro. E como se faz isso? Procurando saber, em primeiro lugar, O QUE O OUTRO TEM A GANHAR, fazendo o que queremos. Trata-se de uma tarefa um pouco difícil, de início, pois, na sociedade em que vivemos, o senso comum nos diz que o importante é ver sempre o que nós temos a ganhar, mesmo em prejuízo do outro.

O autor ainda acrescenta que:

Aquilo que queremos, portanto, deve ficar em segundo plano. Somente quando tivermos certeza de que o outro ganha, é que devemos nos preocupar com aquilo que desejamos. (...)

É preciso, então, não permitir que o amor exagerado por si mesmo e o despeito triunfem em detrimento dos interesses do outro:

A primeira lição de persuasão que temos a aprender, então, é educar nossa sensibilidade para os valores do outro. Se não formos capazes de saber quais são esses valores, de nos tornarmos sensíveis a eles, seremos incapazes de persuadir. *É preciso, contudo, que se trate de valores éticos.* Diante de membros da Ku Klux Klan, seria persuasivo fazer coro com seus desejos de eliminar os negros. Mas seria ético? Diante de neonazistas, seria persuasivo concordar com seus desejos de eliminar os judeus. Mas seria ético?

Em relação a Deus, seguramente podemos afirmar que Vieira, ao referir-se à honra e à glória divinas com o objetivo explícito de obter o beneplácito dos céus para os seus propósitos, não estava pensando nos “interesses” do Pai e, supondo-se, por hipótese, que estivesse, convenhamos que Deus não necessita que Vieira – ou qualquer pessoa – esteja “preocupado” com os Seus interesses (e o sacerdote sabia disso).

Em relação aos receptores reais do discurso – os brasileiros nascidos no Brasil, os colonos portugueses e o corpo de milícias que defendia a Bahia de todos os Santos –, seria uma temeridade afirmar que Vieira estivesse sobretudo “preocupado” com o que essas pessoas teriam a ganhar caso os holandeses fossem expulsos do Brasil.

Naturalmente que também não se pode afirmar que ele não se importava com elas; contudo, o interesse predominante, naquele contexto, era o povo português – a começar pelo próprio nome do sermão – Pelo bom sucesso das *armas de Portugal* – e não, *do Brasil*. O conteúdo do sermão comprova a prioridade de Vieira e a própria História do Brasil – caracterizada por séculos de exploração colonial – revela-nos, sem subterfúgios, a dominação degradante que Portugal exerceu sobre as terras brasileiras.

Não restam dúvidas de que a preocupação de Vieira eram os portugueses e, para defendê-los e lutar por seus interesses, não hesitou em tripudiar sobre a ética, pois, se os membros da Ku Klux Klan odiassem os holandeses, Vieira não só faria coro junto a eles mas também lhes entregaria toda a Holanda se pudesse. No seu discurso, os valores éticos não encontram lugar; “convencer” não é “vencer com o outro”, mas *vencer o outro*, não importa o preço a ser pago.

Há que se notar, contudo, que, mesmo não tendo aprendido “a primeira lição de persuasão”, Vieira aprendeu-a – só que na contramão. O sacerdote não aprendeu porque não pôs em primeiro plano os interesses do interlocutor – *mas deu a entender que pôs*, pois somente assim poderia persuadi-lo.

Sabemos que convencer não é o mesmo que persuadir; enquanto este está relacionado à emoção, aquele está relacionado à razão; se os argumentos de Vieira são pseudológicos, não podemos afirmar que ele consegue convencer o auditório; na verdade, não consegue. O sumo sacerdote não convence: persuade, joga com o emocional e joga muito bem.

Se Deus não fizer o que Vieira quer, Ele tornar-se-á um “vilão” perante os olhos dos fiéis, Sua glória será diminuída e Sua honra maculada. Tal como no jogo de xadrez, não há “saída” para Deus: Ele está enquadrado em um paradoxo, pois, se não agir em conformidade com os desejos do sacerdote, será um “ser” indigno; todavia, mais indigno e abjeto será se atender aos desejos do sacerdote, uma vez que seus propósitos em relação aos holandeses não são nada lisonjeiros.

Em nenhuma situação a ética está sendo considerada, mas tão-somente o ato de persuasão através das emoções exacerbadas. Mesmo assim, ainda que os valores morais de honestidade estejam sendo ignorados, ninguém haverá de contestar, pois Vieira é um mestre com as palavras; falta de ética, falácias, injustiças, egoísmo, interesses espúrios, enfim, tudo o que não é “politicamente correto” permanece no olvido, à sombra da magia e do encantamento das suas palavras. E, naturalmente, o poder da palavra empregada sob o calor de uma emoção intensa não era desconhecido do sacerdote; “ingenuidade” é uma palavra que jamais comungou do mesmo

campo semântico de Vieira e tampouco figurava em seu dicionário.

O próprio temor a Deus é fruto da emoção descontrolada e não resiste a uma análise racional por parte daquele que teme, pois como temer aquele que é todo-justiça, amor e bondade?

Como temer aquele que, por amor à humanidade, segundo as Sagradas Escrituras, enviou o próprio Filho para ser imolado? A razão afirma-nos que o sentimento de medo não é lógico e sequer é apropriado para referirmo-nos a Deus; apesar disso, Vieira assim não crê e, se o faz, dissimula o que sente, pois, se agir de modo diferente – ou, quem sabe, *transparente* –, faltar-lhe-ão até mesmo os argumentos pseudológicos que tanto preza.

Vieira, no prosseguimento de sua argumentação, cita o discurso dos egípcios e expressa seu receio de que não falem os maldizentes para lançar-Lhe no rosto [de Deus] o mesmo que disseram os egípcios, que Deus *habilmente tirou os hebreus do Egito para matá-los nos montes e para destruí-los da face da terra (...)*, que todos os reinos e domínios que receberam das generosas mãos divinas não foram uma demonstração de *liberalidade*, mas, sim, de *cautela* e *dissimulação* da própria *ira*, que a intenção divina era, estando os hebreus longe do Egito, *matá-los, destruí-los*, enfim, *acabar “de todo”*, inteiramente, com eles, exterminá-los.

É de se notar que Vieira entretece um campo semântico ao redor do divino Pastor verdadeiramente *horribile dictu* [horrível de proferir-se]. Separemos, primeiramente, as palavras utilizadas pelo sacerdote: *liberalidade*, *cautela*, *dissimulação*, *ira*, *matar*, *destruir*, *acabar*. Seguem suas definições para que possamos estabelecer as devidas inter-relações no contexto que estamos considerando:

liberalidade

- substantivo feminino

1 qualidade ou condição de liberal ('generoso, pródigo'); disposição daquele que, em seus atos ou em suas intenções, dá o que não tem obrigação de dar e sem esperanças de receber nada em troca (...)

4 atitude daquele que, por suas idéias ou por seus atos, demonstra largueza de espírito (...)

cautela

- substantivo feminino

1 precaução para evitar dano, transtorno ou perigo; cuidado, prudência

2 ato ou efeito de acautelar-se; acautelamento

(...)

8 Regionalismo: Portugal. Diacronismo: antigo.
precaução com astúcia ou fraude; ardil

dissimulação

- substantivo feminino

1 ação ou resultado de dissimular(-se)

2 ocultação, por um indivíduo, de suas verdadeiras intenções e sentimentos; hipocrisia, fingimento

Sinônimos / Variantes:

aspecto, contra-sinal, disfarce, dissímulo, embuço, encobrimento, escondedura, espécie, fucos, impostura, imposturia, jesuitismo, malícia, ocultação, palição, paliativo, simulação, simulacro, socapa; ver tb. sinonímia de *ardil* e *fingimento*

ira

- substantivo feminino

1 intenso sentimento de ódio, de rancor, ger. dirigido a uma ou mais pessoas em razão de alguma ofensa, insulto etc., ou rancor generalizado em função de alguma situação injuriante; fúria, cólera, indignação

2 Derivação: por metonímia.

a manifestação desse sentimento

3 Derivação: por extensão de sentido.

vingança, punição

Ex.: atrair a i. divina

Sinônimos / Variantes:

ver sinonímia de *fúria*

matar

- verbo

transitivo direto e intransitivo

1 tirar a vida de (alguém) intencionalmente; assassinar

Ex.: <m. alguém com um tiro> <não matarás, diz um dos mandamentos de Deus>

transitivo direto e intransitivo

2 contribuir para que (alguém ou algo) morra; levar à morte; extinguir

Ex.: <a fome mata milhares de pessoas por ano> <uma doença que não mata>

pronominal

(...)

Sinônimos / Variantes:

abater, afogar, arcabuzar, assassinar, aviar, ceifar, decapitar, defuntar, degolar, dizimar, eletrocutar, empandeirar, escochar, escochinar, esfriar, espingardear, esquarterar, estrangular, exterminar, fulminar, fuzilar, rapar, sacrificar, sufocar, trucidar, vindimar, vitimar; ver tb. sinonímia de *assolar, eliminar e encaçapar*

destruir

- verbo (...)

transitivo direto e pronominal

2 causar a morte de (alguém, algo ou de si próprio); matar(-se), eliminar(-se), exterminar(-se)

Ex.: <a poluição do mar destrói a fauna e a flora marinhas> <bebe tanto que acaba por d.-se>

transitivo direto

3 desbaratar (esp. unidade militar); destroçar, devastar

Ex.: a artilharia inimiga destruiu a frota (...)

transitivo direto e intransitivo

6 Derivação: sentido figurado.

produzir efeito negativo sobre (algo); reduzir a nada

Ex.: <aquela triste incidente destruiu sua imagem> <sua crítica jamais constrói, só destrói> transitivo direto e intransitivo (...)

Sinônimos / Variantes:

ver sinonímia de *assolar*, *dilapidar* e *organizar*

acabar

▪ verbo

transitivo direto, transitivo indireto, intransitivo e pronominal

1 levar a cabo, chegar ao fim; terminar

Ex.: <vou a. esse trabalho> <o policial acabou com a confusão> <a festa acabou> <acabou-se o que era doce>

transitivo indireto

2 dar cabo de, dar fim a; destruir, matar

Ex.: o inseticida acabou com as baratas

(...)

8 desfavorecer, prejudicar; arruinar

Ex.: <aquilo acabou com sua carreira> <a decepção acabou com a vida dela>

(...)

transitivo indireto, intransitivo e pronominal

10 causar ou sofrer dano (à saúde); consumir(-se), esgotar(-se), exaurir(-se)

Ex.: <subir as escadas acabou comigo> <minhas forças acabaram> <nossas reservas acabaram-se>

(...)

Sinônimos / Variantes:

ver sinonímia de *aperfeiçoar, assolar, concluir, morrer e redundar*

Segundo Vieira, os hebreus receberam muito de Deus; contudo, tal não aconteceu em virtude da “liberalidade” do divino Pastor, ao contrário, o Pai não estava, naquela ocasião, imbuído de sentimentos que possamos chamar de “nobres”, conforme o jesuíta. Desse modo, se tomarmos por base a acepção 4 do verbete *liberalidade*, podemos seguramente afirmar que Deus não demonstrou *largueza de espírito* e, se não o fez, é porque não devia possuí-la. Na verdade, não possuía mesmo, pois Vieira afirma que Deus agiu de modo a demonstrar cautela e dissimular a própria ira.

Ou seja, estamos falando de um Deus que desconhecia a *disposição daquele que, em seus atos ou em suas intenções, dá o que não tem obrigação de dar e sem esperanças de receber*

nada em troca! Parece que esse Deus não é aquele que aprendemos a conhecer e amar como todo-bondade, como aquele que afirmou que devíamos amar o nosso próximo como a nós mesmos.

Todavia, Deus é único. Vivemos em uma cultura monoteísta (como a de Vieira); logo, podemos presumir que Deus era o mesmo, mas o padre o “pintou” com as cores dos charcos e dos lodaçais – e tudo para atender aos próprios interesses: reincorporar as terras brasileiras ao domínio português. Os brasileiros não passavam de meros “joguetes” nas mãos dos estrangeiros, afinal, que diferença fazia a dominação de Portugal ou a de Holanda? Nenhum dos dois países demonstrou qualquer interesse genuíno pelo desenvolvimento do Brasil, que era visto tão-somente como colônia de exploração.

Para Vieira, Deus não agia espontaneamente, mas com outras intenções, afinal, Ele precisava ter cautela e dissimular a própria ira. A acepção 8 do verbete *cautela* seria a mais apropriada para a atitude divina, pois não se trata de *cautela*, segundo a acepção 1, por exemplo, em que o ato de acautelar-se se deve ao cuidado e à prudência para que nada de ruim que possa prejudicar a si mesmo ou a outrem venha a suceder; não, não é essa a preocupação divina; ao contrário, o que o divino Pastor deseja é justamente prejudicar os hebreus – e também os portugueses, na concepção de Vieira.

A acepção 8 do verbete *cautela* fala em *precaução com astúcia ou fraude; ardil*; naturalmente, tal acepção é a mais apropriada para designar o comportamento de Deus, já que a intenção d’Ele foi justamente a de usar de astúcia para não revelar nem sua ira – e assim *cautela* e *dissimulação* aproximam-se para integrar o mesmo campo associativo – nem seus planos futuros de arrasar os hebreus, pois a cautela divina

foi um dos meios utilizados para “contentar” os hebreus para, em seguida, “puxar-lhes o tapete” – *tudo isto em uma trama muito bem urdida por Deus.*

Realmente, não se pode negar que os “predicados” do Pai, atribuídos pelo *fiel sacerdote e defensor da Sua honra e da Sua glória* – Vieira –, não eram nada lisonjeiros, mas, sim, no mínimo, degradantes. Um breve olhar na seção “Sinônimos / Variantes” do verbete *dissimulação* deixar-nos-á estarrecidos; não bastam as acepções apropriadas para designar pessoas desqualificadas: as palavras sinônimas apresentam aos nossos olhos um verdadeiro desfile de características torpes, vis e ignóbeis – *talvez nem mesmo o próprio Satanás as tivesse!*

Para Vieira, Deus era um representante legítimo do mal, pois era dissimulado e possuía a frieza necessária para esperar o momento certo de agir – fato que, por associação, acrescenta mais um atributo aos já arrolados para caracterizar a “personalidade” e o “caráter” – *ou a falta dele* – divinos: a figura do oportunista, mas não *oportunista* no sentido de aproveitar as oportunidades, até porque tal sentido, em nossa cultura, vigora apenas no papel. Sabemos que o uso pejorativo da palavra *oportunista* há muito “rebaixou” o *status* das demais acepções para tornar-se único e inconfundível.

Eis a definição de *oportunista*:

oportunista

- adjetivo e substantivo de dois gêneros
- 1 relativo a ou partidário do oportunismo
- 2 que ou quem aproveita as oportunidades
- 2.1 Uso: pejorativo.
que ou quem se aproveita dos outros ou que tira, sempre que possível, vantagens pessoais de situações
- adjetivo

É lógico afirmar que, se Deus necessita acautelar-se e dissimular sua ira para arrasar os hebreus, após tê-los beneficiado, então é porque está “aguardando” a melhor oportunidade para destruí-los e “aproveitando-se” da ingenuidade daquele povo, já que este cria no divino Pastor, que com tantos reinos e domínios os presenteara.

Na seção “Sinônimos / Variantes” do verbete *dissimulação*, figura a palavra *impostura* – o que é muito grave, sobretudo, se tais vocábulos se referem a Deus. Naturalmente que Vieira não fez uso da palavra *impostura* para designar o Pai – até porque seria um erro estratégico de argumentação. Contudo, sabemos que as palavras associam-se entre si, criam campos semânticos, sofrem reduções e extensões de sentido de acordo com as necessidades ditadas pelo uso que delas faz uma determinada comunidade lingüística. Desse modo, cremos lógico afirmar que *dissimulação* e *impostura* estão no mesmo campo semântico – até porque, são consideradas sinônimas, afinal, o sujeito que dissimula não é sincero e o impostor – o próprio nome já nos informa – é ainda mais falso, uma vez que se faz passar por quem não é. E se analisarmos com cuidado, veremos que, de fato, *Deus é um impostor* – segundo as entrelinhas do discurso de Vieira.

Eis a definição do verbete *impostura*:

impostura

▪ substantivo feminino

ação de impostor

1 artifício que consiste em apresentar-se com identidade, títulos ou personalidade que não são os seus próprios, com o propósito de enganar

2 Derivação: por extensão de sentido.

mentira ardilosa; logro, fraude, embuste, imposturia

3 Derivação: por extensão de sentido.

característica do que é hipócrita; falsidade, hipocrisia, fingimento

(...)

Sinônimos / Variantes:

ver sinonímia de *ardil* e *dissimulação*

Deus apresenta-se com algo que não é genuinamente seu: a personalidade. Ele não é o que aparenta ser – e, acrescente-se, não se trata de um traço fugaz de personalidade, pois a história dos hebreus repetir-se-á séculos depois, sendo que, desta vez, a “grande vítima” é o povo português – e se o divino Pastor é capaz de fazer todas essas “maldades” com o povo eleito de seu coração, o que não será capaz de fazer com os demais povos? Há que se considerar ainda que com todos esses “predicados” não se pode dizer que Deus seja *confiável*. Então, por que será que Vieira *perde seu tempo* para pedir coisas a Deus?

Há inúmeros fatores que precisamos considerar; primeiramente, já sabemos que Deus não “responderá” a Vieira – pelo menos, não na forma convencional de se dar uma resposta; contudo, nada impede que *o receptor real do discurso* efetivamente responda, afinal, o que está em jogo é a honra e a glória divinas. Um segundo fator a considerar é – paradoxalmente – a estranheza do pedido encaminhado por Vieira, pois, se for atendido, fará que Deus, de qualquer modo, perca Sua honra e Sua glória, já que Ele estará “pecando” por parcialidade.

Ao analisarmos o verbete *ira*, entretanto, percebemos que “parcialidade” é um “pecado” até suave que Deus comete se comparado à ira divina, até porque ela está dissimulada, segundo Vieira. A acepção 3 do verbete (*vingança, punição*) já nos mostra que o termo *ira* tem uma carga semântica mais forte, é mais intenso (COLLINSON apud ULLMANN, 1964, p. 294-295) do que *raiva*, por exemplo, senão vejamos:

raiva

▪ substantivo feminino

1 (...) **2** acesso de fúria; arrebatamento violento; cólera, ira

Ex.: tremia e gritava de r.

3 sentimento de irritação, agressividade, rancor e/ou frustração, motivados por aborrecimento, injustiça ou rejeição sofridas etc.

4 aversão em relação a algo ou alguém; horror, ojeriza

Ex.: <tomou r. de viajar> <começou a ter r. do homem que a assediava>
(...)

Sinônimos / Variantes:

ver sinonímia de *fúria* e *repulsão*

Como *ira* e *raiva* remetem a *fúria*, interessa-nos também esse verbete:

fúria

▪ substantivo feminino

1 exaltação de ânimo; delírio que se manifesta por ações violentas; ira, raiva, cólera

Ex.: a f. do titã Adamastor

2 estado de arrebatamento, paixão e riqueza criativa; delírio, estro, inspiração, sanha

Ex.: em *Vozes d'África*, Castro Alves mostra sua f.

3 (...)

4 procedimento precipitado, sem consideração por conseqüências

Ex.: a juventude arrebatava-se por f. impossíveis

4.1 ação que resulta de força; potência, poderio, sanha

Ex.: <a f. das ondas> <as forças inimigas atacaram com toda a f.>

5 Derivação: por analogia.

peessoa fora de si, esp. mulher, cheia de raiva, furiosa

Ex.: ele ficou uma f. ao saber do noivado da filha

(...)

Sinônimos / Variantes:

como s.f.: agastamento, arrenegação, arrenego, assanhamento, assanho, ataraú, atrabile, atrábilis, braveza, breca, cólera, danação, denodo, desesperação, enfurecimento, enfuriação, enfuriamento, enraivecimento, escandescência, exuberância, fereza, feridade, ferócia, ferocidade, força, frenesi, frenesim, furor, gana, grima, ímpeto, impetuosidade, indignação, intensidade, ira, iracúndia, irritação, ódio, pressão, rabidez, raiva, rancor, rangomela, rebentina, reixa, sanha, selvageria, veemência, violência, zanga; ver tb. sinonímia de *impulso*

Ira, *raiva* e *fúria* pertencem ao mesmo campo semântico e são considerados termos quase-sinônimos; todavia, há diferenças entre eles, sendo algumas sutis e outras nem tanto. De qualquer modo, mesmo que *raiva* e *ira* remetam a *fúria*, parece claro, se considerarmos as definições acima, que a *raiva* é um sentimento humano, digamos, mais “suave” que a *ira*, uma vez que esta implica vingança enquanto aquela não necessariamente o faz.

A fúria, por seu turno, também não implica vingança; assim, dos três termos, Vieira escolheu o pior para referir-se a Deus; pior por sua relação com a vingança, já que o ato de vingar-se de alguém só pode ser consumado em prejuízo do outro. Aquele que pretende vingar-se não pode fazê-lo se não lesar o outro. Segue a definição de *vingança*:

vingança

- substantivo feminino

ato ou efeito de vingar(-se)

1 ato lesivo, praticado em nome próprio ou alheio, por alguém que foi real ou presumidamente ofendido ou lesado, em represália contra aquele que é ou seria o causador desse dano; desforra, vindita (...)

2 qualquer coisa que castiga; castigo, pena, punição

Ex.: seria esta doença uma v. por suas crueldades

Sinônimos / Variantes:

desforço, desforra, desforro, despique, represália, retaliação, revindita, saldo, vendeta, vindita; (cog.) vingação

Note-se que aquele que sente raiva do outro não irá necessariamente prejudicar esse outro ou causar-lhe algum dano; sendo assim, podemos pressupor que a raiva é um sentimento susceptível de autocontrole e isto quer dizer que o sujeito que sente raiva pode ser uma pessoa equilibrada e comedida.

Não podemos afirmar o mesmo daquele que se deixa dominar pela ira, pois, estando *ira* e *vingança* no mesmo campo semântico, necessariamente estará presente o descontrole emocional, descontrole esse tão intenso que chega a lesar o outro; no contexto que estamos analisando, esse “outro” são os hebreus, que serão efetivamente lesados pela ira divina. Temos, portanto, por associação de campos semânticos, mais um “atributo” com que brindar Deus, qual seja o de

“desequilibrado” e ressalte-se que os próximos três verbetes *coroam o descontrole emocional divino*, afinal, o que pode ser mais danoso para o outro que matá-lo, destruí-lo e acabar com os seus sonhos e as suas esperanças? Uma vez mais, ao referirem-se aos atos divinos, as escolhas lexicais do padre vão esculpindo nas entrelinhas uma imagem surrealista de Deus.

Em um tal contexto, falar, por exemplo, de “perdão” chega a ser uma heresia. Recordemos as palavras da Bíblia:

Felizes os misericordiosos, porque alcançarão misericórdia. (S. MATEUS, cap. 5, v. 7) (BÍBLIA de Jerusalém, 2003, p. 1710)

Pois, se perdoardes aos homens os seus delitos, também vosso Pai celeste vos perdoará; mas se não perdoardes aos homens, vosso Pai também não perdoará vossos delitos. (S. MATEUS, cap. 6, v. 14 -15) (BÍBLIA de Jerusalém, 2003, p. 1714)

Se contra o teu irmão pecar, vai corrigi-lo a sós. Se ele te ouvir, ganhaste o teu irmão. – Então Pedro chegando-se a ele, perguntou-lhe: “Senhor, quantas vezes devo perdoar ao irmão que pecar contra mim? Até sete vezes?” Jesus respondeu-lhe: “Não te digo até sete, mas até setenta vezes sete.” (S. MATEUS, cap. 18, v. 15, 21-22) (BÍBLIA de Jerusalém, 2003, p. 1737)

Sabemos que as Sagradas Escrituras expressam-se predominantemente por meio de alegorias, de modo que perdoar “setenta vezes sete vezes” é uma fala que não pode ser interpretada literalmente, até porque ninguém vai se dar o trabalho de contar o número de perdões que irá ofertar a outrem até chegar ao número quatrocentos e noventa. Contudo, suponhamos a hipótese absurda de que uma determinada pessoa tenha resolvido fazer esse cálculo; convenhamos que, pior do que fazer a conta, é pressupor que uma única pessoa

tenha conseguido, sozinha, cometer quatrocentos e noventa erros com outra, sendo essa outra não dez ou vinte pessoas diferentes, mas *a mesma pessoa*; tal hipótese chega a ser surrealista, além de desconsiderar completamente a simples idéia de que um homem é capaz de aprender com seus próprios erros sem precisar chegar a cometer *com a mesma pessoa* um número de erros que se opõe à razão e ao bom senso.

Naturalmente que, ao dizer que uma pessoa deve perdoar ao seu irmão “setenta vezes sete vezes”, Jesus quis com isso nos mostrar que o perdão deve ser infinito; entretanto, o perdão de um homem para seu irmão *é condição* para que esse mesmo homem seja brindado com o perdão do Pai para seus erros (cf. “o paradoxo do perdão”, p. 228-231).

Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço. O Filho fala a voz do Pai, mas o próprio Pai não segue os ensinamentos que transmitiu ao Filho, afinal, Deus, lembremo-nos, dissimula a sua ira para poder vingar-se do povo hebreu. Nesse caso, então, Deus não perdoou aos hebreus, ao contrário, pois, além de não ter perdoado, ainda cultivou Sua vingança secreta por meio da dissimulação. E se o próprio Deus não “dá” o exemplo, como crer em Suas palavras? Levar a análise por esse caminho nos conduz a interpretações que não são condizentes com a realidade; contudo, é o que se pode depreender do discurso de Vieira, cujas palavras esculpem nas entrelinhas uma imagem de Deus verdadeiramente degradante e indigna.

Segue que, se Deus não segue os próprios ensinamentos, julgamos lógico afirmar novamente que Ele tem “dois pesos e duas medidas”, pois ensina a perdoar, mas não perdoa; ensina a ser misericordioso, mas não tem misericórdia; diante disso, também seria lógico afirmar que Deus “mente”, já que Suas palavras sem o exemplo que dignifica não passam de palavras vãs e mentirosas; mais uma vez aqui a roda argumentativa

revela-se, pois, já vimos anteriormente, um Deus justo e bom não pode ter “dois pesos e duas medidas” e tampouco ser “mentiroso”.

Apreciaremos agora os verbos *matar*, *destruir* e *acabar* nesse contexto; antes, porém, observemos o que nos dizem as Sagradas Escrituras:

Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas. Não vim revogá-los, mas dar-lhes pleno cumprimento, porque em verdade vos digo que, até que passem o céu e a terra, não será omitido nem um só i, uma só vírgula da Lei, sem que tudo seja realizado. (S. MATEUS, cap. 5, v. 17-18) (BÍBLIA de Jerusalém, 2003, p. 1711)

Não julgueis que vim abolir a lei ou os profetas. Não vim para os abolir, mas sim para levá-los à perfeição. Pois em verdade vos digo: passará o céu e a terra, antes que desapareça um jota, um traço da lei. (S. MATEUS, cap. 5, v. 17-18) († CASTRO, Frei João José Pedreira de; O. F. M. †, 2002, p. 1288)

Convém ainda recordarmos os Dez Mandamentos de Deus:

I. (...) Eu sou Iahweh teu Deus que te fez sair da terra do Egito, da casa da escravidão. Não terás outros deuses diante de mim. Não farás para ti imagem esculpida de nada que se assemelhe ao que existe lá em cima nos céus, ou embaixo na terra, ou nas águas que estão debaixo da terra. Não te prostrarás diante desses deuses e não os servirás, porque eu, Iahweh teu Deus, sou um Deus ciumento, que puno a iniquidade dos pais sobre os filhos até a terceira e a quarta geração dos que me odeiam, mas que também ajo com amor até a milésima geração para com aqueles que me amam e guardam os meus mandamentos.

II. Não pronunciarás em falso o nome de Iahweh teu Deus, porque Iahweh não deixará impune aquele que pronunciar em falso o seu nome.

III. Lembra-te do dia do sábado para santificá-lo. (...)

IV. Honra teu pai e tua mãe, para que se prolonguem os teus dias na terra que Iahweh teu Deus te dá.

V. Não matarás.

VI. Não cometerás adultério.

VII. Não roubarás.

VIII. Não apresentarás um testemunho mentiroso contra o teu próximo.

IX. (...) Não cobiçarás a mulher de teu próximo. (...)

X. Não cobiçarás a casa do teu próximo (...), nem o seu escravo, nem a sua escrava, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma que pertença a teu próximo. (ÊXODO, cap. 20, v. 3-17, BÍBLIA de Jerusalém, 2003, p. 130-131)

Consta nas Sagradas Escrituras em outras passagens:

Os fariseus, ouvindo que ele fechara a boca dos saduceus, reuniram-se em grupo e um deles – a fim de pô-lo à prova – perguntou-lhe: – “Mestre, qual é o mandamento maior da lei?” Ele respondeu: *Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu espírito.* Esse é o maior e o primeiro mandamento. O segundo é semelhante a esse: *Amarás o teu próximo como a ti mesmo.* Desses dois mandamentos dependem toda a Lei e os Profetas. (S. MATEUS, cap. 22, v. 34-40) (BÍBLIA de Jerusalém, 2003, p. 1744)

Tudo aquilo, portanto, que quereis que os homens vos façam, fazei-o vós a eles, pois esta é a Lei e os Profetas. (Idem, cap. 7, v. 12, 2003, p. 1715)

Como quereis que os outros vos façam, fazei também a eles. (S. LUCAS, cap. 6, v. 31, 2003, p.1799)

“Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo”; estas palavras reúnem, sozinhas, os mandamentos anteriores (à exceção do terceiro, referente ao dia de sábado). É lógico afirmar que aquele que ama a Deus acima de todas as coisas não só não terá outros deuses como também não pronunciará o nome do Senhor em vão. Quanto aos demais mandamentos, aquele que ama o próximo como a si mesmo certamente que honrará não só o pai e a mãe, mas a humanidade inteira.

“Amar ao próximo como a si mesmo” implica tratar os homens do mesmo modo que queremos que eles nos tratem. Sendo assim, um homem não matará, não cometerá adultério nem roubará, pois não deseja que o matem ou matem alguém que ele ama; também não cometerá adultério, pois tal ato carrega dores pungentes para todos os envolvidos e esse homem não quer que um outro cometa adultério contra sua casa; esse homem tampouco roubará, pois não deseja que o roubem ou façam isso com alguém que lhe seja importante.

Aquele que só deseja para o outro o que quer para si próprio não presta falso testemunho contra o seu irmão, pois não deseja que este proceda desse mesmo modo para com ele; também não desejará a mulher do próximo, já que fazê-lo pode levá-lo a trilhar os caminhos tortuosos do adultério, e esse homem não quer que nenhum outro tenha pensamentos contrários ao decoro para com a sua mulher; finalmente, esse homem não cobiçará nada que seja do outro, pois o que é do

outro não é seu, mas, como diz o próprio nome, do *outro*, e esse mesmo homem não desejará, em nenhuma hipótese, que o outro cobice aquilo que é seu; portanto, podemos afirmar que os dois mandamentos de Jesus abarcam os demais (à exceção do terceiro), recebidos por Moisés.

Acrescente-se que, nas próprias palavras de Jesus, Ele não veio para revogar a lei, mas para cumpri-la; se veio para cumpri-la, é porque a reconhece como legítima, pois legítima é a fonte que a originou; tanto isto é verdade que, ao enunciar os dois mandamentos maiores, afirma que *toda a lei* [entenda-se a lei inteira, isto é, os Dez Mandamentos, embora o terceiro não pareça estar incluído aqui] *e os profetas se acham contidos nesses dois mandamentos*; como entender, então, que Deus possa querer *matar, destruir, acabar* com os hebreus se Ele próprio instituiu leis contrárias a qualquer tipo de ato menos digno?

Uma leitura mais atenta das Sagradas Escrituras revela-nos que as contradições dissimuladas nas palavras de Vieira estão presentes nos próprios Evangelhos, pois o mesmo evangelho [S. MATEUS] que afirma que devemos amar e perdoar incondicionalmente também assevera:

Parábola do devedor implacável – Eis porque o Reino dos Céus é semelhante a um rei que resolveu acertar contas com os seus servos. Ao começar o acerto, trouxeram-lhe um que devia dez mil talentos. Não tendo este com que pagar, o senhor ordenou que o vendessem, juntamente com a mulher e com os filhos e todos os seus bens, para o pagamento da dívida. O servo, porém, caiu aos seus pés e, prostrado, suplicava-lhe: ‘Dá-me um prazo e eu te pagarei tudo’.

Diante disso, o senhor, compadecendo-se do servo, soltou-o e perdoou-lhe a dívida. Mas, quando saiu dali, esse servo encontrou um dos seus companheiros de servidão,

que lhe devia cem denários e, agarrando-o pelo pescoço, pôs-se a sufocá-lo e a insistir: ‘Paga-me o que me deves’. O companheiro, caindo a seus pés, rogava-lhe: ‘Dá-me um prazo e eu te pagarei’.

Mas ele não quis ouvi-lo; antes, retirou-se e mandou lançá-lo na prisão até que pagasse o que devia.

Entretanto, a atitude desse servidor não passou despercebida:

Vendo os companheiros de serviço o que acontecera, ficaram muito penalizados e, procurando o senhor, contaram-lhe todo o acontecido. Então o senhor mandou chamar aquele servo e lhe disse: ‘Servo mau, eu te perdoei toda a tua dívida, porque me rogaste. Não devias, também tu, ter compaixão do teu companheiro, como eu tive compaixão de ti?’ Assim, encolerizado, o seu senhor o entregou aos verdugos, até que pagasse toda a sua dívida.

Segundo S. Mateus, Deus nos tratará da mesma forma que o senhor tratou o mau servo:

Eis como meu Pai celeste agirá convosco, se cada um de vós não perdoar, de coração, ao seu irmão. (S. MATEUS, cap. 18, v. 23-35) (BÍBLIA de Jerusalém, 2003, p. 1737)

O último parágrafo do texto transcrito deveria ser um “fecho com chave de ouro”, afinal, trata-se da conclusão da história contada por Jesus e, assim como todas as outras, há um ensinamento a ser ministrado; todavia, a “chave de ouro”, a uma análise mais acurada, revela-se um engano; vejamos as palavras de Watzlawick, Beavin e Jackson (1967, p. 180):

(...) *Exemplo 3*: Talvez a mais freqüente forma em que o paradoxo intervém na pragmática da comunicação humana é através de uma injunção que exige um comportamento específico, que por sua própria natureza só pode ser espontâneo. O protótipo dessa mensagem é,

portanto, “*Seja espontâneo!*” Qualquer pessoa que se defronte com essa intimação fica numa posição insustentável, visto que, para obedecer, teria de ser espontâneo dentro de um quadro de submissão, de não-espontaneidade. (...)

Para que um irmão perdoe ao outro *do fundo do coração*, é preciso que esse *comportamento específico* – o ato de perdoar – seja *espontâneo!* Todavia, a exigência do perdão vem acompanhada de uma ameaça explícita, qual seja a do modo como será tratado por Deus aquele que não perdoar; naturalmente que esse modo não será dos melhores, afinal, essas palavras coroam a atitude do senhor que mandou prender o servidor depois de tê-lo perdoado – o que é muito estranho, pois, segundo a mesma fonte – os Evangelhos Sagrados –, o senhor devia ter perdoado não só pela segunda vez, mas por mais quatrocentas e oitenta e oito vezes; contudo, ele não conseguiu sequer perdoar por uma simples segunda vez...

O exemplo que o evangelho de S. MATEUS utiliza para “ensinar” o perdão aos homens é exatamente o mesmo em que, confrontado pela segunda vez com o servo pecador, o senhor não consegue perdoar. Portanto, se o exemplo dado para um homem aprender a perdoar é não perdoar, podemos concluir que um homem só pode perdoar se não perdoar e vice-versa. A *lição* é paradoxal e, como se não bastasse isso, as Sagradas Escrituras afirmam-nos que tais palavras foram ditas pela boca de Jesus, que não deixou nada escrito em sua passagem pela Terra, assim como Sócrates.

Formalizaremos a seguir o que ora passaremos a chamar de “o paradoxo do perdão”; para isso, utilizaremos o conceito de “transcontextualidade”, definido por Bateson (1969 apud QUENTAL, 1995):

(1) A situação que se nos apresenta para análise revela a existência de uma fortíssima relação complementar – de subordinação – entre os interlocutores: de um lado, somente a palavra *de Jesus*; de outro, apenas o ouvido dos fiéis; acrescenta-se que há aqui uma pressão psicológica que podemos chamar de *totalitária*, já que ninguém ousará contradizer a palavra celeste e, muito menos, acusá-la de inconsistente.

(2) No quadro dessa relação, temos como figura uma instrução que deve ser obedecida sem ser questionada: *you tem de perdoar ao seu irmão para receber o perdão de Deus*; todavia, essa instrução deve ser desobedecida para ser obedecida, pois o homem que protagoniza o exemplo dado pelas Escrituras – que, afinal, é a própria instrução – não perdoa ao servo.

(3) Os fiéis – justamente os que ocupam a posição inferior nessa relação – não podem metacomunicar, pois isto implicaria questionar a racionalidade das Sagradas Escrituras, e quem o fizesse seria imediatamente rotulado de herege.

Também podemos representar o “paradoxo do perdão” através do esquema proposto por Gregory Bateson para a mensagem “isto é brincadeira” (1972):

TODOS OS ENUNCIADOS DENTRO DESTES QUADROS SÃO INVERDADES

- (1) Você deve perdoar ao seu irmão [para receber o perdão de Deus].
- (2) O seu perdão [para ter valor] deve vir do fundo do coração.

Quadro 4 – *O enquadre paradoxal de Bateson*

Analisemos o enunciado (1):

- (1) O enunciado (1) afirma que *Você deve perdoar ao seu irmão.*
- (2) O enunciado (1) é uma inverdade; logo, *you não deve perdoar ao seu irmão.*
- (3) Contudo, a proposição inicial – TODOS OS ENUNCIADOS DENTRO DESTE QUADRO SÃO INVERDADES, a partir da qual inferimos que o enunciado (1) é uma inverdade – é ela própria uma inverdade, já que está dentro do quadro.
- (4) Sendo assim, se a proposição inicial também é uma inverdade, podemos afirmar que *não é verdade que você não deve perdoar ao seu irmão.*
- (5) *Se não é verdade que você não deve perdoar ao seu irmão, então você deve perdoar ao seu irmão.*
- (6) Mas já sabemos que o enunciado (1), que afirma que *you deve perdoar ao seu irmão, é uma inverdade; logo...*
- (7) ...você entrou em um enquadre paradoxal e não há como sair dele, a menos que tente metacomunicar; contudo, se tentar fazê-lo, será lançado à fogueira como herege, pois a palavra de Deus é inquestionável.

Apreciemos agora o enunciado (2):

- (8) O enunciado (2) afirma que *O seu perdão deve vir do fundo do coração.*
- (9) O enunciado (2) é uma inverdade; logo, *o seu perdão deve ser forçado.*

- (10) Contudo, a proposição inicial – TODOS OS ENUNCIADOS DENTRO DESTE QUADRO SÃO INVERDADES, a partir da qual inferimos que o enunciado (2) é uma inverdade – é ela própria uma inverdade, já que está **dentro** do quadro.
- (11) Sendo assim, se a proposição inicial também é uma inverdade, podemos afirmar que *não é verdade que o seu perdão deve ser forçado*.
- (12) *Se não é verdade que o seu perdão deve ser forçado, então o seu perdão deve vir do fundo do coração*.
- (13) Mas já sabemos que o enunciado (2), que afirma que *o seu perdão deve vir do fundo do coração, é uma inverdade*; logo...
- (14) ...você entrou em um enquadre paradoxal e não há como sair dele, a menos que tente metacomunicar; contudo, se tentar fazê-lo, será lançado à fogueira como herege, pois a palavra de Deus é inquestionável.

Convenhamos que o discurso de Vieira não poderia ser diferente do que foi: eivado de contradições, paradoxos e raciocínios pseudológicos, afinal, nosso sacerdote inspirou-se em fontes igualmente contraditórias, que só poderiam persuadir, mas não convencer. Se os argumentos manipulados por Vieira – e também pelas passagens da Bíblia transcritas – conseguem mobilizar o interlocutor, é porque apelam diretamente à emoção. Não mais do que isso.

Quando pensamos nos receptores reais do discurso, não podemos deixar de concordar que o apelo de Vieira é muito forte, e o uso da roda argumentativa coroa o aprisionamento do ouvinte, afinal, trata-se da palavra de Deus e também da de Seu

único filho, que veio ao mundo para dar cumprimento às leis do Pai. A validade de tais leis, contudo, não resiste à análise lógica, se podemos *mesmo* falar de “validade”, já que os exemplos dados desmentem todo o conteúdo das leis.

Estamos em uma situação muito semelhante à que viveram, em 1616, os cristãos convertidos. A esse respeito, eis as palavras de Watzlawick, Beavin e Jackson (1967, p. 183):

(...) *Exemplo 6*: Quando as autoridades japonesas, por volta de 1616, iniciaram a perseguição organizada aos convertidos ao Cristianismo, eles deram às suas vítimas uma opção entre uma sentença de morte e uma abjuração que era tão complicada quanto paradoxal. Essa abjuração era na forma de um juramento descrito por Sansom num estudo da interação entre culturas européias e asiáticas. (...)

Eis o juramento descrito por Sansom:

Ao renegar a fé cristã, cada apóstata tinha de repetir as razões de sua descrença numa fórmula prescrita (...). A fórmula é um tributo involuntário ao poder da fé cristã, porquanto os convertidos, tendo abjurado de sua religião (geralmente, sob coação), eram obrigados, por uma curiosa lógica, a jurar em nome daqueles mesmos poderes que tinham acabado de negar: Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, Santa Maria e todos os Anjos (...) se eu romper este juramento que perca para sempre a graça de Deus e caia no mísero estado de Judas Iscariotes. Afastando-se ainda mais da lógica, tudo isto era seguido de um juramento de fidelidade às divindades budistas e xintoístas. (134, p. 176 apud WATZLAWICK; BEAVIN; JACKSON, 1967, p. 183)

Podemos notar que os convertidos foram colhidos por um curioso enquadre paradoxal, uma vez que, ao impor-lhes o quadro de referência da abjuração, as próprias autoridades japonesas foram enredadas nas teias do paradoxo. Os cristãos

foram obrigados a renegar sua fé através de um juramento; todavia, o juramento só teria valor se fosse feito em nome das divindades cristãs, pois, se assim não fosse, os convertidos poderiam repudiar sua fé somente nas palavras, mas não no coração.

Como sabemos que “palavras o vento leva”, seria preciso algo que realmente tivesse algum poder sobre os cristãos; no caso, seria o juramento feito em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo; contudo, esse juramento negava a si próprio, pois obrigava os cristãos a – *em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo – renegarem o Pai, o Filho e o Espírito Santo*. Seria mais ou menos como dizer: *juro por Deus que nego Deus*. É de se notar que o juramento foi feito dentro do quadro de referência da fé cristã; nessa perspectiva, o juramento afirma algo; entretanto, ao ser feito em nome das divindades cristãs, produz um metaenunciado que nega a própria afirmação. Desse modo, a “fidelidade” às divindades budistas e às xintoístas não passa de uma ficção.

Se as autoridades japonesas pretendiam pôr as suas próprias divindades acima do Pai, do Filho e do Espírito Santo, suas pretensões não atingiram o objetivo, mas, antes, acabaram por desconfirmar as divindades budistas e as xintoístas, afinal, obrigaram os convertidos a jurarem em nome das divindades cristãs, o que significa que *estas estão hierarquicamente acima daquelas*.

Podemos afirmar que o discurso de Vieira enquadra os receptores reais – e todos aqueles que crêem em Deus – no mesmo tipo de dilema paradoxal, que afirma o que nega e nega o que afirma, pois nos constrange a perdoar do “fundo do coração” para que, no futuro, *possamos obter o perdão de um Pai que absolutamente não perdoa*.

E esse mesmo Pai, além de não perdoar, ainda mata, destrói e acaba com o próprio povo. Trata-se de “predicados” nada honrosos para Aquele que deve expulsar os holandeses do Brasil para favorecer os portugueses *em nome de Sua honra e Sua glória*. Vieira parece não ter limites para argumentar de modo a denegrir a imagem de Deus sem que ninguém perceba suas manobras pseudológicas.

Prosseguindo com seu jogo argumentativo, Vieira dirige uma série de perguntas encadeadas a Deus, todas com o objetivo de pôr os portugueses na cômoda posição de vítimas, afinal, sofreram um sem-número de tormentos, arrostaram corajosamente situações tenebrosas, arrojaram-se ao mar; destemidos, perderam suas famílias, enfrentaram as intempéries e a inclemência do desconhecido, enfim, tudo fizeram, mas para quê?

Esta é a pergunta central que Vieira dirige a Deus: para quê? É de se notar que, ao dirigi-la a Deus, Vieira faz uso do infinitivo dos verbos *trabalhar*, *servir* e *derramar*; seguem as definições desses verbos:

trabalhar

▪ verbo

intransitivo

1 ocupar-se em algum ofício, profissão ou atividade

Ex.: trabalha no comércio

transitivo indireto e intransitivo

2 (sXIII)

empenhar-se, esforçar-se para executar ou alcançar alguma coisa; empregar diligência e trabalho

Ex.: <trabalhou sem descanso na redação do projeto> <os homens, por mais que trabalhem, não conseguem paz>

(...)

transitivo direto

5 pôr em obra; lavar, manipular

Ex.: <t. o mármore> <t. um metal> <t. a madeira>

transitivo direto

6 preparar (o solo) para cultivo agrícola; arrotear

Ex.: t. a terra

(...)

intransitivo

8 desenvolver ação sobre; atuar

Ex.: sobre o animal morto trabalhavam os agentes da decomposição

transitivo direto

(...)

13 Regionalismo: Brasil.

exercer a profissão de; desenvolver uma atividade como

Ex.: ele trabalha de (como) garçom

(...)

pronominal

15 (1899)

demonstrar esforço, aplicação

Ex.: trabalha-se muito, aqui, por um cargo mais compensador

Sinônimos / Variantes: ver antonímia de *descuidar*

Antes de passar para o próximo verbo, convém observar que todas as acepções arroladas do verbete *trabalhar* contêm, pelo menos, um traço semântico comum: [+ ação]; isto implica

dizer que aquele que trabalha *atua no mundo, não está passivo*; ao contrário, trata-se de alguém útil e produtivo, alguém que se esforça, que sua para conquistar um objetivo, qualquer que seja ele.

Na seção referente à sinonímia, há uma indicação de antonímia (cf. nota 8). Eis a definição do verbo *cuidar*:

cuidar

(...) **3** fazer, realizar (alguma coisa) com atenção

Ex.: cuidava bem cada uma de suas missões

regência múltipla e pronominal

(...)

6 responsabilizar-se por (algo); administrar, tratar, olhar

Ex.: <c. da casa> <c. dos negócios do país>

transitivo indireto

7 tratar (da saúde, do bem-estar etc.) de (pessoa ou animal) ou (da

aparência, conservação etc.) de (alguma coisa); tomar conta

Ex.: <cuidaram daquelas crianças por toda a vida> <cuidou do gatinho com carinho> <cuidava da casa com dedicação>

Segundo a indicação de antonímia (“ver antonímia de *descuidar*”), podemos afirmar que os vocábulos *trabalhar* e *cuidar* estão no mesmo campo semântico, o que implica dizer que quem trabalha cuida, se dedica, administra, trata, se responsabiliza, enfim, realiza. E foi o que os portugueses fizeram: cuidaram, dedicaram-se, administraram, trataram, responsabilizaram-se, enfim, realizaram, conforme, naturalmente, a ótica de Vieira.

Eis os outros dois verbetes:

servir

▪ verbo

transitivo direto e transitivo indireto

1 trabalhar em favor de (alguém, uma instituição, uma idéia, uma causa)
transitivo direto, transitivo indireto e intransitivo

2 encarregar-se do funcionamento ou da atividade (de algo)
regência múltipla

2.1 trabalhar como empregado ou funcionário (em certo cargo ou posto)
transitivo indireto, transitivo indireto predicativo e intransitivo

2.2 fazer as vezes de criado (de alguém)
transitivo indireto, transitivo indireto predicativo e intransitivo

3 trabalhar como servo
transitivo direto e intransitivo

4 prestar a (alguém) algum obséquio, serviço ou ajudá(-lo) em algo
(...)

transitivo direto, transitivo indireto predicativo e intransitivo

4.2 cuidar de (alguém)
transitivo indireto predicativo

4.3 cuidar, prestar assistência
transitivo direto e bitransitivo

5 apresentar (algo) a (alguém), pondo(-o) à sua disposição
(...)

transitivo indireto

10 ser (pessoa ou coisa) adequada às necessidades de (alguém ou algo)
transitivo indireto e pronominal

11 trazer proveito ou benefício
transitivo indireto e intransitivo

12 ser útil, conveniente ou apropriado para (determinado fim) ou para
produzir (determinado efeito)

transitivo indireto

13 ser conveniente, adequado ou útil (a alguém ou a algo)
transitivo indireto e intransitivo (...)

Sinônimos / Variantes:

administrar, apresentar, aproveitar, beneficiar-se, distribuir, empregar-se,
lançar, militar, ocupar-se, proporcionar, trabalhar, usar, utilizar; ver tb.
sinonímia de *assentar*, *prestar* e *sacar*

derramar

(...)
 transitivo direto e bitransitivo
2.3 fazer correr (líquidos); verter
 (...)

O verbete *servir*, conforme observamos, em algumas de suas acepções, apresenta o traço semântico [+ estar à disposição de] e em praticamente todas, o traço [+ benefício]; já o verbo *derramar* possui uso mais restrito: os portugueses “derramaram” o próprio sangue pela “causa” de Deus (não pela própria causa); é de se notar que mares desconhecidos e terras desertas necessariamente ofereciam perigos, sobretudo, na época em que as grandes navegações iniciaram, pois a “tecnologia” não era o que se pode chamar de “avançada”; portanto, os portugueses não cederam ingenuamente à aventura: a sede de novas conquistas, a cobiça, a ganância foram mais fortes do que os perigos a enfrentar; desse modo, o “derramamento” do sangue português não é um argumento forte, uma vez que era esperado, o que justifica a hipérbole “sangue derramado”. A História não deixa margem à dúvida quanto às verdadeiras intenções dos portugueses: eles não hesitariam em “derramar” todo o sangue do país se o pagamento fosse ouro, marfim, especiarias, pedrarias e, sobretudo, escravos.

É de se notar que Vieira, com suas perguntas retóricas, acaba pondo os verbos *trabalhar*, *servir* e *derramar* no mesmo campo semântico: todas as suas atitudes, de algum modo, trouxeram benefícios para alguém; através do trabalho e de esforços ingentes, podiam orgulhar-se das riquezas amealhadas, mesmo que o preço – para os conquistados – fosse exatamente o mesmo imposto pelos holandeses. Para levar desespero, miséria e morte, portugueses e holandeses

irmanaram-se em um pacto de destruição. Ainda assim, Deus vê-se “forçado” a perdoar aos primeiros e matar os últimos – isto se conseguir “superar” Sua raiva dos portugueses e “resistir” ao poderoso impulso de destruí-los.

Em seu discurso, o padre faz um uso magistral do infinitivo dos três verbos que estão sendo analisados; vejamos: por que o jesuíta não disse, por exemplo, “trabalhamos, servimos e derramamos”, no pretérito ou presente, ou “trabalharemos, serviremos e derramaremos, no futuro? Não, ele preferiu fazer uso do infinitivo *trabalhar*, *servir* e *derramar*. Sabemos que os verbos no pretérito, à parte os diversos matizes aspectuais, designam, de um modo geral, ações começadas e encerradas no passado; quanto ao futuro, será desnecessário dizer que “a Deus pertence”, de modo que, como já diz o próprio nome, o que está para acontecer absolutamente não garante que não haverá empecilhos no percurso que desviem a rota dos planos traçados (além disso, os fatos a que Vieira se referia já haviam acontecido, o que inviabilizaria o uso do futuro). Não, as conquistas dos portugueses são atemporais, não podem se submeter aos caprichos de um pretérito que provavelmente não deixará lembranças; tampouco podem se referir ao presente, afinal, ele é fugaz e também passa; também não há que se pensar em falar do futuro: ele não é conveniente (nem possível), até porque, não serviria aos propósitos do sacerdote, que desejava “lançar” na face divina tudo o que o povo “escolhido” “sofreu” pelo mais “puro” amor à Sua causa.

Não, era preciso usar o nome do verbo; era preciso usar o infinitivo. Cabe, portanto, destacar duas definições dessa forma intitulada “verbo-nominal”:

Câmara Júnior (1977, p. 146) assim a define:

INFINITIVO – Forma verbo-nominal que corresponde à apresentação do processo em si mesmo em vez de sê-lo em função de um dado momento da sua realização, como nas formas verbais propriamente ditas. (...)

E de acordo com Brandão (1963, p. 422):

239. O infinitivo é um nome verbal abstrato e por isso uma das formas nominais do verbo. As mais vezes, exprime a ação, o fenômeno, o processo, o estado, a relação significados pelo verbo, mas de modo geral e indeterminado, sobretudo quanto ao momento em que se realizam e quanto à pessoa gramatical do sujeito: “*Antes QUEBRAR que TORCER*” (Provérbio). Noutros casos, porém, desaparece essa indeterminação temporal e pessoal, já pelo contexto, já pela flexão do chamado infinito pessoal, privativo do português e do galego, como em “*creio TEREM PARTIDO ontem*” (em galego: “*creo TEREN PARTIDO onte*”). Nesta frase está perfeitamente caracterizada a pessoa gramatical do sujeito do infinitivo – 3ª do plural – e o tempo da ação por êle expressa – ontem –, ainda que se haja recorrido a uma perífrase – *terem partido* – para indicar-se esta última circunstância.

É de se notar que a “apresentação do processo [verbal] em si mesmo” não traz, em princípio, qualquer valor argumentativo; trata-se tão-somente de nomear um processo, nada mais. Apesar disso, apresentar o processo “de modo geral e indeterminado” é justamente o que Vieira pretende fazer e é justamente aí que reside o valor argumentativo do verbo no infinitivo, ou seja: o processo verbal em si mesmo significa muito mais do que as possíveis atribuições que possamos fazer a ele quanto à pessoa e ao número. Se Vieira tivesse, em princípio, feito uso do pretérito perfeito (“trabalhamos”, “servimos”, “derramamos”), o efeito não teria sido o mesmo, já que tal uso implicaria um fato perdido em um passado

remoto, o que absolutamente não convinha aos projetos do sacerdote.

É estratégico servir-se do infinitivo, já que, por meio dele, os atos praticados pelos portugueses eternizam-se na atemporalidade que lhe é própria; note-se, sobretudo, a anteposição do artigo definido para substantivar o infinitivo: (...) *para que foi o trabalhar, para que foi o servir, para que foi o derramar tanto e tão ilustre sangue* (...); observemos agora alguns verbos flexionados no pretérito: (...) *Para que abrimos os mares* (...)? *Para que descobrimos as Regiões* (...)? *Para que contrastamos os ventos* (...)?

Não é por mero acaso que os verbos *abrir*, *descobrir* e *contrastar* estão no pretérito perfeito: eles *precisavam* estar flexionados, pois representam uma pequena parcela de atos muito maiores. Neste trecho do sermão, temos os verbos *trabalhar*, *servir* e *derramar* no mesmo campo semântico; mas não é só: há outras relações entre essas palavras, quais sejam a relação de sinonímia existente entre elas; naturalmente que a sinonímia entre *trabalhar* e *servir* é mais facilmente perceptível do que a existente entre esses dois verbos e *derramar*; contudo, este verbo, ao ser associado ao sangue, passa a implicar o ato de servir, já que o sangue dos portugueses foi derramado nas conquistas, e estas visavam, sobretudo, à “glorificação” divina, de modo que *derramar* pode ser, neste contexto, entendido como sinônimo de *servir* e, por associação de sentidos, de *trabalhar*.

Já em relação aos demais verbos – *abrir*, *descobrir* e *contrastar* – a relação contraída é de hiperonímia/hiponímia (cf. nota 9); note-se que, *ao abrirem os mares, descobrirem regiões e contrastarem ventos e tempestades com arrojo*, os portugueses estavam conquistando terras que *por direito legítimo de escolha* (eram os escolhidos de Deus) eram suas;

além disso, *o Pai esperava isso deles, caso contrário não lhes teria dado as terras*. Portanto, os portugueses estavam, sim, *trabalhando, servindo e derramando o próprio sangue para honrar a escolha feita por Deus* e cultivar naquelas terras a religião católica.

Desse modo, convém o uso do infinitivo para os hiperônimos (*trabalhar, servir e derramar*), já que estes são mais genéricos do que os hipônimos, que, por sua especificidade, devem ser flexionados. É de se notar que a seqüência de ações dos portugueses, independentemente do preço pago, agregam valor, resultam em benefício, estão a serviço de algo ou alguém (naturalmente, deles próprios) e, se considerarmos uma linha do tempo imaginária, elas são, quanto ao aspecto, durativas, porém menos do que os hiperônimos no infinitivo, já que estes “pleiteiam” nada menos que a atemporalidade; sendo “menos durativas”, podemos afirmar que, em relação ao macrocontexto, devem mesmo ser vistas como pontuais, afinal, integram outras ações muito mais extensas na faixa temporal, uma vez que estas não têm marcas temporais nos verbos que as representam. E é justamente a atemporalidade do infinitivo que responde pelo valor argumentativo dessa forma nominal, pois torna indelévels as ações dos portugueses para implantar a fé católica em mundos ainda primevos, o que, naturalmente, segundo Vieira, lhes dá o direito de obter de Deus o beneplácito para retomarem as terras do Brasil, vítimas do jugo holandês.

Prosseguindo em seu discurso, Vieira afronta Deus: compara sua situação à de Josué e advoga em causa própria; após submeter o divino Pastor a um interrogatório, não hesita em ironizar Deus através de sugestões muito ousadas; Vieira parece perder todo o senso de prudência ao pregar o sermão, já que age como se a platéia não existisse. O padre chega,

inclusive, a “ameaçar” Deus – como fez Jó – de retirar-Lhe a base de apoio, que são os portugueses e os espanhóis: assim, um dia Ele poderá precisar desses povos e não tê-los mais à Sua disposição.

Convém ressaltar o uso do infinitivo nos enunciados (...) *Ganhá-las para as não lograr*, (...) e (...) *possuí-las para as perder* (...); é de se notar que o aspecto durativo não subsiste aqui: ganhar as terras e mantê-las é o desejo de Vieira; todavia, isto não acontece, e o verbo *perder*, assim como o advérbio *não*, responde por essa “ruptura” do aspecto durativo, à revelia do infinitivo. Isto sugere que o morfema lexical, no caso do verbo, mantém uma relação de dominância em relação ao infinitivo, já que este, sozinho, não responde pelo aspecto durativo; o mesmo ocorre com a presença do advérbio de negação. Há, portanto, outros elementos lingüísticos que concorrem para o estabelecimento do aspecto durativo, que não somente a presença do morfema de infinitivo.

Vieira finaliza esta parte do discurso com requintes de ironia ao afirmar que *Holanda* honrará o nome de Deus e semeará a doutrina Católica, dentre outras “profecias” sobre o que os holandeses farão para “agradar” a Deus.

4.2.4 Parte IV

A cena agora é a *Parábola do Banquete*, mas não sem que Vieira faça antes uma verdadeira apologia ao poder de Deus. O sacerdote reconhece, inclusive, que o Pai não precisa dos homens; ao contrário, estes é que precisam dEle. Mesmo assim, Vieira não se furta de afirmar que Deus se serve dos homens que já existem no mundo, já que não criou outros desde Adão. Mas Deus não quer quaisquer homens, mas os

melhores e somente na falta destes é que os não tão bons são aceitos para receber as solicitações divinas.

Vieira, então, compara os portugueses aos escolhidos para a ceia ao lado do Pai – mas com uma ressalva: na Parábola em questão, os eleitos recusaram a oferta divina e por isso Deus mandou que outros convidados – os cegos e os mancos – fossem chamados. O sacerdote sente-se no direito de reivindicar um lugar à mesa para os portugueses, já que estes foram chamados *e não se recusaram a aceitar o convite*. Se o convite foi prontamente aceito, segundo Vieira, por que, então, ainda assim, Deus cederia o lugar aos holandeses (“mancos” e “cegos”)?

Vieira argumenta que deve prevalecer o direito legítimo daquele que tem fé, ou seja, o direito dos portugueses, mesmo que eles pudessem ser “tão maus” quanto os holandeses e estes “tão bons” como aqueles. Todavia, os portugueses continuam em desvantagem, e Vieira não entende o “comportamento” de Deus. Por não entender, empunha o dedo em riste para o Pai e acusa-O de mudar as Leis da própria justiça. Mais uma vez, Vieira irá afirmar nas entrelinhas que Deus é injusto; contudo, se é injusto, não pode ser Deus, já que o Pai é justo e bondoso. De novo, temos aqui a roda argumentativa de Vieira atuando para “enquadrar” Deus em uma situação paradoxal, na contramão do discurso.

Prosseguindo em seus questionamentos, Vieira afirma que o herege não tem fé e por isso merece que as portas se fechem para ele. Tais afirmações surgem por ocasião de novas analogias feitas pelo sacerdote, sendo que agora o que está em “análise” é a história das esposas que conservaram as lâmpadas acesas e por isso puderam estar presentes nas bodas enquanto as demais, as que deixaram suas lâmpadas apagadas, encontraram as portas fechadas em virtude de seu descuido.

Portanto, para o fiel, para aquele que tem fé, as portas devem abrir-se; para o herege, para aquele que professa contra a fé católica, as portas devem cerrar-se.

Não obstante o belo discurso, a análise das entrelinhas permite revelar que mais uma vez se trata tão-somente de palavras estéreis, já que Vieira pleiteia algo em nome de uma contradição, o que elimina o seu próprio direito de receber o que reivindica. Ao insinuar que as Leis da justiça divina foram mudadas, o jesuíta põe em dúvida a própria justiça de Deus, que, conforme sabemos, é perfeita. Se é perfeita, não pode ser posta em dúvida, mas, mesmo assim, Vieira o faz, e consideramos herético um tal comportamento. Não só neste mas também em vários outros trechos ficou claro que as acusações, as insinuações e os questionamentos de Vieira – de um modo geral, nas entrelinhas – permitiram-nos admitir que ele agia como um herege. Sendo assim, ele próprio não tem qualquer direito ao que pleiteia, aliás, nem ele nem o povo português, em nome do qual ele se pronuncia. O sacerdote reivindica que as portas se abram, mas elas – *segundo o seu próprio discurso* – não lhe podem ser abertas.

Para Vieira, a dor dos portugueses é justa. Estranho código moral esse que afirma que a própria dor é justa, mas “ignora” a dor dos milhares de seres massacrados, assassinados e escravizados pelos portugueses. É de se notar que somente a dor do povo português é justa, o que revela um egoísmo desmedido por parte daqueles lusitanos.

Logo em seguida, Vieira afirma que Deus ignora a dor dos portugueses e não demonstra clemência em relação a eles. É lógico afirmar que, sendo Deus perfeito, bom e justo, não poderia ignorar a dor de Seu povo e menos ainda agir sem clemência; todavia, ainda assim, se supusermos que Ele ignorou (podemos supor isto) a “justa” dor dos “eleitos”,

também é lógico afirmar que não há o que se questionar a propósito das atitudes divinas; se Ele o fez, certamente achou que *devia* fazê-lo e não cabe a nós, simples mortais, julgar os Seus atos.

Mas Vieira em sua onipotência pode. E pode tanto que novamente irá arvorar-se de “defensor dos interesses divinos”, afinal, ele resolve “prevenir” Deus sobre as “consequências” funestas do “arrependimento”. Realmente, é muito melhor arrepender-se agora do que depois, já que o arrependimento tardio não tem valor, uma vez que “o leite já foi derramado”. Convém ressaltar ainda o quanto Vieira é repetitivo: não é a primeira vez que “adverte” o Pai quanto ao “desacerto” de Seus atos, pois somente quem erra pode arrepender-se. Mais uma vez aqui a roda argumentativa revela-se, afinal, se Deus erra, então não é perfeito, mas como Deus é perfeito, então Ele não erra, mas se Seus atos podem levá-Lo ao arrependimento, então é porque Ele errou, mas já sabemos que o Pai não erra e... assim indefinidamente, sem saída.

Para ilustrar a roda, Vieira cita Noé e o Dilúvio. Nessa situação, contudo, há outras implicações mais graves, já que Noé orou “em todos aqueles cem anos” e, ainda assim, *a ira divina não se aplacou e sequer houve meios de fazê-lo*.

Nesse ponto, é preciso ressaltar que, se Noé rezou por tanto tempo sem resultado algum, então a oração não tem nenhum valor, pois, se tivesse, aplacaria a ira divina em muito menos tempo. Mas não, a ira de Deus permanece como uma maldição; paira sobre as cabeças dos fiéis sem que haja meios de aplacá-la. Sendo assim, será que o Evangelho de S. MARCOS (cap. 11, v. 24), quando afirma que “Por isso vos digo: tudo quanto suplicardes e pedirdes, crede que já o recebestes, e assim será para vós.” (Bíblia de Jerusalém, 2003, p. 1776), está errado?

Naturalmente que tais palavras devem sofrer uma leitura cautelosa, uma vez que, se forem interpretadas literalmente, darão margem a um sem-número de absurdos. É preciso lembrar que Jesus expressava-se por meio de alegorias; mesmo assim, de todas as possíveis leituras do trecho em questão, imaginar que alguém pode orar por cem anos e não obter o que pede insistentemente é completamente inviável; além disso, a situação de Noé sugere que as palavras contidas no Evangelho de S. MARCOS não são verdadeiras, o que é confirmado pelo próprio uso da hipérbole.

Se tais palavras são falsas, então a oração não tem valor algum; trata-se de um discurso para iludir aquele que tem fé, o que se revela de uma crueldade inimaginável, pois induz o homem a crer que suas orações chegarão a Deus; todavia, mesmo que cheguem, Ele as desdenhará e não adiantarão lágrimas, uma vez que o Pai não pode aquilatar-lhes o valor. Lembremo-nos de que, segundo Vieira, Deus, na época do Dilúvio, ainda não possuía olhos que fossem capazes de chorar. Deus era cruel, não sabia chorar e por isso ignoraria as lágrimas dos fiéis por mais pungentes que fossem.

Não obstante a crueldade extrema, *até mesmo Deus* foi capaz de comover-se ao ver os corpos boiando e jurar em seguida que não prejudicaria mais os homens; Seus atos fazem que Ele se arrependa e o jogo argumentativo de Vieira vem sinalizar exatamente que o Pastor celeste não deve lesar o povo português, pois, se o fizer, pagará um preço alto: o arrependimento.

“Já que as execuções de vossa justiça costumam arrependimento à vossa bondade; vede o que fazeis antes que o façais, não vos aconteça outra.”; com essas palavras, Vieira “nobrememente” “alerta” Deus a respeito das conseqüências de Seus atos como se estes fossem “intempestivos”. Mas não é só.

Nessas breves palavras, há uma que destoa das demais porque em seu lugar deveria figurar outra, senão vejamos: a palavra “justiça” não cabe nesse contexto, pois, *se houvesse mesmo justiça*, não haveria espaço para o arrependimento, já que este implica, justamente, *injustiça*.

Antes de prosseguir, analisemos três novos verbetes:

justiça

- substantivo feminino

1 caráter, qualidade do que está em conformidade com o que é direito, com o que é justo; maneira pessoal de perceber, avaliar aquilo que é direito, que é justo

(...)

2 princípio moral em nome do qual o direito deve ser respeitado

Ex.: o triunfo da j. sobre o arbítrio

(...)

4 conformidade dos fatos com o direito

5 o poder de fazer justiça, de fazer valer o direito de cada um

Ex.: <a j. humana e a j. divina> <a j. dos homens muitas vezes é falha>

6 o exercício desse poder

(...)

arbitrariedade

- substantivo feminino

1 qualidade de arbitrário

2 procedimento, comportamento arbitrário; capricho

Ex.: não tolerava as a. do chefe

3 Rubrica: termo jurídico.

ato de despotismo; abuso de autoridade; violência

Sinônimos / Variantes:

ver sinonímia de *autoritarismo*

arbitrário

▪ adjetivo

1 que não segue regras ou normas; que não tem fundamento lógico; que apenas depende da vontade ou arbítrio daquele que age (...)

3 Derivação: por extensão de sentido.

que é abusivo, despótico, violento

4 Rubrica: filosofia.

não sujeito às leis da lógica, a uma razão ou norma moral de validade universal (diz-se de proposição, decisão ou atitude)

5 Rubrica: termo jurídico.

que procede do livre arbítrio de alguém e viola as normas legais

6 (d1916) Rubrica: lingüística.

m.q. *imotivado*

Sinônimos / Variantes:

absolutista, autocrático, autoritário, cesarista, cesarístico, despótico, discricionário, ditatorial, dominador, dominativo, opressivo, opressor, prepotente, tirânico; ver tb. sinonímia de *optativo*

Uma leitura atenta dos traços semânticos dos três verbetes acima nos permitirá reescrever o enunciado de Vieira nos seguintes termos: “Já que as execuções de vossa *arbitrariedade* custam-*Lhe* arrependimento; vede o que fazeis antes que o façais, não vos aconteça outra.”; convém observar que o segmento “à vossa bondade” foi excluído por motivos óbvios: basta consultar a lista de sinônimos para *arbitrário*, base lexical de *arbitrariedade*, para excluirmos *bondade* de um tal campo semântico.

Eis alguns dos principais traços semânticos da palavra *justiça*:

“justiça” – traços semânticos:

[+ conforme o direito]
 [+ conforme o justo]
 [+ conforme a moral]
 [+ probidade]
 [+ retidão]
 [+ integridade]
 [+ imparcialidade]
 etc.

É lógico afirmar que a palavra *justiça* não deveria figurar na frase que Vieira dirige a Deus; é de se notar que *justiça* e *arrependimento* integram o mesmo enunciado, mas não é só: essas palavras estão *inter-relacionadas*, já que o *arrependimento*, afirma o sacerdote, é o efeito da “execução da justiça” de Deus; apesar de estarem relacionadas entre si, tais palavras possuem campos semânticos incompatíveis; eis os principais traços semânticos da palavra *arrependimento*:

“arrependimento” – traços semânticos:

[+ compunção]
 [+ contrição]
 [+ remorso]
 [+ penitência]
[+ lamentação (pelo mal cometido)]
 [+ rejeição (a um comportamento progressivo)]
 [+ aflição]
 [+ tormento]
 etc.

Também consideramos lógico afirmar que é preciso errar, praticar o mal, lesar alguém para evocar o campo semântico da palavra *arrependimento*; claro está que *justiça*, enquanto caráter do que é justo, não pode compactuar com *arrependimento*, pois aquele que procede com justiça age conforme o direito, o justo, a moral; atua com probidade, retidão, integridade e, sobretudo, imparcialidade; assim, as “execuções da justiça divina” não podem causar *arrependimento*, a menos que não estejamos falando de justiça, mas, sim, de arbitrariedade, pois, nesse caso, temos vocábulos perfeitamente compatíveis, senão vejamos: um comportamento arbitrário pode ser susceptível ao *arrependimento*, já que, de um modo geral, envolve abuso de autoridade e violência, ou seja, uma arbitrariedade é, por outras palavras, um erro perpetrado contra o próximo; dependendo do caráter daquele que exhibe o mau proceder, o *arrependimento* poderá vir, mas tardiamente, ou poderá não chegar nunca – de qualquer modo, o *arrependimento* é **um dos prováveis efeitos de um ato arbitrário**; o mesmo não se dá com um ato de justiça, que não pode ter o *arrependimento* como efeito, pois não comporta o erro. Já se estivermos falando de *arbitrariedade*, necessariamente estaremos falando de *erro*; uma breve análise da sinonímia sugerida para *arbitrário* revela-nos, inclusive, que não se trata de erros simplórios, mas graves.

Apreciemos os principais traços semânticos da palavra *arbitrariedade*:

“arbitrariedade” – traços semânticos:

[+ comportamento arbitrário]
 [+ ato de despotismo]
 [+ abuso de autoridade]
 [+ violência (física ou moral)]
 [+ opressão]
 [+ prepotência]
 [+ tirania]
 [+ absolutismo]
 [+ autoritarismo]
 [- razão]
 [- regras]
 [- leis da lógica]
 [- norma moral (de validade universal)]
 [- normas legais]
 etc.

A palavra que ora analisamos foi brindada com um conjunto de traços que seguramente não “provoca inveja” em ninguém; naturalmente que *arbitrariedade* pode, de um modo geral, ser compatível com *arrependimento* e, nesse caso, o enunciado de Vieira teria um sentido mais aceitável. Como o jesuíta não utilizaria em nenhum momento a palavra *arbitrariedade* para referir-se a um ato de Deus, sob pena de heresia, então devemos interpretar a *justiça* do enunciado como *justiça mesmo*; contudo, já vimos que isto não é possível; assim, passaremos a interpretar *justiça* como sinônimo de *arbitrariedade*, de modo que o conjunto de traços semânticos de *arbitrariedade* seja transferido para *justiça*. Ressalte-se que

um Deus déspota está muito mais próximo do Deus do Velho Testamento: tirano e vingador, ao menos assim O pintaram os homens, já que Ele próprio não escreveu nada.

Vieira passa, então, a descrever o que seria o Brasil caso os holandeses fossem seus novos donos; naturalmente que a descrição feita é a pior possível. Os holandeses, enquanto verdadeiros hereges que são, destroem tudo e todos, inclusive – e aí está a parte do “castigo” que cabe a Deus – a igreja, suas imagens e os padres. Vieira resolve “prevenir” Deus – ao menos pensamos que seja Ele – de todas as torpezas de que os holandeses são capazes, mas, a certa altura, o Deus do Velho Testamento ao qual Vieira se dirigira minutos antes, quando falava de Noé, não é mais Deus: é Jesus e, repare-se, não há nenhum aviso prévio de que Vieira mudará de interlocutor, até porque ele dá a impressão de estar dirigindo-se sempre a uma só pessoa. Todavia, nessa única pessoa há várias; vertiginosamente e sem que percebamos, Velho e Novo Testamento se misturam e tingem as cores do jogo discursivo de Vieira.

Jesus é tratado como se Deus fosse, mas o Deus do Velho Testamento, o Deus vingador, que é capaz de tirar a vida de alguém pelo fato de esse alguém “tocar a imagem da Virgem”. Esse Deus também é o mesmo que pune os filhos pelos pecados cometidos pelos pais – somente essa constatação por si só já é suficiente para que ponhamos um enorme ponto de interrogação na coerência das palavras divinas – na verdade, palavras escritas pelos homens:

(...) porque eu, Iahweh teu Deus, sou um Deus ciumento, que puno a iniquidade dos pais sobre os filhos até a terceira e a quarta geração dos que me odeiam, mas que também ajo com amor até a milésima geração para com aqueles que me amam e guardam os meus mandamentos.

(ÊXODO, cap. 20, v. 5-6, BÍBLIA de Jerusalém, 2003, p. 130)

Eu sou o Senhor, teu Deus, um Deus zeloso que vingo a iniquidade dos pais nos filhos, nos netos e nos bisnetos daqueles que me odeiam, mas uso de misericórdia até a milésima geração com aqueles que me amam e guardam os meus mandamentos. (ÊXODO, cap. 20, 5-6, † CASTRO, Frei João José Pedreira de; O. F. M. †, 2002, p. 120)

Cabe destacar a explicação para as traduções da Bíblia feitas pelas Igrejas Católica e Protestante:

Nas traduções feitas pelas Igrejas católica e protestante, essa parte do mandamento foi truncada para harmonizá-la com a doutrina da encarnação única da alma. Onde está “na terceira e na quarta gerações”, conforme a tradução Brasileira da Bíblia, a Vulgata Latina (in tertiam et quartam generationem), a tradução de Zamenhof (em la tria kaj kvara generacioj), mudaram o texto para “até à terceira e à quarta gerações”.

O autor ainda acrescenta que:

Esses textos truncados que aparecem na tradução da Igreja Anglicana, na Católica de Figueiredo, na Protestante de Almeida e outras, tornam monstruosa a justiça divina, pois que filhos, netos, bisnetos, tetranetos inocentes teriam de ser castigados pelo pecado dos pais, avós, bisavós, tetravôs. Foi uma infeliz tentativa de acomodação da Lei à vida única. – A Editora da FEB, 1947. (...) (KARDEC, s./d., p. 54)

É fato que não está em discussão neste trabalho se a alma encarna uma única vez ou não; portanto, à parte as referências a esse assunto contidas no fragmento acima, não se pode negar que este é por demais revelador, já que nos prova o quanto as palavras supostamente divinas devem ser analisadas com muita

cautela, pois, se mais de uma igreja pode mudar um trecho para que o texto se conforme às suas teorias e às suas doutrinas, então é porque o texto em questão possui mais de uma leitura – o que por si só já nos demonstra que nenhuma igreja pode impor sua interpretação as demais.

Na verdade, o que temos na sociedade é uma espécie de acordo tácito a respeito das palavras de Deus. De um modo geral, as pessoas não questionam a coerência de tais palavras, mas aceitam-nas sem discutir, fato que enseja o surgimento e a proliferação de um sem-número de seitas, que emudecem o raciocínio dos fiéis e os tornam passivos com seus discursos empolados e gesticulados. Fundamentos científicos para submeter as pessoas a um discurso eivado de contradições não há; contudo, pelo mencionado acordo, pessoas terminam por beber nas fontes dos Testamentos Sagrados sem questionar absolutamente nada, afinal, trata-se das palavras de Deus e contra Deus não se pode insurgir: é pecado e dos mais graves.

Logo, torna-se fácil embrutecer a figura divina: Deus é tão cruel que pune inocentes que ainda sequer nasceram pelos pecados cometidos por seus ancestrais. Tal mentalidade é inconcebível com a bondade e a justiça divinas; é um discurso dos mais aviltantes na medida em que visa manipular pessoas incautas. Não nos esqueçamos de que até os dias de hoje pessoas manipulam, empobrecem, torturam e matam crédulos e fanáticos, tudo em nome de Deus.

Não bastasse isso, Deus é excessivamente temperamental, além de emocionalmente instável, já que as iniquidades, por piores que sejam, não justificam o alcance das punições, que é incoerente com o comportamento e as decisões que se esperam de alguém considerado emocionalmente estável. Naturalmente que o perdão – ou até mesmo a sua simples noção – não floresce no jardim do Deus do Velho Testamento.

E é esse Deus que Vieira invoca quase todo o tempo. O sacerdote também distorce as Sagradas Escrituras em conformidade com os seus propósitos argumentativos. Particularmente nesse trecho do sermão que ora estamos analisando, ao fazer alusão à história de Oza, Vieira parece atingir o auge da incoerência: Velho e Novo Testamento confundem-se, Pai e Filho deixam de sê-lo e se tornam irmãos, filhos da mesma Virgem, e a história contada possui tantas novas colorações que passamos a duvidar de sua veracidade.

Retomemos a história de Oza, contada pela própria Bíblia Sagrada, sendo que essa história é muito diferente da que Vieira nos relata ou, melhor dizendo, usa para sensibilizar *Deus / Jesus*:

Transporte da Arca para Jerusalém

(...)

II Samuel 6

¹ Davi reuniu de novo todo o escol de Israel, ou seja trinta mil homens, ² e pôs-se a caminho com toda a sua gente, indo a Baalé de Judá, para trazer dali a arca de Deus sobre a qual é invocado o nome, o nome do Senhor dos exércitos, que se assenta sobre os querubins. ³ Colocaram a arca de Deus num carro novo, e levaram-na na casa de Abinadab, situada na colina. Oza e Aquio, filhos de Abinadab conduziram o carro novo. ⁴ (Oza ia) junto da arca de Deus e Aquio marchava diante dela. ⁵ Davi e toda a casa de Israel dançavam com todo o entusiasmo diante do Senhor, e cantavam acompanhados de harpas e de cítaras, de tamborins, de sistros e de címbalos.

⁶ Quando chegaram à eira de Nacon, Oza estendeu a mão para a arca do Senhor e susteve-a, porque os bois tinham escorregado. ⁷ Então a cólera do Senhor se inflamou contra Oza; feriu-o Deus por causa da sua imprudência, e

Oza morreu ali mesmo, perto da arca de Deus. († CASTRO, Frei João José Pedreira de; O. F. M. †, 2002, p. 342)

Chama-nos imediatamente a atenção no trecho acima a não referência à imagem da Virgem Maria estampada na arca do Senhor; mesmo assim, para alguém que jamais tomou conhecimento do Antigo Testamento, poder-se-ia deduzir que assim é, já que Vieira faz tal menção. Logo, não haveria qualquer incoerência no discurso do sacerdote, pois o fato de a Bíblia, no trecho, não se referir à imagem de Maria não quer dizer que a imagem lá não esteja. Entretanto, qualquer pessoa que tenha algum conhecimento, por menor que seja, a respeito do Velho Testamento saberá que Vieira só pode estar faltando com a verdade ao mencionar a imagem da Virgem Maria quando se refere à Arca do Testamento.

Segundo ele, **Oza quis tocar a imagem de Maria**; todavia, não é o que nos diz a Bíblia, na qual a história contada é bem outra: Oza, de fato, toca na arca, mas ele o faz *para tentar evitar que ela caia*. Ou seja, em nenhum momento fala-se que houve a *intenção*, por parte de Oza, de “tocar a imagem da Virgem”, que nem mesmo é mencionada no texto. Convenhamos que há um enorme hiato entre o que Vieira afirma e o que a Bíblia Sagrada relata. E não poderia ser diferente, afinal, a Virgem Maria não é mencionada no texto porque não pode sê-lo: *a Virgem Maria só irá aparecer no Novo Testamento*; não havia Virgem Maria no Antigo Testamento porque ainda não havia Jesus; então como poderia Oza ter tocado na imagem da Virgem Maria?

Não bastasse isso, Vieira trata Deus e Jesus como se ambos fossem irmãos; lembremo-nos de que a Arca do Testamento era a morada de Deus – no Antigo Testamento; contudo, ao se dirigir a Deus, o sacerdote faz referência a

“vossa mãe”; se Deus é filho de Maria, então é irmão de Jesus, já que este também é filho de Maria, mas Deus também é pai de Jesus e, portanto, não pode ser irmão. O discurso de Vieira leva-nos a conclusões surrealistas, mesmo quando sabemos que ele mistura Velho e Novo Testamento, o que é o caso. Naturalmente que uma contradição tão flagrante retira a credibilidade das suas palavras – não para o fiel incauto, no entanto; não para os ouvintes reais, que, como sabemos, dificilmente irão procurar na Bíblia a história de Oza para confirmar as palavras do sacerdote, até porque boa parte dessa assembléia é analfabeta.

No restante dessa parte IV do sermão, Vieira repete o que já disse anteriormente, ou seja, repete as imprecações, ameaças, alertas, exortações e chega, inclusive, a mencionar o fato de haver Deus se arrependido de ter criado o homem, Sua mais perfeita obra para, novamente, exortar o Senhor a mudar os rumos de Suas decisões e evitar, assim, o arrependimento enquanto ainda há tempo para que não se percam “as almas” e tudo o mais que possa honrar o Seu Santo Nome.

4.2.5 Parte V

Propter nomen tuum, Domine. Estamos diante da apelação máxima de Vieira, o argumento maior, aquele que apelará, não, como o padre afirma, para a justiça e a misericórdia divinas, mas para o *ego* divino. Trata-se de perdoar em nome da honra e da glória de Deus, que mais glorificado sairá quanto maiores forem os pecados a perdoar. Curiosamente, o sacerdote uma vez mais irá contradizer-se, afinal, se o que está em jogo é a quantidade e o tamanho dos pecados, os holandeses, segundo o próprio Vieira, os têm em maior tamanho, número e gravidade – são hereges –, de modo

que *deviam* ser perdoados *antes* dos portugueses até porque a honra e a glória de Deus seriam ainda maiores; já que o único interesse de Vieira é contribuir *genuinamente* para engrandecer o Pai, então devia estar pedindo clemência primeiramente para os holandeses, e não para os portugueses.

Sabemos, todavia, que tais falas devem ser analisadas pelas entrelinhas. Naturalmente que Deus não necessita de quem O engrandeça, assim como também prescinde de uma chusma de pecadores para ser enobrecido. Se o problema aqui se restringisse tão-somente a apelar para o ego de Deus como se Ele precisasse disso, talvez Vieira estivesse cometendo o menor dos pecados. Mas enaltecer o ego de Deus é o mínimo que o jesuíta faz. Há algo de maior gravidade nesse discurso: trata-se do perdão estéril, que é o que Vieira prega ao dirigir-se a Deus. Há que se ter muito cuidado na interpretação das palavras de Jesus quando o Mestre fala do perdão:

E ele percorreu toda a região do Jordão, proclamando um batismo de arrependimento para a remissão dos pecados (...). (LUCAS, cap. 3, v. 3, BÍBLIA de Jerusalém, 2003, p. 1792)

O tema do arrependimento é uma constante nas Sagradas Escrituras:

Respondeu-lhes Pedro: “Arrependei-vos, e cada um de vós seja batizado em nome de Jesus Cristo para a remissão dos vossos pecados. Então recebereis o dom do Espírito Santo.” (...) (ATOS, cap. 2, v. 38, BÍBLIA de Jerusalém, 2003, p. 1904)

Julgamos razoável afirmar que, para alguém obter o perdão dos próprios pecados, é preciso que se arrependa primeiro; todavia, a interpretação dada a essas palavras é fácil demais, simples demais: alguém comete um pecado, arrepende-se e pronto, está perdoado. Naturalmente que não pode ser

desse modo, caso contrário, cada pessoa sentir-se-á no direito de errar quantas vezes quiser e cometer, inclusive, o mesmo erro, pois sabe que bastará arrepende-se para ser perdoada. Sendo assim, o arrependimento passa a significar uma etapa preliminar para que se cometam novos erros, já que é um “pré-requisito” para o perdão e este, como já sabemos, torna “sem pecado” os pecadores.

Na verdade, nem o arrependimento nem o perdão isentam uma pessoa das responsabilidades contraídas com outrem; ao contrário, permitem tão-somente que o beneficiado faça uma reflexão profunda sobre os erros cometidos para evitar errar de novo; contudo, não é só, pois nenhum arrependimento, por mais sincero que seja, assim como nenhum perdão, pode expungir da consciência as faltas cometidas; elas permanecem e precisam, de algum modo, ser reparadas. As conseqüências dessas faltas também permanecem e, na maioria das vezes, atingem também outras pessoas. Por isso, não basta “arrepende-se”, “pedir perdão” e prosseguir como se nada houvesse acontecido.

O discurso de Vieira descaracteriza o real significado do perdão, esteriliza o seu sentido e torna-o sinônimo de *impunidade*, pois, em nenhum momento, fala em reparar os erros ou tentar minimizar os efeitos das iniquidades perpetradas pelos portugueses para escravizar, explorar e exterminar em nome da fé; fala, sim, que Deus deve conceder o perdão para engrandecer Sua glória, o que sugere que o próprio Deus banalize o perdão.

Basta o perdão para o esquecimento das faltas. Assim, qualquer pessoa encontra-se na cômoda posição de não precisar assumir a responsabilidade por seus atos, pois os braços paternos de Deus terminam por acobertar a maldade dos filhos e protegem uns em detrimento da proteção igualmente devida

aos outros – já que todos são filhos do mesmo Pai –, o que, mais uma vez, faz de Deus um *ser* injusto e cruel. Vieira consegue, inclusive, inverter – melhor dizendo, subverter – qualquer código de moral que se possa imaginar ao sugerir que chega a ser bom que os pecados sejam grandes, aliás, quanto maiores melhor, pois, assim, Deus pode “mostrar” o quanto Sua misericórdia é infinita (p. 337-338, l. 804-821).

A personagem do Velho Testamento, Jó, fornecerá novos argumentos para o sacerdote: “E por que me não perdoas a minha transgressão, e não tiras a minha iniquidade?” (...) (Jó 7: 21); todavia, tais argumentos são tão inconsistentes quanto os anteriores: ao perguntar por que Deus não tirava sua iniquidade, Jó só poderia partir do pressuposto de que a iniquidade do homem é dada e tirada facilmente. Ou seja, Jó trata *iniquidade* como se o traço [+ concreto] integrasse o semema da palavra. Nesse ponto, o discurso de Jó – e, por extensão, o de Vieira, *já que este só poderia se apropriar do discurso daquele se houvesse concordância de opiniões* – é alienante, já que isenta o homem de assumir a responsabilidade por seus atos.

Desse modo, é muito fácil tornar-se um homem bom. Mas não é só: há outros raciocínios implicados; se Deus pode “tirar” as iniquidades de quem quer que seja, então pode fazê-lo quando desejar, até porque, Deus é todo-poderoso, como sabemos. No caso de Jó, foi preciso que este implorasse a Deus para ficar sem pecado (iniquidades). Diante de um tal quadro, pergunta-se: haveria necessidade de Deus “esperar” o pedido de Jó? Por que Deus não tirou logo as iniquidades de Seu filho? Aliás, por que, se poderia tirá-las, permitiu-lhe que a elas se entregasse? É lógico supor que se não as tirou antes foi porque não quis e, portanto, é o supremo responsável por todos os atos perversos ou contrários à moral praticados por Jó, que não

tinha sequer livre-arbítrio, uma vez que o Pai, não lhe tendo expurgado as graves imperfeições quando poderia fazê-lo, tornou-se responsável único por elas.

Quando Jó pecou, na verdade, *prestou um grande favor a Deus*, pois deu-lhe ensejo de perdoar-lhe; ao perdoar-lhe, ainda segundo Jó, Deus ganhou muita glória; ou seja, pecar não só é bom mas também é desejável; bom porque voltamos a ser crianças, podemos ser irresponsáveis, inconstantes e prejudicar quem desejamos; as mais rematadas sandices serão facilmente perdoadas, afinal, já sabemos que basta o nosso “sincero” arrependimento para que o perdão divino nos contemple.

De fato, é desejável pecar, pois, com tal proceder, estamos contribuindo para aumentar a glória de Deus e, convenhamos, Deus só pode testar a grandeza de Sua glória se tiver muitos pecados para perdoar, já que não há muito mérito em perdoar um pecado pequeno ou um único pecado. E, como diz o próprio Vieira, “e sendo infinito o vencido, infinita fica a glória do vencedor”. Portanto, é fato, Deus ainda está devendo – e com juros – aos portugueses, que são os “maiores” responsáveis pelo aumento de Sua glória. E se está “devendo”, deve pagar; o “pagamento”, naturalmente, será a devolução do Brasil aos portugueses: tudo para estes; nada para os holandeses, que, afinal, são os legítimos “credores” divinos, uma vez que o Pai deve mais a eles, que, como hereges, pecaram mais e contribuíram muito mais para o recrudescimento da glória divina do que os portugueses, que, posto tenham pecado muito, pecaram bem menos. A “disputa” entre portugueses e holandeses, implícita no discurso do sacerdote, mostra-nos o quanto seus argumentos são inconsistentes, já que contradizem a si próprios.

“Em castigar, venceis-nos a nós, que somos criaturas fracas; mas em perdoar, venceis-vos a vós mesmo, que sois todo-poderoso e infinito.”; por outras palavras, através desse enunciado, Vieira afirma que somos passageiros de um navio sem leme, somos náufragos da benemerência divina, somos filhos sem Pai; Deus não está preocupado conosco, mas com o que Ele precisa vencer em si mesmo; não há méritos em castigar-nos, pois somos fracos, mas há muitos méritos em perdoar-nos, já que isto é sinônimo de vencer a si próprio; trata-se de um duelo de titãs: Deus contra Deus; quanto a nós, Seus filhos, apenas assistimos a tudo; Deus está muito ocupado em vencer a própria instabilidade emocional; resta-nos, para nossa proteção, apenas a espera. Naturalmente que, em um tal contexto, os fiéis ficam completamente esquecidos, não há espaço para eles, criaturas fracas e pecadoras; resta-lhes, de fato, tão-somente o sabor do acaso, conforme implícito nas palavras do padre.

É oportuno ressaltar que Deus, ao longo do discurso de Vieira, vai adotando diferentes conjuntos de traços semânticos, de acordo com as conveniências do sacerdote, sendo que os diversos sememas apresentam-se distorcidos, surrealistas e não sobrevivem a uma análise mais aprofundada; ao contrário, só fazem comprovar que sobram no discurso de Vieira argumentos pseudológicos que, contrariando todas as expectativas, paradoxalmente, mostram-se eficazes no ato de persuasão.

Para Vieira, a ira de Deus já deveria estar satisfeita, assim como Sua “justiça”, na verdade, sede insaciável de vingança, afinal, seus efeitos já duram há muitos anos e a própria Lei instituída por Deus afiança que a ira não deve exceder o intervalo de um dia e que, antes que o sol se ponha, deve o perdão advir.

Para validar seus argumentos, Vieira vai citar fragmentos do Velho – ou Novo – Testamento, conforme já sabemos; apreciemos, pois, um desses trechos: “Deus é um Juiz justo, e um Deus que ameaça todos os dias.” (Sl 7: 12); todavia, ao compararmos esse fragmento com o mesmo trecho extraído da Bíblia Sagrada, observaremos algumas diferenças, pois as palavras empregadas não são exatamente as mesmas: *Deus é um juiz íntegro, um Deus perpetuamente vingador.*

Segue o Salmo 7:

SALMO 7

(...)

2 Senhor, ó meu Deus, é em vós que eu busco meu refúgio; salvai-me de todos os que me perseguem, e livrai-me,

3 para que o inimigo não me arrebate como um leão, e me dilacere sem que ninguém me livre.

4 Senhor, ó meu Deus, se acaso fiz isso, se minhas mãos cometeram a iniquidade,

5 se fiz mal ao homem pacífico, se oprimi os que me perseguiram sem motivo,

6 que o inimigo me persiga e me apanhe, que ele me pise vivo ao solo e atire a minha honra ao pó.

7 Levantai-vos, Senhor, na vossa cólera; erguei-vos contra o furor dos que me oprimem, erguei-vos para me defender numa causa que tomastes a vós.

8 Que a assembléia das nações vos circunde; presidi-a de um trono elevado.

9 O Senhor é o juiz dos povos. Fazei-me justiça, Senhor, segundo o meu justo direito, conforme minha integridade.

10 Ponde fim à malícia dos ímpios e sustentai o direito, ó Deus de justiça, que sondais os corações e os rins.

11 O meu escudo é Deus, ele salva os que têm o coração reto.

12 Deus é um juiz íntegro, um Deus perpetuamente vingador.

13 Se eles não se corrigem, ele afiará a espada, entesará o arco e visará.

14 Contra os ímpios apresentará dardos mortíferos, lançará flechas inflamadas.

15 Eis que o mau está em dores de parto; concebe a malícia e dá à luz a mentira.

16 Abre um fosso profundo, mas cai no abismo por ele mesmo cavado.

17 Sua malícia recairá em sua própria cabeça, e sua violência se voltará contra a sua frente.

18 Eu, porém, glorificarei o Senhor por sua justiça, e salmodiarei ao nome do Senhor, o Altíssimo. († CASTRO, Frei João José Pedreira de; O. F. M. †, 2002, p. 660-661, grifos nossos)

Vejamos em outras Bíblias Sagradas o trecho mencionado por Vieira; conforme poderemos observar, as palavras empregadas em cada Bíblia são diferentes, embora estejam em campos semânticos muito próximos:

“(...) 11 Deus é justo juiz; Deus que sente indignação todos os dias. (...)” (A BÍBLIA Sagrada:... 1969, p. 567)

“(…) 11 Deus é um juiz justo, um Deus que se ira todos os dias. (...)” (BÍBLIA Sagrada, 1995, p. 598)

“(…) 12 Deus é justo juiz, lento para a cólera, (b) mas é Deus que ameaça a cada dia. (...); (b) “lento para a cólera”, grego; omitido pelo hebr.” (BÍBLIA de Jerusalém, 2003, p. 869)

É válido ressaltar que as Bíblias Sagradas traduzidas por João Ferreira de Almeida (a de 1969 e a de 1995) são Bíblias Evangélicas, que contêm um número menor de livros do que as Bíblias Católicas; nelas, as palavras usadas são quase-sinônimas (indignação e ira); a citação de Vieira assemelha-se mais às das Bíblias Católicas, como não poderia deixar de ser. Mesmo assim, há diferenças entre as Bíblias Católicas: enquanto a de 2002 afirma que Deus é um perpétuo vingador, a de 2003 afirma não só que Ele é “lento para a cólera” mas também que “ameaça a cada dia”, e, ressalte-se, a expressão “lento para a cólera” foi omitida do hebraico, o que, dentre outras evidências, enseja a constatação de que, de fato, as palavras contidas na Bíblia Sagrada podem ser interpretadas de acordo com a conveniência do estudioso do assunto.

Sabemos que a ameaça não consta necessariamente entre os efeitos da raiva (ira), apesar de ambas estarem em campos semânticos muito próximos (*ameaça* é hipônimo de *atitude* e *raiva*, de *sentimento*, e os liames entre *sentimento* e *atitude* são muito tênues). Para Vieira, Deus é o juiz que faz ameaças diárias; *ameaçador*, *perpétuo vingador*, *indignado*, *irado* ou qualquer outro adjetivo que se use para referir-se a Deus não faz menção à interpretação dada por Vieira, a de que a ira divina não dura até o pôr-do-sol, mesmo que ela se repita diariamente, o que parece bastante incoerente, pois é como se a ira de Deus “se recolhesse” até o raiar de um novo dia, quando,

então, se reavivaria para mais uma vez “recolher-se” ao pôr-do-sol e assim indefinidamente.

Se analisarmos detidamente o Salmo 7 – transcrito nas páginas 262 e 263 –, veremos que em nenhum momento há qualquer referência à duração da ira divina, que parece ser exclusivamente de Vieira. E para os propósitos do padre – obter o perdão de Deus –, a interpretação dada é bastante conveniente, já que se a ira divina não resiste ao pôr-do-sol, então não há uma razão válida para já estar durando há anos em relação aos portugueses; assim, só “resta” a Deus como alternativa perdoar para que Ele não contradiga as próprias Leis.

Apesar da nova incoerência de seu discurso, há um trecho do Evangelho que parece corroborar a interpretação de Vieira [na verdade, esse trecho não se refere a Deus, mas ao homem, isto é, o homem é que não deve cultivar a ira]: “*Irai-vos, mas não pequeis*: não se ponha o sol sobre a vossa ira (...).” (EFÉSIOS, cap. 4, v. 26, BÍBLIA de Jerusalém, 2003, p. 2044)

Ainda assim, há um problema aqui: as citações transcritas na página 264, extraídas do Salmo 7, versículo 11 nas Bíblias Evangélicas e 12 nas Católicas, pertencem ao Velho Testamento, enquanto esta (dos Efésios) pertence ao Novo Testamento; essa diferença implica uma outra: lembremo-nos de que não havia Jesus no Velho Testamento; além disso, o Deus do Novo Testamento, embora seja o mesmo do Velho Testamento, parece outro, já que não há qualquer menção feita a Ele que possa denegrir Sua imagem; ao contrário, Ele como que ressurge das iniquidades que Lhe são atribuídas no Velho Testamento e revela-se a nós de um modo muito mais ameno.

Os próprios ensinamentos contidos no capítulo 4 dos Efésios são muito diferentes dos encontrados no Velho

Testamento, pois, ao contrário dos contidos neste, ensinam a evolução moral e o progresso espiritual do homem:

(...) se realmente o ouvistes e, como é a verdade em Jesus, nele fostes ensinados a remover o vosso modo de vida anterior – o homem velho, que se corrompe ao sabor das concupiscências enganosas – e a renovar-vos pela transformação espiritual da vossa mente, e revestir-vos do Homem Novo, criado segundo Deus, na justiça e na santa verdade.

E esse progresso resulta da consideração por si e pelo próximo:

Por isso abandonai a mentira e *falai a verdade cada um ao seu próximo*, porque somos membros uns dos outros. *Irai-vos, mas não pequeis*: não se ponha o sol sobre a vossa ira, nem deis lugar ao diabo. O que furtava, não mais furte, mas trabalhe com as próprias mãos, realizando o que é bom, para que tenha o que partilhar com o que tiver necessidade. Não saia dos vossos lábios nenhuma palavra inconveniente, mas, na hora oportuna, a que for boa para edificação, que comunique graça aos que a ouvirem. E não entristeçais o Espírito Santo de Deus, pelo qual fostes selados para o dia da redenção. Toda amargura e exaltação e cólera, e toda palavra pesada e injuriosa, assim como toda malícia, sejam afastadas de entre vós. Sede bondosos e compassivos uns com os outros, perdoadando-vos mutuamente, como Deus vos perdoou em Cristo. (EFÉSIOS, cap. 4, v. 21-32, BÍBLIA de Jerusalém, 2003, p. 2044-2045)

É, no mínimo, curioso que Vieira busque citações moralmente mais elevadas do que as anteriores; todavia, parece haver aqui um interesse oculto, qual seja o de sensibilizar o Pai por meio do Filho; trata-se tão-somente de uma conjectura, mas não de todo inviável, já que o final do sermão aproxima-se e Vieira fará um apelo final a Jesus, não fruto de um argumento unicamente de autoridade, mas de um argumento de autoridade

e simultaneamente autoritário; de qualquer modo, o apelo final será dirigido diretamente a Jesus e indiretamente a Deus.

Sejam para Jesus, sejam para Deus, sejam para “Jesus-Deus”, as palavras de Vieira têm um único propósito: o perdão e, nesse ponto, o sacerdote desafiará Deus, afinal, Ele não segue os próprios ensinamentos e, mesmo assim, é o exemplo que os homens devem seguir. E, note-se, o rigor com que a Lei deve ser cumprida é tão grande que Deus não hesitou em *permitir* que Josué mandasse o sol “atrasar” o ocaso para que a ira dos israelitas não ultrapassasse um dia, conforme o trecho correspondente:

(...)

11 Ora, enquanto fugiam diante de Israel, na descida de Bet-Horon, Iahweh lançou sobre eles, do céu, enormes pedras, até Azeca, e morreram. Foram mais os que morreram pelo granizo do que pela espada dos israelitas.

12 Foi então que Josué falou a Iahweh, no dia em que Iahweh entregou os amorreus aos israelitas. Disse Josué na presença de Israel: “Sol, detém-te em Gabaon, e tu, lua, no vale do Aialon!”

13 E o sol se deteve e a lua ficou imóvel até que o povo se vingou dos seus inimigos. Não está isso escrito no livro do Justo? O sol ficou imóvel no meio do céu e atrasou o seu ocaso de quase um dia inteiro.

14 Nunca houve dia semelhante nem antes, nem depois, quando Iahweh obedeceu à voz de um homem. É que Iahweh combatia por Israel. (JOSUÉ, cap. 10, v. 11-14, BÍBLIA de Jerusalém, 2003, p. 327)

Cabe destacar que usamos a palavra *permitir* por considerarmos mais aceitável que Deus *tenha permitido* a Josué que este desse a ordem ao sol do que admitirmos, como

no Velho Testamento, que Deus *tenha obedecido* a um único homem, pois um tal raciocínio implica admitir igualmente que um homem pode ser guindado a uma posição de superioridade em relação a Deus, o que é inconcebível pelo surrealismo do fato. Acrescente-se que, se um homem pudesse ser mais poderoso do que Deus, então todas as religiões deveriam estar rendendo homenagens a esse homem, e não a Deus, como acontece. Sustentando-se ainda essa mesma hipótese, Vieira deveria ter dirigido o sermão a Josué, e não a Deus.

Ocorre que a ira ultrapassou um dia, tanto ultrapassou que foi preciso mandar o sol parar para que ela “coubesse” dentro de um só dia; se o sol não tivesse parado, certamente que a ira dos israelitas teria se estendido até o dia seguinte ou até os demais. Acrescente-se ainda que Deus fraudou a própria Lei (ao permitir que Josué desse a ordem ao sol), pois, se assim não fosse, não seria preciso [Josué] mandar que o sol parasse, de modo que os argumentos do sacerdote são inconsistentes por não se sustentarem nos fatos mas na distorção destes.

Para finalizar o sermão, Vieira exorta Jesus a abdicar dos rigores de Sua justiça e fazer cessar o castigo antes que o sol se ponha naquele mesmo dia. Mais precisamente neste ponto, Vieira menciona o episódio em que Josué ordena que o Sol se detenha, e este obedece à ordem e não se põe até que o povo se vingue dos inimigos, conforme a citação transcrita na página 267. Como o Sol se põe às 18:00, Vieira amplia o leque de possíveis sentidos da palavra *dia* e atribui a ela, alternadamente, os traços [+ 12 horas] e [+ 24 horas]. O dia de doze horas (das 6:00 às 18:00) opõe-se à noite de doze horas (das 18:00 às 6:00); portanto, o dia de doze horas equivale à metade de um dia inteiro (dia + noite). Da mesma forma que Josué, Vieira pretende que a ira divina não ultrapasse nem mais

um dia de doze horas, já que perdura há anos (de trezentos e sessenta e cinco dias de vinte e quatro horas cada).

Como podemos observar, o dia, para Vieira, tem o significado que mais lhe convém no aqui e agora de sua argumentação, mesmo que, para isto, o Velho Testamento e o Novo sejam evocados como se fossem um só, ou como se não houvesse distinção alguma entre eles.

É de se notar que há um aspecto dissonante: trata-se do discurso dirigido a Jesus. Esse discurso – pelo teor das palavras e pelo léxico escolhido – parece estar dirigido a Deus – mais particularmente ao Deus do Antigo Testamento –, afinal, fala de “rigores” e “castigos”, o que, absolutamente, não era característico da personalidade doce de Jesus. Mesmo assim, é possível oferecer uma explicação para esse comportamento de Vieira: é o final do sermão e, dentro de uma escala argumentativa (ILARI; GERALDI, 1990), é preciso apresentar o argumento máximo e este é a autoridade da Virgem Maria, Mãe de Jesus.

Vieira exortará Jesus a abandonar o “Signo rigoroso de Leão” e dar “um passo” em direção ao “Signo de Virgem”, que, segundo ele, é um “Signo propício e benéfico” (p. 341, l. 972-973). Eis, em linhas gerais, as principais características desses signos:

Do signo de Leão:

(...)

Leão relaciona-se com a expressão criativa do ego. Representa todos os processos de procura de identidade. Todas as experiências da vida do Leão são vistas como uma transformação de identidade, um desafio à estrutura pessoal. É tanto o Signo da vaidade e egoísmo como da dignidade e generosidade.

Elemento: Fogo, Modo: Fixo

Do signo de Virgem:

Virgem representa o processo da purificação e da busca da perfeição. Neste signo vive-se a procura de eficiência e funcionalidade. Há nele uma necessidade inata de “arrumar, limpar e organizar” o Universo e a Vida. Neste Signo encontramos tanto a “piquinhice” e o criticismo como a eficiência e a ordem.

Elemento: Terra, Modo: Mutável

(...)

(AVELAR Helena; RIBEIRO, Luís. Disponível em: <<http://www.academiadaastrologia.com/EA/>>) (cf. a nota 10)

Se pudéssemos nos guiar rigorosamente pelas características dos signos mencionados por Vieira, teríamos de agir com muita cautela: o signo de Leão exibe características mais apropriadas para designar o Deus do Velho Testamento (vaidade e egoísmo), mas, não, Jesus; já “dignidade” e “generosidade” são traços que marcaram a passagem de Jesus na Terra. A “procura de uma identidade”, por estar no mesmo campo semântico de “instabilidade emocional”, também não sugere a figura meiga do Nazareno; mesmo assim, como já foi dito, como se trata do argumento máximo, não há que se ter lugar para dúvidas: Maria é Mãe de Jesus e, portanto, o argumento deve ser dirigido a Ele.

O signo de Virgem, para Vieira, é muito mais do que um signo, pois, indiretamente, evoca a imagem da Virgem Santa, Mãe de Jesus; trata-se aqui de evocar, paralelamente, a pureza da Virgem Maria e Sua augusta autoridade sobre o Filho; todavia, há o outro lado, o lado das imperfeições, a face que

contém características, no mínimo, desagradáveis; entre estas, a *piquinhice* (cf. as características do signo de Virgem nesta página), que, na falta da palavra dicionarizada e pelas características do signo, se pode substituir por “atitude ou dito cujo intuito é contrariar, aborrecer outrem; pirraça, provocação” (HOUAISS, 2001), o que não é nem um pouco lisonjeiro para designar uma atitude que se espera de um ser divino. Naturalmente que Vieira não é muito feliz nessa comparação, mas, mesmo assim, ele a faz, pois seu objetivo maior é justamente o de obter os préstimos divinos e, para isto, não medirá esforços.

Agora Jesus se torna um ser dependente que precisa obedecer à mãe, pois Ela, enquanto “criatura” (p. 341, l. 977), pode pedir, mas como Mãe, “pode mandar” (p. 341, l. 978) e, efetivamente, Ela manda que Jesus perdoe aos portugueses. É curioso observar que Vieira age como se “soubesse” a vontade da Virgem Maria, pois afirma que Ela manda que Jesus perdoe. Mas não é só: após elaborar vários argumentos – pseudológicos, é verdade, mas não deixam de ser argumentos –, Vieira encerra o seu discurso não somente com um argumento fundamentado em um ou mais raciocínios ou um argumento de autoridade: seu argumento é simultaneamente de autoridade e autoritário, como anteriormente dito.

O argumento é de autoridade porque o pregador não hesita em trazer à cena a figura da Virgem Maria – ser espiritual venerado pela religião católica, cuja autoridade é indiscutível: Ela deu à luz não um ser qualquer, mas o próprio Filho de Deus; essa autoridade, conferida a Ela legitimamente pela gestação única, que a diferenciou de todas as outras mulheres, de um modo geral, é reconhecida pelas sociedades; assim, qualquer citação em que Seu augustíssimo nome figure reveste-se de legitimidade e credibilidade.

Apesar disso, o argumento que usa o Seu nome torna-se autoritário por não oferecer nenhuma justificativa que seja fruto do raciocínio, mas tão-somente uma idéia imperativa: Jesus deve obedecer porque a mãe (com “m” minúsculo mesmo, porque agora Maria iguala-se as outras mães) simplesmente mandou. Já não se trata mais da Virgem Maria e de Seu Filho, Jesus, mas, sim, de uma mãe, dentre tantas outras, e seu filho, que fez alguma “travessura” e necessita de uma “reprimenda” para que se possa “emendar”.

Vieira pretende persuadir Jesus, mas sem convencê-lo. De qualquer modo, Jesus é tratado como se não fosse dotado da capacidade de raciocinar, já que precisa obedecer à mãe apenas porque ela está mandando. E, note-se, é o primeiro registro na história de Jesus em que Maria Lhe dá uma ordem. Dessa vez, Vieira excedeu a si mesmo na criatividade: ele agora é intermediário das determinações de Maria e, inclusive, tem o extraordinário poder de representá-La; “sabedor” de seus desejos e ordens, não deixa espaço para qualquer contra-argumentação.

A Jesus só resta um caminho: obedecer, caso contrário, talvez a mãe lhe dê umas solenes “palmadas”.

Acrescente-se que, perdando aos portugueses, Jesus estará dando a eles um nobre exemplo e a confiança de Vieira é tão grande que, mesmo sabendo que talvez precise esperar um pouco para obter o perdão divino – pois não basta pedir para que ocorra uma mágica –, ele assegura que “desde esta hora perdoamos a todos por vosso amor”; resta-nos saber quem são “todos”, afinal, para Vieira, um pronome indefinido não terá necessariamente as características e as propriedades inerentes a um pronome indefinido.

Afinal, temos aqui um sacerdote único, capaz de mesclar Velho e Novo Testamento, baralhar Pai e Filho tão bem, a ponto de não conseguirmos distingui-los com clareza, e igualar uma Sagrada Mãe a todas as outras mães. Para que não haja nenhuma dúvida, vamos reproduzir aqui alguns verbetes, a começar pelo pronome indefinido “todos”, utilizado tão imprópriamente por Vieira, já que, não há como negar, está descaracterizado pelo sacerdote ou, melhor dizendo, *recebe* um semema que não é o seu:

todo

<p>(...)</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ pronome indefinido <p>2 (sXIII) qualquer, seja qual for; cada Obs.: p.opos. a <i>nenhum</i> Ex.: t. cidadão tem direitos e deveres</p> <p>3 pronome indefinido, (sXIV) Diacronismo: antigo. todas as coisas; tudo aquilo, tudo Ex.: deu t. o que lhe pediram (...)</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ todos ▪ pronome indefinido plural <p>6 todas as pessoas, toda gente, todo mundo Ex.: <t. aplaudiram o discurso> <a lei é igual para t.></p>

O quadro representativo do verbete *todo* revela-nos que, ao menos no sentido presumido que Vieira pretende dar a sua frase, para qualquer enunciado que contenha o pronome, não pode haver exceções, de modo que qualquer pessoa *necessariamente* deverá estar incluída nesse suposto conjunto e, ressalte-se, não poderia ser diferente, já que *todos* é um hiperônimo.

Portanto, configura-se um semema provisório para o pronome indefinido *todos*; apesar disso, no caso único de Vieira, ele diz o que não é – mas pretendendo que seja. O

sacerdote diz o que não é porque, ao dizer *todos*, ele não está incluindo os holandeses, mas pretende que seja porque sabe que o perdão não pode ter desafetos, não pode deixar “ninguém de fora”, pois, se o fizer, não serão “todos”, mas tão-somente “alguns”, o que, naturalmente, não convém a Vieira afirmar explicitamente ao final do sermão para não comprometer a sua própria imagem.

Mas vejamos o semema – *provisório*, é bom salientar:

todo – semema provisório

[+ qualquer um]
[+ cada um]
[+ todas as pessoas]
[+ toda gente]
[+ todo mundo]
[- não-inclusão]
[- exceção]
[- discriminação]
[...]

Naturalmente que este não deveria ser um semema provisório, já que se trata do conjunto mesmo de traços semânticos da palavra *todo*; contudo, no contexto do jogo argumentativo de Vieira, o semema que deveria ser não é, pois perdoar a todos – e aí “todos” certamente incluiria os holandeses – é o mesmo que esvaziar todo o conteúdo do sermão, já que este tem por objetivo justamente a expulsão dos holandeses das terras brasileiras para que os portugueses possam repossar-se delas. Para Vieira, “todos” significa “alguns”, “poucos”; melhor dizendo, significa “os que não estão contra os portugueses”.

Cabe destacar o verbete *algum* para que possamos confrontá-lo com *todo* (trata-se do verbete mais apropriado para o confronto, já que não podemos afirmar, seguramente, que os portugueses eram amados nas terras do Brasil. Lembremo-nos de que eram tão invasores quanto os holandeses, por mais que Vieira se esforçasse para parecer o contrário):

algum

▪ pronome indefinido

1 us. para indicar de modo indeterminado qualquer dos indivíduos da espécie referida pelo substantivo ou pronome a que está ligado; um, certo número de algo

Ex.: <a. de vocês terá de ir> <a. madeiras são moles>

2 us. para designar indivíduo, lugar ou coisa desconhecida ou indeterminada

Ex.: <a. pessoa saiu ferida?> <trouxe a. dinheiro?> (...)

Sinônimos / Variantes: como pron.: nenhum

O verbete revela-nos, por meio de suas diferentes acepções, o nível implícito do discurso de Vieira, já que um raciocínio lógico nos faz eliminar os holandeses da lista dos “perdoáveis” e “perdoados”, sob pena de invalidar todo o seu discurso. Apreciemos, então, o novo semema da palavra *todo*, mas não sem antes ressaltar que ainda não é o conjunto definitivo de traços semânticos da palavra, pois Vieira empunha sua espada argumentativa em várias direções e com mais de um nível de implícito, o que nos permite concluir que a espada volta-se contra ele próprio. Queremos crer, inclusive, que a sina de Vieira, com esse jogo discursivo, é perecer vítima de sua roda argumentativa. O que passa a ser um ponto de interrogação para nós é quem seriam *todos*; mas vejamos o novo semema:

todo – semema ainda provisório

[+ qualquer um] [- os holandeses]
[+ cada um] [- os holandeses]
[+ todas as pessoas] [- os holandeses]
[+ toda gente] [- os holandeses]
[+ todo mundo] [- os holandeses]
[- não-inclusão] [+ os holandeses]
[- exceção] [+ os holandeses]
[- discriminação] [+ os holandeses]
[...]
[+ nenhum holandês]

Convém observar que há mais um nível de implícito; como o perdão deve ser incondicional *para todos*, é lógico afirmar que Vieira não iria mesmo assumir que os holandeses estavam excluídos de suas intenções, conforme comprova o semema ainda provisório de *todo*, acima.

Mas há um *porém* nessa história. Segundo o próprio Vieira, os pecados dos portugueses são muitos e grandes, tanto que contribuirão para o recrudescimento da honra e da glória divinas através do perdão de Deus; claro está que, se para o padre os holandeses são hereges, então não poderão, de modo algum, dar causa a nenhum acréscimo de honra e glória para Deus (a heresia devia ser um “pecado” excluído da lista dos “pecados cujo perdão seria *vantajoso* para Deus”).

Como o raciocínio pressuposto em Vieira é o de que a quantidade e o tamanho dos pecados são diretamente proporcionais ao recrudescimento da honra e da glória de Deus, *desde que Ele perdoe*, então consideramos lógico afirmar que os pecados dos holandeses além de menores do que os dos portugueses também não são muitos, ou seja, têm *quantidade* e *qualidade* inferiores aos dos portugueses, pois, se assim não

fosse, eles, os holandeses, estariam contribuindo mais do que os portugueses para acrescentar novos louros aos já muitos do celestial Amigo, o que seria inadmissível para Vieira e seu raciocínio.

Quando Vieira afirma, ao dirigir-se a Jesus, que “(...) Perdoai-nos enfim, para que a vosso exemplo perdoemos: e perdoai-nos também a exemplo nosso, que todos desde esta hora perdoamos a todos por vosso amor: (...)”, primeiro ele condiciona o perdão dado pelos portugueses ao perdão recebido de Jesus, para que aqueles possam seguir o exemplo d’Este; em seguida, Vieira inverte os protagonistas, pois, agora, eles, os portugueses, passam a ser exemplo para Jesus, e o exemplo, está muito claro no fragmento acima, é justamente o perdão já concedido – “desde esta hora” – pelos portugueses, mas concedido a quem? Quem são “todos”? Para que alguém seja perdoado, é preciso que tenha feito algo contra outrem, uma ofensa grave ou qualquer atitude que seja suscetível de perdão; e quem mais ofendeu os portugueses do que seus maiores inimigos, os holandeses?

Se é fato que Vieira deseja que os portugueses sejam exemplo para Jesus, é preciso que esse exemplo seja excepcional, afinal, o destinatário não é ninguém menos do que o próprio Cristo; e que melhor exemplo Vieira pode dar a Jesus do que ofertando o perdão sincero do povo português aos holandeses? Afinal, perdoar quem nos fez pouco mal é muito fácil e, como já sabemos, Vieira supervaloriza a quantidade e a qualidade dos pecados cometidos; portanto, os melhores candidatos ao perdão dos portugueses são os próprios holandeses. Perdoar-lhes, sim, seria um grande exemplo para Jesus, segundo o discurso de Vieira.

Ainda consoante o sacerdote, sabemos que o perdão tem o poder mágico de apagar todas as faltas cometidas; sendo

assim, ao perdoar aos holandeses, que, na verdade, são os únicos e legítimos candidatos ao perdão dos portugueses, Vieira mais uma vez altera o semema da palavra *todos*:

todo – semema definitivo

[- qualquer um] [+ **somente os holandeses**]
 [- cada um] [+ **somente os holandeses**]
 [- todas as pessoas] [+ **somente os holandeses**]
 [- toda gente] [+ **somente os holandeses**]
 [- todo mundo] [+ **somente os holandeses**]
 [+ não-inclusão] [- **os holandeses**] [+ **todos os demais**]
 [+ exceção] [- **os holandeses**] [+ **todos os demais**]
 [+ discriminação] [- **os holandeses**] [+ **todos os demais**]
 [...]
 [- **nenhum holandês**]

Ou, se preferirmos:

todo – semema definitivo

[+ **somente os holandeses**]

Como podemos observar, não há mais faltas a serem apagadas da memória, pois todas já foram perdoadas. Portugueses e holandeses agora podem se dar as mãos e, como bons amigos, irmãos que são, pois, filhos do mesmo Pai, dividir o Brasil entre eles.

Vieira, colhido nas malhas de sua própria roda, escreveu um sermão para provocar uma reação contra os holandeses, mas a pretensa destruição dos invasores levou-o à glorificação e ao perdão. Para promover a destruição, Vieira precisou perdoar e perdoadando, não precisou mais destruir. Como Vieira jamais pretendeu perdoar aos holandeses e menos ainda deixar de destruí-los, fácil seria afirmar que ele fracassou em seus propósitos; contudo, Vieira não fracassou: apenas foi vencido

por sua própria genialidade, com uma única diferença em relação aos vencidos, de um modo geral: nenhum brasileiro, entre os ouvintes, percebeu o jogo discursivo intencionalmente articulado para estimular-lhes uma atitude de defesa patriótica da terra conquistada.

4.3 Notas do capítulo:

Nota 1:

A esse respeito, veja-se SÓFOCLES em *A trilogia tebana: Antígona*, 1998.

Nota 2:

A esse respeito, veja-se EURÍPIDES em *Medéia – Hipólito – As Troianas*, 1991.

Nota 3:

Repare-se que, nesse caso, qualquer tempo verbal poderia ser utilizado, já que a roda argumentativa de Vieira é atemporal. Importa, sim, ressaltar que, diferentemente do esquema 1, não há relação semântica de exclusão mútua entre os adjetivos “justo” e “injusto”, já que ambos estão presentes no esquema circular do padre.

Nota 4:

Veja-se maior aprofundamento em KOCH, I.G.V. e TRAVAGLIA, L.C. em *A coerência textual*, 1991.

Nota 5:

A esse respeito, consultem-se LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J.-B em *Vocabulário da Psicanálise* (1983) e GARCIA-ROZA em *Freud e o Inconsciente* (1988).

Nota 6:

Ao tentarmos transmitir nossa melhor imagem, desejamos que ela seja confirmada pelo outro. É nesse sentido que “pomos” no outro um *espelho*, a partir do momento em que desejamos e, sobretudo, buscamos ver refletida no outro nossa própria imagem, límpida e sem distorções.

Nota 7:

Entenda-se por “pergunta encadeada” aquela que não dá espaço para a resposta.

Nota 8:

A respeito desse assunto, consulte-se Macaulay (apud ULLMANN em *Semântica: uma introdução à ciência do significado*, 1964).

Nota 9:

A respeito desse assunto, consulte-se Lyons em *Introdução à lingüística teórica*, 1979.

Nota 10:

Como os signos pertencem ao mundo material, pois são atribuídos tão-somente aos humanos, revelam, por um lado, aspectos positivos da personalidade humana e, por outro, salientam os aspectos negativos, o que carece de coerência quando pensamos em um ser perfeito como Jesus.

Sobre as características dos signos, remetemos ao site disponível em:
<http://portodoceu.terra.com.br/estudo/barbaultk.asp>.

CONCLUSÃO

O amor a qualquer coisa é produto do conhecimento, sendo o amor mais ardente quanto mais seguro é o conhecimento.

Leonardo da Vinci

Iniciamos este trabalho com o intuito de verificar se o discurso de Vieira no Sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda* se caracterizava como um discurso paradoxal, tendo em vista a sua inconsistência quando comparado ao que está registrado nas Sagradas Escrituras.

Para tanto, procedemos à análise dos argumentos, da seleção lexical e das formas nominais do verbo com especial atenção para suas respectivas funções discursivas. Sempre voltados para nosso objetivo, não deixamos de nos preocupar com os aspectos relativos à construção do texto dissertativo quanto à sua estruturação – disposição e conteúdo das partes, construção dos argumentos, condições de produção e de recepção de textos de acordo com as teorias elencadas na introdução deste trabalho, cujos resultados passamos a expor.

Do ponto de vista da argumentação, através da análise da construção dos argumentos, verificamos que Vieira se utilizou de enunciados que, embora baseados em textos sagrados, constituíam verdadeiros paradoxos, uma vez que contrariavam os princípios da lógica como ocorre na situação que denominamos “paradoxo do perdão” (cf. p. 228-231), dentre outras. Entretanto, não se pode negar a coerência discursiva estabelecida a partir dessas construções, o que corrobora para que se confirme a capacidade persuasiva do pregador, sobretudo quando fundamenta seu discurso na Bíblia, que,

como sabemos, foi concebida para ser um código moral para as sociedades terrenas que vige por meio de um acordo tácito firmado entre os homens que legitima a interpretação católica das Sagradas Escrituras.

Quanto às características do discurso autoritário-religioso, observadas a partir daquelas arroladas por Citelli, verificamos que todas se fazem presentes no discurso do sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*:

- a) *a formação discursiva por excelência persuasiva se faz presente no referido texto*, pois o contexto deixa claro que Portugal está perdendo o Brasil para os holandeses e Vieira pretende incitar os brasileiros à luta armada; para isto, prega o sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*. Para persuadir os brasileiros, Vieira dirige-se diretamente a Deus e “repreende-O” pelo que Ele está “permitindo” que aconteça com os portugueses;
- b) *o sermão constitui o lugar onde se instalam todas as condições para o exercício de dominação pela palavra*, pois, ao “argumentar” com um interlocutor do plano espiritual, Vieira está, na verdade, monologando, uma vez que Deus não vai “contra-argumentar” com o padre. Assim, em nenhum momento, Vieira terá um “opositor”;
- c) *o texto se caracteriza como um discurso exclusivista por não haver espaço para mediações ou ponderações*. Assim, os signos são fechados e o discurso fixa-se em um jogo parafrásico. Repete-se uma fala já sacramentada pela instituição, neste caso a Igreja, e é à sua interpretação da Bíblia Sagrada que Vieira recorre para compor o seu discurso. Nele não há espaço para mediações ou ponderações porque a voz da Bíblia é

universalmente aceita como o fundamento do pensamento cristão e o instrumento de acesso a Deus e a Seu Filho. Qualquer “ponderação” que se fizesse, conforme demonstramos no decorrer desta tese, seria considerada herética, já que, por ser fruto do raciocínio, discordaria do discurso do sacerdote;

- d) *o texto se apresenta como o lugar do monólogo, em detrimento do diálogo, pelo fato de o padre argumentar com um ser do mundo espiritual. E ainda que assim não fosse, só por basear-se na Bíblia, o pregador eliminou qualquer possibilidade de diálogo, uma vez que a Bíblia Sagrada é a “palavra de Deus” e contra ela ninguém haverá de se levantar, sob pena de incorrer em pecado grave e correr o risco de “arder nas chamas do Inferno”, de acordo com a crença difundida entre os fiéis pela própria Igreja Católica;*
- e) *o “tu” se transforma em mero receptor e, por conseguinte, não tem nenhuma possibilidade de interferir ou modificar o que está sendo dito. Essa característica pode ser comprovada pelo fato de ninguém poder se insurgir contra a “palavra de Deus”. Para os receptores reais do discurso de Vieira, isto é, os brasileiros, o padre intermedeia a mensagem divina e, portanto, é um representante de Deus, o que bloqueia as comunicações desses fiéis e cria uma “ilusão de reversibilidade” (cf. p. 74).*

No que se refere ao valor das formas nominais do verbo, observamos que, no sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*, essas formas apresentaram um valor argumentativo, uma vez que concorrem para persuadir Deus a reverter a situação dramática em que se encontram os portugueses, frente aos ataques reiterados dos inimigos holandeses às terras do Brasil. Esse mesmo valor pode ser

comprovado no *Sermão da Sexagésima*, cujo conteúdo se articula sobre o particípio, o infinitivo e o gerúndio.

A análise das formas nominais do verbo, com ênfase particular na estrutura léxica do gerúndio, enquanto ato ilocucional, conforme demonstrado no *Sermão da Sexagésima*, revelou que, em contextos bem específicos, essa forma nominal pode praticar uma ação ao ser enunciada. Assim é que Vieira a usara no sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*, pois, ao pedir, o faz *pedindo* (mesmo que o sacerdote não reconheça), *protestando e argumentando*; ou seja: *só se pode pedir pedindo*; só que, ao pedir, para expressar sua indignação, ele também o faz *protestando* e, ainda ao pedir, para persuadir Deus, ele o faz *argumentando*. Na verdade, o padre, ao pedir e enquanto pede, pratica três ações simultâneas: o próprio pedido, o protesto e os argumentos.

Contudo, a ação de pedir protestando e argumentando, como comprovado, revoga o próprio pedido e torna-o protesto e argumentos. É à presença do traço [+ simultaneidade], presente na articulação entre o verbo no gerúndio, de um lado, e o lexema verbal do verbo que o antecede, de outro, que se deve a metamorfose do pedido em protesto e argumentos. Sendo protesto, é justo porque implica o merecimento do locutor (só podemos protestar se nos consideramos injustiçados; como injustiçados, somos merecedores de uma reparação à altura do dano sofrido) e o atrela à obrigação do interlocutor, devedor insolvente, de pagar a dívida; e, no caso, o pagamento exigido por Vieira é que Deus atenda ao protesto e aos argumentos e, convenhamos, *o protesto e os argumentos são o próprio sermão*, o que torna esse trecho do discurso de Vieira (cf. p. 321, l. 160-161) o alicerce principal de todo o texto.

Em relação ao particípio, Vieira faz uso dessa forma nominal não só para recordar ações que já se perderam no passado, mas também para resgatar aquelas que, mesmo concluídas, têm valor de referência para o público-alvo do sermão, conforme verificado no *Sermão da Sexagésima*.

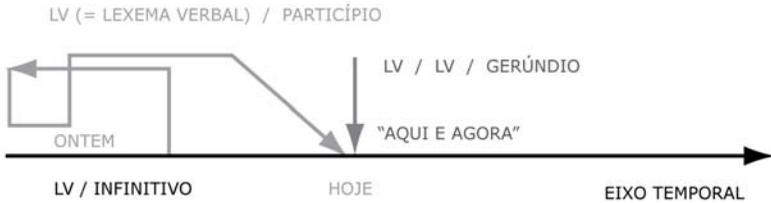
No sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*, o peso argumentativo do particípio articulado ao lexema verbal revela-se no confrontar Deus com a sua própria displicência para com os portugueses, afinal, o fato está consumado: “preteridos” e “esquecidos” pelo Pai, “desassistidos” de sua misericórdia, são constrangidos a assistir à vitória imerecida dos holandeses, pois estes estão, de fato, “assistidos” e “prosperados” (cf. p. 189). É preciso, portanto, destruir os holandeses e entregar o Brasil aos portugueses – mas somente Deus pode fazê-lo.

Quanto aos infinitivos, não podemos considerá-los formas neutras, pois se inscrevem, no caso do Sermão da Sexagésima, em uma peça oratória que é uma teoria sobre como argumentar de modo eficiente e eficaz, para persuadir o público-alvo do orador.

No sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*, é na atemporalidade do infinitivo que o valor argumentativo dessa forma nominal se fundamenta, pois decalca as ações dos portugueses para fincar as estacas da fé católica em mundos ainda virgens, o que, naturalmente, segundo o padre, lhes dá o direito de obter de Deus as terras do Brasil, assoladas pelo “herege” holandês.

Ainda em relação ao infinitivo, essa forma nominal dá representatividade ao *como fazer* no esquema argumentativo de Vieira (cf. p. 155); também através do nome do verbo, é preciso enquadrar o ouvinte *em qualquer tempo*; assim é que a

presença dessa forma nominal assegura a atemporalidade do discurso (cf. p. 234-242), no que se refere ao “prazo de validade” deste, sem, contudo, descuidar do *aqui e agora* da pregação, conforme atesta o esquema:



Onde:

- ✚ INFINITIVO = Representa a atemporalidade do discurso persuasivo.
- ✚ GERÚNDIO = Representa o “aqui e agora” discursivo.
- ✚ PARTICÍPIO = Representa o resgate de ações passadas como valor de referência.

Convenhamos que, se o *Sermão da Sexagésima* é destinado aos que pregam a palavra divina; e se o próprio Vieira prega a palavra de Deus, então é lógico supor que ele é, ao mesmo tempo, enunciador e alvo de suas pregações; por conseguinte, terá ele mesmo de dar o exemplo aos seus fiéis. Entretanto, no sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*, Vieira comporta-se como se os ensinamentos das Sagradas Escrituras fossem destinados apenas aos outros, uma vez que ele próprio, ao exigir que Deus favoreça os portugueses em detrimento dos holandeses, não os exemplifica.

No que se refere à seleção lexical, a análise da ocorrência e do papel argumentativo do léxico escolhido para compor a argumentação no discurso de Vieira, por meio da teoria dos semas ou semântica estruturalista, deixou entrever que o discurso autoritário-religioso do sacerdote, no sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda*, é, na verdade, o que qualificamos de paradoxal por considerarmos que o seu discurso desconstrói a idéia de um Deus bom, justo e perfeito. Segundo o texto:

- ✚ Deus é *bom*; por isso dará o Brasil aos portugueses e destruirá os hereges holandeses.
- ✚ Deus é *justo*; por isso dará o Brasil aos portugueses e destruirá os hereges holandeses.
- ✚ Deus é *perfeito*; por isso dará o Brasil aos portugueses e destruirá os hereges holandeses.

Ocorre que, conforme apontamos no desenvolvimento do texto, *bondade, justiça e perfeição* possuem sememas incompatíveis com as exigências de Vieira, pois “intimar” Deus a beneficiar os portugueses em detrimento dos holandeses é o mesmo que exigir-Lhe que seja *parcial e injusto*, adjetivos nada lisonjeiros para quem é bom, justo e perfeito, *segundo palavras da própria Bíblia*. Assim, Vieira usou as palavras das Sagradas Escrituras para desconstruí-las e, ao desconstruir as palavras da Bíblia, desconstruiu seu próprio discurso, já que as Escrituras são o fundamento de sua argumentação.

Essa desconstrução se deve ao fato de que todos somos filhos do mesmo Pai. Assim, portugueses e holandeses são irmãos. Se são irmãos, não pode haver “preferência” por parte do Pai. Se houver, então esse Pai é, no mínimo, injusto. Como Vieira quer e até mesmo exige que haja preferência, concluímos ser lógico afirmar que o padre impõe que o

próprio Deus se comporte de modo contrário ao que pregam as Sagradas Escrituras; só que estas, por seu turno, contêm, em suas páginas, as palavras de Deus; logo, Deus desmente as próprias palavras e assim indefinidamente, o que prova a existência do fenômeno que denominamos *roda argumentativa*.

Um discurso que desconstrói a idéia de um Deus justo e perfeito e se utiliza das palavras contidas na própria Bíblia para fazê-lo caracteriza-se como um discurso paradoxal.

A desconstrução do discurso do sermão *Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda* também se dá por outra via. No epílogo, no derradeiro argumento, ao afirmar que, desde aquele momento, os portugueses (o sacerdote prega o sermão em nome dos portugueses, uma vez que ele próprio era português) perdoavam a todos pelo amor de Jesus, Vieira esvazia o conteúdo do sermão e torna-o sem razão de ser.

O paradoxo do perdão (cf. p. 228-231) pode atestar esse esvaziamento se considerarmos a mensagem variável de nossa roda argumentativa como sendo a que descreve o modo como o Senhor agirá conosco se não perdoarmos de coração ao nosso irmão (cf. p. 226-227). Essa mensagem contém dois implícitos que esgotam o conteúdo semântico do sermão e o destituem de seu objetivo, pois, no primeiro implícito, estamos constrangidos a perdoar do “fundo do coração” para que, no futuro, possamos obter o perdão de um Pai que não perdoa (cf. p. 228); assim, o perdão de Deus é condicionado ao nosso perdão espontâneo. No segundo implícito, temos que, como Deus, de qualquer modo, não perdoa, não precisamos perdoar ao nosso irmão, pois esse perdão será estéril, uma vez que, satisfeita a condição imposta, não obteremos a devida compensação, que é o perdão de Deus.

As implicações que derivam desses implícitos são evidentes: o perdão “espontâneo”, ao ser imposto como uma condição para que sejamos perdoados, deixa de ser espontâneo e torna-se forçado. Na hipótese de que consigamos perdoar, como o perdão não é “do fundo do coração”, pois não pode sê-lo, de qualquer modo, não seremos perdoados.

Se não seremos perdoados, não precisamos perdoar; não perdoando, não estaremos atendendo às determinações contidas nas Sagradas Escrituras; como essas determinações são inconsistentes com os exemplos fornecidos, já que estes desmentem aquelas, também não precisamos acatá-las; contudo, se não o fizermos, estaremos desrespeitando as Sagradas Leis, e assim indefinidamente. Como se pode constatar, não há saída.

Convenhamos que um Deus perfeito, bom e justo não pode desdizer as Suas próprias palavras, pois, se o fizer, lançá-lhes-á o descrédito e atestará que Sua perfeição *não existe de fato, mas tão-somente no papel*, o que é inconcebível.

Mesmo assim, Deus não perdoará aos portugueses e tampouco Seu Augusto Filho o fará, o que nos permite concluir que o sermão estará condenado à esterilidade a partir dos próprios exemplos – *extraídos das Sagradas Escrituras*, ressalte-se – fornecidos por Vieira para fundamentar sua argumentação.

Acrescente-se que condicionar o perdão também exaure o próprio valor deste, uma vez que, em nenhum momento, busca-se usar a lição para que os homens possam se tornar melhores enquanto pessoas; não, o perdão deve ser concedido, pois esta é a suprema condição para que se obtenha o perdão divino; assim, não importa nada que aquele que “perdoa” não saiba o

que está fazendo, uma vez que suas atitudes são motivadas pelo interesse de obter o perdão de Deus para suas próprias faltas.

Assim, de nada valerá a Vieira que os portugueses “perdoem” aos holandeses; aliás, mesmo que o “perdão” seja sincero, do “fundo do coração”, sem constrangimentos ou imposições, no caso de considerarmos *sinceras mesmo* as últimas palavras de Vieira, o resultado será rigorosamente o mesmo: o esvaziamento semântico do conteúdo do sermão e a sua desnecessidade.

Se os portugueses perdoarem aos holandeses sem ser “do fundo do coração” – o que é muito mais provável, já que o que Vieira realmente deseja é retomar as terras do Brasil e, para isto, não importa nada que os holandeses pereçam –, não serão perdoados pelo Pai e, portanto, ficarão sem os ricos torrões brasileiros.

Por outro lado, se os portugueses perdoarem *mesmo* aos holandeses, o litígio deixa de existir; se não há mais litígio, anula-se o objetivo do sermão e a sua própria razão de ser. Para Vieira, nenhuma dessas duas situações – concebidas a partir do seu próprio discurso, é confortável, pois, de qualquer modo, os portugueses ficarão em posição inferior à dos holandeses.

Como todo paradoxo, não há saída. Nem para Deus nem para os que crêem em Sua justiça, mas não podem entendê-la. Melhor, então, será admitir que há algo além de nossa compreensão em vez de legitimar a injustiça e a incoerência com discursos que ferem a lógica e o raciocínio.

Terá, então, Vieira malgrado o seu próprio discurso? Não para os fiéis. Lembremo-nos de que o “*Deus justo*” de Vieira é uma mentira que integra o campo semântico das verdades em que o padre acredita (cf. p. 168). Assim é que Vieira afirma algo sem afirmar. Assim é também que Vieira só

pôde ser vencido por sua roda argumentativa porque ele próprio desconstruiu o seu discurso. Apesar disso – e acima de tudo –, ele venceu, porque, de qualquer modo, os fatos seguiriam seu curso e o seu nome perpetuar-se-ia na grande roda da História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Antônio Suárez. *A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção*. 7. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.
- BÍBLIA Sagrada. Tradução de J. F. de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1995.
- A BÍBLIA Sagrada: Antigo e Novo Testamento. Tradução de J. F. de Almeida. Brasília / Distrito Federal: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.
- AMADO, James (Org.). *Obras completas de Gregório de Matos*. Salvador: Janaína, 1968. 7 v.
- ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. 16. ed. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.
- AUHLIN, Antoine. Ethos e experiência do discurso: algumas observações. In: MARI, H. et alii. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE / UFMG, p. 201-225, 2001.
- AUSTIN, J. L. *Quand dire c'est faire*. Paris: Seuil, 1970.
- BARRETO, Mário. *Novíssimos estudos da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença / INL – FCRB – MEC, 1980. (Linguagem, n. 14).
- BATESON, Gregory. A theory of play and fantasy. In: *Steps to and ecology of mind*. N.Y.: Ballantines Books, 1972, p. 177-196.
- BENSABAT, Jacob. *O francês sem mestre*. 6. ed. Revisão de H. Brunswick. Porto: Lello & Irmão, s/d.

- BÍBLIA de Jerusalém. 2. ed. Tradução de Pe. Estêvão Bettencourt O.S.B. et alii. São Paulo: Paulus, 2003.
- BOXER, C. R. *O império marítimo português*. Lisboa: Edições 70, s/d.
- BRANDÃO, C. *Sintaxe Clássica Portuguesa*. Belo Horizonte: UFMG, 1963.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Subjetividade, argumentação, polifonia: A propaganda da Petrobrás*. São Paulo: UNESP, 1998.
- CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso. *Dicionário de Lingüística e Gramática*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- CARNEIRO, A. D. *Redação em construção: a escritura do texto*. São Paulo: Moderna, 1997.
- CASTRO, Frei João José Pedreira de e O. F. M. †. Revisão da equipe auxiliar da editora. *Bíblia Sagrada*. 18. ed. Tradução dos originais mediante a versão dos Monges de Maredsous (Bélgica) pelo Centro Bíblico Católico. São Paulo: Ave Maria, 2002.
- CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette Éducation, 1992.
- _____. Para uma nova análise do discurso. In: *O discurso da mídia*. CARNEIRO, Agostinho Dias (Org.). Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996, p. 5-43.
- CIDADE, Hernâni e SÉRGIO, António. *Padre António Vieira*. Obras escolhidas. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1954. (Coleção de Clássicos Sá da Costa, v. 10, sermões I; v. 12, sermões III).
- CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 1986.

- CUNHA, C. F. da e CINTRA, L. F. L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DUCROT, O. *Princípios de Semântica Lingüística (dizer e não dizer)*. São Paulo: Cultrix, 1977.
- FILHO, Domício Proença. *Estilos de época na literatura*. 15. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- GOFFMAN, E. *Frame analysis*. N.Y.: Harper and Row, 1974.
- _____. Footing. In: *Forms of talk*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, p. 124-59, 1981.
- GUMPERZ, J. *Discourse strategies*. Cambridge: Cambridge U. Press, 1982.
- HOUAISS, A. e VILLAR, M. de S. *Dicionário eletrônico Houaiss*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 1 CD-ROM.
- ILARI, R. e GERALDI, J. W. *Semântica*. São Paulo: Ática, 1990.
- KARDEC, A. *O Evangelho Segundo o Espiritismo*. Rio de Janeiro: FEB, s/d.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *La enunciación: de la subjetividad en el lenguaje*. 3. ed. Buenos Aires: Edicial, 1997.
- LANGENDOEN, D. Terence. La natureza de la semántica. In: *Los fundamentos de la gramática transformacional*. CONTRERAS, Heles. México: Siglo XXI, 1971, p. 66-90.
- LISBOA, João Francisco. *Vida do Padre António Vieira*. São Paulo: W. M. Jackson Inc, 1964. (Clássicos Jackson, v. 19).

- ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PÉCORA, Alcir. (Org.). *Sermões: Padre Antônio Vieira*. São Paulo: Hedra, 2001. Tomos 1 e 2.
- PERELMAN, C. e OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação – a nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- PERREZ, Raymond; PEACOCK, Noël; CITRON, Sabine. In: LEXUS (Org.). Tradução de Rosa Carreira. *Nova gramática de francês*. Lisboa: Presença, 2000.
- PLATÃO S., F. e FIORIN, J. L. *Lições de texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 1997.
- QUENTAL, L. Alinhamentos e estrutura de participação em uma entrevista terapêutica. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, n. 20, p. 91-112, jan./jun. 1991.
- _____. *Comunicações paradoxais e o conceito de duplo vínculo*. Rio de Janeiro: texto mimeografado, 1995.
- RAYNAL, Guillaume Thomas. *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des Européens dans les deux Indes*. Genève: Libraries Associeés, 1783.
- SARAIVA, A. J. *O discurso engenhoso* (estudos sobre Vieira e outros autores barrocos). São Paulo: Perspectiva, s/d.
- SARAIVA, A. J. e LOPES, O. *História da Literatura Portuguesa*. 11. ed. Porto: Porto Editora, 1979.
- SEMBLANO, Martinho Lutero R. N. Bereshit: *A Criação: do Big Bang à costela de Adão*. Rio de Janeiro: Igreja de Nova Vida da Tijuca, 2000.

- TANNEN, D. *That's not what i meant!* How conversational style makes or breaks relationships. N.Y.: Ballantine Books, 1987.
- TANNEN, D. e WALLAT, C. Interactive frames and knowledge schemas in interaction: examples from a medical interview. In: *Social psychology quarterly*, 1987, 50 (2), p. 205-16.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão*. Uberlândia: Gráfica da UFU, 1981.
- ULLMANN, S. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.
- VIEIRA, Pe. António. *Obras Completas*. Porto: Porto Editora, 1959. (Lello & Irmão).
- VILELA, Mário e KOCH, I. V. *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina, 2001.
- WATZLAWICK, P.; BEAVIN, J. H.; JACKSON, D. D. *Pragmática da comunicação humana*. São Paulo: Cultrix, 1967.

BIBLIOGRAFIA GERAL

- A BÍBLIA Sagrada: Antigo e Novo Testamento. Tradução de J. F. de Almeida. [S.l.]: NovoDisc Mídia Digital Ltda, 2004. 1 CD-ROM.
- ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira. A repetição como elemento condutor do tópico discursivo. In: *Filologia e Lingüística Portuguesa*. São Paulo: Humanitas, n. 2, p. 179-204, 1998.
- ASSAD Alvares, Cláudia. *O jogo da linguagem e a construção do sentido*. Dissertação de Mestrado apresentada à Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro: texto digitado, 1996. 159 p.
- ASSUNÇÃO, Paulo de. *Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- AULETE, Caldas. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Delta, 1964.
- AZEREDO, J. C. de. *Fundamentos da gramática do português*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- AZEVEDO, D. Walmor Oliveira de. Escatologia: fundamentos e perspectivas bíblicas. In: *COMMUNIO – Revista Internacional de Teologia e Cultura*. Rio de Janeiro – RJ, v. 22, n. 1, p. 9-52, 2004.
- BANDLER, R. e GRINDER, J. *A estrutura da magia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BARBARA, Leila. *Sintaxe transformacional do modo verbal*. São Paulo: Ática, 1975.

- BARROS, Diana Luz Pessoa de. Retórica, pragmática e semiótica. In: *Revista Linha D'água*. n. 5, p. 63-71. São Paulo, 1987.
- _____. Procedimentos de construção do texto falado: aspectualização. In: *Língua e Literatura*. Departamento de Letras. São Paulo: USP, n. 21, p. 67-76, 1994-95.
- _____. Discurso e história: a construção discursiva do imaginário nacional... In: *Revista Linha D'água*. São Paulo, n. especial, p. 149 -159, 1995.
- BASTOS, C. L. e KELLER, V. *Aprendendo lógica*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa* – cursos de 1º. e 2º. graus. 34. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1992.
- _____. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BELLOCCHIO, João Geraldo Machado. *Parate viam domini: doutrina teológica dos sermões do ano litúrgico do Pe. Antônio Vieira*. SJ (1608-1697). Excerpta ex Dissertatione ad Doctoratum in Facultate Theologiae apud Pontificiam Universitatem Gregorianam. Roma, 2001.
- BENDIX, Edward H. Os dados da descrição semântica. In: *A semântica na lingüística moderna: o léxico*. Seleção, introdução e revisão técnica de Lucia Maria Pinheiro Lobato. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 33-58, 1977.
- BETTENCOURT O.S.B., Pe. Estêvão. *A inquisição*. Rio de Janeiro: Escola *Mater Ecclesiae*, s/d.

- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Dimensões da palavra. In: *Filologia e Lingüística Portuguesa*. São Paulo: Humanitas, n. 2, p. 81-118, 1998.
- BLOOMFIELD, Leonard. O significado. In: *Fundamentos metodológicos da lingüística*. DASCAL, Marcelo (Org.). Campinas: Unicamp, v. 3, Semântica, p. 29-41, 1982.
- _____. Um conjunto de postulados para a ciência da linguagem (1926). In: *Fundamentos metodológicos da lingüística*. DASCAL, Marcelo (Org.). Campinas: Unicamp, v. 1, Concepções gerais da teoria lingüística, p. 45-60, 1978.
- BOULANGER, J.-C. e CORMIER, M. C. *Les noms propres dans l'espace dictionnaire*. [S.l.]: Università di Palermo, 1995.
- BRAIT, Beth. A construção do sentido: um exemplo fotográfico persuasivo. In: *Língua e Literatura*. Departamentos de Letras. São Paulo: USP, n. 21, p. 19-27, 1994-95.
- CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- _____. *Problemas de lingüística descritiva*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- CAMPOS, Odette A. de Souza. *O gerúndio no português: estudo histórico-descritivo*. Rio de Janeiro: Presença, 1980.
- CARNEIRO, A. D. Atualização discursiva dos nomes próprios. In: *Discurso, coesão, argumentação*. SANTOS, L. W. dos. (Org.). Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1996, p. 80-95.

- CARNEIRO, Marísia e MONNERAT, Rosane. *Patrick Charaudeau: modos de organização do discurso*. Rio de Janeiro: texto mimeografado, s/d.
- CARONE, Flávia de Barros. *Morfossintaxe*. São Paulo: Ática, 1991.
- CARRILHO, Fernanda. *Sermão de Santo António aos Peixes, de Padre Antônio Vieira*. Lisboa: Texto Editora, 1999.
- CARROLL, Lewis. *Aventuras de Alice: no País das Maravilhas – através do espelho e o que Alice encontrou lá – outros textos*. 3. ed. Tradução e organização de Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Summus, 1980.
- CASTILHO, Ataliba T. de. *Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa*. Tese de Doutorado em Letras apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo: texto mimeografado, 1966.
- CEIA, Carlos (Org.). *Dicionário de Termos Literários*. Lisboa: Editorial Verbo, 2002.
- CERVONI, Jean. *A enunciação*. São Paulo: Ática, 1989.
- CHARAUDEAU, P. Discurso e discursos. Tradução de Cleone Augusto Rodrigues. In: *Anais do I Congresso Internacional da Faculdade de Letras da UFRJ: Discurso e Ideologia*. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 3, p. 320-327, 14-18 de setembro de 1987.
- _____. *O que quer dizer comunicar*. Tradução de Agostinho Dias Carneiro. Rio de Janeiro: texto mimeografado, 1995.
- _____. Da competência social da comunicação às competências comunicativas. In: *ALED – Revista*

Latinoamericana de Estudos do Discurso, v. 1, n. 1, p. 7-22, ago. 2001.

_____. *L'analyse du discours: etat de la question*. Centre d'analyse du discours. Unniversité de Paris 13: texto mimeografado, 2002.

CHIAPPETTA, Angélica. Retórica e crítica literária na antiguidade. In: *Phaos – Revista de Estudos Clássicos*. SP: IEL/UNICAMP, n. 1, p. 39-60, 2001.

CHIARETTO, Marcelo. Ilocucional x perlocucional no discurso sociopolítico: manipulações na mídia. In: *Cadernos de Pesquisa do NAPq: Analisando Discursos (2ª parte)*. MACHADO, Ida Lúcia (Org.). UFMG, p. 59-66, s/d.

COPI, Irving M. *Introdução à lógica*. São Paulo: Mestre Jou, 1974.

COQUET, J.-C. O sujeito epistêmico e seu discurso. In: *Análise do discurso em ciências sociais*. A. J. Greimas, E. Landowski. Tradução e prefácio de Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: Global, p. 157-170, 1986.

COSTA, Sônia B. B. *O aspecto em português*. São Paulo: Contexto, 1997.

DASCAL, Marcelo. As convulsões metodológicas da lingüística contemporânea. In: *Fundamentos metodológicos da lingüística*. _____. (Org.). Campinas: Unicamp, v. 1, Concepções gerais da teoria lingüística, p. 17-41, 1978.

DEMÓSTENES. *A Oração da Coroa*. Tradução de Adelino Capistrano. Rio de Janeiro: EDIOURO, s/d. (Coleção Clássicos de bolso).

- DENIS, Léon. *Cristianismo e espiritismo*. 14. ed. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2005.
- DIAS, A. Epiphânio da Silva. *Syntaxe Historica Portuguesa*. 4. ed. Lisboa: Clássica Editora, s/d.
- DOMINGUES, T. da C. Aparecida. *A poética do Padre Antônio Vieira*. Dissertação de Mestrado em Poética apresentada à Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: texto mimeografado, 1980.
- DOUGHERTY, Ray C. Um exame dos métodos e argumentos lingüísticos. In: *Fundamentos metodológicos da lingüística*. DASCAL, Marcelo (Org.). Campinas: Unicamp, v. 4, Pragmática – problemas, críticas, perspectivas da lingüística, p. 187-226, 1982.
- DUBOIS, Jean. *Dicionário de Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Revisão técnica da tradução: Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes, 1987.
- ECO, Umberto. *A estrutura ausente*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- ÉSQUILO. Prometeu acorrentado. In: *ÉSQUILO: Prometeu acorrentado...* Tradução de Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- EURÍPIDES. *Medeia...* Tradução de Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- FERNANDES, Francisco. *Dicionário de sinônimos e antônimos da língua portuguesa: de acordo com a ortografia oficial brasileira*. 32. ed. Revista e ampliada por Celso Pedro Luft. São Paulo: Globo, 1991.

- FERREIRA, A. B. de H. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 1 CD-ROM.
- FIGUEIRA, R. Attié. *Verbos introdutores de pressupostos*. Dissertação apresentada ao Departamento de Linguística do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Campinas: texto mimeografado, 1974.
- FILHO, F. V. P. *A evolução dos estudos semânticos*. Rio de Janeiro: texto mimeografado, s/d.
- FIORIN, J. L. *Semântica e análise do discurso*. São Paulo: texto digitado, 2002.
- _____. *Ethos discursivo – Palestra de José Luiz Fiorin*. 1º CELING. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: texto digitado, 2001.
- FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1990.
- FLOCH, J.-M. Comunicação ou manipulação? In: *Análise do discurso em ciências sociais*. A. J. Greimas, E. Landowski. Tradução e prefácio de Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: Global, p. 197-214, 1986.
- FONTANA, Nauria Inês. *Teorias semânticas*. UFSC. Santa Catarina: texto digitado, s/d.
- FREGE, G. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- FREUD, S. *O ego e o id e outros trabalhos*. (1923-25). Rio de Janeiro: Imago, v. 19, 1976.
- GARCIA-ROZA, L. A. *Freud e o Inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

- GEOLTRAIN, P. Distanciamento e pertinência: a noção de texto. In: *Análise do discurso em ciências sociais*. A. J. Greimas, E. Landowski. Tradução e prefácio de Cidmar Teodoro Pais. São Paulo: Global, p. 187-195, 1986.
- GERALDI, J. W. *Se a semântica fosse também pragmática...* Dissertação apresentada ao Departamento de Lingüística do IEL da UNICAMP. Campinas: texto mimeografado, 1978.
- GÓES, Carlos. *Methodo de analyse (lexica e logica) ou syntaxe das relações*. 6. ed. Bello Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, 1926.
- GOUVÊA, Ricardo Quadros. *Paixão pelo paradoxo: uma introdução aos estudos de Soren Kierkegaard e de sua concepção da fé cristã*. São Paulo: Novo Século, 2000.
- GRICE, H. P. Logic and Conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. L. (Ed.). *Syntax and semantics*. N.Y.: Academic Press, v. 3: Speech acts, p. 41-58, 1975.
- GUIMARÃES, Eduardo. História, sujeito, enunciação. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, n. 35, p. 109-116, jul./dez. 1998.
- GUIRAUD, Pierre. *A Semântica*. Tradução e adaptação de Maria Elisa Mascarenhas. 4. ed. São Paulo: DIFEL, 1986.
- HALLIDAY, M. A. K. As bases funcionais da linguagem (1973). In: *Fundamentos metodológicos da lingüística*. DASCAL, Marcelo (Org.). Campinas: Unicamp, v. 1, Concepções gerais da teoria lingüística, p. 125-161, 1978.
- HENRIQUES, C. C. e SIMÕES, D. M. P. (Orgs.). *A redação de trabalhos acadêmicos: teoria e prática*. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2003.

- HRYNIEWICZ, S. *Lógica e argumentação*. Rio de Janeiro: texto digitado, 2002.
- HOLANDA, S. B. de (Org). *História Geral da Civilização Brasileira: a época colonial – do descobrimento à expansão territorial*. 5. ed. São Paulo: DIFEL, t 1, v. 1, 1976.
- HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HOMERO. *A Ilíada*: (em forma de narrativa). 9. ed. Tradução e adaptação de Fernando C. de Araújo Gomes; ilustrações de E. Rodrigues. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999. (Clássicos de bolso).
- HUMPHREYS, Colin J. *Os milagres do Êxodo: a descoberta de um cientista das extraordinárias causas naturais das histórias bíblicas*. Rio de Janeiro: Imago, 2004.
- ILARI, Rodolfo. *A expressão do tempo em português*. São Paulo: Contexto, 1997.
- _____. Introdução. In: *Fundamentos metodológicos da lingüística*. DASCAL, Marcelo (Org.). Campinas: Unicamp, v. 3, Semântica, p. 7-27, 1982.
- A. JÚNIOR, B. *Movimentos e estilos literários*. São Paulo: Scipione, 1995. (Coleção Margens do Texto).
- KATZ, Jerrold J. O Escopo da Semântica. In: *Fundamentos metodológicos da lingüística*. DASCAL, Marcelo (Org.). Campinas: Unicamp, v. 3, Semântica, p. 43-61, 1982.
- KATO, Mary A. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolingüística*. São Paulo: Ática, 1986.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. Roteiro de estudo do texto: a pragmática da enunciação. In: *A enunciação: da subjetividade na linguagem*. Edicial Argentina, 1997.

- KOCH, I. V. A referenciação como atividade cognitivo-discursiva e interacional. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, n. 41, p. 75-89, jul./dez. 2001.
- _____. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1991.
- _____. *Estratégias de processamento textual*. Campinas: texto digitado, s/d.
- _____. Uma visão argumentativa da gramática: os operadores argumentativos. (SBPC – 1982). In: _____. *Argumentação e linguagem*. 7. ed. São Paulo: Cortez, p. 102-108, 2002.
- _____. Argumentação e autoridade polifônica. (GEL – maio de 1982). In: _____. *Argumentação e linguagem*. 7. ed. São Paulo: Cortez, p. 140-149, 2002.
- _____. A retórica aplicada. In: _____. *Argumentação e linguagem*. 7. ed. São Paulo: Cortez, p. 150-157, 2002.
- KOCH, I. V. e TRAVAGLIA, L. C. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1991.
- KONSTAN, David. La piedad divina: desde el paganismo hasta el cristianismo. In: *Phaos – Revista de Estudos Clássicos*. São Paulo: IEL/UNICAMP, n. 1, p. 115-128, 2001.
- KOTHE, Flávio R. *A alegoria*. São Paulo: Ática, 1986.
- KRAMER, Heinrich e SPRENGER, James *O martelo das feiticeiras (Malleus maleficarum)*. Introdução histórica de Rose Marie Muraro; prefácio de Carlos Byington; tradução de Paulo Fróes. 18. ed. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 2005.
- LACAN, J. Escritos. [S.l.: s.n.], [19--].

- LAPLANCHE, J. e PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- LEAL, J. C. *Jung: na fronteira do espírito*. Rio de Janeiro: Leymarie, 1999.
- LEITE, Marli Quadros. Aspectos de uma língua na cidade: marcas da transformação social no léxico. In: *Léxico na língua oral e na escrita*. PRETI, Dino (Org.). São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, p. 17-45, 2003.
- LIMA, Maria Luisa Aragão da Cunha. Construção da referência e representação lexical: por um tratamento dinâmico da semântica lexical. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, n. 41, p. 149-164, jul./dez. 2001.
- LIMA, Mario Pereira de Souza. *Grammatica expositiva da lingua portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- LIMA, R. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.
- LINHARES, M. Yedda. (Org.). *História geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- LÚCIA, Dharma. *As parábolas de Jesus segundo a doutrina espírita*. Rio de Janeiro: Leymarie, 2004.
- LUFT, C. P. *Moderna gramática brasileira*. São Paulo: Globo, 2000.
- LUZ, Geraldo A. da. Inflected infinitive in romance languages. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. São Paulo: Campinas, n. 34, p. 7-17, jan./jun. 1998.
- LYONS, J. *Introdução à lingüística teórica*. São Paulo: Nacional/USP, 1979.

- MAINGUENEAU, Dominique. *Initiation aux méthodes de l'analyse du discours*. Paris: Classiques Hachette, 1976.
- _____. Noções de Pragmática. In: *Pragmática para o discurso literário*. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 1-30, s/d.
- MARCUSCHI, L. A. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática, 1986.
- MAXIMIANO, Maria Aparecida. *Os procedimentos argumentativos no discurso da Igreja Universal do Reino de Deus*. Dissertação apresentada ao Departamento de Lingüística e Semiótica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: texto digitado, 2002.
- MARCONDES, Danilo. Sentido, verdade e argumentação. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, n. 35, p. 49-54, jul./dez. 1998.
- MARTINS, Eleni J. *Enunciação e diálogo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990. (Série Teses).
- MARTINS, Sylvio F. Dias. *Estratégias persuasivas em alguns sermões do padre Antônio Vieira: uma abordagem semiótica*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Lingüística Geral da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: texto digitado, 2003.
- MATEUS, Maria Helena Mira et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. 3. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.
- MATORÉ, Georges. *La méthode em lexicologie*. Nouvelle édition refondue. Paris: Marcel Didier, 1953.

- MELO, Gládstone Chaves de. Religião: algo sobre a Graça. In: *Revista Confluência*. Rio de Janeiro, n. 22, p. 123-124, 2º semestre de 2001.
- _____. Vieira, os textos e os ladrões. In: *Revista Confluência*. Rio de Janeiro, n. 22, p. 191-195, 2º semestre de 2001.
- MENDES, Paulo Henrique Aguiar. Considerações acerca dos aspectos discursivos da ironia. In: *Cadernos de Pesquisa do NAPq – Analisando Discursos (1ª parte)*. MACHADO, Ida Lúcia (Org.), UFMG, p. 37-48, s/d.
- MIOTO, Carlos; SILVA, M. C. Figueiredo; VASCONCELLOS, Ruth E. *Manual de sintaxe*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2000.
- MIRANDA, Ana. *Boca do Inferno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MIRANDA, Hermínio C. *Os cátaros e a heresia católica*. 2. ed. Niterói: Lachâtre, 2005.
- _____. *O evangelho gnóstico de Tomé*. 3. ed. Niterói: Lachâtre, 2003.
- MORI, Rogério e TUROLLA, Frederico. *Economia aplicada ao Direito*. Disciplina de Pós-Graduação do Programa de Educação a Distância do FGV Online. Disponível em <<http://ead2.fgv.br>>. Acesso em: abr. 2005.
- MOURA, Heronides Maurílio de Melo. A determinação de sentidos lexicais no contexto. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, n. 41, p. 111-125, jul./dez. 2001.
- _____. Entrevista – Semântica e argumentação: diálogo com Oswald Ducrot. In: *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*. São Paulo, n. 1, v. 14, fev. 1998.

- MURASHIMA, Mary Kimiko G. *Formas nominais Latinas*. Rio de Janeiro/Seminário Arquidiocesano de São José: texto digitado, s/d.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Resenhas: FIORIN, José Luiz. As astúcias da enunciação. São Paulo, Ática, 1996, 318 p. In: *Filologia e Lingüística Portuguesa*. São Paulo: Humanitas, n. 2, p. 227-231, 1998.
- OLIVEIRA, Flávio Ribeiro de. Um sofisma platônico. In: *Phaos – Revista de Estudos Clássicos*. São Paulo: IEL/UNICAMP, n. 1, p. 137-141, 2001.
- OLIVEIRA, Helênio Fonseca. *Traços semânticos*. Rio de Janeiro: texto mimeografado, s/d.
- OLIVEIRA, Helênio Fonseca e MONNERAT, Rosane S. M. O emprego de algumas conjunções no texto. In: PAULIUKONIS, M. A. Lino e GAVAZZI, S. (Orgs.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, p. 90-102, 2005.
- OSAKABE, Haqira. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Kairós, 1979.
- OTTONI, P. *John Langshaw Austin e a visão performativa da linguagem humana*. Tese apresentada ao Departamento de Lingüística do IEL da UNICAMP. Campinas: texto mimeografado, 1990.
- PAULIUKONIS, M. A. Lino. A produção e a interpretação de textos argumentativos. Setembro. 1º CELing. Mesa-redonda: *Argumentação e ensino: uma abordagem produtiva*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
- _____. *As estruturas correlatas da comparação: análise semântico-argumentativa do discurso na Comédia Eufrosina*. Tese de Doutorado apresentada à

Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: texto mimeografado, 1988.

_____. Ensino do léxico: seleção e adequação ao contexto. In: *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. PAULIUKONIS, M. A. Lino e GAVAZZI, S. (Orgs.). Rio de Janeiro: Lucerna, p. 103-128, 2005.

_____. *Os gêneros textuais e análise do discurso*. Seminário Interdisciplinar. Mesa-redonda com os professores L. C. Travaglia, V. Paredes e H. Gryner. Rio de Janeiro: UFRJ, nov. 2002.

_____. Processos de discursivização: da língua ao discurso. V Semana de Letras Neolatinas. In: *Texto e discurso: operações discursivas na enunciação*. Rio de Janeiro: UFRJ, set. 2003.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática expositiva – curso superior*. 60. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1943.

PEREIRA, Marcos A. Natureza e lugar dos discursos gramatical e retórico em Cícero e Quintiliano. In: *Phaos – Revista de Estudos Clássicos*. São Paulo: IEL/UNICAMP, n. 1, p. 143-157, 2001.

PEREIRA, S. M. da Cunha. *Formas gerundiais em francês e português: problemas de tradução e análise*. Dissertação de Mestrado em Linguística apresentada à Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro em convênio com a Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: texto mimeografado, 1979.

PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 2000.

- PINILLA, M. da A. M.; COSTA, M. C. R.; OLIVEIRA, M. T. I. de. Pressuposição, inferências e implicatura. In: *Modalidades de uso da língua*. Rio de Janeiro, t. 3, texto complementar, digitado, 1998.
- PIRES, Sueli. A co-construção do domínio referencial na cena textual. In: *Categorias e práticas de análise do discurso*. MARI, Hugo (Org.). FALE/UFMG, p. 23-34, 2000.
- PONTES, Eunice. *Espaço e tempo na língua portuguesa*. São Paulo: Pontes, 1992.
- PORTINE, Henri. *L'argumentation écrite expression et communication*. Paris: Hachette/Larousse, 1983.
- POSSENTI, Sírio. Vou estar –ndo. In: *Marcos Bagno – Forum*. Campinas: texto digitado, s/d.
- _____. O discurso não é uma camada. In: *I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, p. 157-166, 1999.
- POTTIER, Bernard; AUDUBERT, Albert; PAIS, Cidmar Teodoro. *Estruturas lingüísticas do português*. SP: Difusão Européia do Livro, 1972.
- POTTIER, Bernard. A definição semântica nos dicionários. In: *A semântica na lingüística moderna: o léxico*. Seleção, introdução e revisão técnica de Lucia Maria Pinheiro Lobato. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 21-31, 1977.
- PRETI, Dino. Variação lexical e prestígio social das palavras. In: *Léxico na língua oral e na escrita*. _____. (Org.). São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, p. 47-67, 2003.
- PROPRIEDADE *no emprego do vocabulário*. Material apostilado. Elaborado pelo grupo de pesquisadores que participam do Projeto de Estudos Textuais da Pós-

Graduação da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 1993.

QUEIROZ, A. M. V. de. *Argumentação: definições e um estudo em um editorial*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: texto mimeografado, 2º semestre de 1993.

QUENTAL, L. Unidades de análise e unidades do discurso. *Anais da Ampoll (publicados em 1988)*. Rio de Janeiro: texto mimeografado, 1987.

QUINE, W. V. *The ways of paradox and other essays*. Massachusetts: Harvard University Press, 1976.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. A verdade na/da argumentação. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, n. 35, p. 39-47, jul./dez. 1998.

REIS, Carlos (Universidade de Coimbra). Ideologia e pluridiscursividade. In: *Anais do I Congresso Internacional da Faculdade de Letras da UFRJ: Discurso e Ideologia*. Rio de Janeiro: UFRJ, n. 3, p. 147-160, 14-18 set. 1987-1989.

REY-DEBOVE, Josette. Lexique et dictionnaire. In: *Comprendre la linguistique*. POTTIER, B. et alii. Paris: Marabout Université, p. 175-212, 1975.

ROCCA, Paulina D. Artimonte. Predicados factivos em português. In: *Cadernos PUC*. São Paulo, n. 5, Lingüística, p. 15-39, mar. 1980.

ROLIM, Wiliane Viriato. A teoria dos atos de fala como instrumento de análise do discurso. In: *Categorias e práticas de análise do discurso*. MARI, Hugo (Org.). FALE/UFGM, p. 46-52, 2000.

- RONCARI, Luiz. 2. ed. *Literatura brasileira: dos primeiros cronistas aos últimos românticos*. São Paulo: Edusp, 2002. (Didática, 2).
- ROTH, Wolfgang. A semântica histórica: um campo abandonado da lingüística? In: *Filologia e Lingüística Portuguesa*. São Paulo: Humanitas, n. 2. p. 61-79, 1998.
- SANTOS, João Bôsko Cabral dos. Reflexões discursivas em torno da essência sêmica dos enunciados e seu uso no ensino de produção escrita. In: *Categorias e práticas de análise do discurso*. MARI, Hugo (Org.). FALE/UFMG, p. 35-45, 2000.
- SANTOS, Vera L. Pereira dos. *Estruturação táxica dos arquilexemas verbo-nominais*. Dissertação apresentada ao Departamento de Lingüística e Línguas Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: texto mimeografado, 1979.
- SCOTT, Michael. Lendo nas entrelinhas. In: *Cadernos da PUC*. Rio de Janeiro, n. 16, p. 28-42, 1980.
- SEARLE, J. R. *Speech Acts*. Cambridge: Cambridge U. Press, 1969.
- SEIDE, Márcia Sipavicius. *Descrição léxico-semântica em dois sermões de Vieira*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: texto digitado, 2000.
- SILVA, Giani David. O discurso na imprensa escrita religiosa. In: *Cadernos de Pesquisa do NAPq – Analisando Discursos (2ª parte)*. MACHADO, Ida Lúcia (Org.). UFMG, p. 51-58, s/d.

- SILVA, Gustavo Adolfo da. *Teoria dos atos de fala*. UERJ/UGF. Rio de Janeiro: texto digitado, s/d.
- SILVA, Jaqueson L. da. Retórica de Vieira nos Autos: Defesa e Refutação dos Sermões Censurados. In: *Estudos Portugueses e Africanos*. São Paulo: IEL/UNICAMP, n. 35, p. 19-32, 1º semestre de 2000.
- SILVA, Maria Cecília Perez de Souza e. A intertextualidade e os tempos verbais: fatores determinantes para a caracterização tipológica dos textos acadêmicos. In: *Trabalhos em Lingüística Aplicada*. Campinas: UNICAMP/IEL, n. 15, p. 87-104, jan./jun. 1990.
- SILVA, Severino Celestino da. *Analisando as traduções bíblicas*: refletindo a essência da mensagem bíblica. 4. ed. João Pessoa: Idéia, 2002.
- SILVA, Soeli Maria Schreiber da. *Argumentação e polifonia na linguagem*. Campinas: UNICAMP, 1991. (Série Teses).
- _____. Polifonia e topos na linguagem: um terceiro enunciador para dar conta da ironia. In: *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, n. 35, p. 139-145, jul./dez. 1998.
- SÓFOCLES. *A trilogia tebana*: Antígona. 8. ed. Tradução de Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- SOLIMEO, Luiz Sérgio. *A vida após a morte à luz da Doutrina Católica*. 2. ed. São Paulo: Artpress, 2003.
- SOUSA DA SILVEIRA. *Lições de português*. 7. ed. melhorada. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1964. (Coleção Brasileira de Filologia Portuguesa).
- SOUZA E SILVA, M. C. P. de; KOCH, I. V. *Lingüística aplicada ao português*: sintaxe. SP: Cortez, 1998.

- STALNAKER, Robert C. Pragmática. In: *Fundamentos metodológicos da lingüística*. DASCAL, Marcelo (Org.). Campinas: Unicamp, v. 4, Pragmática – problemas, críticas, perspectivas da lingüística, p. 59-80, 1982.
- STRAWSON, Peter F. Significado e Verdade. In: *Fundamentos metodológicos da lingüística*. DASCAL, Marcelo (Org.). Campinas: Unicamp, v. 3, Semântica, p. 181-212, 1982.
- TAHAN, Malba. *O homem que calculava*. 45. ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- TEIXEIRA, C. de Souza. *A metáfora na argumentação*. Relatório para o exame de qualificação apresentado à Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: texto digitado, 2º semestre de 2003.
- TOULMIN, Stephen. *Os usos do argumento*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- VASCONCELOS, Beatriz Ávila. Quatro princípios de educação oratória segundo Quintiliano. In: *Phaos – Revista de Estudos Clássicos*. São Paulo: IEL / Unicamp, n. 2, p. 205-225, 2002.
- VIEIRA, Pe. António. *Santo Antônio luz do mundo: nove sermões*. Transcrição, introdução e notas de Clarêncio Neotti. Petrópolis: Vozes, 1997.
- VOGT, Carlos. A palavra envolvente. In: *Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, n. 2, 1974.
- _____. Por uma pragmática das representações. In: *Linguagem, pragmática e ideologia*. São Paulo: HUCITEC, 1980.

Anexo A – Sermão Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda

O sermão confronta a situação atual de Portugal (sendo sucessivamente derrotado pelos “hereges” e perdendo a fama e o respeito entre os povos) e a antiga (quando as vitórias portuguesas eram instrumentos da vontade divina). **Arrebatado por um espírito extraordinário**, apenas partilhado pelos profetas que vêm seu povo em perigo, [Vieira] **interpela diretamente a Deus**, para conhecer as razões de sua mudança em relação aos portugueses. Observa então que, conquanto justo o castigo pago pelos portugueses por seus pecados, a inteligência do sentido desse castigo na história não está evidente, pois a “supremacia herege” faz que Deus seja desacreditado entre os homens. Assim, [Vieira] pede que a mesma justiça divina veja, na grandeza dos pecados dos portugueses, a ocasião para a grandeza de seu perdão, com a imediata retomada da aliança que os levará à vitória contra os holandeses. (PÉCORÁ (Org.), 2001, p. 442, grifos nossos)

Sermão Pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda

Na Igreja de N. S. da Ajuda da Cidade da Bahia (PÉCORÁ (Org.), 2001, p. 443-462)

Com o Santíssimo Sacramento exposto. Sendo este o último de quinze dias, nos quais em todas as Igrejas da mesma Cidade se tinham feito sucessivamente as mesmas deprecações. Ano de 1640. (PÉCORÁ (Org.), 2001, p. 443)

Parte I

Exurge, quare obdormis, Domine? Exurge, et ne repellas in finem.

*Quare faciem tuam avertis, oblivisceris inopiae nostrae, et tribulationis nostrae? Exurge, Domine, adjuva nos et redime nos propter nomen tuum. Sl, 43. [Sl 43 [:23 – 24] *Desperta! Por que**

05 *dormes, Senhor? Acorda! Não nos rejeites para sempre! Por que escondes a face e te esqueces da nossa miséria e da nossa*
opressão?; Sl 43

[:26] *Levanta-te em nosso auxílio e resgata-nos por amor das tuas misericórdias.]*

10

I

Com estas palavras piedosamente resolutas, mais protestando que orando, dá fim o Profeta Rei ao Salmo quarenta e três, Salmo que desde o princípio até o fim não parece senão cortado para os tempos e ocasião presente. O

15 Doutor máximo S. Jerônimo, e depois dele os outros Expositores, dizem que se entende à letra de qualquer Reino, ou Província Católica, destruída e assolada por inimigos da Fé. Mas entre todos os Reinos do mundo a nenhum lhe quadra melhor que ao nosso Reino de Portugal; e entre todas as Províncias de Portugal a nenhuma vem mais
20 ao justo que à miserável Província do Brasil. Vamos lendo todo o Salmo, e em todas as cláusulas dele veremos retratadas as da nossa fortuna; o que fomos, e o que somos.

Deus auribus nostris audivimus, Patres nostri annuntiaverunt nobis, opus, quod operatus es in diebus eorum, et in diebus antiquis.

25 [Sl 43:2 *Ó Deus, nós ouvimos com os nossos ouvidos, e nossos pais nos têm contado os feitos que realizaste em seus dias, nos tempos da antigüidade.]* Ouvimos (começa o Profeta) a nossos pais, lemos nas

nossas histórias, e ainda os mais velhos viram, em parte, com seus olhos, as obras maravilhosas, as proezas, as vitórias, as conquistas,

30 que por meio dos Portugueses obrou em tempos passados vossa Onipotência, Senhor: *Manus tua gentes disperdit, et plantasti eos: afflixisti populos, et expulisti eos. [Sl 43:3 Como expeliste as nações com a tua mão e aos nossos pais plantaste; como afligiste os povos e aos nossos pais alargaste.]* Vossa mão foi a que venceu, e sujeitou

35 tantas nações bárbaras, belicosas e indômitas, e as despojou do domínio de suas próprias terras, para nelas os plantar, como plantou com tão bem fundadas raízes; e para nelas os dilatar, como dilatou, e

estendeu em todas as partes do mundo, na África, na Ásia, na América. *Nec enim in gladio suo possederunt terram, et brachium eorum non salvavit eos, sed dextera tua, et brachium tuum, et illuminatio vultus tui; quoniam complacuisti in eis.* [Sl 43:4 *Pois não conquistaram a terra pela sua espada, nem o seu braço os salvou, e sim a tua destra, e o teu braço, e a luz da tua face, porquanto te agradaste deles.*] Porque não foi a força do seu braço, nem a da sua espada a que lhes sujeitou as terras que possuíram, e as gentes e Reis que avassalaram, senão a virtude de vossa destra onipotente, e a luz e o prêmio supremo de vosso beneplácito, com que neles vos agradastes, e deles vos servistes. Até aqui a relação ou memória das felicidades passadas, com que passa o Profeta aos tempos e desgraças presentes.

Nunc autem repulisti, et confundisti nos, et non egredieris Deus in virtutibus nostris. [Sl 43:10 *Mas, agora, tu nos rejeitaste, e nos confundiste, e não saís com os nossos exércitos.*] Porém agora, Senhor, vemos tudo isso tão trocado, que já parece que nos deixastes de todo, e nos lançastes de vós, porque já não ides diante das nossas bandeiras, nem capitaneais como dantes os nossos exércitos: *Avertisti nos retrorsum post inimicos nostros, et qui oderunt nos, diripiebant sibi.* [Sl 43:11 *Tu nos fazes retirar-nos do inimigo, e aqueles que nos odeiam nos tomam como saque.*] Os que tão acostumados éramos a vencer e triunfar, não por fracos, mas por castigados, fazeis que voltemos as costas a nossos inimigos (que como são açoite de vossa justiça, justo é que lhes demos as costas), e perdidos os que antigamente foram despojos do nosso valor são agora roubo da sua cobiça. *Dedisti nos tanquam oves escarum, et in gentibus dispersisti nos.* [Sl 43:12 *Tu nos entregaste como ovelhas para comer e nos espalhaste entre as nações.*] Os velhos, as mulheres, os meninos, que não têm forças, nem armas com que se defender, morrem como ovelhas inocentes às mãos da crueldade herética, e os que podem escapar à morte, desterrando-se a terras estranhas, perdem a casa e a pátria: *Posuisti nos opprobrium vicinis nostris, subsanationem, et derisum his, qui sunt in circuitu nostro.* [Sl 43:14 *Tu nos fazes o opróbrio dos nossos vizinhos, o escárnio e a zombaria daqueles que estão à roda de nós.*] Não fora tanto para sentir, se, perdidas fazendas e vidas, se salvara ao menos a honra; mas também esta a passos contados se vai perdendo; e aquele nome Português, tão celebrado nos Anais da Fama, já o Herege insolente com as vitórias o afronta, e o Gentio de que estamos cercados, e que tanto o venerava e temia, já o despreza.

Com tanta propriedade como isto descreve Davi neste Salmo
 80 nossas desgraças, contrapondo o que somos hoje ao que fomos
 enquanto Deus queria, para que na experiência presente cresça a dor
 por oposição com a memória do passado. Ocorre aqui ao pensamento
 o que não é lícito sair à língua; e não falta quem discorra tacitamente,
 que a causa desta diferença tão notável foi a mudança da Monarquia.
 85 Não havia de ser assim (dizem) se vivera um D. Manuel, um D. João,
 o Terceiro, ou a fatalidade de um Sebastião não sepultara com ele os
 Reis Portugueses. Mas o mesmo Profeta no mesmo Salmo nos dá o
 desengano desta falsa imaginação: *Tu es ipse Rex meus, et Deus*
meus, qui mandas salutes Jacob. [Sl 43:5 *Tu és o meu Rei, ó Deus;*
 90 *ordena salvações para Jacó.*] O Reino de Portugal, como o mesmo
 Deus nos declarou na sua fundação, é Reino seu e não nosso: *Volo*
enim in te, et in semine tuo Imperium mihi stabilire; e como Deus é o
 Rei: *Tu es ipse Rex meus, et Deus meus;* e este Rei é o que manda, e o
 que governa: *Qui mandas salutes Jacob,* ele que não se muda, é o que
 causa estas diferenças, e não os Reis que se mudaram. À vista, pois,
 95 desta verdade certa, e sem engano, esteve um pouco suspenso o nosso
 Profeta na consideração de tantas calamidades até que para remédio
 delas o mesmo Deus, que o alumia, lhe inspirou um conselho
 altíssimo, nas palavras que tomei por Tema.

Exurge, quare obdormis, Domine? Exurge, et ne repellas in finem.
 100 *Quare faciem tuam avertis, oblivisceris inopiae nostrae, et*
tribulationis nostrae? Exurge, Domine, adjuva nos, et redime nos
propter nomen tuum. Não prega Davi ao Povo, não o exorta ou
repreende, não faz contra ele invectivas, posto que bem merecidas;
 105 **mas todo arrebatado de um novo e extraordinário espírito, se**
volta não só a Deus, mas piedosamente atrevido contra ele. Assim
 como Marta disse a Cristo: *Domine, non est tibi curae?* [Lc 10:40
 Marta, porém, andava distraída em muitos serviços e, aproximando-
 se, disse: **Senhor, não te importas** que minha irmã me deixe servir
 só? Dize-lhe, pois, que me ajude.] assim estranha Davi
 110 reverentemente a Deus, **e quase o acusa de descuidado. Queixa-se**
das desatenções de sua misericórdia e providência, que isso é
considerar a Deus dormindo: *Exurge, quare obdormis Domine?*
 Repete-lhe que acorde, e que não deixe chegar os danos ao fim,
 permissão indigna de sua piedade: *Exurge, et ne repellas in finem.*
 115 Pede-lhe a razão por que aparta de nós os olhos e não volta o rosto:
Quare faciem tuam avertis; e por que se esquece da nossa miséria, e
 não faz caso de nossos trabalhos: *Oblivisceris inopiae nostrae, et*
tribulationis nostrae? E não só pede de qualquer modo esta razão do

que Deus faz e permite, senão que insta a que lha dê, uma e outra vez:
120 *Quare obdormis? Quare oblivisceris?* Finalmente depois destas
perguntas, **a que supõe que não tem Deus resposta, e destes
argumentos com que presume o tem convencido, protesta diante
do Tribunal de sua justiça e piedade, que tem obrigação de nos
acudir, de nos ajudar e de nos libertar logo: *Exurge Domine,*
125 *adjuva nos, et redime nos.* **E para mais obrigar ao mesmo Senhor,
não protesta por nosso bem e remédio, senão por parte da sua
honra e glória: *Propter nomen tuum.*****

Esta é (todo-poderoso e todo-misericordioso Deus), esta é a traça
de que usou para render vossa piedade, quem tanto se conformava
130 com vosso coração. **E desta usarei eu também hoje, pois o estado
em que nos vemos, mais é o mesmo que semelhante. Não hei de
pregar hoje ao Povo, não hei de falar com os Homens, mais alto
hão de sair as minhas palavras ou as minhas vozes: a vosso peito
Divino se há de dirigir todo o Sermão.** É este o último de quinze
135 dias contínuos, em que todas as Igrejas desta Metrópole, a esse
mesmo trono de vossa patente Majestade têm representado suas
deprecações; e pois o dia é o último, justo será que **nele se acuda tão
bem ao último e único remédio.** Todos estes dias se cansaram
debalde os Oradores Evangélicos em pregar penitência aos homens; e
140 pois eles se não converteram, **quero eu, Senhor, converter-vos a
vós.** Tão presumido venho da vossa misericórdia, Deus meu, que
ainda que nós somos os pecadores, **vós haveis de ser o arrependido.**

O que venho a pedir ou protestar, Senhor, é que nos ajudeis e nos
liberteis: *Adjuva nos, et redime nos.* Mui conformes são estas petições
145 ambas ao lugar e ao tempo. Em tempo que tão oprimidos e tão cativos
estamos, que devemos pedir com maior necessidade senão que nos
liberteis: *Redime nos?* E na Casa da Senhora da Ajuda, que devemos
esperar com maior confiança, senão que nos ajudeis: *Adjuva nos?*
**Não hei de pedir pedindo, senão protestando e argumentando;
150 pois esta é a licença e liberdade que tem quem não pede favor
senão justiça. Se a causa fora só nossa, e eu viera a rogar só por
nosso remédio, pedira favor e misericórdia. Mas como a causa,
Senhor, é mais vossa que nossa, e como venho a requerer por
155 parte de vossa honra e glória, e pelo crédito de vosso nome:
Propter nomen tuum, razão é que peça só razão, justo é que peça só
justiça. Sobre este pressuposto vos hei de argüir, vos hei de
argumentar; e confio tanto da vossa razão e da vossa
benignidade, que também vos hei de convencer. Se chegar a me
160 queixar de vós, e a acusar as dilatações de vossa justiça, ou as**

desatenções de vossa misericórdia: *Quare obdormis: quare oblivisceris*, não será esta vez a primeira em que sofrestes semelhantes excessos a quem advoga por vossa causa. **As custas de toda a demanda também vós, Senhor, as haveis de pagar, porque me há de dar a vossa mesma Graça as razões com que vos hei de argüir, a eficácia com que vos hei de apertar, e todas as armas com que vos hei de render.** E se para isto não bastam os merecimentos da causa, suprirão os da Virgem Santíssima, em cuja ajuda principalmente confio. *Ave Maria.*

Parte II

II

Exurge, quare obdormis, Domine? Querer argumentar com Deus e convencê-lo com razões, não só dificultoso assunto parece, mas empresa declaradamente impossível, sobre arrojadada temeridade. O Homo, tu quis es, qui respondeas Deos?

185 *Nunquid dici figmentum ei, qui se finxit: Quid me fecisti sic?* [Rm 9:20 *Mas, ó homem, quem és tu, que a Deus replicas? Porventura, a coisa formada dirá ao que a formou: Por que me fizeste assim?*] Homem atrevido (diz S. Paulo), homem temerário, quem és tu, para que te ponhas a alterar com Deus? Porventura o barro que está na

190 roda e entre as mãos do oficial, põe-se às razões com ele e diz-lhe por que me fazes assim? Pois se tu és barro, homem mortal, se te formaram as mãos de Deus da matéria vil da terra, como dizes ao mesmo Deus: *Quare, quare*; como te atreves a argumentar com a Sabedoria Divina, como pedes razão à sua Providência do que te

195 faz, ou deixa de fazer? *Quare obdormis? Quare faciem tuam avertis?* Venera suas permissões, reverencia e adora seus ocultos juízos, encolhe os ombros com humildade a seus decretos soberanos, e farás o que te ensina a Fé, e o que deves à criatura. Assim o fazemos, assim o confessamos e assim o protestamos

200 diante de Vossa Majestade infinita, imenso Deus, incompreensível Bondade: *Justus es, Domine, et rectum iudicium tuum.* [Sl 118:136 *Justo és, ó Senhor, e retos são os teus juízos.*] Por mais que nós não saibamos entender vossas obras, por mais que não possamos alcançar vossos conselhos, **sempre sois Justo, sempre sois Santo,**

205 **sempre sois infinita Bondade;** e ainda nos maiores rigores de vossa

justiça, nunca chegais com a severidade do castigo aonde nossas culpas merecem.

Se as razões e argumentos da nossa causa as houveramos de fundar em merecimentos próprios, temeridade fora grande, antes
210 impiedade manifesta, querer-vos argüir. **Mas nós, Senhor, como protestava o vosso Profeta Daniel:** *Neque enim in justificationibus nostris prosternimus preces ante faciem tuam, sed in miserationibus tuis multis.* [Dn 9:18 *Inclina, ó Deus meu, os teus ouvidos e ouve; abre os teus olhos e olha para a nossa desolação e para a cidade que*
215 *é chamada pelo teu nome, porque não lançamos as nossas súplicas perante a tua face fiados em nossas justiças, mas em tuas muitas misericórdias.*] Os requerimentos e razões deles, que humildemente apresentamos ante vosso divino conspecto, as apelações ou embargos, que interparamos à execução e continuação dos castigos que
220 padecemos, de nenhum modo os fundamos na presunção de nossa justiça, mas todos na multidão de vossas misericórdias: *In miserationibus tuis multis.* **Argumentamos, sim, mas de vós para vós: apelamos, mas de Deus para Deus: de Deus justo, para Deus misericordioso.** E como do peito, Senhor, vos hão de sair todas as setas, mal poderão ofender vossa Bondade. Mas porque a dor quando
225 é grande sempre arrasta o afeto, e o acerto das palavras é descrédito da mesma dor, para que o justo sentimento dos males presentes, não passe os limites sagrados de quem fala diante de Deus e com Deus, em tudo o que me atrever a dizer **seguirei as pisadas sólidas dos que**
230 **em semelhantes ocasiões, guiados por vosso mesmo espírito, oraram e exoraram vossa piedade.**

Quando o Povo de Israel no deserto cometeu aquele gravíssimo pecado de idolatria, adorando o ouro das suas jóias na imagem bruta de um bezerro, revelou Deus o caso a Moisés, que com ele estava, e
235 acrescentou irado e resoluto, que daquela vez havia de acabar para sempre com uma gente tão ingrata, e que a todos havia de assolar e consumir, sem que ficasse rasto de tal geração: *Dimitte me, ut irascatur furor meus contra eos, et deleam eos.* [Ex 32:10 *Agora, pois, deixa-me, que o meu furor se acenda contra eles, e os*
240 *consuma; e eu farei de ti uma grande nação.*] Não lhe sofreu porém o coração ao bom Moisés ouvir falar em destruição e assolação do seu Povo: põe-se em campo, opõe-se à ira Divina, e começa a arrazoar assim: *Cur Domine irascitur furor tuus contra Populum tuum?* E bem, Senhor, por que razão se indigna tanto a vossa ira contra o vosso
245 Povo? Por que razão, Moisés? E ainda vós quereis mais justificada razão a Deus? Acaba de vos dizer que está o Povo idolatrando; que

está adorando um animal bruto; que está negando a Divindade ao mesmo Deus, e dando-a a uma Estátua muda, que acabaram de fazer suas mãos, e atribuindo-lhe a ela a liberdade e triunfo com que os
 250 livrou do cativo do Egito; e sobre tudo isso ainda perguntais a Deus, por que razão se agasta: *Cur irascitur furor tuus?* Sim. E com muito prudente zelo; porque ainda que da parte do Povo havia muito grandes razões de ser castigado, da parte de Deus era maior a razão que havia de o não castigar: *Ne quaeso* (dá razão Moisés) *ne quaeso dicant Aegyptii, Callide eduxit eos, ut interficeret in montibus, et deleret e terra.* [Ex 32:12 **Por que não de falar os egípcios, dizendo: Para mal os tirou, para matá-los nos montes e para destruí-los da face da terra? Torna-te da ira do teu furor e arrepende-te deste mal contra o teu povo.**] Olhai, Senhor, que porão mácula os Egípcios em
 260 vosso ser, e quando menos em vossa verdade e bondade. **Dirão que cautelosamente, e à falsa fé, nos trouxestes a este deserto, para aqui nos tireis a vida a todos, e nos sepultares. E com esta opinião divulgada e assentada entre eles, qual será o abatimento de vosso santo nome, que tão respeitado e exaltado deixastes no**
 265 **mesmo Egito, com tantas e tão prodigiosas maravilhas do vosso poder?** Convém logo **para conservar o crédito, dissimular o castigo**, e não dar com ele ocasião àqueles Gentios e aos outros, em cujas terras estamos, ao que dirão: *Ne quaeso dicant.* Desta maneira arrazoou Moisés em favor do Povo; e ficou tão convencido Deus da
 270 força deste argumento, que no mesmo ponto revogou a sentença, e, conforme o Texto Hebreu não só se arrependeu da execução, senão ainda do pensamento: *Et paenituit Dominum mali, quod cogitaverat facere Populo suo.* [Ex 32:14 **Arrependeu-se o Senhor do mal que pensara fazer ao seu povo.** ex. text. Hebr.] **E arrependeu-se o**
 275 **Senhor** do pensamento e da imaginação que tivera de castigar o seu Povo.

Muita razão tenho eu logo, Deus meu, de esperar que haveis de sair deste Sermão arrependido; pois sois o mesmo que éreis, e não menos amigo agora, que nos tempos passados, de vosso nome:
 280 *Propter nomen tuum.* Moisés disse-vos: *Ne quaeso dicant:* Olhai, Senhor, que dirão: **E eu digo e devo dizer: Olhai, Senhor, que já dizem. Já dizem os Hereges insolentes com os sucessos prósperos, que vós lhes dais ou permitis:** já dizem que porque a sua, que eles chamam Religião é a verdadeira, por isso Deus os ajuda e vence; e
 285 porque a nossa é errada e falsa, por isso nos desfavorece e somos vencidos. Assim o dizem, assim o pregam, e ainda mal porque não faltará quem os creia. Pois é possível, Senhor, que não de ser vossas

permissões argumentos contra vossa Fé? **É possível, que se hão de ocasionar de nossos castigos blasfêmias contra vosso nome?** Que
290 diga o Herege (o que treme de o pronunciar a língua), que diga o Herege, que Deus está Holandês? Oh não permitais tal, Deus meu, não permitais tal, por quem sois. Não o digo por nós, que pouco ia em que nos castigásseis; não o digo pelo Brasil, que pouco ia em que o destruísseis; **por vós o digo e pela honra de vosso Santíssimo**
295 **Nome**, que tão imprudentemente se vê blasfemado: **Propter nomen tuum**. Já que o pérfido Calvinista dos sucessos que só lhe merecem nossos pecados faz argumento da Religião, e se jacta insolente e blasfemo de ser a sua verdadeira, veja ele na roda dessa mesma Fortuna, que o desvanece, de que parte está a verdade. Os ventos e
300 tempestades, que descompõem e derrotam as nossas Armadas, **derrotem e desbaratem as suas**: as doenças e pestes, que diminuem e enfraquecem os nossos exércitos, **escalem as suas muralhas e despoquem os seus presídios**: os conselhos que, quando vós quereis castigar, se corrompem, em nós sejam alumiados e **neles enfatuados**
305 e **confusos**. Mude a vitória as Insígnias, desafrontem-se as Cruzes Católicas, triunfem as vossas Chagas nas nossas bandeiras, e conheça humilhada e enganada a perfídia, que só a Fé Romana, que professamos, é Fé, e só ela a verdadeira e a vossa.

Mas ainda há mais quem diga: *Ne quaeso dicant Aegyptii*: Olhai,
310 Senhor, que vivemos entre Gentios, uns que o são, outros que o foram ontem; e estes que dirão? Que dirá o Tapuia bárbaro sem conhecimento de Deus? Que dirá o Índio inconstante, a quem falta a pia afeição da nossa Fé? Que dirá o Etíope boçal, que apenas foi molhado com a água do Batismo sem mais doutrina? Não há dúvida,
315 que todos estes, como não têm capacidade para sondar o profundo de vossos juízos, beberão o erro pelos olhos. Dirão, pelos efeitos que vêem, que a nossa Fé é falsa, e a dos Holandeses a verdadeira, e crerão que são mais Cristãos sendo como eles. A Seita do Herege torpe e brutal, concorda mais com a brutalidade do bárbaro: a
320 largueza e soltura da vida, que foi a origem e é o fomento da Heresia, casa-se mais com os costumes depravados e corrupção do Gentilismo: e que pagão haverá, que se converta à Fé que lhe pregamos, ou que novo Cristão já convertido, que se não perverta, entendendo e persuadindo-se uns e outros, que no Herege é premiada a sua Lei, e no
325 Católico se castiga a nossa? Pois se estes são os efeitos, posto que não pretendidos, de vosso rigor, e castigo justamente começado em nós, por que se ateia e passa com tanto dano aos que não são cúmplices nas nossas culpas: *Cur irascitur furor tuus?* Porque continua sem

estes reparos o que vós mesmo chamastes furor; e por que não acabais
330 já de embainhar a espada de vossa ira?

Se tão gravemente ofendido do Povo Hebreu, por um, que dirão dos Egípcios, lhe perdoastes; o que dizem os Hereges e o que dirão os Gentios, não será bastante motivo, para que vossa rigorosa mão suspenda o castigo, e perdoe também os nossos pecados, pois, ainda
335 que grandes, são menores? Os Hebreus adoraram o Ídolo, faltaram à Fé, deixaram o culto do verdadeiro Deus, chamaram Deus e Deuses a um Bezerra; e nós, por mercê de vossa bondade infinita, tão longe estamos e estivemos sempre de menor defeito, ou escrúpulo nesta parte, que muitos deixaram a pátria, a casa, a fazenda, e ainda a mulher
340 e os filhos, e passam em suma miséria, desterrados, só por não viver nem comunicar com homens que se separaram da vossa Igreja. Pois, Senhor meu, e Deus meu, se por vosso amor e por vossa Fé, ainda sem perigo de a perder ou arriscar, fazem tais finezas os Portugueses: *Quare oblivisceris inopiae nostrae, et tribulationis nostrae*; por que
345 vos esqueceis de tão religiosas misérias, de tão Católicas tribulações? Como é possível que se ponha Vossa Majestade irada contra estes fidelíssimos servos e favoreça a parte dos infiéis, dos excomungados, dos ímpios?

Oh como nos podemos queixar neste passo, como se queixava
350 lastimado Jó, quando, despojado dos Sabeus e Caldeus, se viu como nós nos vemos, no extremo da opressão e miséria: *Nunquid bonum tibi videtur, si calumnieris me, et opprimas me opus manuum tuarum, et consilium impiorum adjuves?* [Jó 10:3 **Parece-te bem que me calunies e oprimas, que rejeites o trabalho das tuas mãos e ajudes o conselho dos ímpios?**] **Parece-vos bem, Senhor, parece-vos bem isto?** Que a mim, que sou vosso servo, me oprimais e aflijais; e aos ímpios, aos inimigos vossos os favoreçais e ajudeis? **Parece-vos bem que sejam eles os prosperados e assistidos de vossa Providência, e nós os deixados de vossa mão; nós os esquecidos de vossa**
360 **memória; nós o exemplo de vossos rigores; nós o despojo de vossa ira?** Tão pouco é desterrar-nos por vós, e deixar tudo? Tão pouco é padecer trabalhos, pobreza, e os desprezos que elas trazem consigo, por vosso amor? Já a Fé não tem merecimento? Já a Piedade não tem valor? Já a perseverança não vos agrada? Pois se há tanta diferença
365 entre nós, ainda que maus, e aqueles pérfidos, por que os ajudais a eles e nos desfavoreceis a nós? *Nunquid bonum tibi videtur*: A vós, que sois a mesma bondade, parece-vos bem isto?

Parte III

III

- 380 Considerai, Deus meu, e perdoai-me se falo inconsideradamente, considerai a quem tirais as terras do Brasil, e a quem as dais. Tirais estas terras aos Portugueses a quem nos princípios as destes; e bastava dizer a quem as destes, para perigar o crédito de vosso nome, que não podem dar nome de liberal mercês com arrependimento. Para que nos
- 385 disse S. Paulo, que vós, Senhor, quando dais, não vos arrependeis: *Sine paenitentia enim sunt dona Dei?* [RM 11:29 **Porque os dons e a vocação de Deus são sem arrependimento.**] **Mas deixado isto à parte;** tirais estas terras àqueles mesmos Portugueses, a quem escolhestes entre todas as Nações do mundo para Conquistadores da
- 390 vossa Fé, e a quem destes por Armas como Insígnia e Divisa singular vossas próprias Chagas. E será bem, Supremo Senhor e Governador do Universo, que às Sagradas Quinas de Portugal, e às Armas e Chagas de Cristo, sucedam as heréticas Listas de Holanda, rebeldes a seu Rei e a Deus? Será bem que estas se vejam tremular ao vento
- 395 vitoriosas, **e aquelas abatidas, arrastadas e ignominiosamente rendidas?** *Et quid facies magno nomini tuo?* [Js 7:9 Ouvindo isso, os cananeus e todos os moradores da terra nos cercarão e desarraigarão o nosso nome da terra; **e, então, que farás ao teu grande nome?**] E que fareis (como dizia Josué) ou que será feito de vosso glorioso
- 400 nome em casos de tanta afronta?
- Tirais também o Brasil aos Portugueses, que assim estas terras vastíssimas, como as remotíssimas do Oriente, as conquistaram à custa de tantas vidas e tanto sangue, **mais por dilatar vosso nome e vossa Fé** (que esse era o zelo daqueles Cristianíssimos Reis), **que por**
- 405 **amplificar e estender seu Império.** Assim fostes servido, que entrássemos nestes novos mundos, tão honrada e tão gloriosamente, e assim permitis, que saíamos agora (quem tal imaginara de vossa bondade), com tanta afronta e ignomínia! Oh como receio, que não falte quem diga o que diziam os Egípcios: *Callide eduxit eos, ut interficeret, et deleret e terra* [Ex 32:12 *Por que não de falar os egípcios, dizendo: **habilmente os tirou, para matá-los nos montes e para destruí-los da face da terra?** Torna-te da ira do teu furor e arrepende-te deste mal contra o teu povo.*]: Que a larga mão com que nos destes tantos domínios e Reinos não foram mercês de vossa
- 415 liberalidade, senão cautela e dissimulação de vossa ira, para aqui fora

- e longe de nossa pátria **nos matardes, nos destruídes, nos acabardes de todo.** Se esta havia de ser a paga e o fruto de nossos trabalhos, **para que foi o trabalhar, para que foi o servir, para que foi o derramar tanto e tão ilustre sangue nestas Conquistas?** Para
- 420 que abrimos os mares nunca dantes navegados? Para que descobrimos as Regiões e os climas não conhecidos? Para que contrastamos os ventos e as tempestades com tanto arrojo, que apenas há baixio no Oceano, que não esteja infamado com miserabilíssimos naufrágios de Portugueses? E depois de tantos perigos, depois de tantas desgraças,
- 425 depois de tantas e tão lastimosas mortes, ou nas praias desertas sem sepultura, ou sepultados nas entranhas dos alarves, das feras, dos peixes, que as terras que assim ganhamos, as hajamos de perder assim? Oh quanto melhor nos fora nunca conseguir, nem intentar tais empresas!
- 430 Mais Santo que nós era Josué, menos apurada tinha a paciência, e contudo em ocasião semelhante não falou (falando convosco) por diferente linguagem. Depois de os filhos de Israel passarem às terras ultramarinas do Jordão, como nós a estas, avançou parte do exército a dar assalto à Cidade de Hai, a qual nos ecos do nome já parece que
- 435 trazia o prognóstico do infeliz sucesso que os Israelitas nela tiveram; porque foram rotos, e desbaratados, posto que com menos mortos e feridos, do que nós por cá costumamos. E que faria Josué à vista desta desgraça? Rasga as vestiduras imperiais, lança-se por terra, começa a clamar ao Céu: *Heu Domine Deus, quid voluisti traducere populum istum Jordanem fluvium, ut traderes nos in manus Amorrhaei?* [Js 7:7
- 440 *E disse Josué: Ah! Senhor Deus! Por que fizeste passar a este povo o rio Jordão, para nos dares nas mãos dos amorreus, para nos fazerem perecer? Tomara nos contentáramos com ficarmos dalém do Jordão.*] Deus meu, e Senhor meu, que é isto? Para que nos mandastes passar o Jordão, e nos metestes de posse destas terras, se aqui nos havíeis de entregar nas mãos dos Amorreus e perder-nos? *Utinam mansissemus trans Jordanem!* Oh nunca nós passáramos tal rio! **Assim se queixava Josué a Deus, e assim nos podemos nós queixar, e com muito maior razão que ele.** Se este havia de ser o
- 450 fim de nossas navegações, se estas fortunas nos esperavam nas terras conquistadas: *Utinam mansissemus trans Jordanem?* Prouvera a vossa Divina Majestade, que nunca saíramos de Portugal, nem fiáramos nossas vidas às ondas e aos ventos, nem conhecêramos, ou puséramos os pés em terras estranhas! **Ganhá-las para as não lograr,** desgraça foi e não ventura: **possuí-las para as perder,** castigo foi de vossa ira, Senhor, e não mercê, nem favor de vossa

liberalidade. Se determináveis dar estas mesmas terras aos Piratas de Holanda, por que lhas não destes enquanto eram agrestes e incultas, senão agora? Tantos serviços vos tem feito esta gente pervertida e

460 apóstata, que nos mandastes primeiro cá por seus aposentadores, para lhe lavrarmos as terras, para lhe edificarmos as Cidades, e depois de cultivadas e enriquecidas lhas entregares? Assim se hão de lograr os Hereges, e inimigos da Fé dos trabalhos Portugueses e dos suores Católicos? *En queis consevimus agros?* Eis aqui para quem

465 trabalhamos há tantos anos! Mas pois vós, Senhor, o quereis e ordenais assim, fazei o que fores servido. Entregai aos Holandeses o Brasil, entregai-lhes as Índias, entregai-lhes as Espanhas (que não são menos perigosas as conseqüências do Brasil perdido), entregai-lhes quanto temos, e possuímos (como já lhes entregastes tanta parte);

470 ponde em suas mãos o Mundo; e a nós, aos Portugueses e Espanhóis, deixai-nos, repudiái-nos, desfazei-nos, acabai-nos. **Mas só digo e lembro a Vossa Majestade, Senhor, que estes mesmos que agora desfavoreceis e lançais de vós, pode ser que os queirais algum dia, e que os não tenhais.**

475 Não me atrevera a falar assim, se não tirara as palavras da boca de Jó, que, como tão lastimado, não é muito entre muitas vezes nesta tragédia. Queixava-se o exemplo da paciência a Deus (**que nos quer Deus sofridos, mas não insensíveis**) queixava-se do tesão de suas penas, demandando e altercando, porque se lhe não havia de remitir e

480 afrouxar um pouco o rigor delas: e como a todas as réplicas e instâncias o Senhor se mostrasse inexorável, quando já não teve mais que dizer, concluiu assim: *Ecce nunc in pulvere dormiam, et si mane me quaesieris, non subsistam.* [Jó 7:21 *E por que me não perdoas o meu erro, e não tiras a minha iniquidade? Pois agora me deitarei no pó, e de madrugada me buscarás, e não estarei lá.*] Já que não

485 quereis, Senhor, desistir ou moderar o tormento, já que não quereis senão continuar o rigor e chegar com ele ao cabo, seja muito embora, matai-me, consumi-me, enterrai-me: *Ecce nunc in pulvere dormiam:* mas só vos digo e vos lembro uma coisa: que se me buscardes

490 amanhã, que me não haveis de achar: *Et si mane me quaesieris, non subsistam.* Tereis aos Sabeus, tereis aos Caldeus, que sejam o roubo e o açoite de vossa casa; mas não achareis a um Jó que a sirva, não achareis a um Jó que a venere, não achareis a um Jó, que ainda com suas chagas, a não desautorize. **O mesmo digo eu, Senhor, que não é muito rompa nos mesmos afetos, quem se vê no mesmo estado.**

495 Abrasai, destruí, consumi-nos a todos; mas pode ser que algum dia queirais Espanhóis e Portugueses, e que os não acheis. Holanda vos

dará os Apostólicos Conquistadores, que levem pelo mundo os
Estandartes da Cruz: Holanda vos dará os Pregadores Evangélicos,
500 que semeiem nas terras dos bárbaros a doutrina Católica, e a reguem
com o próprio sangue: Holanda defenderá a verdade de vossos
Sacramentos, e a autoridade da Igreja Romana: Holanda edificará
Templos, Holanda levantará Altares, Holanda consagrará Sacerdotes
e oferecerá o Sacrifício de vosso Santíssimo Corpo: Holanda enfim
505 vos servirá e venerará tão religiosamente como em Amsterdão,
Midelburgo e Flisinga, e em todas as outras Colônias daquele frio e
alagado Inferno, se está fazendo todos os dias.

Parte IV

IV

Bem vejo que me podeis dizer, Senhor, que a propagação de vossa
520 Fé, e as obras de vossa glória não dependem de nós, nem de ninguém,
e que sois poderoso, quando faltem homens, para fazer das pedras
filhos de Abraão. Mas também a vossa sabedoria e a experiência de
todos os séculos nos têm ensinado, que depois de Adão não criastes
homens de novo, que vos servis dos que tendes neste mundo, e que
525 nunca admitis os menos bons, senão em falta dos melhores. Assim o
fizestes na Parábola do Banquete. Mandastes chamar os convidados,
que tínheis escolhido, e porque eles se escusaram, e não quiseram vir,
então admitistes os cegos e mancos, e os introduzistes em seu lugar.
Caecos, et claudos introduc huc. [Lc 14:21 *E, voltando aquele servo,*
530 *anunciou essas coisas ao seu senhor. Então, o pai de família,*
indignado, disse ao seu servo: Sai depressa pelas ruas e bairros da
cidade e traze aqui os pobres, e os aleijados, e os cegos, e os
mancos.] E se esta é, Deus meu, a regular disposição de vossa
Providência divina, como a vemos agora tão trocada em nós e tão
535 diferente conosco? Quais foram estes convidados e quais são estes
cegos e mancos? Os convidados fomos nós, a quem primeiro
chamastes para estas terras, e nelas nos pusestes a Mesa, tão franca e
abundante, como de vossa grandeza se podia esperar. Os cegos e
mancos são os Luteranos e Calvinistas, cegos sem Fé e mancos sem
540 obras; na reprovação das quais consiste o principal erro da sua
heresia. Pois se nós, que fomos os convidados, não nos escusamos

nem duvidamos de vir, antes rompemos por muitos inconvenientes, em que pudéramos duvidar: se viemos e nos assentamos à Mesa, como nos excluís agora e lançais fora dela e introduzís violentamente

545 os cegos e mancos, e dais os nossos lugares ao Herege? Quando em tudo o mais foram eles tão bons como nós, ou nós tão maus como eles, por que nos não há de valer pelo menos o privilégio e prerrogativa da Fé? **Em tudo parece, Senhor, que trocaís os estilos de vossa Providência e mudais as Leis de vossa justiça conosco.**

550 Aquelas dez Virgens do vosso Evangelho todas se renderam ao sono, todas adormeceram, todas foram iguais no mesmo descuido: *Dormitaverunt omnes, et dormierunt.* [Mt 25:5 *E, tardando o esposo, tosquenejaram todas e adormeceram.*] E contudo a cinco delas passou-lhes o Esposo por este defeito, e só porque conservaram as lâmpadas acesas, mereceram entrar às bodas, de que as outras foram excluídas. Se assim é, Senhor meu, se assim o julgastes então (que vós sois aquele Esposo Divino) por que não nos vale a nós também conservar as lâmpadas da Fé acesas, que no Herege estão tão apagadas e tão mortas? É possível, que haveis de abrir as portas a

560 quem traz as lâmpadas apagadas, e as haveis de fechar a quem as tem acesas? Reparai, Senhor, que não é autoridade do vosso divino Tribunal, que saíam dele no mesmo caso duas sentenças tão encontradas. Se às que deixaram apagar as lâmpadas se disse: *Nescio vos* [Mt 25:12 *E ele, respondendo, disse: Em verdade vos digo que*

565 **vos não conheço.**]: se para elas se fecharam as portas: *Clausa est janua* [Mt 25:10 *E, tendo elas ido comprá-lo, chegou o esposo, e as que estavam preparadas entraram com ele para as bodas, e fechou-se a porta.*]: quem merece ouvir de vossa boca um *Nescio vos* tremendo, senão o Herege, que vos não conhece? E a quem deveis dar

570 com a porta nos olhos, senão ao Herege que os tem tão cegos? Mas eu vejo que nem esta cegueira nem este desconhecimento, tão merecedores de vosso rigor, lhe retarda o progresso de suas fortunas, antes a passo largo se vêm chegando a nós suas armas vitoriosas, e cedo nos baterão às portas desta vossa Cidade. Desta vossa Cidade

575 disse; mas não sei se o nome do Salvador, com que a honrastes, a salvará e defenderá, como já outra vez não defendeu; nem sei se estas nossas deprecações, posto que tão repetidas e continuadas, acharão acesso a vosso conspecto divino, pois há tantos anos que está bradando ao Céu a nossa justa dor, sem vossa clemência dar ouvidos

580 a nossos clamores.

Se acaso for assim (o que vós não permitais), e está determinado em vosso secreto juízo que entrem os Hereges na Bahia, o que só vos

represento humildemente e muito deveras, é, que antes da execução da sentença repareis bem, Senhor, no que vos pode suceder depois, e
585 que o consulteis com vosso coração, enquanto é tempo; **porque melhor será arrepender agora, que quando o mal passado não tenha remédio.** Bem estais na intenção e alusão com que digo isto, e na razão, fundada em vós mesmo, que tenho para o dizer. Também antes do Dilúvio estáveis vós muito colérico e irado contra os
590 homens, e por mais que Noé orava em todos aqueles cem anos, nunca houve remédio para que se aplacasse vossa ira. Romperam-se enfim as cataratas do Céu, cresceu o mar até os cumes dos montes, alagou-se o mundo todo: já estaria satisfeita a vossa justiça; senão quando ao terceiro dia começaram a boiar os corpos mortos, e a surgir e aparecer
595 em multidão infinita aquelas figuras pálidas, e então se representou sobre as ondas a mais triste e funesta tragédia, que nunca viram os Anjos, que homens que a vissem, não os havia. Vistes vós também (como se o vísseis de novo) aquele lastimosíssimo espetáculo, e posto que não chorastes, porque ainda não tínheis olhos capazes de
600 lágrimas, enterneceram-se porém, as entranhas de vossa Divindade, com tão intrínseca dor: *Tactus dolore cordis intrinsecus* [Gn 6:6 *Então, arrependeu-se o Senhor de haver feito o homem sobre a terra, e* **pesou-lhe em seu coração.**], que do modo que em vós cabe arrependimento, vos arrependestes do que tínheis feito ao mundo, e
605 foi tão inteira a vossa contrição, que não só tivestes pesar do passado, senão propósito firme de nunca mais o fazer: *Nequanquam ultra maledicam terrae propter homines.* [Gn 8:21 *E o Senhor cheirou o suave cheiro e disse o Senhor em seu coração: Não tornarei mais a amaldiçoar a terra por causa do homem, porque a imaginação do*
610 *coração do homem é má desde a sua meninice; nem tornarei mais a ferir todo vivente, como fiz.*] Este sois, Senhor, este sois: e pois sois este, não vos tomei com vosso coração. Para que é fazer agora valentias contra ele, se o seu sentimento, e o vosso as há de pagar depois? **Já que as execuções de vossa justiça custam**
615 **arrependimento à vossa bondade; vede o que fazeis antes que o façais, não vos aconteça outra.** E para que o vejais com cores humanas, que já vos não são estranhas, dai-me licença, que eu vos represente primeiro ao vivo as lástimas e misérias deste futuro dilúvio, e se esta representação vos não enternecer, e tiverdes
620 entranhas para o ver sem grande dor, executai-o embora.

Finjamos pois (o que até fingido e imaginado, faz horror) finjamos que vem a Bahia e o resto do Brasil a mãos dos holandeses; que é o que há de suceder em tal caso? Entrarão por esta Cidade com fúria de

vencedores e de Hereges: não perdoarão a estado, a sexo nem a idade:
625 com os fios dos mesmos alfanjes medirão a todos: chorarão as
mulheres, vendo que se não guarda decoro à sua Modéstia: chorarão
os velhos, vendo que se não guarda respeito a suas cãs: chorarão os
nobres, vendo que se não guarda cortesia à sua qualidade: chorarão os
Religiosos e veneráveis Sacerdotes, vendo que até as coroas sagradas
630 os não defendem: chorarão finalmente todos, e entre todos mais
lastimosamente os inocentes, porque nem a esses perdoará (como em
outras ocasiões não perdoou), a desumanidade herética. Sei eu,
Senhor, que só por amor dos inocentes, dissestes vós alguma hora,
que não era bem castigar a Nínive. Mas não sei que tempos, nem que
635 desgraça é esta nossa, que até a mesma inocência vos não abranda.
**Pois também a vós, Senhor, vos há de alcançar parte do castigo
(que é o que mais sente a piedade Cristã), também a vós há de
chegar.**

Entrarão os Hereges nesta Igreja e nas outras: arrebatarão essa
640 Custódia, em que agora estais adorado dos Anjos: tomarão os Cálices
e Vasos sagrados, e aplicá-los-ão a suas nefandas embriaguezes:
derrubarão dos Altares os vultos e estátuas dos Santos, deformá-las-ão
a cutiladas, e metê-las-ão no fogo: e não perdoarão as mãos furiosas e
sacrílegas, nem às Imagens tremendas de Cristo crucificado, nem às
645 da Virgem Maria. Não me admiro tanto Senhor de que hajais de
consentir semelhantes agravos e afrontas nas vossas Imagens, pois já
as permitistes em vosso sacratíssimo Corpo; **mas nas da Virgem
Maria, nas de vossa Santíssima Mãe, não sei como isto pode estar
com a piedade e amor de Filho.** No Monte Calvário estive esta
650 Senhora sempre ao pé da Cruz, e com serem aqueles algozes tão
descorteses e cruéis, nenhum se atreveu a lhe tocar nem a lhe perder o
respeito. Assim foi e assim havia de ser, porque assim o tínheis vós
prometido pelo Profeta: *Flagellum non appropinquabit tabernaculo
tuo.* [Sl 90:10 *Nenhum mal te sucederá, nem flagelo algum chegará*
655 *à tua tenda.*] Pois, Filho da Virgem Maria, se tanto cuidado tivestes
então do respeito e decoro de vossa Mãe, como consentis agora, que
se lhe façam tantos desacatos? Nem me digais, Senhor, que lá era a
Pessoa, cá a Imagem. Imagem somente da mesma Virgem, era a Arca
do Testamento, e só porque Oza a quis tocar, lhe tirastes a vida. Pois
660 se então havia tanto rigor para quem ofendia a Imagem de Maria, por
que o não há também agora? Bastava então qualquer dos outros
desacatos às coisas sagradas, para uma severíssima demonstração
vossa ainda milagrosa. Se a Jeroboão, por que levantou a mão para
um Profeta, se lhe secou logo o braço milagrosamente; como aos

665 Hereges depois de se atreverem a afrontar vossos Santos, lhes ficam
ainda braços para outros delitos? Se a Baltasar por beber pelos Vasos
do Templo, em que não se consagrava vosso Sangue, o privastes da
vida e do Reino, por que vivem os Hereges, que convertem vossos
Cálices a usos profanos? Já não há três dedos que escrevam sentença
670 de morte contra sacrílegos?

Enfim, Senhor, despojados assim os Templos, e derrubados os
Altars, acabar-se-á no Brasil a Cristandade Católica: acabar-se-á o
culto divino: nascerá erva nas Igrejas como nos campos: não haverá
quem entre nelas. Passará um dia de Natal, e não haverá memória de
675 vosso Nascimento: passará a Quaresma, e a Semana Santa, e não se
celebrarão os mistérios de vossa Paixão. Chorarão as pedras das ruas,
como diz Jeremias, que choravam as de Jerusalém destruída: *Viae
Sion lugent, eo quod non sint, qui veniant ad solemnitatem* [Tren 1:4
Lm 1:4 Os caminhos de Sião pranteiam, porque não há quem venha à
680 reunião solene; *todas as suas portas estão desoladas; os seus
sacerdotes suspiram; as suas virgens estão tristes, e ela mesma tem
amargura.*]: Ver-se-ão ermas, e solitárias, e que as não pisa a devoção
dos Fiéis, como costumava em semelhantes dias. Não haverá Missas,
nem Altars, nem Sacerdotes, que as digam: morrerão os Católicos
685 sem Confissão, nem Sacramentos: pregar-se-ão Heresias nestes
mesmos púlpitos, e em lugar de São Jerônimo, e Santo Agostinho,
ouvir-se-ão e alegrar-se-ão neles os infames nomes de Calvino e
Lutero, beberão a falsa doutrina os inocentes que ficarem, relíquias
dos Portugueses: e chegaremos a estado, que se perguntarem aos
690 filhos e netos dos que aqui estão: Menino, de que Seita sois? Um
responderá, Eu sou Calvinista; outro, Eu sou Luterano. Pois isto se há
de sofrer, Deus meu? Quando quisestes entregar vossas ovelhas a São
Pedro, examinaste-lo três vezes, se vos amava: Diligis me, diligis me,
diligis me? [Jo 21:15-17 *E, depois de terem jantado, disse Jesus a*
695 *Simão Pedro: Simão, filho de Jonas, amas-me mais do que estes? E*
ele respondeu: Sim, Senhor; tu sabes que te amo. Disse-lhe:
Apascenta os meus cordeiros. Tornou a dizer-lhe segunda vez: Simão,
filho de Jonas, amas-me? Disse-lhe: Sim, Senhor; tu sabes que te
amo. Disse-lhe: Apascenta as minhas ovelhas. Disse-lhe terceira vez:
700 *Simão, filho de Jonas, amas-me? Simão entristeceu-se por lhe ter*
dito pela terceira vez: Amas-me? E disse-lhe: Senhor, tu sabes tudo;
tu sabes que eu te amo. Jesus disse-lhe: Apascenta as minhas
ovelhas.] E agora as entregai desta maneira, não a Pastores, senão aos
Lobos? **Sois o mesmo, ou sois outro?** Aos Hereges o vosso rebanho?
705 Aos Hereges as Almas? Como tenho dito, e nomeei Almas, não vos

quero dizer mais. Já sei, Senhor, que vos haveis de enternecer, e arrepender, e que não haveis de ter coração para ver tais lástimas e tais estragos. E se assim é (que assim o estão prometendo vossas entranhas piedosíssimas), se é que há de haver dor, se é que há de
710 haver arrependimento depois, cessem as iras, cessem as execuções agora, que não é justo vos contente antes o de que vos há de pesar em algum tempo.

Muito honrastes, Senhor, ao homem na criação do mundo, formando-o com vossas próprias mãos, informando-o, e animando-o
715 com vosso próprio alento, e imprimindo nele o caráter de vossa imagem, e semelhança. Mas parece, que logo desde aquele mesmo dia vos não contentastes dele, porque todas as outras coisas que criastes, diz a Escritura que vos pareceram bem: *Vidit Deus quod esset bonum* [Gn 1:10 *E chamou Deus à porção seca Terra; e ao ajuntamento das*
720 *águas chamou Mares. E viu Deus que era bom.*]: e só do homem não diz. Na admiração desta misteriosa reticência andou desde então suspenso, e vacilando o juízo humano, não podendo penetrar qual fosse a causa, porque agradando-vos com tão pública demonstração todas as vossas obras, **só do homem, que era a mais perfeita de**
725 **todas, não mostrásseis agrado.** Finalmente passados mais de mil e setecentos anos, a mesma Escritura, que tinha calado aquele mistério, nos declarou, que vós estáveis arrependido de ter criado o homem: *Paenituit eum quod hominem fecisset in terra* [Gn 6:6 *Então, arrependeu-se o Senhor de haver feito o homem sobre a terra, e*
730 *pesou-lhe em seu coração.*]: e que vós mesmo dissestes, que vos pesava: *Poenitet me fecisse eos* [Gn 6:7 *E disse o Senhor: Destruirei, de sobre a face da terra, aquilo que criei, desde o homem até ao animal, até ao réptil e até à ave dos céus; porque me arrependo de*
735 *os haver feito.*]: e então ficou patente, e manifesto a todos o segredo que tanto tempo tínheis ocultado. E vós, Senhor, dizeis que vos pesa, e que estais arrependido de ter criado o homem; pois essa é a causa porque desde logo o princípio de sua criação vos não agradastes dele, nem quisestes que se dissesse, que vos parecera bem: julgando, como era razão, por coisa muito alheia de vossa Sabedoria e Providência,
740 que em nenhum tempo vos agradasse, nem parecesse bem aquilo de que depois vos havéis de arrepender, e ter pesar de ter feito: *Poenitet me fecisse.* Sendo pois esta a condição verdadeiramente divina e a altíssima razão de estado de vossa Providência, não haver jamais agrado do que há de haver arrependimento; e sendo também certo nas
745 piedosíssimas entranhas de vossa misericórdia, que se permitirdes agora as lástimas, as misérias, os estragos, que tenho representado, é

força que vos há de pesar depois, e vos haveis de arrepender: arrependei-vos, misericordioso Deus, enquanto estamos em tempo, ponde em nós os olhos de vossa piedade, ide à mão à vossa irritada
750 justiça, quebre vosso amor as setas de vossa ira, e não permitais tantos danos, e tão irreparáveis. Isto é o que vos pedem tantas vezes prostradas diante de vosso divino acatamento, estas Almas tão fielmente Católicas em nome seu, e de todas as deste Estado. E não vos fazem esta humilde deprecação pelas perdas temporais, de que
755 cedem, e as podeis executar neles por outras vias; mas pela perda espiritual eterna de tantas Almas, pelas injúrias de vossos Templos e Altares, pela exterminação do sacrossanto Sacrifício de vosso Corpo e Sangue, e pela ausência insofrível, pela ausência e saudades desse Santíssimo Sacramento, que não sabemos quanto tempo teremos
760 presente.

Parte V

V

Chegado a este ponto, de que não sei, nem se pode passar parece-me que nos está dizendo vossa divina e humana Bondade, Senhor, que o fizéreis assim facilmente, e vos deixaríeis persuadir, e convencer destas nossas razões, senão que está clamando por outra parte vossa divina Justiça: e como sois igualmente justo e misericordioso, que não podeis deixar de castigar, sendo os pecados
780 do Brasil tantos e tão grandes. Confesso, Deus meu, que assim é, e todos confessamos que somos grandíssimos pecadores. Mas tão longe estou de me aquietar com esta resposta, que antes esses mesmos pecados muitos e grandes, **são um novo e poderoso motivo dado por vós mesmo** para mais convencer vossa bondade.

790 **A maior força dos meus argumentos** não consistiu em outro fundamento até agora, que no crédito, na honra, e na glória de vosso santíssimo nome: *Propter nomen tuum*. E que motivo posso eu oferecer mais glorioso ao mesmo nome, que serem muitos e grandes os nossos pecados? *Propter nomen tuum, Domine, propitiaberis*
795 *peccato meo: multum est enim.* [SI 24:11 **Por amor do teu nome, Senhor, perdoa a minha iniquidade, pois é grande.**] Por amor de vosso nome, Senhor, estou certo (dizia Davi) que me haveis de perdoar meus pecados, porque não são quaisquer pecados, senão

muitos e grandes. *Multum est enim*. Oh motivo digno só do peito de
800 Deus! Oh conseqüência que só na suma bondade pode ser forçosa! De
maneira que para lhe serem perdoados seus pecados alegou um
pecador a Deus, que são muitos e grandes. **Sim; e não por amor do
pecador, nem por amor dos pecados, senão por amor da honra e
glória do mesmo Deus, a qual quanto mais e maiores são os
805 pecados que perdoa, tanto maior é, e mais engrandece e exalta o
seu santíssimo nome:** *Propter nomen tuum, Domine, propitiaberis
peccato meo: multum est enim*. O mesmo Davi distingue na
misericórdia de Deus grandeza e multidão: a grandeza: *Secundum
magnam misericordiam tuam* [SI 50:3 *Tem misericórdia de mim, ó
810 Deus, segundo a tua benignidade; apaga as minhas transgressões,
segundo a multidão das tuas misericórdias.*]; a multidão: *Et
secundum multitudinem miserationum tuarum*. E como a grandeza da
misericórdia divina é imensa, e a multidão de suas misericórdias
infinita; e o imenso não se pode medir, nem o infinito contar; para que
815 uma e outra, de algum modo, tenha proporcionada matéria de glória,
importa à mesma grandeza da misericórdia que os pecados sejam
grandes, e à mesma multidão das misericórdias, que sejam muitos:
Multum est enim. Razão tenho eu logo, Senhor, de me não render à
razão de serem muitos e grandes nossos pecados. E razão tenho
820 também de instar em vos pedir a razão por que não desistis de os
castigar: *Quare obdormis? Quare faciem tuam avertis? Quare
oblivisceris inopiae nostrae, et tribulationis nostrae?*

Esta mesma razão vos pediu Jó quando disse: *Cur non tollis
peccatum meum et quare non aufers iniquitatem meam?* [Jó 7:21 *E
825 por que me não perdoas a minha transgressão, e não tiras a
minha iniquidade? Pois agora me deitarei no pó, e de madrugada
me buscarás, e não estarei lá.*] E posto que não faltou um grande
Intérprete de vossas Escrituras que argüisse por vossa parte, enfim se
deu por vencido, e confessou que tinha razão Jó em vo-la pedir:
830 *Criminis in loco Deo impingis, quod ejus, qui deliquit, non miseretur?*
diz S. Cirilo Alexandrino. Basta, Jó, que criminais e acusais a Deus de
que castiga vossos pecados? Nas mesmas palavras confessais que
cometestes pecados e maldades; e com as mesmas palavras pedia
razão a Deus por que as castiga? Isto é dar a razão, e mais pedi-la. Os
835 pecados e maldades, que não ocultais, são a razão do castigo: pois se
dais a razão, por que a pedis? **Porque ainda que Deus, para castigar
os pecados, tem a razão de sua justiça, para os perdoar, e desistir
do castigo, tem outra razão maior, que é a da sua glória:** *Qui enim
misereri consuevit, et non vulgarem in eo gloriam habet; ob quam*

- 840 *causam mei non miseretur?* Pede razão Jó a Deus, e tem muita razão de a pedir (responde por ele o mesmo Santo, que o argüiu), porque se é condição de Deus usar de misericórdia, e é grande e não vulgar a glória que adquire em perdoar pecados, que razão tem, ou pode dar bastante de os não perdoar? O mesmo Jó tinha já declarado a força
- 845 deste seu argumento nas palavras antecedentes com energia para Deus muito forte: *Peccavi, quid faciam tibi?* [Jó 7:20 *Se pequei, que te farei, ó Guarda dos homens? Por que fizeste de mim um alvo para ti, para que a mim mesmo me seja pesado?*] Como se dissera: Se eu fiz, Senhor, como homem em pecar, que razão tendes vós para não fazer
- 850 como Deus em me perdoar? Ainda disse, e quis dizer mais: *Peccavi, quid faciam tibi?* Pequei, que mais posso fazer? **E que fizestes vós, Jó, a Deus em pecar? Não lhe fiz pouco; porque lhe dei ocasião a me perdoar, e perdoando-me, ganhar muita glória. Eu dever-lhe-ei a ele, como a causa, a graça que me fiz; e ele dever-me-á a mim, como ocasião, a glória que alcançar.**

- E se é assim, Senhor, sem licença nem encarecimento; se é assim, misericordioso Deus, que em perdoar pecados se aumenta a vossa glória, que é o fim de todas as vossas ações; não digais que nos não perdoais, porque são muitos e grandes os nossos pecados, que antes
- 860 porque são muitos e grandes, deveis dar essa grande glória à grandeza e multidão de vossas misericórdias. **Perdoando-nos e tendo piedade de nós, é que haveis de ostentar a soberania de vossa Majestade, e não castigando-nos, em que mais se abate vosso poder, do que se acredita.** Vede-o neste último castigo, em que, contra toda a
- 865 esperança do mundo e do tempo, fizestes que se derrotasse a nossa Armada, a maior que nunca passou a Equinocial. Pudestes, Senhor, derrotá-la; e que grande glória foi de vossa onipotência, poder o que pode o vento? *Contra folium, quod vento rapitur; ostendis potentiam.* [Jó 13:25 *Porventura, manifestarás tua força contra a folha arrebatada pelo vento? E perseguirás o restolho seco?*] Desplantar uma Nação, como nos ides desplantado, e plantar outra, também é poder que vós cometestes a um homenzinho de Anatote: *Ecce constitui te super gentes et super regna, ut evellas et destruas et disperdas et dissipas et aedifices et plantas.* [Jr 1:10 *Eis que ponho-te neste dia sobre as nações e sobre os reinos, para arrancares, e para destruíres, e para arruinares; e também para edificares e para plantares.*] O em que se manifesta a Majestade, a grandeza e a glória de vossa infinita Onipotência, é em perdoar e usar de misericórdia: *Qui Omnipotentiam tuam, parcendo máxime, et miserando, manifestas.* **Em castigar,**
- 880 **venceis-nos a nós, que somos criaturas fracas; mas em perdoar,**

venceis-vos a vós mesmo, que sois todo poderoso e infinito. Só esta vitória é digna de vós, porque só vossa Justiça pode pelejar com armas iguais contra vossa Misericórdia; e **sendo infinito o vencido, infinita fica a glória do vencedor.** Perdoai pois, benigníssimo 885 Senhor, por esta grande glória vossa: *Propter magnam gloriam tuam*: perdoai por esta glória imensa de vosso santíssimo nome: *Propter nomen tuum*.

E se acaso ainda reclama vossa divina Justiça, por certo não já misericordioso, senão justíssimo Deus, que também a mesma justiça 890 se pudera dar por satisfeita com os rigores e castigos de tantos anos. Não sois vós enquanto justo, aquele justo Juiz, de quem canta o vosso Profeta: *Deus Judex justus, fortis et patiens, nunquid irascitur per singulos dies?* [SI 7:12 **Deus é um Juiz justo, e um Deus que ameaça todos os dias.**] Pois se a vossa ira, ainda como de justo Juiz, 895 não é de todos os dias nem de muitos; por que se não dará por satisfeita com rigores de anos e tantos anos? Sei eu, Legislador supremo, que nos casos de ira, posto que justificada, nos manda vossa santíssima Lei, que não passe de um dia, e que antes de se pôr o Sol tenhamos perdoado: *Sol non occidat super iracundiam vestram*. [Ef 900 4:26 *Irai-vos e não pequeis; não se ponha o sol sobre a vossa ira.*] Pois se da fraqueza humana, e tão sensitiva, espera tal moderação nos agravos vossa mesma Lei, e lhe manda que perdoe e se aplaque em termo tão breve e tão preciso; vós que sois Deus infinito, e tendes um coração tão dilatado como vossa mesma imensidade, e em matéria de 905 perdão vos propondes aos homens por exemplo; como é possível que os rigores de vossa ira se não abrandem em tantos anos, e que se ponha e torne a nascer o Sol tantas e tantas vezes, vendo sempre desembainhada e correndo sangue, **a espada de vossa vingança?** Sol de Justiça, cuidei eu que vos chamavam as Escrituras [MI 4:2 *Mas 910 para vós que temeis o meu nome nascerá o sol da justiça e salvação trará debaixo das suas asas; e saíreis e crescereis como os bezeros do cevadouro.*], porque ainda quando mais feroso e ardente, dentro do breve espaço de doze horas, passava o rigor de vossos raios; mas não o dirá assim este Sol material que nos alumia e rodeia, pois há 915 tantos dias e tantos anos, que passando duas vezes sobre nós de um Trópico a outro, sempre vos vê irado.

Já vos não alego, Senhor, com o que dirá a Terra e os homens, mas com o que dirá o Céu e o mesmo Sol. Quando Josué mandou parar o Sol, as palavras da língua Hebraica, em que lhe falou, foram, 920 não que parasse, senão que se calasse: *Sol tace contra Gabaon*. [Js 10:12 *Então, Josué falou ao Senhor, no dia em que o Senhor deu os*

amorreus na mão dos filhos de Israel, e disse aos olhos dos israelitas: Sol, detém-te em Gibeão, e tu lua, no vale de Aijalom.] Calar mandou ao Sol o valente Capitão, porque aqueles resplandores
925 amortecidos, com que se ia sepultar no Ocaso, eram umas línguas mudas com que o mesmo Sol o murmurava de demasiadamente vingativo: eram umas vozes altíssimas, com que desde o Céu lhe lembrava a Lei de Deus, e lhe pregava que não podia continuar a vingança, pois ele se ia meter no Ocidente: *Sol non occidat super iracundiam vestram.* E se Deus, como Autor da mesma Lei, ordenou que o Sol parasse, e aquele dia (o maior que viu o Mundo) excedesse os termos da natureza por muitas horas, e fosse o maior; foi para que concordando a justa Lei com a justa vingança, nem por uma parte se deixasse de executar o rigor do castigo, nem por outra se dispensasse
935 no rigor do preceito. Castigue-se o Gabaonita, pois é justo castigá-lo; mas esteja o Sol parado até que se acabe o castigo, para que a ira, posto que justa, do vencedor, não passe os limites de um dia. Pois se este é, Senhor, o termo prescrito de vossa Lei; se fazeis milagres e tais milagres para que ela se conserve inteira, e se Josué manda calar e
940 emudecer o Sol, porque se não queixe, e dê vozes contra a continuação de sua ira; que quereis que diga o mesmo Sol, não parado nem emudecido? Que quereis que diga a Lua e as Estrelas, já cansadas de ver nossas misérias? Que quereis que digam todos esses Céus criados, não para apregoar vossas justiça, senão para cantar
945 vossas glórias: *Coeli enarrant gloriam Dei?* [Sl 18:2 *Os céus manifestam a glória de Deus e o firmamento anuncia a obra das suas mãos.*]

Finalmente, benigníssimo Jesus, verdadeiro Josué e verdadeiro Sol, seja o epílogo e conclusão de todas as nossas razões, o vosso
950 mesmo nome: *Propter nomen tuum.* Se o Sol estranha a Josué rigores de mais de um dia, e Josué manda calar o Sol, porque lhos não estranhe; como pode estranhar vossa divina Justiça, que useis conosco de misericórdia, depois da execução de tantos e tão rigorosos castigos continuados, não por um dia ou muitos dias de doze horas, senão por
955 tantos e tão compridos anos, que cedo serão doze? Se sois Jesus, que quer dizer Salvador, sede Jesus e sede Salvador nosso. Se sois Sol e Sol de Justiça, antes que se ponha o deste dia, deponde os rigores da vossa. Deixai já o Signo rigoroso de Leão, e dai um passo ao Signo de Virgem, Signo propício e benéfico. Recebei influências humanas, de
960 quem recebestes a Humanidade. Perdoai-nos, Senhor, pelos merecimentos da Virgem Santíssima. Perdoai-nos por seus rogos, ou perdoai-nos por seus impérios: que, **se como criatura vos pede por**

nós o perdão, como Mãe vos pode mandar, e vos manda que nos perdoeis. Perdoai-nos enfim,
965
para que a vosso exemplo perdoemos: e perdoai-nos também a exemplo nosso, que todos desde esta hora perdoamos a todos por vosso amor: *Dimitte nobis debita nostra, sicut et nos dimittimus debitoribus nostris. Amen.*

Anexo B – Trechos do Sermão da Sexagésima

Parágrafo 1:

(...) Para quem lavra com Deus até o sair é semear, porque também das passadas colhe fruto. (...) (PÉCORA (Org.), 2001, p. 29)

Parágrafo 2:

(...) Se bem advertirdes, houve aqui trigo mirrado, trigo afogado, trigo comido e trigo pisado. Trigo mirrado (...); trigo comido (...);
05 trigo pisado: (...). Houve Missionários afogados, (...): houve Missionários comidos, (...): houve Missionários mirrados, (...), mirrados da fome e da doença, (...). E que sobre mirrados, sobre afogados, sobre comidos, ainda se vejam pisados e perseguidos dos homens: (...). Para os semeadores, isto são glórias: mirrados sim, mas
10 por amor de vós mirrados: afogados sim, mas por amor de vós afogados: comidos sim, mas por amor de vós comidos: pisados e perseguidos sim, mas por amor de vós perseguidos e pisados. (PÉCORA (Org.), 2001, p. 31)

15 Parágrafo 3:

(...) Para uma alma se converter por meio de um Sermão há de haver três concursos: há de concorrer o pregador com a doutrina, persuadindo; há de concorrer o ouvinte com o entendimento, percebendo; há de concorrer Deus com a graça, alumando. (...)
(...) Primeiramente por parte de Deus não falta, nem pode faltar. Esta proposição é de Fé, definida no Concílio Tridentino, e no nosso
20 Evangelho a temos. (PÉCORA (Org.), 2001, p. 33)

Parágrafo 4:

No Pregador podem-se considerar cinco circunstâncias: a Pessoa, a
25 Ciência, a Matéria, o Estilo, a Voz. A pessoa que é, a ciência que tem, a matéria que trata, o estilo que segue, a voz com que fala.
(...)
Entre o semeador e o que semeia há muita diferença: Uma coisa é o

soldado e outra coisa o que pelega; uma coisa é o governador e outra o que governa. Da mesma maneira, uma coisa é o semeador e outra o que semeia; uma coisa é o Pregador e outra o que prega. O semeador e o Pregador é nome; o que semeia e o que prega é ação; e as ações são as que dão o ser ao Pregador. Ter o nome de Pregador, ou ser pregador de nome não importa nada; as ações, a vida, o exemplo, as obras, são as que convertem o mundo.

(...)

Por isso Cristo comparou o pregador ao semeador. O pregar, que é falar, faz-se com a boca; o pregar, que é semear, faz-se com a mão. (PÉCORA (Org.), 2001, p. 36- 37)

Parágrafo 5:

40 (...) No Céu ninguém há que não ame a Deus, nem possa deixar de o amar. Na terra há tão poucos que o amem, todos o ofendem. Deus não é o mesmo, e tão digno de ser amado no Céu como na terra? Pois como no Céu obriga e necessita a todos a o amarem, e na terra não? A razão é, porque Deus no Céu é Deus visto; Deus na terra é Deus

45 ouvido.

(...)

Vissem os ouvintes em nós o que nos ouvem a nós, e o abalo e os efeitos do Sermão seriam muito outros.

(...)

Por que então era *Ecce Homo* ouvido, e agora é *Ecce Homo* visto: a relação do pregador entrava pelos ouvidos, a representação daquela figura entra pelos olhos. (PÉCORA (Org.), 2001, p. 37-38)

50

Parágrafo 6:

(...) Ver vir os tristes Passos da Escritura, como quem vem ao martírio; uns vêm acarretados, outros vêm arrastados, outros vêm

55 estirados, outros vêm torcidos outros vêm despedaçados; só atados não vêm! (...) Não está a coisa no levantar, está no cair: (...). (PÉCORA (Org.), 2001, p. 39)

Parágrafo 7:

60

(...) Aprendamos do Céu o estilo da disposição, e também o das palavras. Como hão de ser as palavras? Como as estrelas. As estrelas são muito distintas e muito claras. Assim há de ser o estilo da

pregação, muito distinto e muito claro. E nem por isso temais que pareça o estilo baixo; as estrelas são muito distintas, e muito claras e altíssimas. (PÉCORA (Org.), 2001, p. 40)

65 Parágrafo 8:

(...) O Sermão há de ter um só assunto e uma só matéria. (PÉCORA (Org.), 2001, p. 41)

Parágrafo 9:

70 (...) **O sermão há de ser duma só cor, há de ter um só objeto, um só assunto, uma só matéria.**

Há de tomar o Pregador uma só matéria, **há de defini-la** para que se conheça, **há de dividi-la** para que se distinga, **há de prová-la** com a Escritura, **há de declará-la** com a razão, **há de confirmá-la** com o exemplo, **há de amplificá-la** com as causas, com os efeitos, com as circunstâncias, com as conveniências que se hão de seguir, com os inconvenientes que se devem evitar, **há de responder** às dúvidas, **há de satisfazer** às dificuldades, **há de impugnar e refutar** com toda a
75 **força da eloquência os argumentos contrários, e depois disto há de colher, há de apertar, há de concluir, há de persuadir, há de acabar.** Isto é sermão, **isto é pregar**, e o que não é isto, é falar de mais alto. (PÉCORA (Org.), 2001, p. 42)

Parágrafo 10:

80 (...) De maneira que há de haver frutos, há de haver flores, há de haver varas, há de haver folhas, há de haver ramos, mas tudo nascido e fundado em um só tronco, que é uma só matéria. (PÉCORA (Org.), 2001, p. 42)

Parágrafo 11:

85

(...) mas tudo isto nascido e formado de um só tronco, e esse não levantado no ar, senão fundado nas raízes do Evangelho: *Seminare semen*. (PÉCORA (Org.), 2001, p. 42)

90 Parágrafo 12:

(...) uma coisa é expor e outra pregar, uma ensinar e outra persuadir. E

desta última é que eu falo, com a qual tanto fruto fizeram no mundo Santo Antônio de Pádua e S. Vicente Ferrer. (PÉCORA (Org.), 2001, p. 42-43)

Parágrafo 13:

95

(...) As razões não hão de ser enxertadas, hão de ser nascidas. O pregar não é recitar. As razões próprias nascem do entendimento, as alheias vão pegadas à memória, e os homens não se convencem pela memória, senão pelo entendimento. (PÉCORA (Org.), 2001, p. 44)

Parágrafo 14:

- 100 (...) Antigamente **pregavam bradando**, hoje **pregam conversando**.
(...) Pois por que se definiu o Batista pelo bradar, e não pelo arrazoar: não pela razão, senão pelos brados? (...) *At illi magis clamabant, crucifigatur. (E eles mais clamavam, dizendo: Seja crucificado!)* (PÉCORA (Org.), 2001, p. 45)

Parágrafo 15:

- (...) De sorte que Cristo defendeu-se do Diabo com a Escritura, e o Diabo tentou a Cristo com a Escritura. Todas as Escrituras são palavras de Deus; pois se Cristo toma a Escritura para se defender do
105 Diabo, como toma o Diabo a Escritura para tentar a Cristo? A razão é porque Cristo tomava as palavras da Escritura em seu verdadeiro sentido, e o Diabo tomava as palavras da Escritura em sentido alheio e torcido: e as mesmas palavras, que tomadas em verdadeiro sentido são palavras de Deus, tomadas em sentido alheio, são armas do
110 Diabo. As mesmas palavras que tomadas no sentido em que Deus as disse são defesa, tomadas no sentido em que Deus as não disse, são tentação. (PÉCORA (Org.), 2001, p. 47)

Parágrafo 16:

- (...) Pois se nas Escrituras não há o que dizeis e o que pregais, como cuidais que pregais a palavra de Deus? Mais. Nesses lugares, nesses
115 Textos que alegais para prova do que dizeis, é esse o sentido em que Deus os disse? É esse o sentido em que os entendem os Padres da Igreja? É esse o sentido da mesma Gramática das palavras? (...) Basta que havemos de trazer as palavras de Deus a que digam o que

nós queremos, e não havemos de querer dizer o que elas dizem!
(PÉCORA (Org.), 2001, p. 48)

Parágrafo 17:

120

(...) De maneira que o frutificar não se ajunta com o gostar, senão com o padecer; (...). (PÉCORA (Org.), 2001, p. 51)